

Volt

MAPA EUROPEU DE POLÍTICAS

Todos os direitos reservados por: Volt Europa A.I.S.B.L.

O documento que se segue é um trabalho em constante desenvolvimento que delinea as políticas propostas pelo Volt Europa. Este documento não é um programa político.

A sexta versão (publicada a 21 de janeiro de 2019) foi redigida por cerca de 200 membros de equipas de todo o continente, contando também com o contributo de uma série de especialistas, e foi elaborada para fornecer linhas de orientação para as várias secções nacionais do Volt na elaboração dos seus programas, no sentido de assegurar que existe coerência entre eles.

A equipa de Políticas iniciou uma ronda de conversações com vários intervenientes para aperfeiçoar as medidas que propomos. No entanto, esta versão foi lançada para fins de transparência e para nos permitir receber comentários e opiniões valiosos de todos, apresentando ao mesmo tempo aquilo que defendemos. A nível nacional, as equipas irão desenvolver políticas específicas com base neste documento inicial, dando diferentes níveis de prioridade às diversas políticas e adaptando-as à realidade nacional, traduzindo o documento e avaliando a sua viabilidade financeira no contexto nacional específico.

Este é um documento muito dinâmico: os nossos membros vão apresentando várias propostas de alteração e trabalham continuamente para o melhorar. O documento será atualizado regularmente, portanto, não hesitem em conferir o seu conteúdo uma vez por ano, para que possam ver como crescemos e evoluímos. Para qualquer comentário ou sugestão, entrem contacto com: info@voltportugal.org

A Equipa de Políticas do Volt

Índice

Desafio 1 - Smart State: um Estado inteligente

- **Visão** (pág. 10)

- **I. Eficácia administrativa para reduzir custos e melhorar a qualidade do serviço** (pág. 12)
 - A. Revolução Digital
 - *A.1. Na Administração Pública*
 - *A.2. Governança Digital (e-Governance)*
 - *A.3. Nos Cuidados de Saúde*
 - *A.4. Na Lei*
 - *A.5. Em matéria de segurança*
 - B. Talento e Reputação
 - C. Responsabilidades partilhadas
 - D. Glass State (“Estado de vidro”)

- **II. Criar um sistema de ensino para o futuro** (pág. 19)
 - A. Educação pré-escolar
 - B. Ensino básico e secundário
 - *B.1. Instrumentos de apoio aos cidadãos*
 - *B.2. Abordagens e técnicas inovadoras*
 - *B.3. Reforma das Metas Curriculares*
 - C. Gratificação dos professores
 - D. Edifícios e infraestruturas
 - E. Ensino superior e formação profissional
 - F. Excelência

- **III. Disponibilizar cuidados de saúde de elevada qualidade para todos** (pág. 27)
 - A. Harmonização dos sistemas de saúde europeus
 - B. Acesso a cuidados de saúde
 - C. Dar ênfase aos cuidados de saúde preventivos
 - *C.1. Doenças relacionadas com o estilo de vida*
 - *C.2. Fornecer programas de cuidados de saúde preventivos para menores*
 - *C.3. Reduzir os riscos ambientais*
 - *C.4. Prevenção baseada em análise de dados*
 - D. Capacitação e formação dos doentes
 - E. Populações envelhecidas
 - *E.1. Cuidados de saúde para os idosos*
 - *E.2. Apoio à fertilidade e cuidados infantis*
 - F. Inovação e investigação
 - G. Profissionais de Saúde
 - *G.1. Enfermeiros*
 - *G.2. Médicos*
 - *G.3. Parteiras*
 - H. Custos e eficiência dos cuidados de saúde
 - I. Saúde e direitos sexuais e reprodutivos

- **IV. Assegurar um sistema jurídico, forças policiais e legislação anticorrupção que sejam eficazes e justos** (pág. 44)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- A. Sistemas judiciais inteligentes
 - B. Combate à corrupção
 - C. Acabar com a evasão e fraude fiscal, aumentando a eficiência da cobrança de impostos
 - D. Responsabilidade social e responsabilização das empresas
 - E. Aplicação da Lei e operações policiais
 - F. Reforma do sistema prisional
- **V. Garantir direitos e liberdades num mundo digital** (pág. 52)
 - A. Acesso à Internet
 - B. Educação digital
 - C. Mercado único digital
 - D. Direitos digitais
 - E. Segurança e Proteção
 - F. Abordagem ética
 - **VI. Soluções de Código Aberto (Open-source)** (pág. 57)
 - A. Software de código aberto (FLOSS - Free/Libre/Open Source Software)
 - **VII. Apoio à Investigação** (pág. 59)

Desafio 2 - Renascimento Económico

- **Visão** (pág. 62)
- **I. Desenvolver e reformar as nossas economias** (pág. 64)
 - A. Promover o empreendedorismo e as pequenas empresas
 - B. Mentalidade de "benefícios para todos"
 - C. Mentalidade de bom atendimento público
- **II. Revitalizar a inovação nas nossas economias e promover as indústrias do futuro** (pág. 70)
 - A. Novas ideias e desenvolvimento de infraestruturas de apoio
 - B. Regulamentação favorável
 - C. Novos mercados e novas formas de produzir energia
- **III. Promover uma iniciativa europeia de Inteligência Artificial** (pág. 73)
 - A. Desenvolver os fundamentos e limites éticos e legais para o desenvolvimento da IA
 - A.1. *Desenvolver e adotar diretrizes éticas para a IA*
 - A.2. *Desenvolver um quadro jurídico e regulamentar*
 - B. Reforçar as competências da Europa em matéria de desenvolvimento da IA
 - C. Preparar a sociedade para as mudanças estruturais relacionadas com a IA: uma abordagem em três vertentes

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **IV. Construir o futuro do trabalho e combater o desemprego (jovem) com conceitos inovadores** (pág. 80)
 - A. Futuro do trabalho - novos modelos de trabalho
 - B. Medidas preventivas, requalificação profissional e reintegração
 - C. Facilitar a procura de emprego e criar mercados de trabalho flexíveis

- **V. Políticas sociais** (pág. 88)

- **VI. Desenvolver áreas economicamente desfavorecidas e promover o comércio** (pág. 90)
 - A. Desenvolver áreas economicamente desfavorecidas
 - B. Promover o Comércio

- **VII. Políticas fiscais** (pág. 93)
 - A. Fiscalidade: desafios e princípios gerais
 - B. Propostas específicas em matéria de fiscalidade
 - *B.1. Tributação das pessoas singulares*
 - *B.2. Tributação das sociedades*
 - *B.3. Tributação geral*
 - C. Um imposto europeu sobre as sociedades
 - D. Apoio financeiro e financiamento sustentável

- **VIII. Incentivar uma mobilidade inteligente e sustentável na Europa** (pág. 99)

Desafio 3 - Igualdade Social

- **Visão** (pág. 103)

- **I. Acabar com a discriminação contra comunidades e minorias** (pág. 105)
 - A. Acabar com a discriminação contra as mulheres
 - *A.1. Na lei*
 - *A.2. No setor público*
 - *A.3. No local de trabalho*
 - *A.4. No sistema educativo*
 - B. Acabar com a discriminação contra membros da comunidade LGBTQI+
 - *B.1. Na lei*
 - *B.2. No setor público*
 - *B.3. No local de trabalho*
 - *B.4. No sistema educativo*
 - C. Acabar com a discriminação com base na etnia, origem nacional, ascendência e cor da pele
 - *C.1. Na lei*
 - *C.2. No setor público*
 - *C.3. No local de trabalho*

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- C.4. No sistema educativo
 - C.5. Discriminação específica contra a comunidade Cigana
 - D. Acabar com a discriminação com base na religião ou crenças
 - D.1. Na lei
 - D.2. No setor público
 - D.3. No local de trabalho
 - D.4. No sistema educativo
- **II. Alívio da Pobreza (pág. 125)**
 - A. Aspectos gerais relacionados com a pobreza
 - A.1. Benefícios sociais e cuidados de saúde
 - A.2. Pobreza no mercado de trabalho
 - B. Habitação Social e Comunitária
 - B.1. Um lugar onde todos possam viver
 - B.2. Acesso justo e eficiente às políticas de habitação
 - C. Redução dos números de sem-abrigo
 - D. Jovens
 - D.1. Educação
- **III. Envolver todos os membros da sociedade (pág. 138)**
 - A. Idosos
 - A.1. Envolvimento intergeracional
 - A.2. Infraestruturas
 - A.3. Trabalho
 - B. Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE)
 - B.1. Educação
 - B.2. Saúde e bem-estar
 - B.3. Até à idade adulta
 - B.4. Participação
 - B.5. Cuidados Sociais
 - B.6. Abordagem integrada e abrangente
 - C. Crianças e jovens em instituições de acolhimento
- **IV. O teu corpo, a tua decisão. (pág. 146)**
 - A. Trabalho sexual
 - B. Acabar com a vida de forma digna
 - C. Direitos Reprodutivos
 - C.1. Interrupção voluntária da gravidez
 - C.2. Contraceção
 - C.3. Educação
 - D. Maternidade de substituição
 - E. Terapias de conversão

Desafio 4 - Equilíbrio Global

- **Visão (pág. 152)**
- **I. Sistema Energético (pág. 153)**
 - A. Imposto sobre o carbono a nível europeu
 - B. Acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis
 - C. Reforçar os objetivos da Diretiva de Eficiência Energética e alargar o seu âmbito de aplicação
 - D. Redes elétricas inteligentes
 - E. Financiamento público e privado responsável

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- F. Transportes sustentáveis e viagens mais ecológicas.
- G. Tecnologias hipocarbónicas e disruptivas
- H. Modernizar os nossos edifícios
- **II. Sustentabilidade** (pág. 158)
 - A. Economia Circular
 - B. Agricultura e cultivo
 - *B.1. Agricultura*
 - *B.2. Investigação e recurso a novas técnicas*
 - C. Política Alimentar Comum da UE
 - *C.1. Direção-Geral de Alimentação: para uma política alimentar sólida na UE*
 - *C.2. Uma política alimentar europeia inclusiva e eficaz*
 - D. Bem-estar animal
 - E. Combate à poluição e conservação da biodiversidade
 - *E.1. Prevenção da poluição*
 - *E.2. Biodiversidade*
- **III. Migração** (pág. 175)
 - A. Refugiados e requerentes de asilo
 - *A.1. Reformar o sistema da UE para os refugiados*
 - *A.2. Criar um sistema internacional para prevenir e resolver crises de refugiados*
 - *A.3. Apatridia*
 - B. Migrantes Económicos
 - *B.1. Migrantes económicos enquanto mão-de-obra temporária*
 - *B.2. Migrantes económicos enquanto mão-de-obra permanente*
 - *B.3. Migração económica irregular*
- **IV. Cooperação para o Desenvolvimento e Comércio Justo Internacional** (pág. 186)
 - A. Cooperação para o Desenvolvimento
 - B. Comércio Internacional
 - *B.1. Comércio livre, justo e sustentável com base em normas regulamentares.*
 - *B.2. Comércio livre, justo e sustentável de forma recíproca*

Desafio 5 - Dar Voz aos Cidadãos

- **Visão** (pág. 192)
- **I. Promover uma esfera pública vibrante, pluralista e aberta para que os cidadãos possam tomar decisões políticas informadas** (pág. 194)
 - A. Promover espaços culturais e mediáticos livres e pluralistas
 - *A.1. Garantir o pluralismo dos meios de comunicação social*
 - *A.2. Lutar para garantir a existência de meios de comunicação estatais robustos e independentes nos Estados-Membros*
 - *A.3. Criar uma Plataforma Europeia Pública de Radiodifusão*
 - *A.4. Fomentar a Cultura e a indústria criativa para que sejam setores fortes e dinâmicos*
 - B. Dados Abertos de entidades públicas
- **II. Fortalecer a capacidade dos cidadãos de influenciar a política** (pág. 204)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- A. Melhorar a acessibilidade das eleições a nível europeu, nacional e local
- B. Reforçar a capacidade dos cidadãos de influenciar a política para além das eleições
 - *B.1. Reforçar a democracia Europeia transnacional*
 - *B.2. Reforçar os instrumentos existentes para um maior envolvimento direto dos cidadãos na política*
 - *B.3. Dar mais poder aos cidadãos e aos governos para tomarem medidas concretas*

Desafio +1 - Reforma da UE

- **I. Uma visão para a Europa** (pág. 211)
- **II. Governança e Reforma Institucional** (pág. 214)
 - A. Princípios Gerais
 - B. Poder Legislativo
 - C. Poder Executivo
 - D. Poder Judicial
 - E. Disposições sobre os Representantes Eleitos europeus
 - F. Outras disposições em matéria de boa Governança
- **III. Reforma Económica e Financeira** (pág. 225)
 - A. Visão
 - B. Cimeira do Euro e do Eurogrupo
 - C. Banco Central Europeu
 - D. Orçamento Zona Euro+
 - E. Mecanismo Europeu de Estabilidade
 - F. Supervisão Bancária
 - G. Competências de um Ministro da Economia e Finanças da UE
 - H. Imposto sobre as sociedades na UE
 - I. Limites de Concentração de Dívida Soberana
 - J. Sistema Europeu de Seguro de Depósitos
 - K. Pacto de Estabilidade e Crescimento
- **IV. Justiça e Assuntos Internos** (pág. 233)
 - A. Visão
 - B. Proteção das fronteiras
 - C. Polícia, serviços de informação e Cibersegurança na Europa
 - D. Políticas de migração e refugiados
 - *D.1. Respeitar a Convenção das Nações Unidas sobre Refugiados*
 - *D.2. Princípio do primeiro país de asilo*
 - *D.3. Outras disposições*
- **V. Reforma da Política Externa e da Política Europeia de Vizinhança** (pág. 240)
 - A. Visão
 - B. Capacidade institucional da UE - Reforma do SEAE
 - C. Relações da UE com as Nações Unidas e outras instituições multilaterais

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- *C.1. Articulação com as Nações Unidas*
- *C.2. Articulação com outras instituições multilaterais*
- D. Política de Vizinhança da UE
 - *D.1. Integração dos Balcãs Ocidentais*
 - *D.2. Parceria Oriental*
 - *D.3. Parceiros Meridionais*
 - *D.4. Relações bilaterais com a Turquia*

- **VI. Reforma da Política de Segurança e Defesa (pág. 251)**
 - A. Visão
 - B. Tomada de Decisão Democrática
 - C. Forças de Defesa Europeias Integradas
 - D. Cultura de segurança comum
 - E. Articulação com outros agentes de segurança

Desafio 1

Smart State: um Estado Inteligente

Visão

Os cidadãos e residentes europeus esperam dos seus governos e instituições que prestem serviços públicos eficazes e eficientes de elevada qualidade, com níveis adequados de transparência na administração pública. A Europa, ao longo de décadas de integração, estabeleceu um elevado padrão de qualidade na prestação de serviços públicos, permitindo uma qualidade de vida elevada e sem precedentes para os seus cidadãos, constituindo um modelo social europeu único.

No entanto, na sequência das crises económicas, das crescentes desigualdades e do desenvolvimento de novas tecnologias, a confiança nas instituições públicas degradou-se, enquanto que níveis sistemáticos de corrupção e ineficiência continuam a afetar a vida pública.

Para o Volt, os serviços públicos destinam-se essencialmente a beneficiar os cidadãos e residentes do Estado. Temos como principais valores os princípios de gestão por objetivos, transparência, responsabilidade, capacitação dos cidadãos e subsidiariedade na alocação de recursos e competências.

O Volt trabalhará para garantir que, em toda a Europa, as instituições públicas dos estados-membros da União Europeia são equipadas com tecnologia de ponta e com novas ferramentas de gestão, para que tenham competências para responder às dificuldades criadas por anos de crises económicas e, em alguns casos, por décadas de gestão negligente e danosa.

Em tempos de mudança, os governos devem adaptar-se de modo a permitir que cada cidadão possa participar e contribuir para a sociedade e garantir a máxima inclusão e mobilidade social. Os *Smart States* (Estados Inteligentes) devem adotar novas ferramentas para conquistar a confiança dos seus cidadãos através de uma política de governança responsável, transparente e eficiente. O

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

Volt pretende investir no nosso futuro comum, incluindo não só numa gestão eficiente dos serviços públicos, para reduzir os custos e o desperdício, mas também num sistema educativo inovador, cuidados de saúde de alta qualidade e um sistema judicial eficaz no combate à corrupção.

Juntos, podemos usar a tecnologia que temos ao nosso alcance para bem da prosperidade de todos.

I. Eficácia administrativa para reduzir custos e melhorar a qualidade do serviço

A tecnologia afeta quase todos os aspetos do nosso quotidiano e deve começar também a desempenhar um papel fundamental na forma como os nossos países são governados. O Volt quer digitalizar os serviços públicos para reduzir custos, cortar ineficiências e corrupção, garantir transparência e segurança, e fazer do Estado um verdadeiro serviço ao dispor dos seus cidadãos.

A. Revolução digital

Queremos tornar as plataformas digitais a base da nossa administração pública, fornecendo ferramentas fundamentais para melhorar os processos internos (*back-end*) e externos (*front-end*), reduzindo as ineficiências e reforçando as relações entre a administração pública e os cidadãos. As ferramentas digitais devem ser incorporadas em todas as decisões políticas como um meio e não como um fim.

Devemos utilizar tecnologias comprovadas e inovadoras para fornecer serviços públicos com uma abordagem centrada no utilizador, facilitar e monitorizar as transações e armazenar os dados dos cidadãos. Exemplos de serviços digitais inovadores são: a realização de ações de tributação por via digital, a identificação digital, o voto eletrónico, a saúde digital ou à distância (*e-Health*) e a *e-Residency* (residência virtual), que podem ser desenvolvidos com recurso a tecnologias emergentes, como registos em Blockchain.

A.1. Na Administração Pública

- **Eliminar o uso de papel na administração pública sempre que possível.** O Volt procurará criar uma infraestrutura para processos que não requeiram o uso de papel,¹ bem como estabelecer padrões harmonizados para o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC),² a fim de reduzir gastos desnecessários e implementar serviços eficientes que garantam a interoperabilidade entre as diferentes bases de dados, plataformas e aplicações. Cada ação que tenha este objetivo terá em conta três elementos: a organização, as ferramentas (e o fornecedor externo que as fornece) e a relação governo-cidadão. Serviços novos e melhorados serão facilmente utilizáveis e acessíveis a partir de

¹ Consultar [Digital Economy and Society Index Report 2019 - Digital Public Services](#)

² Consultar [European Commission - ICT Standardisation](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

diferentes dispositivos ao mesmo tempo. As entidades públicas deverão reestruturar os seus processos internos, adaptando-os às novas ferramentas, processos de organização e aplicações/programas. Por último, os vários serviços estarão interligados através da utilização de um sistema homogéneo.

- **Criar infraestruturas digitais seguras e eficazes para promover a inovação.** Daremos prioridade à melhoria das infraestruturas digitais para satisfazer as necessidades futuras do setor privado e do público em geral.
 - A instalação de redes de fibra ótica será acelerada para aumentar a velocidade da Internet; a cobertura da Internet também será significativamente melhorada.³
 - Redes de sensores municipais⁴, acesso a *Wi-Fi* público e infraestruturas mais consolidadas serão implementadas para alcançar uma maior eficiência de custos e garantir a cobertura do serviço de Internet. Isto permitirá também uma maior utilização de plataformas partilhadas para prestar serviços administrativos (ou seja, gestão de RH e financeira)⁵, bem como serviços individuais, como a utilização de armazenamento na nuvem.
 - Todas as novas tecnologias serão examinadas usando um modelo de Prova de Conceito⁶ para testar a sua utilidade antes da implementação a larga escala.

A.2. Governança Digital (*e-Governance*)

- **Fomentar a adoção de serviços de identificação digital para transações online e assinaturas digitais,⁷** agilizando processos como a assinatura de contratos digitais de arrendamento, o acesso a ficheiros confidenciais e a declaração de impostos pela Internet. A tecnologia de Blockchain pode promover a difusão do uso da identificação digital por toda a Europa e a sugestão de adotar este sistema pode ser suportada por vários casos de sucesso e estudos-piloto já implementados.⁸
 - Garantir que todos os estudos-piloto incluem requisitos de

³ Para mais informação, consultar a secção VI sobre Direitos Digitais

⁴ Tal como exemplificado pelo sistema [Smart Santander](#)

⁵ Consultar [Shared Services Canada \(SSC\)](#) e [An Examination of Shared Services in the Irish Public Service and Internationally](#).

⁶ Teste que visa mostrar a viabilidade de um projeto ou ideia: [Investor Words - What is Proof of Concept?](#)

⁷ Consultar [Digital Single Market - Trust Services and Electronic identification \(eID\)](#)

⁸ Consultar [How the Dutch Government is exploring blockchain use cases through many concurrent pilot projects](#) e [Blockchain and the public sector – What happened in 2016](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

autenticação, no mínimo, dupla (por exemplo, através de um sistema de duplo PIN.

- **Difundir o modelo de e-residência, implementado na Estónia**, para permitir aos intervenientes de fora da UE estabelecerem empresas que possam operar no mercado único da União Europeia.⁹
- **Usar *big data* e sistemas analíticos preditivos** para melhor adequar as políticas e serviços governamentais às necessidades dos cidadãos.¹⁰ Estes dados devem ser utilizados durante a elaboração de todas as políticas, respeitando sempre os mais elevados padrões de privacidade, proteção de dados e salvaguarda dos direitos fundamentais.
- **Utilizar dados abertos (*open data*) para aumentar a transparência governamental** e facultar aos cidadãos e às empresas informações que aumentem a responsabilização e a governação eficiente, e que possam também ser utilizadas para fins de investigação. Organizar *hackathons* (maratonas de programação) onde alguns dados são disponibilizados para permitir que programadores encontrem soluções inovadoras e aumentem a segurança informática das infraestruturas públicas.

A.3. Nos Cuidados de Saúde

- **Difundir as práticas de *e-Health* (Saúde digital) a nível nacional**, garantindo que os registos dos doentes¹¹ e o seu historial clínico possam ser facilmente partilhados entre hospitais e médicos, e aplicar políticas transnacionais de receitas médicas eletrónicas para garantir um acesso fácil e seguro aos medicamentos a cidadãos que vivem ou trabalham noutro país (ou que lá se encontram em viagem).¹² As tecnologias mais recentes, como os registos em Blockchain, permitem apoiar o desenvolvimento deste tipo de serviços digitais.¹³
- **Desenvolver um sistema de marcação eletrónica de consultas com especialistas**, para reduzir o tempo de espera e respetivo custo, como já existe para os serviços privados de saúde.

⁹ Consultar [Republic of Estonia eResidency](#)

¹⁰ Ver [Digital Single Market - Making Big Data work for Europe](#)

¹¹ Ver [e-Estonia: e-Health records](#)

¹² Ver [e-Estonia: e-Prescription](#)

¹³ Consultar [Blockchain and the public sector – What happened in 2016](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

A.4. Na Lei

- **Tornar os processos judiciais mais disponíveis.** Os governos precisam de responder por cada documento que é redigido no âmbito de processos judiciais. Explorando as tecnologias mais recentes, é possível armazená-los adequadamente e partilhá-los com todas as partes interessadas envolvidas nos processos.¹⁴ Facilitar o acesso a documentos ou informações na posse de entidades públicas tornará as suas ações mais transparentes e garantirá a proteção dos interesses e direitos dos cidadãos. Além disso, as tecnologias recentes, como os registos em Blockchain, facilitarão a proteção de documentos e informações, como dados sensíveis ou informações relativas à ordem pública. Isto tornaria mais difícil recusar o acesso de um requerente apenas para proteger interesses duvidosos.

A.5. Em matéria de segurança

- **Promover o uso de sistemas de Blockchain,** como o *KSI Blockchain*, para tornar a manipulação de dados impossível, tornando as doações a indivíduos em cargos públicos transparentes e rastreáveis.¹⁵

B. Talento e Reputação

Revitalizar, reforçar e recompensar a motivação e o desempenho dos funcionários públicos para aumentar a capacidade de resposta às mudanças do meio e às necessidades dos cidadãos. Promover um ambiente ágil para estimular o desempenho, o crescimento e as oportunidades de carreira dos funcionários públicos.

- **Criar equipas de inovação¹⁶ nas administrações locais e centrais.** Estas "*i-teams*" irão desenvolver soluções digitais para resolver as questões mais importantes para o seu círculo eleitoral e, em seguida, acompanhar a sua implementação. Estas equipas combinarão competências digitais com a gestão de serviços, garantindo que as

¹⁴ Ver [How the Dutch Government is exploring blockchain use cases through many concurrent pilot projects](#)

¹⁵ Tal como realizado pela Estónia: [KSI Blockchain](#)

¹⁶ Consultar [i-Teams: The teams and funds making innovation happen in governments around the world](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

novas ferramentas e serviços correspondem às capacidades e necessidades dos cidadãos.¹⁷ A digitalização do setor público deve ser considerada toda ela como um meio e não como um fim.

- **Facilitar a aprendizagem de novas competências em empregos do setor público.** Os organismos públicos deverão proporcionar uma vasta gama de cursos de formação aos seus funcionários, permitindo-lhes desenvolver as competências de gestão de projetos e de TIC necessárias num ambiente em rápida evolução. Todos os funcionários públicos terão estas competências certificadas. Os funcionários públicos podem experienciar e aprender com a dinâmica do setor privado, participando em intercâmbios entre os setores público e privado.
- **Difundir um sistema de recrutamento focado em cada cargo de forma individual na administração pública¹⁸ por toda a Europa para atrair talentos de todas as áreas para os organismos públicos:** pessoas de diferentes profissões oferecem competências específicas diferentes. Podem ser criados canais de admissão especiais para jovens talentos, que podem, por exemplo, incluir programas em que se propõem desafios específicos com o objetivo de contratar aqueles que melhor respondem a esses testes.¹⁹
- **Introduzir um sistema de gestão por objetivos, complementado por incentivos financeiros e não financeiros para melhorar o desempenho dos funcionários públicos** e acelerar a progressão na carreira aos bons profissionais. O desempenho dos funcionários será avaliado com base nos seus resultados.
- **Introduzir compensações atrativas e justas para todos os funcionários públicos, bem como boas condições de entrada no setor público.**

C. Responsabilidades partilhadas

Identificar e evitar a redundância ineficiente ou ineficaz de responsabilidades partilhadas em todos os níveis da administração pública, a fim de tornar mais claros os processos de responsabilização e de tomada de decisões.

Os governantes devem ser responsáveis perante os seus constituintes pela utilização dos fundos públicos e pelos seus resultados. Uma atribuição clara e

¹⁷ Ver [EAST: Four simple ways to apply behavioural insights](#)

¹⁸ Ver [OECD - Central Government Recruitment Systems](#)

¹⁹ Consultar [Administration and the Civil Service in the EU 27 Member States](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

demarcada de competências e responsabilidades entre as várias administrações a nível estatal, regional e local promove uma maior responsabilização dos representantes políticos.

- **Aplicar o princípio da subsidiariedade para assegurar a distribuição mais eficaz e eficiente das responsabilidades** administrativas e jurídicas a nível local, nacional e da UE.

D. *Glass State* (“Estado de vidro”)

Garantir uma total transparência na utilização dos recursos públicos: como são contabilizados, de onde vêm e como são gastos. Monitorizar os processos de concurso para garantir que os contratos públicos oferecem a melhor relação qualidade/preço (“BVM”).²⁰ As propostas em que existe concorrência para a prestação de serviços públicos garantem melhores resultados para os cidadãos, enquanto que um sistema transparente limita a fraude.

- **Tirar partido do papel do Tribunal de Contas Europeu na administração dos serviços nacionais de auditoria para melhorar a gestão de fundos públicos**, tanto a nível europeu como nacional, e uniformizar as normas contabilísticas do setor público,²¹ partilhando as melhores práticas entre os países²² (ou seja, a produção de contas públicas globais (WGA) a nível nacional).²³ O Tribunal deverá garantir que os fundos públicos são utilizados para executar as políticas propostas de forma correta e eficiente, acompanhando a coerência entre a conceção das políticas e a respetiva implementação.
- **Aumentar as competências dos Serviços Nacionais de Auditoria²⁴ para analisar as atividades, a dimensão e os objetivos das entidades do sector público** e dos programas de políticas públicas, sem comprometer a rapidez e a qualidade dos serviços. Devem-se realizar avaliações periódicas independentes de todos os bens e empresas públicas para testar a sua eficácia, aumentar a eficiência e testar técnicas inovadoras de finanças públicas e orçamentação.
- **Centralizar os processos de aquisição ou utilizar instrumentos de**

²⁰ Consultar [National Audit Office \(NAO\) - Assessing value for money](#)

²¹ Ver [On the idea of introducing "EPSAS"](#)

²² Ver [2018 ECA Award for research on public sector auditing](#)

²³ Consultar [A snapshot of UK finances](#)

²⁴ Como por exemplo [The National Audit Office \(NAO\)](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

agregação, como protocolos e contratos consolidados, para beneficiar em escalas maiores. Integrar a atual plataforma central de contratos públicos (TED)²⁵ com as plataformas nacionais de concursos públicos, garantindo a interoperabilidade e o intercâmbio de dados para permitir a apresentação de propostas transnacionais²⁶ e atenuar os efeitos de bloqueios existentes.

- **Melhorar o conhecimento do mercado,**²⁷ por exemplo através da investigação e de práticas de contratos pré-comerciais, para melhor definir as necessidades do setor público em matéria de planeamento plurianual e anual dos contratos públicos.
- **Fomentar uma utilização mais adequada, eficaz e transparente das Parcerias Público-Privadas (PPP) e de *outsourcing*** com base nos resultados estatísticos, fazendo-o apenas nos casos em que existem benefícios para os cidadãos, contabilizando fatores externos do mercado, como os impactos ambientais e sociais, a responsabilização e possíveis incentivos desonestos. Realizar avaliações de impacto exaustivas em casos de *outsourcing* que podem ter um impacto potencialmente grande no bem-estar dos cidadãos. A prestação pública de serviços também deve ser avaliada na mesma base exaustiva que a das PPP.
- **Estabelecer e expandir o uso de cooperativas e associações mutualistas na prestação de bens e serviços públicos,** a fim de aumentar a responsabilização democrática, a participação dos cidadãos, a prestação efetiva de serviços e a devida creditação conjunta.²⁸

²⁵ Ver [What is TED?](#)

²⁶ Consultar [European Commission: E-procurement](#)

²⁷ Como visto em [Public procurement – a study on administrative capacity in the EU](#)

²⁸ Consultar [Vision paper: A cooperative vision for the collaborative economy](#)

II. Criar um sistema de ensino para o futuro

A Educação é uma verdadeira força de promoção da mobilidade e inclusão social, bem como **um importante meio de união de pessoas numa democracia vibrante e dinâmica** em sociedades pluralistas e abertas. A Europa enfrenta desafios regionais extremamente diferentes em matéria de Educação. O Volt irá garantir que as escolas sejam locais de trabalho mais inspiradores, seguros, aliciantes e estimulantes para todos. Com o objetivo de promover a **igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de elevada qualidade**, o Volt defende o desenvolvimento consciente e responsável de cada criança e jovem da União Europeia. O Volt apoia a aprendizagem extracurricular, bem como a educação informal e não-formal. A **aprendizagem contínua e a formação profissional** devem estar disponíveis para todos, independentemente das suas vidas profissionais e pessoais, a fim de proporcionar oportunidades a pessoas de todas as idades. Deve ser dada maior ênfase à educação pré-escolar. Por último, defendemos um **maior investimento no ensino superior a nível europeu, bem como na investigação e desenvolvimento**. O ensino superior de elevada qualidade deve ser acessível e estar à disposição de todos os cidadãos, independentemente da sua origem. A fim de permitir a todos os cidadãos participar e contribuir para a sociedade, a educação deve fornecer as ferramentas necessárias ao desenvolvimento pessoal de cada um e criar oportunidades variadas para os cidadãos europeus.

De forma a criar um sistema que permita aos cidadãos participar e contribuir para a sociedade, a educação exige importantes reformas para que possa ajudar a desenvolver competências essenciais numa sociedade participativa, devendo estimular a participação cívica e incentivar e recompensar a excelência. Uma vez que as nossas políticas se baseiam nas melhores práticas, consideramos que a reforma escolar que se revelou eficaz da Finlândia é um exemplo a seguir. As suas principais conquistas incluem: maior ênfase na educação pré-escolar; disponibilização de recursos de alta qualidade para formação de professores, assim como remuneração adequada para estes profissionais; carga horária escolar reduzida; quantidade de trabalhos de casa inferior; disponibilização de refeições e de transporte de e para a escola de forma gratuita. O Volt considera que estas são as bases fundamentais para o futuro da Educação. Vamos trabalhar em conjunto para transformar as escolas num núcleo para o conhecimento, inspiração e desenvolvimento pessoal — tanto para estudantes, como para professores.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

A. Educação pré-escolar

As instituições públicas deverão apoiar e complementar, de várias formas, o trabalho desenvolvido pelos pais, mas estes continuarão sempre a ser a principal entidade responsável pelo bem-estar da criança. O objetivo do ensino pré-escolar consiste em apoiar o crescimento das crianças no sentido de se tornarem membros da sociedade responsáveis do ponto de vista ético, fornecendo-lhes os conhecimentos e as competências necessárias e melhorando as suas condições de aprendizagem. Existe, portanto, a necessidade de aumentar a sua qualidade e acessibilidade.

- **As creches e jardins de infância deverão estar acessíveis de forma gratuita para todas as crianças.**²⁹
- **Ensino pré-escolar criativo:** o Volt defende um foco maior em educação pré-escolar, como acontece na Finlândia.³⁰ Programas de educação e apoio na infância (por exemplo, programas de tutores e mentores) proporcionam modelos positivos e, em consequência, melhoram o desenvolvimento das crianças e jovens.³¹
- **Criação de grupos de trabalho de reabilitação** constituídos por representantes dos serviços de cuidados de saúde, do setor voluntário e estatutário, da orientação infantil e aconselhamento familiar, bem como do setor escolar. Estes grupos têm por objetivo organizar centros de dia para as crianças com necessidades especiais e de educação para apoiar o acompanhamento do crescimento e da aprendizagem.³²
- **Assegurar o acesso a serviços especiais para crianças** com menos de 6 anos, tal como sessões de terapia da fala ou consultas com psicólogos, conforme seja necessário.
- **Garantir que existe um padrão elevado a nível europeu respeitante às licenças parentais, de paternidade e de maternidade.** Após o período de licença de maternidade e paternidade, um ou ambos os progenitores devem poder gozar uma licença parental. O período de licença parental deve ser, no mínimo, de 26 semanas e pode ser gozado num período contínuo, que o empregador não pode recusar, ou num período descontínuo, que o empregador pode recusar. À semelhança do

²⁹ Para mais informações, ver *Igualdade Social - Atenuar a pobreza - Jovens*.

³⁰ Mais informações: minedu.fi/en/early-childhood-education-and-care

³¹ As "pré-escolas florestais" da Dinamarca, desenvolvidas por pedagogos e investigadores, são também uma boa prática. Para além de proporcionarem um desenvolvimento saudável, visam também desenvolver uma utilização responsável dos recursos naturais. Ver denmark.dk/en/meet-the-danes/forest-preschools

³² OCDE, Early Childhood Education and Care Policy in Finland, disponível em <http://www.oecd.org/finland/2476019.pdf>

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

que acontece com o subsídio de maternidade e de paternidade, o subsídio parental é igual ao rendimento que seria normalmente auferido.³³

B. Ensino básico e secundário

O ensino básico e secundário exige uma atenção especial, uma vez que é o principal fator determinante da desigualdade social. O programa do Volt visa desenvolver um sistema verdadeiramente abrangente que possa criar cidadãos mais informados, envolvidos e dotados das competências necessárias para reduzir os níveis de desigualdade.

B.1. Instrumentos de apoio aos cidadãos

- **Proporcionar refeições escolares diárias, saudáveis e gratuitas** a todos os alunos para quebrar o ciclo da fome e da pobreza infantil. O acesso a refeições gratuitas tem benefícios nutricionais, de aprendizagem e de saúde, apoiando a produtividade e o sucesso escolar.³⁴
- **Assegurar o acesso à Internet de alta qualidade e a conectividade à tecnologia**³⁵, através de redes móveis e ligações Wi-Fi mais rápidas, que consigam alcançar zonas rurais e outras comunidades mais isoladas o mais rapidamente possível. Isto é absolutamente vital para a educação das crianças e jovens, uma vez que permite um acesso rápido à informação proveniente de uma grande variedade de fontes, o que deverá sempre ser acompanhado por um pensamento crítico bem desenvolvido.
- **Reforçar o sistema educativo, alargando o financiamento das escolas públicas** nas zonas urbanas e rurais. Dar a todas as crianças a possibilidade de participarem numa escola bem desenvolvida.
- **Criar programas especiais de integração das crianças migrantes** para os ajudar a adaptarem-se a uma nova língua e

³³ Para mais informações, ver *Discriminação em relação a grupos e minorias - Acabar com a discriminação das mulheres - No local de trabalho*

³⁴ Journal of School Health, Nutrition and Student Performance at School, disponível em onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1746-1561.2005.00025.x

³⁵ Ver *Garantia dos direitos digitais e liberdade*.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

cultura.

B.2. Abordagens e técnicas inovadoras

Propomos tornar a educação mais eficaz e acessível, alcançando uma gama mais alargada de capacidades e talentos dos alunos. Devem investigar-se as tendências dos estudantes a longo prazo e atualizar regularmente os planos de estudo, de forma a adaptá-los melhor às nossas sociedades em constante mudança.

- **Investir na investigação para encontrar formas melhores e mais criativas de ensinar**, como a aprendizagem baseada em fenómenos: ensino por temas,³⁶ aprendizagem em grupo, abordagens mais experimentais e práticas, educação assente em valores e desenvolvimento de pensamento crítico, que estimule a criatividade e imaginação. Educar todas as crianças com foco nos seus pontos fortes, assegurando simultaneamente que atingem certos níveis de desenvolvimento, incentivando-as a aprender através da liderança, da participação e da consciência cívica.³⁷
- **Introduzir novas técnicas de medição do sucesso das escolas**, tais como as taxas de escolarização/abandono escolar; a retenção de colaboradores e o seu desenvolvimento profissional; a ligação das escolas com a comunidade através de fundos de filantropia, de participação/empenho parental e satisfação comunitária. As turmas não deverão exceder os 20 alunos.
- **Incentivos à criação de competências digitais**, tanto no ensino primário, como na preparação para o mundo profissional (aulas de programação, etc.).
- **Reforçar o sistema educativo através do aperfeiçoamento dos cursos e aulas *online***, tornando o ensino superior disponível para todos, em especial para os estudantes que vivem em zonas remotas.
- **Rever os artigos de investigação no campo da neurociência e biologia sobre a aprendizagem, a atenção e a concentração do aluno**, por exemplo, no que se refere aos tempos de aula ou de exame, bem como experimentar uma nova estruturação dos

³⁶ Ver [“Phenomenal Education - Phenomenon Based Learning”](#)

³⁷ Ver [CATS - Children as Actors for Transforming Society](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

horários escolares.³⁸

B.3. Reforma das Metas Curriculares

- **Assegurar a fluência no Inglês**, visto tratar-se indiscutivelmente da língua franca na comunicação internacional. Simultaneamente, colocar um maior foco no domínio das próprias línguas maternas, a fim de permitir um empenho e envolvimento adequado nas comunidades locais.
- **Destacar o ensino das disciplinas STEAM³⁹**, que serão lecionadas em Inglês e deverão estar ativamente ligadas às artes e à criatividade.
- **Priorizar a educação para a cidadania e o ensino sobre o sistema político**, abordando o seu funcionamento, desde o governo local, ao governo nacional e à União Europeia. Tornar a formação cívica uma prioridade.
- **Introduzir uma disciplina de “Desenvolvimento Pessoal e Social”**, com foco nas competências pessoais e responsabilidade de cada um. Será obrigatória e com uma hora semanal nos últimos dois anos de ensino secundário, abrangendo conteúdos como a economia e a literacia financeira básica, fundamentos jurídicos, competências sociais, sustentabilidade e estilo de vida saudável. Deve também promover a cooperação entre as escolas e o seu ambiente local.
- **Reestruturar os programas e currículos educativos, para que promovam ativamente a tolerância e o diálogo intercultural**, o envolvimento dos cidadãos, a abolição dos preconceitos e a promoção de valores democráticos. Deve ser dada prioridade à promoção da igualdade entre homens e mulheres (de forma a ultrapassar os estereótipos de género e as discriminações), bem como à educação sexual e de relações.
- **Aumentar a educação no domínio da saúde e bem-estar mental**, que deve abordar os desafios que pessoas de todos os grupos etários enfrentam num mundo de conectividade constante, marginalização socioeconómica e intimidação e

³⁸ Ver [UC Berkeley, “Poor grades tied to class times that don’t match our biological clocks”](#)

³⁹ Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática (Do Inglês “*Science, Technology, Engineering, Arts & Mathematics*”)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

assédio *online*.

- **Introduzir aulas de cultura artística**, que desenvolvam a criatividade e empatia através do cinema, teatro e arte.
- **Enfatizar conhecimentos e competências específicas de aprendizagem**, como o desenvolvimento da oralidade e da escrita.

C. Gratificação dos professores

Pretendemos atrair mais pessoas qualificadas para a profissão de professor e que estes profissionais se encontrem motivados no seu emprego, aumentando a reputação e a remuneração desta importante profissão que tem como função educar as gerações futuras.

- **Apoiar as cimeiras e eventos de educação promovidos pela União Europeia.**⁴⁰
- **Reestruturação da formação de professores**, oferecendo uma experiência mais prática, analisando as atuais condições de admissão na carreira e proporcionando apoio à entrada de profissionais de outras áreas.
- **O trabalho extracurricular e/ou fora-de-horas deve ser remunerado** ou de outra forma compensado.
- **Investir em apoio emocional, aconselhamento, orientação e cuidados psicológicos a professores** prestados por pessoal especializado e em colaboração com instituições médicas locais.
- **Priorizar os investimentos em escolas e professores de comunidades marginalizadas** e que enfrentam a exclusão social.
- **Incentivar e recompensar o compromisso de longo prazo** por parte dos professores. Dar mais voz aos professores e aos profissionais da educação, incluindo na elaboração de políticas de educação.
- **Colocar a ênfase no ensino pela criatividade**, com novas estruturas de trabalho e ambientes de trabalho. Introduzir sistemas de avaliação com base em comentários e opiniões de todos os intervenientes do sistema.

⁴⁰ Comissão Europeia, [Primeira Cimeira Europeia da Educação](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

D. Edifícios e infraestruturas

- **Transformar os centros educativos em pontos comunitários para a troca de ideias.**
- **Investir em edifícios e instalações novos ou renovados** que facilitem a aprendizagem de competências essenciais para o mercado de trabalho atual, tal como o *networking*. Já existem exemplos funcionais deste conceito, que pretendemos difundir por toda a Europa. A Escola Secundária de Orestad, em Copenhaga, é um desses exemplos.⁴¹

E. Ensino superior e formação profissional

No mundo de hoje, existe uma forte procura por pessoas altamente qualificadas e socialmente empenhadas. Até 2025, espera-se que metade de todos os postos de trabalho deverão exigir qualificações a nível do ensino superior.⁴² O emprego, sob o efeito das tecnologias digitais, está a tornar-se cada vez mais flexível e complexo. Exige-se que os trabalhadores tenham capacidade de gerir informação complexa, pensar de forma autónoma e criativa, utilizar vários recursos, incluindo os digitais, comunicar de forma mais eficaz e ser mais resilientes do que nunca. A criatividade e a capacidade de criar ligações entre várias áreas são cruciais para o desenvolvimento pessoal, bem como para a resolução de problemas sociais. Todos os cidadãos devem poder sempre avançar para um nível mais elevado de educação, independentemente das escolhas que fizerem em diferentes fases da vida. O Volt tenciona relançar o ensino superior com políticas inovadoras, destinadas a acompanhar as tendências emergentes.

- **Expandir o projeto Erasmus +, através de um aumento significativo do seu orçamento** e da melhoria da acessibilidade, divulgação e sensibilização para as oportunidades que oferece. Atualmente, a difusão de informação do programa é feita através da plataforma da DG EAC⁴³, mas queremos assegurar uma maior colaboração com as instituições nacionais e regionais, de modo a podermos chegar aos lugares que mais podem beneficiar com este intercâmbio. Desde o início do programa Erasmus+, em 2014, que mais de 2 milhões de pessoas participaram no programa.⁴⁴

⁴¹ Ver [Can a Building Aid the Education Process?](#)

⁴² Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre uma [nova agenda da UE para o ensino superior](#)

⁴³ Direção-Geral da Educação, Juventude, Desporto e Cultura

⁴⁴ Comissão Europeia [ERASMUS + O programa da UE para a educação, a formação, a juventude e o desporto \(2014-2020\)](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Expandir o programa Erasmus Pro** e assegurar que chega a pessoas de todas as áreas e contextos socioeconómicos, em programas educativos e profissionais. Trinta anos volvidos, o programa tem provado o seu valor e a sua expansão é certamente um investimento compensador para o futuro da Europa.
- **Facilitar a mobilidade intersetorial** entre universidades e outros estabelecimentos de ensino superior, por um lado, e entre o setor privado e as organizações sem fins lucrativos, por outro. Tal estimularia a partilha de diferentes perspetivas e permitiria a indivíduos altamente qualificados terem uma carreira flexível.
- **Estabelecer um prémio para o(s) melhor(es) professor(es) na UE.**
- **Estabelecer um debate aberto sobre como projetar as universidades do futuro**, com foco em temas como o acesso livre a residentes de determinada uma região ou a promoção de aulas *online*.
- **Permitir a continuação do ensino**, criando bolsas de estudo para ex-alunos e profissionais que pretendam regressar aos estudos, para promover a aprendizagem ao longo da vida.

F. Excelência

Criar centros de excelência em certas universidades e institutos superiores para obter reconhecimento internacional, atrair talentos, promover a inovação e criar parcerias com o setor privado, se relevante, mantendo a liberdade académica e a integridade do sistema de ensino.

- **Investir em universidades situadas em regiões desfavorecidas** para atrair estudantes e recursos.
- **Investir em centros de educação relacionados com artes e técnicas locais ou regionais** (por exemplo, a Escola de Nápoles para Alfaiates).
- **Envolver as empresas e a sociedade civil** na criação de aulas e seminários, de forma a garantir a criação das competências necessárias no mercado de trabalho e uma maior mobilidade entre instituições de aprendizagem.

III. Disponibilizar cuidados de saúde de elevada qualidade para todos

Em conformidade com a OMS, o Volt define a Saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a mera ausência de doença ou mal-estar. As doenças e incapacidades mentais e físicas precisam de ser vistas de uma forma mais construtiva e consciente pela sociedade. Consideramos que a solução para um serviço de saúde eficiente e sustentável reside na prevenção e não no tratamento de doenças, reduzindo os recursos humanos e financeiros necessários no próprio sistema.

Com base nestes princípios, pretendemos implementar um sistema de saúde de elevada qualidade. O Volt defende o investimento na melhoria dos cuidados de saúde e que estes estejam disponíveis para todos. Por todo o continente, deverá ser possível consultar um médico de clínica geral ou um especialista no prazo de poucos dias e obter o devido tratamento de forma atempada (reduzindo os custos das listas de espera). Adicionalmente, é necessário reforçar o acesso a cuidados de saúde mental. Ferramentas eficazes de *e-Health* (“saúde digital”) têm de se tornar uma parte intrínseca da prestação de cuidados de saúde, alargando o próprio acesso a estes cuidados. Além disso, o Volt defende a alocação de mais recursos para a saúde preventiva, com destaque particular para as doenças relacionadas ao estilo de vida, bem como para a saúde infantil. Queremos implementar um sistema de saúde eficiente no qual os prestadores de cuidados de saúde estão dotados das ferramentas necessárias para que possam fornecer o melhor atendimento possível, que atenda às necessidades e desejos dos pacientes. De uma forma geral, uma colaboração mais próxima entre as profissões médicas no que respeita à saúde física, mental e social é fundamental para melhorar a qualidade e a eficiência dos cuidados de saúde.

A. Harmonização dos sistemas de saúde europeus

- **Assegurar uma cobertura universal do acesso aos cuidados de saúde** para todos os residentes europeus.
- **Elaborar diretrizes e normas comuns a nível europeu, baseadas em avaliações comparativas e nos melhores desempenhos no que respeita a tempos de espera, diagnósticos e tratamentos** para melhorar a qualidade dos cuidados de saúde. Para este efeito, o Volt

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

propõe a implementação de um sistema de avaliação anual dos serviços públicos de saúde, que seja integrado no Semestre Europeu (por exemplo, através da cooperação com agências de estudos estatísticos como a Health Consumer Powerhouse⁴⁵).

- **Trabalhar no sentido de desenvolver sistemas de saúde eficientes e de elevada qualidade**, o que exige uma otimização contínua da coordenação e da colaboração entre as instituições públicas e os prestadores de cuidados de saúde, sejam públicos ou privados. Os prestadores de cuidados de saúde não devem ser geridos (na totalidade) por órgãos administrativos centralizados - devem poder ser independentes e ter uma maior autonomia para garantir a mais elevada qualidade dos cuidados, reduzindo apenas ao essencial o envolvimento de governos, políticos e burocratas nas decisões operacionais que respeitam à prestação de cuidados de saúde. Em vez disso, uma rede independente de prestadores de cuidados de saúde e de seguradoras deverá possibilitar o acesso a cuidados de saúde de elevada qualidade, em que as decisões operacionais são essencialmente tomadas por profissionais de saúde com o envolvimento dos pacientes. O(s) Estado(s) deve(m) fornecer as condições necessárias para que os prestadores de cuidados de saúde e os prestadores de seguros funcionem com os mais elevados níveis de qualidade, bem como estabelecer o quadro jurídico e regulamentar para o financiamento dos cuidados de saúde, que resulte numa cobertura universal adequada, com cuidados de saúde acessíveis para todos (estilo Bismarck⁴⁶). Dada a multiplicidade de sistemas de saúde em todo o continente, o Volt está convicto de que a coordenação eficaz entre os setores público e privado, tal como a atribuição de competências, tem de ser, em última análise, adaptadas às necessidades e vontades de cada país e de cada caso.
- **Assegurar a cobertura dos serviços de saúde em toda a Europa**, para facilitar a mobilidade dos cidadãos europeus, alargando os acordos existentes em matéria de cuidados de saúde (por exemplo, criando um sistema de reserva digital de cuidados de saúde especializados a nível da UE, através do Cartão Europeu de Seguro de Doença - CESD). A nossa visão a longo prazo é que o CESD permita aos cidadãos da UE acesso a todos os tipos de cuidados de saúde em toda a UE.

⁴⁵ Todos os anos é publicado um documento que compara o desempenho dos cuidados de saúde de cada país europeu. As nossas equipas políticas nacionais podem adaptar as mudanças mais facilmente com as suas diferentes prioridades e velocidades. Ver [Health Consumer Powerhouse, Euro Health Consumer Index](#)

⁴⁶ Especialmente para países maiores, o sistema Bismarck classifica consistentemente melhor em desempenho do que os sistemas Beveridge, conforme descrito no [Health Consumer Powerhouse, Euro Health Consumer Index 2017](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Assegurar cuidados de saúde de qualidade em toda a UE, impondo normas de prestação de cuidados baseadas na evidência.**
- **Introduzir uma maior harmonização na prescrição de receitas médicas e na utilização de medicamentos** em todos os países através da Agência Europeia do Medicamento (EMA). Por exemplo, é prioritário reduzir a grande disparidade nos consumos de antibióticos entre os vários países da UE, uma vez que o recurso excessivo aos antibióticos tem resultado em cada vez mais resistência às doenças.⁴⁷

B. Acesso a cuidados de saúde

- **Reduzir os tempos de espera através da implementação de um sistema de reservas eletrónico** para as diferentes especialidades médicas, com maior investimento em especialistas e infraestruturas médicas.
- **Criar uma abordagem multiprofissional**, apoiando a centralização inteligente das especialidades médicas. Os centros de saúde devem proporcionar aos pacientes um atendimento abrangente no que se refere a consultas médicas, bem como consultas com psiquiatras, psicólogos, conselheiros sociais, terapeutas da fala, fisioterapeutas e outros profissionais de saúde. Os dados médicos dos pacientes devem ser partilhados facilmente, de forma segura, entre todas as especialidades médicas, para que os profissionais de saúde possam prestar melhores cuidados ao paciente.
 - A centralização física é sobretudo necessária no que se refere às zonas rurais; nas cidades, a centralização incide mais na interligação inteligente dos domínios médicos através das novas tecnologias de informação.
 - É necessário investir em telemedicina e *e-health* ("saúde digital"), para fornecer um ponto de contacto com os profissionais de saúde abrangente, eficiente e de fácil utilização.
- **Criar um *European Health Express*** (unidade de saúde móvel) para zonas rurais que não tenham acesso fácil a cuidados de saúde e investir em novas ideias, tal como as clínicas móveis utilizadas pela Cruz Vermelha⁴⁸ ou pela Lifeline Express⁴⁹.

⁴⁷ Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças, [Resumo dos últimos dados sobre o consumo de antibióticos na União Europeia](#)

⁴⁸ Ver [Mobile clinics in Ukraine to bring health services to people in need](#)

⁴⁹ Ver [26 Years of Changing Lives: The Story of Lifeline Express, The World's First Hospital Train](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Assegurar a prestação de cuidados de saúde mental** à escala europeia.
 - Os doentes devem ter um acesso rápido aos profissionais de saúde mental através dos seus médicos de família.
 - Os cuidados de saúde mental também devem ser oferecidos, cada vez mais, através de plataformas inovadoras de saúde digital, por exemplo, através de consultas por videochamada.
 - Os governos devem desempenhar um papel ativo na promoção da saúde mental, aumentando o número de pacientes a procurar cuidados de saúde mental e contribuindo para a eliminação do estigma associado aos problemas de saúde mental.
 - Trabalhar para eliminar o estigma e a mistificação em torno de doenças mentais como a depressão, fornecendo apoio precoce e continuado, bem como medidas preventivas.
 - Adotar uma abordagem holística e que envolva toda a sociedade na saúde mental com base no Plano de Ação da OMS⁵⁰. O Estado deve regular as condições de trabalho no que diz respeito à dignidade do trabalhador, ao equilíbrio entre a vida profissional e familiar, ao horário de trabalho, ao período de férias e à flexibilidade da profissão. Devem ser estabelecidas medidas para manter os trabalhadores informados, dar-lhes apoio em caso de dificuldade e garantir a aplicação das normas relativas ao local de trabalho.
- **Garantir uma cobertura suficiente de médicos de clínica-geral e unidades de cuidados de saúde primários** em áreas economicamente desfavorecidas, especialmente em áreas rurais, melhorando a remuneração dos profissionais de saúde nestas zonas e facilitando a prestação de serviços médicos em áreas de difícil acesso através de medidas de *e-health* (saúde digital), entre outras.

C. Dar ênfase aos cuidados de saúde preventivos

Para alcançar melhores resultados em termos de saúde e qualidade de vida, o Volt acha que é necessário dar maior ênfase aos cuidados de saúde preventivos. Muitas doenças resultam da exposição a longo prazo a fatores de risco que podem ser controlados - pelo menos parcialmente - através de melhores escolhas de estilo de vida, de um ambiente de vida e trabalho mais limpo e de uma maior concentração em cuidados de saúde preventivos, de forma mais precoce. O Volt acredita que devem ser atribuídos mais recursos a cuidados de saúde preventivos nos seguintes domínios:

⁵⁰ Ver [Mental health action plan 2013 - 2020](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

C.1. Doenças relacionadas com o estilo de vida

Por toda a Europa, as escolhas relacionadas com o estilo de vida contribuem de forma significativa para o impacto das doenças⁵¹. Opções de estilo de vida pouco saudáveis - como o tabagismo, o sedentarismo e uma alimentação desequilibrada - são fatores de risco que conduzem a doenças (crónicas) como o cancro, a obesidade, a diabetes, as doenças cardiovasculares e até a mortes prematuras. Embora as pessoas vivam cada vez mais tempo, fazem-no com mais doenças, o que afeta negativamente o seu bem-estar e aumenta ainda mais as despesas em cuidados de saúde. Por conseguinte, um estilo de vida focado na prevenção, bem como no bem-estar mental e social, deve ser promovido ativamente nas escolas, locais de trabalho e junto de todos os cidadãos através de campanhas públicas de sensibilização. Independentemente da situação socioeconómica, todos os cidadãos devem ter acesso a cuidados de saúde preventivos de qualidade ao longo da vida⁵². Assim, damos prioridade às seguintes medidas:

- **Promover um estilo de vida saudável** através da disponibilização de informação sobre escolhas saudáveis e da regulamentação do acesso a substâncias perigosas que criam dependência. Todas as escolas na Europa devem fornecer ferramentas de aprendizagem atualizadas e aulas práticas focadas num estilo de vida saudável. Além disso, devem providenciar tempo suficiente e instalações próprias para a prática de atividade física.
- **Restringir ainda mais o acesso a tabaco por parte de menores**, tornando ilegal em toda a UE a compra de tabaco por menores de 18 anos e garantindo o cumprimento das restrições de compra (por exemplo, concedendo licenças de venda e aplicando coimas a vendedores sem licença e compradores menores).
- **Aumentar a tributação de produtos derivados do tabaco** para desencorajar o seu consumo. Esta medida justifica-se pelas estimativas de que, até 2020, o tabaco venha a representar 10% de todas as mortes, e que o tabagismo provoque cerca de 71% dos casos de cancro do pulmão, 42% das doenças respiratórias crónicas e 10 % das doenças cardiovasculares⁵³.
- **Aumentar do imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas**, em conjugação com outras medidas políticas destinadas a desencorajar o seu consumo. Esta medida justifica-se pelas

⁵¹ Ver [Top 10 causes of death](#)

⁵² Isto inclui o acesso a alimentação saudável

⁵³ Ver [WHO Report on Noncommunicable diseases \(NCDs\)](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

consequências negativas do consumo de álcool na saúde e na vida social, incluindo episódios de violência estimulados pela influência do álcool⁵⁴.

- **Definir diretrizes à escala europeia para a promoção da atividade física** nas escolas e locais de trabalho⁵⁵.
- **Estudar e testar reformas fiscais que fomentem uma alimentação mais saudável**, incluindo:
 - Aumento do IVA sobre alimentos pouco saudáveis, que contenham gorduras saturadas, gorduras trans e açúcares processados.
 - Redução do IVA sobre produtos vegetais e frutas saudáveis.
- **Facultar diretrizes a nível europeu sobre educar os mais novos relativamente à necessidade de manter um regime alimentar saudável.**
- **Tornar disponíveis e/ou obrigatórias vacinas contra infeções sexualmente transmissíveis**, como o vírus do papiloma humano e a Hepatite B, incluindo-as em programas de vacinação patrocinados pelo Estado.
- **Disponibilizar instalações e testes de DSTs**, a preços acessíveis para todos.
- **Facultar diretrizes a nível europeu sobre a criação de programas de imunização para idosos.**
- **Trabalhar no sentido de descriminalizar ou legalizar as drogas.** A legislação e atitude progressista de Portugal em relação à toxic dependência mostrou que o atual modelo predominante de “guerra às drogas” não tem funcionado e continuará a não funcionar. O Volt tenciona seguir o modelo de Portugal a nível europeu, descriminalizando a posse de drogas até uma determinada quantidade. Esta medida permitirá libertar mais recursos policiais para que possam dar seguimento ao combate ao contrabando de drogas a larga escala. Além disso, permitirá às sociedades europeias tratar a dependência como

⁵⁴ Ver [Risk thresholds for alcohol consumption: combined analysis of individual-participant data for 599 912 current drinkers in 83 prospective studies](#)

⁵⁵ As pessoas sedentárias têm um aumento de 20% a 30% no risco de mortalidade, ao passo que as que desenvolvem algum tipo atividade física regular veem uma redução o risco de doenças cardiovasculares, incluindo hipertensão arterial e diabetes. Consultar: [WHO Global Status Report 2010](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

um problema médico e não criminal⁵⁶.

C.2. Fornecer programas de cuidados de saúde preventivos para menores

O acompanhamento da saúde e do crescimento nos primeiros anos de vida permite realizar intervenções médicas mais eficazes e com resultados positivos a longo prazo em termos da saúde e bem-estar da criança. Os pais devem receber apoio para que possam tomar as melhores decisões para si (durante a gravidez) e para os seus filhos, em matéria de cuidados de saúde física e mental, nutrição, exercício físico e vacinação. Várias investigações têm mostrado a importância das intervenções nas fases iniciais da vida, bem como de uma abordagem abrangente ao crescimento durante a infância, provando que melhoram os resultados a longo prazo em termos de saúde e de capital humano das crianças e jovens, apresentando, por isso, uma elevada taxa de retorno⁵⁷.

- **Implementar normas à escala da europeia para a criação de programas de saúde preventiva de alta qualidade para menores.** Os programas de saúde devem acompanhar o crescimento físico, bem como o desenvolvimento psicossocial, a fala e as competências socioemocionais através de avaliações periódicas. Através destes programas, os pais devem receber todo o apoio necessário para dar aos seus filhos a melhor qualidade de vida possível. Nomeadamente, deve competir ao estado e à UE como um todo:
 - Prestar cuidados pré-natais que garantam condições justas e seguras para os recém-nascidos, realizar exames de rastreio regulares às mães (por exemplo, exame do cariótipo fetal, ultrassons e educar sobre o consumo de substâncias perigosas para o feto).
 - Fornecer orientações a nível europeu sobre: 1) a calendarização correta dos rastreios/exames preventivos ao longo do ciclo de vida e 2) quais os procedimentos/exames preventivos essenciais para cada rastreio.
 - Detetar de forma inteligente os menores em situação de risco para a realização de rastreios adicionais.
 - Partilhar as melhores práticas e informações entre todos

⁵⁶ Consultar [Cata Institute, Drug Decriminalization Policy in Portugal](#)

⁵⁷ Ver [The Heckman Equation - There's more to gain by taking a comprehensive approach to early childhood development.](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

os países para melhorar os programas nacionais com base nos melhores exemplos. Embora existam programas de saúde preventiva para menores de idade na maioria dos países europeus, os seus resultados em termos de saúde e de acesso a cuidados de saúde preventivos variam consideravelmente na Europa.⁵⁸

- Uniformizar os programas obrigatórios de vacinação infantil para menores, de acordo com as normas europeias.
- Disponibilizar o teste do pezinho durante o período neonatal para detetar condições genéticas entre os recém-nascidos (por exemplo, hipotiroidismo, fenilcetonúria e fibrose cística).
- Aumentar a cobertura de cuidados de saúde preventivos para menores de idade através de medidas como programas de visitas domiciliares e escolares durante a infância.
- Disponibilizar programas de prevenção da depressão e ansiedade para adolescentes, visto que vários estudos têm demonstrado que seria eficaz na redução dos sintomas destas condições.⁵⁹

C.3. Reduzir os riscos ambientais

As alterações climáticas a nível mundial, a poluição atmosférica em meio urbano e a exposição ao chumbo são responsáveis por quase 2,4% das doenças e mortes a nível mundial.⁶⁰ A fim de reduzir o impacto negativo dessas causas, o Volt pretende:

- **Monitorizar em tempo real os principais indicadores de qualidade ambiental** (por exemplo, qual o nível poluição atmosférica - através dos níveis de gases do tipo SOx e NOx, bem como dos níveis de partículas no ar; avaliar a qualidade da água - através da medição do pH e de minerais residuais nocivos, como o calcário), para: 1) informar os cidadãos; 2) orientar a elaboração de políticas ambientais e 3) detetar situações perigosas que possam conduzir a doenças como o carcinoma da tiroide e mesoteliomas.

⁵⁸ Consultar [Preventive youth health care in 11 European countries: an exploratory analysis](#)

⁵⁹ Consultar [A Meta-Analytic Review of Depression Prevention Programs for Children and Adolescents: Factors that Predict Magnitude of Intervention Effects](#)

⁶⁰ Consultar [GLOBAL HEALTH RISKS - WHO - Mortality and burden of disease attributable to selected major risks](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Tomar medidas para melhorar a qualidade do ar nas cidades, por exemplo:**
 - Limitar o tráfego automóvel nos dias em que determinados limites de qualidade do ar são excedidos, como já acontece em Espanha, Itália e Dinamarca, onde as medidas incluem: 1) proibir a entrada de automóveis e/ou camiões na cidade ou 2) limitar o acesso a veículos com matrículas com números pares ou ímpares;
 - Melhorar as redes de transportes públicos;
 - Apoiar o sistema de meios de transporte partilhados (por exemplo, o *car-sharing*);
 - Fornecer alternativas ecológicas de transporte, tais como infraestruturas seguras e extensas para ciclismo e caminhada, bem como sistemas de partilha de bicicletas;
 - Garantir que os preços dos transportes públicos são acessíveis para todos;
- **Reforçar a legislação e os controlos sobre o setor industrial,** a fim de minimizar as emissões nocivas.
- **Investir na investigação sobre purificação do ar e em espaços verdes** com o propósito específico de regenerar o ar, bem como na implementação de projetos-piloto sobre este tema.

C.4. Prevenção baseada em análise de dados

O Volt considera que uma melhor utilização da informação disponível pode ser um forte impulsionador da inovação nos cuidados de saúde, especialmente quando se trata de cuidados de saúde preventivos, adaptados a cada indivíduo. O Volt tem como objetivo:

- **Reforçar as agências governamentais para que monitorizem indicadores de risco,** com base na probabilidade de ocorrência de fenómenos de risco para a saúde (como doenças) em várias categorias geográficas e demográficas, para melhor direcionar os cuidados de saúde preventivos para as populações de risco.
- **Usar dados anónimos de pacientes para estabelecer um "Sistema de Informação de Saúde" confiável e seguro,** onde os cidadãos podem optar por receber "pacotes de recomendações" para realizar exames preventivos baseados em características individuais.⁶¹ Os apelos à realização desses exames serão comunicados através de plataformas de *e-Health*

⁶¹ Ler [A cost-effectiveness analysis of a community based CVD program in Sweden based on a retrospective register cohort](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

(saúde digital). Isto permitirá:

- Melhorar os níveis de saúde através de cuidados preventivos individualizados;
 - Fornecer previsões do volume de exames que serão realizados aos prestadores de cuidados de saúde;
 - Reduzir o tempo de espera dos pacientes;
 - Acompanhar a realização de exames dos pacientes, lembrando-os de os realizar na altura certa.
- **Conceder deduções fiscais aos cidadãos para as despesas com cuidados de saúde preventivos.**
 - **Supervisionar alterações na prevalência de doenças crónicas,** para orientar a elaboração de políticas em matéria de cuidados de saúde preventivos.

D. Capacitação e formação dos doentes

- **Proporcionar uma assistência médica não-urgente a nível da UE, através de um serviço de atendimento telefónico permanente** (com o número 116117)⁶² Os utentes que telefonem receberão assistência médica ou uma consulta com um especialista pelo telefone. Também podem receber aconselhamento sobre se devem visitar a unidade de cuidados de saúde primários ou de cuidados de saúde urgentes mais próxima. Isto aliviaria a pressão desnecessária sobre os serviços de emergência e as unidades de cuidados de saúde urgentes.
- **Realizar uma campanha a nível da UE para informar os cidadãos da existência e dos serviços do número de telefone 116117.**
- **Sensibilizar a população para a necessidade de doar órgãos, a fim de aumentar o número de doações** (por exemplo, através do envio de cartas a todos os cidadãos que completem 18 anos de idade para proporcionar uma tomada de decisão informada sobre a doação de órgãos, criando um sistema mais transparente). Procurar uma transição gradual para um sistema em que a doação de órgãos seja a opção por defeito no momento da morte, a menos que o doente opte ativamente por não o fazer.
- **Uniformizar as informações e diretrizes sobre opções de estilo de vida que conduzem a doenças,** com base em conhecimento científico

⁶² Consultar [116117 - Non-emergency medical Assistance](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

atualizado.

E. Populações envelhecidas

E.1. Cuidados de saúde para os idosos

Em toda a Europa, é necessário encontrar soluções para os desafios colocados nos cuidados de saúde pela evolução demográfica.⁶³ À medida que a esperança média de vida aumenta, aumenta também a incidência de doenças em pessoas idosas, resultando numa necessidade crescente de cuidados de saúde e assistência médica nessa população. Embora muitos idosos encontrem apoio em unidades de cuidados continuados e lares de idosos à medida que envelhecem, a autonomia e a capacidade de ação, que continuam a ser componentes essenciais de uma qualidade de vida decente, podem ficar comprometidas. Embora os avanços na tecnologia médica tenham levado a aumentos espetaculares no tempo de vida das pessoas, algumas intervenções médicas frequentemente não levam em conta a qualidade de vida que o paciente terá. O Volt tem como meta:

- **Melhorar a qualidade de vida e os cuidados (a longo prazo) dos idosos, tornando programas de auxílio à vida mais amplamente disponíveis,** através de programas de cuidados comunitários como o disponível em Buurtzorg, Países Baixos, ou outros similares,⁶⁴ onde equipas com gestão própria prestam os cuidados mais adequados a cada paciente individualmente e de forma flexível.
- **Educar e formar os estudantes de medicina, especialistas médicos e outros profissionais de saúde para que facilitem os processos de tomada de decisão do paciente sobre potenciais tratamentos,** com o objetivo de melhorar ou prolongar a sua qualidade de vida. Isto é particularmente relevante para pacientes com condições crónicas complexas e que estejam em fim de vida.
- **Assegurar a prestação de cuidados paliativos** em ambiente familiar no final de vida.

⁶³ Ler [Population structure and ageing](#)

⁶⁴ Consultar o artigo [Buurtzorg: the Dutch model of neighbourhood care that is going global](#) e o projeto [INTERLINKS - A Europe-wide resource that aims to improve long-term care for older people](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

E.2. Apoio à fertilidade e cuidados infantis

Em toda a Europa, tem havido uma tendência constante de declínio da fertilidade. Durante o período entre 1961 e 2015, o maior número anual de nascimentos na UE a 28 foi registado em 1964, com 7,8 milhões de bebés. Desde então, o número de nascimentos na UE a 28 diminuiu, atingindo um mínimo de 5 milhões em 2002.⁶⁵

- **Garantir que os pais têm acesso a creches e infantários a preços acessíveis** para que seja mais fácil criar crianças, mantendo os seus empregos.
- **Permitir licenças de maternidade e paternidade igualmente remuneradas** durante um determinado período e, em seguida, licenças complementares que podem ser partilhadas de acordo com as preferências dos pais. Incentivar fortemente ambos os pais a tirarem licenças parentais.⁶⁶ A duração da licença pode ser decidida de acordo com os quadros existentes nos países, mas assegurando a igualdade de género.

F. Inovação e investigação

- **Investir em programas de *e-Health* (saúde digital)** para promover a cobertura, flexibilidade e eficiência dos cuidados de saúde, bem como a investigação centrada em análises avançadas de dados médicos. O Volt pretende:
 - Implementar sistemas de reserva eletrónica para evitar listas de espera dispendiosas.⁶⁷
 - Melhorar as redes de telemedicina para melhorar o acesso a: 1) cuidados de saúde em áreas remotas e 2) consultas com especialistas. Este último deve ser fornecido especialmente para pacientes com doenças complexas e altos níveis de comorbidade que podem dificultar a viagem ou necessitar repentinamente de contactar um médico especialista.
 - Utilizar a plataforma de *e-Health* (Saúde Digital) para associar as receitas médicas de um doente ao Cartão Europeu de Seguro de Doença (CESD). Com as receitas associadas ao CESD, será possível obter medicamentos sujeitos a receita médica em qualquer farmácia da UE, melhorando assim o acesso à

⁶⁵ [Eurostat - Fertility statistics](#)

⁶⁶ Também aplicável a casais do mesmo sexo. Pais e mães solteiros podem escolher tirar uma licença a tempo inteiro prolongada ou, em alternativa, receber benefícios financeiros.

⁶⁷ Ler [Towards an integrated health information system in the former Yugoslav Republic of Macedonia](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

medicação.

- Dar ao paciente a opção de permitir que: 1) os seus diagnósticos e/ou registos médicos, 2) a sua preferência de doação de órgãos e 3) as suas instruções específicas de cuidados de saúde sejam incorporadas no CESD, para melhor adaptar os cuidados de saúde que lhe são prestados.
 - Investir em arquivos digitais seguros em formato padrão com os detalhes dos pacientes para: 1) recolher dados, para aumentar a eficiência dos serviços de saúde e 2) permitir a investigação inovadora com recurso a análise de dados, com base nos registos de pacientes anónimos, em conformidade com o RGPD.
 - Aumentar o financiamento para a modernização e a digitalização, a fim de facilitar o fluxo de trabalho médico nos hospitais e centros de saúde.
- **Investir na investigação médica:**
 - Aumentar o financiamento dos organismos de investigação públicos nacionais e internacionais e criar um novo centro de investigação europeu centrado especificamente na investigação biomédica, como o National Institute of Health (EUA)⁶⁸. Este centro de investigação permitirá a realização de investigação pioneira a uma escala que não seria suportada por laboratórios nacionais, nem posta em causa por laboratórios privados. Este centro de investigação foi concebido para dar à Europa a possibilidade de ser uma região pioneira no domínio da investigação médica, reforçando assim também a competitividade das empresas europeias de investigação e estimulando a inovação.
 - Promover a Medicina baseada na evidência através do investimento na investigação científica e da implementação de diretrizes europeias⁶⁹ para tratamento e diagnóstico de doenças, homogeneizando a qualidade dos cuidados de saúde em toda a Europa.
 - Incentivar a investigação em domínios de interesse público com baixo potencial comercial, tais como novos antibióticos⁷⁰, tratamentos para doenças raras⁷¹ e vacinas.⁷²
 - Investir na medicina individualizada através de técnicas de alto rendimento (sequenciação de ADN, microarranjo, espectrometria de massa, etc.) para investigar como podemos melhorar os cuidados de saúde preventivos e curativos,

⁶⁸ Ver [National Institutes of Health](#)

⁶⁹ Como por exemplo: [Effectiveness of the 2014 European Society of Cardiology guideline on sudden cardiac death in hypertrophic cardiomyopathy: a systematic review and meta-analysis](#)

⁷⁰ [Introduction and geographic availability of new antibiotics approved between 1999 and 2014](#)

⁷¹ [Rare diseases and effective treatments: are we delivering?](#)

⁷² [Vaccine market boosters](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

aproveitando os traços genéticos, fisiológicos e bioquímicos de cada um e integrando simultaneamente aspetos comportamentais como a atividade física e a nutrição. Os pontos-chave para a implementação bem-sucedida dessas técnicas incluem: 1) redução dos custos e aumento da qualidade das tecnologias de medição; 2) desenvolvimento da bioinformática, da metodologia computacional e estatística necessárias para processar a enorme quantidade de dados gerada por estas técnicas de medição⁷³; 3) financiamento de projetos de investigação académica de longa duração relevantes para as técnicas de elevada capacidade e respetivas aplicações médicas; e 4) garantir o tratamento ético dos dados recolhidos,⁷⁴ incluindo a privacidade e segurança absolutas dos dados dos doentes.

- Incentivar a publicação de resultados nulos, melhorando simultaneamente a transparência dos projetos de investigação e das suas análises estatísticas⁷⁵ através de critérios de informação normalizados,⁷⁶ de planos de análise pré-especificados e, se estiver em conformidade com as regras de proteção de dados, da publicação dos próprios dados em bruto.⁷⁷
- **Criar normas para embalagens de medicamentos mais sustentáveis,** usando materiais renováveis e menos plástico.

G. Profissionais de Saúde

G.1. Enfermeiros

- **Incentivar as redes de cuidados domiciliários que ligam a comunidade existente de doentes a uma equipa local de profissionais de enfermagem,** que depois trabalham com esta comunidade para adaptar o apoio ao doente e às suas necessidades, seguindo o exemplo da cidade de Buurtzorg, nos Países Baixos.⁷⁸
- **Tornar a enfermagem um campo mais independente e**

⁷³ [More Is Better: Recent Progress in Multi-Omics Data Integration Methods](#)

⁷⁴ [Comparing different scientific approaches to personalized medicine: research ethics and privacy protection](#)

⁷⁵ [Why Most Published Research Findings Are False](#)

⁷⁶ [Guidelines on the conduct of Clinical Trials](#)

⁷⁷ Como por exemplo o disponível em [Scientific Data](#)

⁷⁸ Para mais informação, consultar [Welcome to Buurtzorg - Humanity over bureaucracy](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

atrativo, promovendo uma estrutura de equipa pequena e com gestão própria.

- **Introduzir assistentes de cuidados de saúde que prestariam assistência aos pacientes na vida quotidiana no hospital**, além dos enfermeiros que cuidariam das necessidades médicas, como acontece nos Estados Unidos, Reino Unido e Dinamarca.
- **Encorajar a sindicalização dos enfermeiros e dos assistentes de saúde** para que as suas vozes possam ser ouvidas.

G.2. Médicos

- **Harmonizar os sistemas de acreditação por toda a Europa e rever os requisitos de entrada para a formação universitária em Medicina** (por exemplo, recompensar as competências de envolvimento social e introduzir testes de admissão específicos, como na Áustria,⁷⁹ para evitar elevadas taxas de abandono escolar e atrair as competências necessárias).
- **Incentivar e estimular a participação em programas de intercâmbio europeus**, tanto durante a fase estudos, como na fase de trabalho, para todos os profissionais médicos.
- **Permitir horários de trabalho flexíveis, empregos a tempo parcial e ambientes de trabalho favoráveis à vida familiar.**

G.3. Parteiras

- **Rever os custos de seguro para parteiras.**
- **Apoiar projetos autónomos concebidos para estabelecer uma ligação eficiente entre mulheres grávidas e parteiras**, tanto pré como pós-natais (por exemplo, através de aplicações com conversas online durante a gravidez e nos primeiros meses após o parto).

⁷⁹ Consultar [Medical University of Vienna - Medicine and Dentistry Admissions Test](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

H. Custos e eficiência dos cuidados de saúde

Ao longo das últimas décadas, a maioria dos países testemunhou um aumento constante das despesas de saúde. Atualmente, as despesas variam entre 5% do PIB, na Roménia, e 11,1% do PIB, na França e na Suécia.⁸⁰ Após as crises financeiras, os custos diretos assumidos pelo paciente aumentaram mais rapidamente do que as despesas do Estado em cuidados de saúde. Esta tendência torna os cuidados de saúde mais caros para os consumidores e, a longo prazo, pode constituir uma séria ameaça ao acesso a cuidados de saúde a preços acessíveis para todos os cidadãos europeus. O Volt acredita que os governos devem manter a saúde a um custo acessível e, portanto, devem evitar cortes nos gastos gerais com saúde e aumentar o financiamento de programas destinados a reduzir os custos gerais da saúde, tais como iniciativas de medicina preventiva. O Volt também promove o uso eficiente de todos os recursos e a adoção de políticas com melhor relação custo/benefício. Para esse fim, o Volt pretende:

- **Reduzir os custos através da criação de um quadro jurídico e regulamentar que permita capacitar os profissionais de saúde** através da criação de pequenas equipas autónomas que prestem de forma flexível os melhores cuidados a cada doente, por exemplo, com base no modelo de Buurtzorg, nos Países Baixos.⁸¹
- **Assegurar o uso e o abastecimento eficiente e seguro de medicamentos:**
 - Fornecer medicamentos em embalagens e quantidades individualizadas, dependendo das necessidades dos pacientes, em vez de embalagens padrão, que muitas vezes resultam em grandes quantidades de medicamentos não utilizados e desperdiçados.
 - Coordenar negociações com a indústria farmacêutica a nível europeu com o objetivo de reduzir custos da medicação
 - Reduzir o desperdício de medicamentos, facilitando a distribuição de medicamentos quase expirados em regiões onde são necessários através de um mercado europeu comum.
- **Incentivar médicos e demais profissionais de saúde a ampliar a prestação de cuidados de saúde preventivos** que evitem "custos a jusante". Os sistemas de incentivos devem ser estabelecidos individualmente em cada país para se adaptarem adequadamente ao seu sistema de saúde (e de financiamento).

⁸⁰ [OECD Health at a Glance: Europe 2016 - State of Health in the EU Cycle](#)

⁸¹ [Buurtzorg: the Dutch model of neighbourhood care that is going global](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

I. Saúde e direitos sexuais e reprodutivos

- **Tornar o aborto legal e financeiramente acessível para todas as mulheres e garantir que têm acesso a medidas de contraceção.** Abordar a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos de forma abrangente, como uma questão-chave de igualdade de género e de saúde.
- **Assegurar que as escolas introduzem aulas obrigatórias e pertinentes sobre saúde reprodutiva e direitos conexos,** para que haja uma normalização a nível europeu nos currículos que as escolas devem cumprir.

IV. Assegurar um sistema jurídico, forças policiais e legislação anticorrupção que sejam eficazes e justos

O Volt pretende que os Estados Europeus «inteligentes» assegurem um acesso sem entraves a sistemas jurídicos e forças de segurança humanos, justos, transparentes, responsáveis e eficientes.

O Volt também tem uma política de tolerância zero em relação à corrupção; à captura do Estado - quando os interesses privados ditam a política do governo; e a crimes de colarinho branco e evasão fiscal das empresas. Estes comportamentos são contrários aos valores europeus e são responsáveis por perdas significativas de recursos públicos e privados.

Para atingir estes objetivos, é necessário, de forma não exaustiva, fazer o seguinte: 1) reformar e melhorar o sistema judicial; 2) agir contra os crimes de colarinho branco (empresarial e financeiro); e 3) regular, proteger e incentivar a denúncia de irregularidades. Além disso, as forças policiais necessitam de ser melhoradas e limitadas de forma a regular os prolongamentos de estados de emergência e a erradicar a violência policial (em operações das forças de segurança) e deve ser dada prioridade a sanções alternativas ao aprisionamento.

Se não for abordada, a corrupção pode tornar-se sistémica, sendo que na Europa, o problema da corrupção está frequentemente associado a modelo não liberais de captura do Estado. A nível mundial, a corrupção tornou-se cada vez mais crítica, como uma parte endémica da estrutura da economia mundial. Estudos revelaram que existem entre 21 e 32 biliões (“milhões de milhões”) de euros de impostos não pagos⁸², escondidos em paraísos fiscais por todo o mundo. Com as crescentes desigualdades, que originam instabilidade política e uma necessidade urgente de resolver outros problemas globais, é importante pôr fim tanto à corrupção como à evasão fiscal.

⁸² Consultar [The Scale of Injustice](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

A. Sistemas judiciais inteligentes

- **Reduzir a acumulação de processos pendentes** aplicando normas simples (como por exemplo, focar em métodos do tipo *first-in first-out* - “primeiro a entrar, primeiro a sair” - e priorizar casos urgentes).
- **Desenvolver vias alternativas para a resolução de litígios**, como a mediação e a negociação, em áreas como o direito da família.
- **Incentivar a digitalização dos processos judiciais** para ações cíveis, quando referentes a indemnizações abaixo de um determinado montante, e utilizar meios digitais para ajudar os arguidos a manterem-se atualizados com as datas dos seus processos e outros dados.
- **Expandir os serviços de apoio judiciário entre os Estados-Membros**, de forma a permitir um acesso eficaz à justiça, particularmente para as populações mais vulneráveis e marginalizadas.

B. Combate à corrupção

- **Conferir competências adicionais ao Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e ao Provedor de Justiça Europeu, bem como à nova Procuradoria Europeia.** As instituições europeias são responsabilizadas perante o Organismo Europeu de Luta Antifraude (“OLAF”), os Estados-Membros são auto controlados através das suas respetivas instituições de luta contra a corrupção. No entanto, a corrupção deveria idealmente ser fiscalizada por um interveniente externo e não autofiscalizada pelo próprio governo - uma vez corrupto, não terá interesse em avaliar nem combater a corrupção. É por esta razão que o OLAF, bem como a recém-criada Procuradoria Europeia, deverão ter competências adicionais para investigar casos de corrupção nos Estados-Membros, incluindo a possibilidade de aceder a documentos e realizar entrevistas em cooperação com o Procurador Europeu, que tem como missão o combate à corrupção. O OLAF deve ainda ter o direito de recorrer aos tribunais nacionais, se for necessário.
- **Expandir o Registo de Transparência Europeu,⁸³** de forma a abranger todas as instituições da UE, incluindo a Comissão e o Conselho, e tornar obrigatória a inclusão de todas as organizações de *lobbying* e de advocacia neste registo. De seguida, aplicar o mesmo sistema de registo

⁸³ Ver [Registo de Transparência Europeu](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

a todos os níveis da administração pública dentro dos Estados-Membros.

- **Combater eficazmente o fenómeno de *revolving doors* (“portas giratórias”) em governos e instituições da UE**, em conformidade com as recomendações da organização não governamental Transparência Internacional.⁸⁴ As medidas recomendadas incluem períodos de espera substanciais para os funcionários públicos e funcionários eleitos entre a cessação das suas funções e a ocupação de funções com fins lucrativos de *lobbying* ou de advocacia junto das suas antigas instituições. Devem ser criados, ou reforçados, comités de ética dentro das instituições. Estes comités devem ter poderes credíveis suportados por vínculos jurídicos para prevenir quaisquer conflitos de interesses após a prestação de serviços públicos, de acordo com normas de conduta ética mais rigorosas. O recente caso de Durão Barroso e a sua ida para a Goldman Sachs não se pode repetir.
- **Reduzir ao máximo as oportunidades de abuso de poder por parte dos atores governamentais, tornando obrigatória a publicação de todas as despesas públicas.** Vamos promover a implementação de iniciativas em matéria de *e-governance* (governança digital) e *e-procurement* (compras e contratos públicos digitais) para acabar com a corrupção burocrática. Para tal, devem ser feitas mudanças destinadas a acelerar a digitalização das instituições governamentais e a publicação de forma transparente das decisões tomadas pelas instituições governamentais. Tornar transparente também as relações entre o governo e as empresas, ou outras organizações, que sejam contratadas para prestar serviços ao Estado. Qualquer decisão que exija despesa pública deve ser inteiramente disponibilizada para análise pela imprensa e pelos constituintes dos respetivos Estados-Membros. Para tal, o Volt propõe:
 - Utilizar a infraestrutura digital para simplificar e promover a transparência das decisões tomadas por instituições governamentais e por empresas ou outras organizações com quem o Estado tenha contratos, a fim de garantir a responsabilização de todos os intervenientes ligados ao serviço público;
 - Tornar obrigatório que os Estados-Membros digitalizem a sua administração pública. Em caso de incumprimento, o financiamento da UE será cortado como incentivo para garantir o cumprimento desta norma;
 - Disponibilizar fundos da UE para apoiar a criação das infraestruturas necessárias para estas iniciativas e para a formação dos funcionários públicos de maneira a que sejam capazes de trabalhar com os novos instrumentos de e-

⁸⁴ Consultar o relatório da Transparência Internacional: [When EU politicians become lobbyists](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

governance.

- **Liderar pelo exemplo em relação à transparência do financiamento dos partidos.** Não são só os indivíduos afetos ao aparelho governamental que recebem financiamentos ilícitos, mas também os partidos políticos. É por isso que o Volt se compromete a publicar a identidade de todos os seus doadores relevantes, assim como as respetivas quantidades doadas. Iremos também introduzir um código de conduta que regule o tipo de donativos que podem ser aceites pelo Volt.
- **Introduzir requisitos que obriguem a divulgação total das despesas dos gabinetes governamentais e dos funcionários eleitos no exercício das suas funções,** incluindo os deputados em parlamentos nacionais e os eurodeputados do Parlamento Europeu, seguindo o exemplo de alguns grupos de eurodeputados.⁸⁵
- **Expandir a implementação de pactos de integridade** e de contratação transparente nos contratos públicos e nas parcerias público-privadas, em conjunto com a sociedade civil e em conformidade com as práticas recomendadas pela Transparência Internacional.⁸⁶

C. Acabar com a evasão e fraude fiscal, aumentando a eficiência da cobrança de impostos

- **Apoiar a execução urgente do Plano de ação para o combate à erosão da base tributária e à transferência de lucros (BEPS - Action Plan on base Erosion and Profit) da OCDE/G20** destinado a garantir que os lucros são tributados nas regiões onde são realizadas as atividades económicas que geram esses lucros e onde valor económico é criado.⁸⁷
- **Promover a plena adoção e aplicação da proposta relativa a uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCIS),** aprovada pelo Parlamento Europeu em março

⁸⁵ Como o exemplo dos compromissos de transparência do Labour Party: [Labour MEPs' transparency arrangements](#)

⁸⁶ Para mais informação, consultar a secção sobre Reforma da UE, capítulo de Segurança: [Transparency International - Integrity Pacts](#)

⁸⁷ Ver as ações da OCDE em [BEPS Actions](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

de 2018.⁸⁸ As empresas multinacionais online devem ser tributadas pela sua «presença digital» e o valor geram num país.

- **Criar uma autoridade fiscal da UE** para combater a fraude e a evasão fiscal transfronteiras.
 - Proibir as empresas fictícias ou de fachada (as *letterbox companies*)⁸⁹ - que permitem às multinacionais criarem sedes fictícias em certos países para efeitos fiscais - e proibir acordos especiais e discriminatórios de tributação dos entre governos e multinacionais;
 - Examinar e criar mecanismos de transparência nas estruturas de propriedade das empresas, exigindo a divulgação dos dados pessoais dos proprietários e beneficiários das empresas no registo público.
- **Impulsionar reformas administrativas em toda a Europa, a todos os níveis de governo**, a fim de melhorar a eficiência e a eficácia da cobrança de impostos e eliminar os paraísos e as lacunas fiscais na UE.

D. Responsabilidade social e responsabilização das empresas

Combater de forma aprofundada a criminalidade política, empresarial e financeira e apoiar iniciativas destinadas a alargar a responsabilidade social das empresas, garantindo a conformidade e as normas éticas. Reforçar a proteção de quem denuncia infrações e alargar as auditorias devidas entre as cadeias de valor.

- **Reforçar a recém-criada Procuradoria Europeia**, e incentivar o desenvolvimento de procuradores especializados em criminalidade financeira nos países onde estes não estão presentes.
- **Garantir proteção, anonimato e compensação** dos denunciantes que divulguem informações relevantes para o bem público.
- **Defender as normas internacionais relativas à responsabilidade das empresas**, incluindo o Pacto das Nações Unidas e o novo Tratado Vinculativo em matéria de Empresas e Direitos Humanos.
- **Aplicar a legislação que alarga as práticas responsáveis** e as

⁸⁸ Consultar a aprovação em [MEPs approve new EU corporate tax plan which embraces “digital presence”](#) e o resumo da legislação em [Common consolidated corporate tax base \(CCCTB\)](#)

⁸⁹ Ver exemplos em [Letterbox-type practices: avoiding taxes and exploiting workers across the EU](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

auditorias devidas as todas as cadeias de abastecimento.

E. Aplicação da Lei e operações policiais

- **Reforçar a cooperação policial europeia**, definir limites para o estado de emergência e assegurar que as forças policiais atuam de forma justa e eficaz, minimizando ao mesmo tempo o nível de violência e eliminando as práticas discriminatórias.
- **Limitar a extensão de estados de emergência**, assegurar uma monitorização completa e transparente dos direitos humanos durante o período de estado de emergência e criar mecanismos de revisão mais rigorosos para garantir que tais medidas sejam realmente necessárias.
- **Incentivar o funcionamento da Europol e da Eurojust**, acelerar e apoiar a integração, e assegurar que os direitos humanos são sempre respeitados⁹⁰
- **No que se refere aos controlos de identidade pela polícia**, acabar com a caracterização (seja étnica, racial, etc.) e exigir que os agentes emitem um formulário próprio para cada verificação de identidade.⁹¹
- **Limitar a autoridade dos agentes de realizar verificações à discrição, exigindo** uma suspeita razoável e específica para todos os controlos e buscas.⁹²
- **Acabar com a violência policial** através de ações de formação, mecanismos de responsabilização e uma maior supervisão.⁹³
- **Limitar a utilização de policiamento de estilo militar** em manifestações e conflitos locais.
- **Investir na formação das forças policiais** para lidar com crimes de ódio.⁹⁴

⁹⁰ Ver mais em *Outras disposições em matéria de boa governação, Capacidades militares e não militares e Cultura de segurança comum* neste documento.

⁹¹ Ver mais detalhes ver *Acabar com a discriminação contra grupos e minorias, Acabar com a discriminação baseada em etnia, origem nacional, descendência e cor da pele* neste documento

⁹² *Ibidem*

⁹³ *Ibidem*

⁹⁴ Ver o exemplo de [Policing Hate Crime against LGBTI persons: Training for a Professional Police Response](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

F. Reforma do sistema prisional

- **Assegurar que as condições das prisões respeitam sempre os regulamentos relativos aos direitos humanos e à dignidade**, tal como estabelecido nas normas do Conselho Europeu, e que os poderes administrativos não sejam utilizados de forma discriminatória. Além disso, assegurar que as prisões sejam o mais próximas possível do mundo exterior, na medida do possível, para facilitar a inclusão e reintegração.
- **Incentivar a investigação de alternativas às prisões** que permitam manter a sociedade segura, bem como reintegrar os indivíduos com êxito na sociedade, incentivando as aulas, as atividades lúdico-pedagógicas e a reintegração na sociedade.
- **Promover as sanções alternativas** (que não a prisão, como por exemplo o serviço comunitário) de forma prioritária relativamente a alguns crimes não violentos.
- **Providenciar cuidados psicológicos e/ou a psicoterapêuticos aos presos**, especialmente para os reclusos que são afetados pela Perturbação de hiperatividade com défice de atenção (PHDA) em combinação com o abuso de substâncias,⁹⁵ incluindo tratamentos alternativos como a meditação e treino de atenção plena (*mindfulness*).
- **Assegurar que os jovens não se encontram detidos com adultos.**
- **Desenvolver um sistema de ensino** que abranja os infratores a curto e a longo prazo. O programa curricular deve ser tão variado quanto possível, com especial ênfase naqueles que não dispõem de qualquer formação académica.
- **Assegurar que os reclusos que são submetidos a revistas corporais sejam revistados por agentes prisionais do mesmo sexo.** Relativamente a certos reclusos que aderem a rígidas obrigações religiosas ou culturais, todas as precauções e medidas necessárias devem ser adotadas para não transpor a esse tipo de fronteiras mais sensíveis. Os sistemas devem antecipar estes pedidos.
- **Facultar formação cultural para agentes prisionais.** Todos os agentes devem ser sujeitos a um programa de avaliação, a fim de compreender

⁹⁵ No total, 51,4% dos delinquentes adolescentes do sexo masculino e 43,6% das delinquentes adolescentes do sexo feminino tinham antecedentes psiquiátricos na infância. O risco de criminalidade atribuível à população devido a distúrbios de infância foi de 20,6% para jovens adultas do sexo feminino e 15,3% para o sexo masculino. Mais informações em [Childhood psychiatric disorders and young adult crime: a prospective, population-based study.](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

a necessidade crescente de trabalhar com comunidades multiétnicas. Deverá ser implementado um programa de base para todos e, sempre que se verifique uma maior concentração de populações étnica nas prisões, deverá aplicar-se um programa mais intenso de educação cultural, que reforçará consideravelmente o respeito entre os reclusos e os agentes.

V. Garantir direitos e liberdades num mundo digital

Numa sociedade marcada pela tecnologia e pela conectividade, os nossos direitos na Internet são essenciais para a nossa democracia. O Volt trabalhará para garantir os direitos dos cidadãos na Internet e alargar a educação digital e a literacia tecnológica. A nossa liberdade de expressão e os nossos direitos económicos, sociais e culturais dependem da nossa capacidade de nos envolvermos com a tecnologia. O Volt criará um novo tipo de política, criando um espaço que permita debater o nosso futuro comum no que respeita às tecnologias emergentes.

A. Acesso à Internet

- **Pressionar a União Europeia e os países europeus a investir mais para garantir uma ligação à Internet de elevada qualidade em toda a Europa.**⁹⁶ Isto inclui ligações à rede móvel e Wi-Fi mais rápidas, tanto em zonas urbanas como rurais, permitindo ligar as comunidades mais marginalizadas à Internet. Os benefícios económicos da conectividade em massa devem ser incentivados, garantindo simultaneamente que a oferta seja equitativa, justa e universal, sendo considerada um bem de interesse geral ou um bem público.

B. Educação digital

- **Aumentar o foco na educação em literacia tecnológica e digital para todas as idades, incluindo programação.** A educação *on-line* deve começar numa fase inicial da vida e progredir para um sistema de aprendizagem ao longo da vida e formação profissional, dando atenção à saúde mental e bem-estar social, que poderão ser afetados pelos ambientes digitais.
- **Incentivar o investimento em programas de educação de adultos ao longo da vida com ênfase na literacia ocupacional.** À medida que cada vez mais postos de trabalho se tornam redundantes através da automatização, um número crescente de pessoas terá de voltar a receber formação para desempenhar novas funções ou utilizar as novas tecnologias. A literacia digital terá, por isso, uma importância crescente

⁹⁶ Consultar [Digital Single Market - Connectivity for a European Gigabit Society](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

e exige um aumento do investimento. A literacia ocupacional, ou seja, a ideia de que as pessoas devem poder desenvolver os seus próprios interesses através do acesso à informação e à tecnologia, deve fazer parte do desenvolvimento de uma pessoa ao longo da sua vida.

- **Assegurar que a educação digital inclui um destaque em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM).** Ao mesmo tempo, incentivar e fomentar a criatividade e as artes (STEAM - *Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics*) e expandir as melhores práticas públicas e iniciativas de cidadãos, como o programa WISE (*Women in Science and Engineering* - “Mulheres na Ciência e Engenharias”), que trabalha para capacitar mulheres e raparigas no setor através de redes de mentoria e de parceiras (*peer-to-peer*).⁹⁷ A educação tecnológica deve ser utilizada como uma ferramenta de inclusão social e profissional, permitindo que aqueles que estão sub-representados ou marginalizados se superem, particularmente na redução da disparidade de género nos campos STEM ou na superação de obstáculos socioeconómicos.
- **Trabalhar na construção de uma nova cultura e vocabulário político que sejam capazes de debater e abordar novas questões à medida que surgem.** À medida que os avanços tecnológicos aceleram, em breve seremos confrontados com questões que agora consideramos rebuscadas e inimagináveis, como por exemplo o desenvolvimento da Inteligência Artificial (AI) e da Internet das Coisas (IoT - *Internet of Things*).

C. Mercado único digital

- **Dar prioridade ao desenvolvimento do mercado único digital, permitindo que as empresas- as *startups*, em particular - possam tirar partido dos 500 milhões de consumidores europeus e das economias de escala que lhes estão associadas,** trabalhando em conjunto com a UE e outros países europeus. Tem de haver disponibilidade para acolher um novo tipo de organizações com estruturas digitais, bem como modelos empresariais alternativos, como as cooperativas e as mutualistas.

D. Direitos digitais

- **Promover a elaboração de uma Declaração de Direitos Digitais enquanto instrumento jurídico internacional vinculativo, com base**

⁹⁷ Consultar [WISE - Campaign for gender balance in science, technology & engineering](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

nas normas de funcionamento da Internet já existentes.⁹⁸ Uma vez que a conectividade permite que os cidadãos participem mais ativamente na sociedade, este instrumento garantirá os direitos individuais e sociais num mundo interligado, incluindo o direito de acesso à Internet, e irá também proteger os direitos associados ao ambiente digital, como o direito à privacidade, proteção de dados, liberdade de expressão, informação, associação e governança na Internet, para todas as partes interessadas. Princípios de Neutralidade de Rede e uma internet aberta estão no centro de um sistema de internet que garante estes mesmos direitos. O Volt defende que a UE deve incluir os direitos e liberdades digitais nos seus acordos com países terceiros.

- **Apoiar e desenvolver os mecanismos de proteção de privacidade e de proteção de dados, com base no Regulamento Geral de Proteção de Dados.**⁹⁹ A encriptação é fundamental para garantir a privacidade online. O Volt trabalhará para promover a encriptação de todas as comunicações online. Embora seja crucial assegurar uma proteção eficaz contra as ameaças do terrorismo e da criminalidade, os cidadãos nunca devem aceitar a vigilância em massa como uma norma, seja por parte de agentes públicos ou privados.
- **Garantir a Cibersegurança e proteger os direitos digitais à medida que surgem novas tecnologias revolucionárias,** na próxima era da "Internet das Coisas",¹⁰⁰ onde redes inteligentes, estradas inteligentes, hospitais inteligentes e até mesmo móveis inteligentes afetam aspetos cruciais das nossas vidas.
- **Garantir que o princípio de uma internet aberta e as liberdades de expressão, acesso e informação são compatíveis com os direitos de autor e criador.** É necessário equilibrar as remunerações e os incentivos, que sejam justos para criadores individuais e para indústrias criativas, com uma liberdade de acesso à informação por parte dos consumidores. Escritores, compositores e outros criadores devem ser justamente recompensados pelo seu trabalho, sem limitar excessivamente o acesso dos utilizadores e a liberdade de informação na Internet.

⁹⁸ Tal como proposto pela ONU: [UN - The charter of human rights and principles for the internet](#)

⁹⁹ Consultar as medidas europeias de proteção de dados em [European Commission - 2018 reform of EU data protection rules](#)

¹⁰⁰ Ler [The Guardian - Rise of the machines: who is the 'internet of things' good for?](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

E. Segurança e Proteção

- **Garantir que a Internet é segura, combatendo a criminalidade organizada e as ameaças à segurança online**, garantindo que existe capacidade de resposta global aos ciberataques contra intervenientes públicos e privados. Tal deve ser feito através de uma maior cooperação em matéria de segurança entre as autoridades competentes e as plataformas digitais, empresas e organismos da UE, como a EUROPOL e o EUIPO (Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia).¹⁰¹ É igualmente necessário tomar outras medidas para combater a intimidação e o assédio online, bem como as suas implicações sociais, em colaboração com as plataformas digitais e os cidadãos.
- **Combater ciberataques e campanhas de desinformação ou manipulação dos órgãos de comunicação e das redes sociais.**
- **Trabalhar com empresas globais de tecnologia e redes sociais (por exemplo, Facebook, Twitter e YouTube) para combater o extremismo em todas as suas formas.** Responsabilizar as empresas de redes sociais pela propagação da desinformação, tal como acontece com qualquer outra plataforma de informação.
- **Garantir que os dados dos cidadãos da UE armazenados internacionalmente são tratados em estrita conformidade com as normas europeias e com todas as proteções em vigor.**
- **Reunir os esforços e os recursos europeus em matéria de ciberdefesa.** Transferir alguns recursos das despesas militares tradicionais - como as despesas em pessoal - para a investigação e desenvolvimento, a fim de desenvolver o conhecimento especializado europeu em matéria de segurança.¹⁰²
- **Modernizar as campanhas de comunicação estratégica da UE para estarem recetivas à evolução do ambiente tecnológico nesta era da informação**, de forma a efetivamente competir e derrotar campanhas de propaganda extremistas e violentas.

F. Abordagem ética

- **Assumir um compromisso com uma abordagem ética, inclusiva e voltada para os direitos perante o desenvolvimento tecnológico.** O avanço tecnológico deve progredir de acordo com um princípio de equidade, segundo o qual a utilidade de uma inovação deve ser medida

¹⁰¹ Consultar o site oficial do [Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia](#)

¹⁰² Para mais informações, consultar a secção de *Reforma da UE - Reforma da política externa de segurança e defesa - Capacidades militares e não militares*

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

em termos de como beneficia os mais vulneráveis, constituindo uma importante métrica social.

VI. Soluções de Código Aberto (*Open-source*)

A. Software de Código Aberto (FLOSS - *Free/Libre/Open Source Software*)

Na era da inovação digital em que vivemos, há que proteger a segurança e a robustez da infraestrutura digital da UE, permitindo um ecossistema de FLOSS (software livre e de fonte aberta - uma forma de software que dá aos utilizadores a liberdade de utilizar, adaptar e redistribuir o código-fonte das aplicações de software sem ter de pagar uma taxa de licença) e promovendo a inovação num mercado dominado por monopólios. Para este fim, é preciso incentivar a substituição de softwares patenteados por softwares de código aberto na administração pública, a fim de criar uma estrutura transparente que reduza o risco de fugas de informação, o uso não permitido de dados e a dependência de fornecedores de software exclusivos. Para facilitar isto, o Volt propõe:

- **Incentivar ativamente a introdução de uma diretiva que estabeleça que todos os departamentos e instituições da UE devem transitar para softwares FLOSS:**
 - Criar uma plataforma para softwares FLOSS na administração pública e encarregar os administradores de organismos públicos de avaliar todas as soluções disponíveis em termos de abrangência e custo, seguindo os exemplos de implementação no Brasil¹⁰³¹⁰⁴, Canadá¹⁰⁵ e Itália,¹⁰⁶ antes de poderem solicitar o uso de software patentado;
 - Equilibrar as condições de concorrência entre programas e comunidades de investigação, ONGs e empresas privadas que publicam soluções em FLOSS, investindo na igual visibilidade e na assistência financeira;
 - Designar editores de software como prestadores de serviços em concursos públicos baseados nos softwares FLOSS;
 - Recomendar a adoção a nível nacional e aumentar a sensibilização sobre as vantagens dos softwares FLOSS em relação às soluções patenteadas;
 - Avaliar quais os sistemas preferidos do ponto de vista da segurança, desenvolver iniciativas de segurança comunitárias¹⁰⁷ e avaliar a facilidade de utilização e acessibilidade dos softwares;
 - Manter um catálogo de implementações (de casos em que se

¹⁰³ Ver [Portal do Software Público Brasileiro](#)

¹⁰⁴ Ver [Open source in Brazil](#)

¹⁰⁵ Consultar [Directive on Management of Information Technology - Government of Canada](#)

¹⁰⁶ Ver [Italian Military Adopts Open Source LibreOffice And Saves 29 Million](#)

¹⁰⁷ Consultar [EU-Free and Open Source Software Auditing Community](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

usam softwares FLOSS), mostrando como as soluções são usadas e em que contexto, para poder avaliar rapidamente os sistemas disponíveis, as suas capacidades de análise de dados, a acessibilidade e os requisitos.

- **Promover uma abordagem ascendente e capacitar os funcionários públicos** através da realização de ações de formação básicas em desenvolvimento de software, com o objetivo de fazer a transição da utilização para a compreensão dos sistemas.
 - Fazer a transição dos funcionários para que não só sejam capazes de utilizar uma ferramenta, mas também para que entendam como esta funciona, para que tenham a capacidade de solicitar eventuais adaptações ou extensões do sistema de acordo com as suas necessidades administrativas específicas;
 - Desenvolver requisitos uniformes e padronizados, bem como uma gestão de alterações centralizada, para poder estabelecer padrões comuns de utilização entre os vários departamentos e criar um ecossistema de software mais homogêneo;
- **Definir padrões para softwares administrativos** que permitam a interoperabilidade de diferentes sistemas entre departamentos e estados.
 - Promover a adoção de plataformas FLOSS nas instituições da UE e facilitar a normalização do desenvolvimento de software de acordo com as diretivas ISA,¹⁰⁸ com especial destaque dado à adaptação da Arquitetura de Referência da Interoperabilidade Europeia (EIRA)¹⁰⁹ para um desenvolvimento verdadeiramente interoperacional a nível técnico, burocrático e jurídico.
 - Seguir as melhores práticas¹¹⁰ e transferir os projetos FLOSS de software da administração pública para plataformas que sejam de acesso livre para a publicação de códigos. Exemplos de tais plataformas incluem Gitlab e Github, mas idealmente deveria ser desenvolvida uma nova plataforma europeia destinada especificamente a encorajar a colaboração entre desenvolvedores, contribuidores e utilizadores da administração pública, adotando uma abordagem mais comunitária no desenvolvimento.¹¹¹
 - Privilegiar uma gestão de dados fiável e consistente, incluindo a gestão dos dados em todas as línguas da UE.

¹⁰⁸ Ver [European Commission - About ISA²](#)

¹⁰⁹ Consultar [About European Interoperability Reference Architecture \(EIRA\)](#)

¹¹⁰ Ver o [GitHub da National Security Agency \(NSA\)](#)

¹¹¹ Ler [How I changed the law with a GitHub pull request](#)

VII. Apoio à Investigação

A investigação é a base do nosso atual nível de vida, prosperidade económica e independência política. Para garantir o nosso bem-estar futuro e dominar os desafios ambientais e sociais do amanhã, é necessário progresso técnico e científico contínuo. A política científica do Volt visa criar um panorama de investigação europeu ainda mais inovador e competitivo, que incorpore simultaneamente os seus valores fundamentais, como a liberdade e a sustentabilidade.

O atual programa científico da UE (Horizonte 2020) prevê utilizar 3% do PIB da UE em investigação até 2020. No entanto, dada a dinâmica passada e atual, estamos longe de atingir este objetivo.¹¹² Particularmente marcantes são as enormes diferenças nas despesas nacionais com investigação em toda a Europa.¹¹³

Em contraste, potências emergentes como a Índia e a China mostram um desenvolvimento científico impressionante quando comparados com outros países. Isto é demonstrado não apenas pelo número crescente de publicações científicas nestes países, mas também pelo fato de que, por exemplo, a China regista mais pedidos de patentes do que todos os países da OCDE juntos. Os números mais recentes da OCDE sobre as despesas com investigação revelam também que a média da UE é inferior à dos EUA, da China e, ainda mais alarmante, à da OCDE. Isto é razão mais que suficiente para reforçarmos os programas de investigação europeus.¹¹⁴

- **Cumprir e aumentar os objetivos de despesa em investigação propostos no âmbito do programa Horizonte 2020 de 3% do PIB na UE.** Ainda assim, é muito provável que os Estados-Membros da UE não consigam atingir esse objetivo. Assim sendo, o nosso objetivo é ainda mais ambicioso e propomos que 4% do PIB da UE seja utilizado para fins de investigação até 2025. Trata-se de manter a competitividade internacional e de garantir a nossa visão de um futuro europeu próspero. Além disso, o aumento das despesas em investigação afeta positivamente a produtividade e o crescimento.¹¹⁵

¹¹² Ver [Gross domestic spending on R&D](#)

¹¹³ Consultar [Interim Evaluation of Horizon 2020](#)

¹¹⁴ Ver [The World Bank - World Development Indicators - Patent Application](#)

¹¹⁵ Consultar [The fruits of R&D: Meta-analyses of the effects of Research and Development on productivity](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Facilitar e apoiar formas versáteis de financiamento para a investigação**, porque estamos convencidos de que esta é a melhor forma de garantir a liberdade da ciência, permitindo ao mesmo tempo que as instituições de financiamento públicas e privadas incentivam a investigação em determinados tópicos fundamentais. Por isso, procuramos envolver não apenas instituições de financiamento governamentais, mas também fundações e empresas privadas. O nosso objetivo é incentivar o investimento em projetos de investigação. Os investimentos podem ser de natureza geral (como os sistemas de financiamento alemães nas universidades), específicos para cada projeto ou baseados em soluções.
- **Apoiar colaborações universidades-indústria**. No que diz respeito a abordagens científicas, estratégias, financiamento, exploração de resultados, etc., ambos os lados podem aprender e beneficiar da experiência.¹¹⁶ Assim, os esforços de investigação serão, em última análise, mais produtivos. Pretende-se criar uma plataforma onde empresas e grupos de investigação se possam encontrar, trocar ideias, propor projetos, analisar publicações de grupos de investigação¹¹⁷ e desenvolver confiança e relações de longo prazo.¹¹⁸
- **Salientar domínios de investigação inovadores, como um sistema europeu de satélites ou novas soluções de energias renováveis**, e incentivar a investigação em clusters europeus, com financiamento da UE.¹¹⁹
- **Incentivar e apoiar revistas, conferências, intercâmbios académicos interdisciplinares e sociedades académicas nacionais e europeias**.
- **Estabelecer institutos de investigação europeus** (como o EMBL, European Union Security Studies) e um Laboratório Europeu de Informática.
- **Fundar incubadoras de tecnologia ou parques tecnológicos para startups**. Estes deverão focar-se na transferência de tecnologia para fazer uso dos conhecimentos adquiridos, providenciando serviços de tradução e consultoria geral para questões de patentes.
- **Defender a investigação e a ciência na esfera pública, suscitar entusiasmo e motivar os cidadãos a participar na investigação**. Recrutar talentos e investigadores estrangeiros com base em pesquisas éticas, livres e independentes, bem como na estabilidade profissional.

¹¹⁶ Ver [Industry–University Collaboration for Continuing Professional Development](#)

¹¹⁷ Ver [Investigating the factors that diminish the barriers to university-industry collaboration](#)

¹¹⁸ Consultar [Best Practices for Industry-University Collaboration, Making Industry-University Partnerships Work - Lessons from successful collaborations](#) e [Industry-University Collaborations in Canada, Japan, the UK and USA – With Emphasis on Publication Freedom and Managing the Intellectual Property Lock-Up Problem](#)

¹¹⁹ Ver [Science of science](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Alargar as bases de dados europeias e inovar a utilização dos dados para estimular novas formas de investigação.**¹²⁰
- **Apoiar as redes mundiais de investigação e inovação e transformar a UE num verdadeiro polo de inovação.**
- **Criar isenções fiscais para a investigação e desenvolvimento em toda a UE.** Fornecer financiamento público para investigação através de instrumentos financeiros sustentáveis (dívida e capital próprio).

¹²⁰ Como o [Zenodo](#)

Desafio 2

Renascimento Económico

Visão

O futuro de uma Europa unida depende da resolução dos desafios económicos que enfrentamos atualmente. Entre estes, encontram-se os efeitos prolongados da crise de 2008 nas economias europeias, o elevado nível de desemprego (em especial o desemprego jovem), as ameaças e oportunidades resultantes da digitalização e a falta de sustentabilidade dos orçamentos dos Estados-Membros. A visão económica apresentada pelo Volt Europa exige que as nossas sociedades reduzam as desigualdades entre as economias da UE e enfrentem os desafios económicos do futuro com abordagens adequadas, esclarecidas e solidamente fundamentadas.

O Volt responde a estes desafios das seguintes formas:

I. Libertando o potencial dos empresários e das pequenas e médias empresas (PME), de modo a que sejam competitivos e demonstrem aos jovens o potencial do empreendedorismo.

II. Revitalizando a inovação nas nossas economias e promovendo as indústrias do futuro.

III. Participando ativamente no desenvolvimento de novas formas de trabalhar.

IV. Assegurando a proteção social: o Volt defende uma abordagem europeia do desenvolvimento social, com padrões mínimos em matéria de proteção social, trabalho digno e remuneração justa. O Volt procura ainda facilitar uma transformação digital bem-sucedida, que contribua para uma maior prosperidade e melhores condições de trabalho na UE.

V. Reduzindo desequilíbrios. O Volt visa uma União Europeia que aumente o raio de alcance do seu impacto positivo a todo o continente, não abrangendo

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

apenas as regiões mais produtivas. Juntamente com uma estreita supervisão na utilização dos fundos, o Volt considera que chegou o momento de adotar estratégias mais abrangentes, mais inteligentes e mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, destinadas a reduzir as diferenças socioeconómicas e a criar oportunidades para todos os cidadãos.

VI. Desenvolvendo as zonas da UE mais frágeis do ponto de vista económico, com base numa nova estratégia integradora e uniformizada, trabalhando com os atores sociais de toda a UE.

VII. Harmonizando a tributação europeia das sociedades, permitindo assim melhores relações comerciais entre empresas europeias num mercado único cada vez mais forte e justo.

VIII. Mobilizando a Europa de forma inteligente, segura e sustentável.

O Volt apoia novas formas de configurar as economias europeias, baseadas na cooperação à escala europeia, com vista à criação de um ecossistema económico integrado, justo e sustentável.

I. Desenvolver e reformar as nossas economias

A. Promover o empreendedorismo e as pequenas empresas

- **Desenvolver um Balcão Único Digital (BUD) para a constituição de empresas, automatizando e simplificando relatórios, arquivos fiscais e todas as outras interações com o Estado.** O Volt pretende reduzir a burocracia a nível da UE, a fim de garantir que para uma empresa é tão fácil fazer negócios noutros estados-membros como fazê-los no seu próprio país. Desta forma, as PME podem realmente beneficiar da amplitude do mercado único e expandir-se rapidamente com vista a assegurar o seu crescimento.
 - Aumentar a gama de serviços dos "balcões únicos"¹²¹ prestados às empresas através de plataformas digitais: simplificar os pontos de contacto com as entidades públicas, desenvolvendo plataformas adequadas, de fácil utilização e que ofereçam soluções às empresas que operam tanto a nível nacional como transnacional.
 - Aumentar a divulgação do BUD enquanto sistema que facilita as declarações fiscais, permitindo ao mesmo tempo um controlo adequado. Promover a digitalização e automatização da elaboração de balanços patrimoniais e da apresentação de relatórios, bem como de todas as outras interações com o Estado.
 - O BUD irá dispor de uma disposição para apoiar as PME e os empresários. Este sistema incluirá um apoio para a compreensão de todos os requisitos governamentais, permitindo também estabelecer contacto com investidores de risco e incubadoras de startups, estabelecer parcerias com empresas privadas que possam oferecer serviços com desconto às PME, etc.
- **Incentivar a harmonização em toda a Europa das taxas de registo de empresa, bem como do tempo e dos processos necessários para o fazer,** tornando possível a criação de uma empresa por 1 euro no prazo de 3 dias úteis, com custos adicionais até um máximo de 1.000 euros (para licenças, etc.) em toda a Europa. A constituição de uma empresa deve ser fácil e acessível em todos os Estados-Membros da UE. Todas as etapas de registo devem poder ser realizadas online (ver o Balcão Único Digital descrito acima), com base nas melhores práticas de países com prazos rápidos para a criação de empresas (como a Nova Zelândia, Austrália, Singapura, Canadá, Portugal, Dinamarca e Estónia).¹²² O

¹²¹ Ver [European Commission - Points of Single Contact](#)

¹²² Ver os bons exemplos em [The World Bank - Starting a Business](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

estatuto jurídico obtido (sociedade de responsabilidade limitada, ou Lda.) deve exigir aos empresários a aquisição gradual de capital, como forma de garantir uma notação de crédito mais elevada.

- Adicionalmente, o Volt apoia a criação de um procedimento comunitário para a constituição de empresas sediadas na UE. Especialmente concebido para trabalhadores independentes (*freelancers*), deve haver uma forma jurídica muito simples que permita um registo online num curto espaço de tempo (por exemplo, um dia útil). O procedimento pode basear-se no modelo de Sociedade Europeia (*Societas Europaea*),¹²³ conjugando alguns componentes do modelo estónio de e-Residência e registo de empresas online.¹²⁴
- **Tornar possível a constituição de uma pequena empresa inteiramente livre de burocracias e de papel** (para microempresas em setores que não requerem qualquer licença): um empresário deve poder criar uma pequena empresa mediante uma simples notificação às entidades competentes; não deve ser necessária autorização se os requisitos legais forem cumpridos. Por exemplo, para abrir um café ou um salão de cabeleireiro, deve ser possível o negócio abrir assim que o espaço esteja pronto.
- **Implementar uma rede europeia de incubadoras de empresas com funções consultivas e competências de mediação.** Esta medida pode basear-se na European Business and Innovation Centre Network ("Rede Europeia de Empresas e Centros de Inovação")¹²⁵ e no programa Startup Europe.¹²⁶
 - As incubadoras proporcionarão a transmissão de conhecimentos às PME e às empresas em fase de arranque (startups), seja com atividade comercial a nível nacional, europeu ou ambos (por exemplo, proporcionar guias e assessoria em matéria de regulamentação e procedimentos para iniciar atividades empresariais, informações sobre fiscalidade e segurança social e aconselhamento financeiro e jurídico). Além disso, criar funções de consultoria com isenção ou redução de impostos para as startups, a fim de promover o intercâmbio de conhecimento com profissionais e empresas mais experientes. As empresas seriam incentivadas com base no seu nível de participação.
 - Facilitar a comunicação entre as PME existentes e as startups. Este objetivo pode ser alcançado estabelecendo uma rede,

¹²³ A Sociedade Europeia (também conhecida pelo seu nome latino *Societas Europaea* ou SE) é um tipo de sociedade anónima de responsabilidade limitada regulado pelo direito comunitário. Ver [União Europeia - Constituir uma Sociedade Europeia \(SE\)](#)

¹²⁴ Ver o exemplo da Estónia em [Estónia e-Residency - How to Start a Company?](#)

¹²⁵ Ver [EBN Innovation Network](#)

¹²⁶ Ver [Digital Single Market - Startup Europe](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

supervisionada pela Comissão Europeia, para ajudar as empresas em toda a UE a comunicar entre si.¹²⁷

- **Criar uma plataforma europeia de dados abertos verdadeiramente eficiente.**¹²⁸ Melhorar a utilidade dos dados disponíveis no Portal de Dados Abertos da UE, em domínios como a mobilidade, as cidades inteligentes, a produção e o turismo, a fim de promover as empresas orientadas para a análise de dados e incentivar modelos empresariais pan-europeus.¹²⁹ Para garantir que os dados recolhidos são utilizáveis em diferentes países, é necessária uma política de privacidade uniforme¹³⁰ e uma autoridade unificada para a validação dos dados.
- **Ultrapassar as lacunas em matéria de financiamento estrutural.** Os Estados devem avaliar exaustivamente as lacunas existentes nos investimentos estruturais durante o processo de crescimento das economias e encontrar meios inovadores para colmatar essas lacunas, criando incentivos para os investidores (por exemplo, fundos de investimento conjunto, instrumentos financeiros para startups, plataformas centralizadas de financiamento, adequação dos investidores às startups, investimento do Banco Europeu de Investimento, etc.).
- **Promover os investimentos em capital de risco (*venture capital*).** Estabelecer incentivos fiscais para tornar o investimento em capital de risco e a participação em redes de *Business Angels*¹³¹ - como a EBAN (European Business Angel Network) - mais atrativo para os investidores.¹³² O alívio fiscal sobre os rendimentos ou a compensação de prejuízos em condições mais favoráveis do que as do regime fiscal normal poderão apoiar a redução do risco de investimento em empresas jovens, em crescimento e/ou inovadoras. Os incentivos fiscais devem ser regularmente acompanhados e avaliados, a fim de os reformar ou de conceber novos incentivos.¹³³
- **Criar uma base de dados europeia de *Business Angels*, incubadoras e fundos de capital de risco.** A inscrição nesta base de dados deve ser decidida por uma rede europeia independente de profissionais que estejam aptos a avaliar os investidores, as incubadoras e os fundos de

¹²⁷ Um bom exemplo é a Enterprise Ireland: [Enterprise Ireland - where innovation meets business](#)

¹²⁸ Para mais informações, consultar o *Desafio 5 - Dar Voz aos Cidadãos, I. Promover uma esfera pública vibrante, pluralista e aberta para que os cidadãos possam tomar decisões políticas informadas, B. Dados Abertos de entidades públicas*

¹²⁹ Um bom exemplo é a Finlândia: [DataBusiness.fi - Making our Open Data your business](#)

¹³⁰ Ver [Comissão Europeia - Proteção de Dados na UE](#)

¹³¹ **N. do T.:** Os *Business Angels* são investidores informais em capital de risco para PMEs. (IAPMEI)

¹³² Um bom exemplo é o programa PIR na Itália: [Italy's PIR funds: Capitalising on new instruments](#)

¹³³ Ver [Effectiveness of tax incentives for venture capital and business angels to foster the investment of SMEs and start-ups](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

capital de risco. Os investidores, incubadoras e fundos de capital de risco incluídos na base de dados devem também ser regularmente acompanhados para garantir que cumprem os requisitos estabelecidos para a sua inclusão na base de dados. Esta base de dados pode desenvolver e expandir o diretório de membros da EBAN.¹³⁴

- **Dar segundas oportunidades aos empresários.** O Volt encorajará os empresários honestos em situação de falência a financiar outra empresa para que possam aplicar os conhecimentos adquiridos anteriormente. Deve ser feita uma distinção decisiva entre falências honestas e desonestas, com processos especiais de falência e quitação para empresários honestos (por exemplo, processos de falência mais rápidos e menos dispendiosos ou uma duração mais curta da classificação de risco negativa). Por outro lado, os interesses dos credores devem ser protegidos e o processo de falência deve ser simples e o mais rápido possível para os investidores, tornando mais fácil e mais rápido o processo de falência de uma empresa. A duração máxima da insolvência deve ser de 2 a 3 anos, dependendo da dimensão da empresa e dos ativos que devem ser vendidos (ou seja, com ou sem um mercado secundário eficiente). Desta forma, a perda por incumprimento (*Loss Given Default-LGD*)¹³⁵ diminui e, por conseguinte, a probabilidade de receber crédito pelo sistema aumenta.
- **Apoiar o financiamento adicional para desenvolver PMEs** em indústrias estratégicas e harmonizar o desenvolvimento das PMEs entre países, regiões e províncias.
- **Estabelecer incentivos fiscais para os proprietários de PMEs** que investirem os seus lucros na sua empresa ou criarem empregos nos primeiros 1 a 3 anos de atividade.
- **Apoiar os planos de Opção de Compra de ações pelos colaboradores** - ou outras ações semelhantes se a empresa não estiver cotada em bolsa - através de benefícios fiscais para melhorar o espírito empreendedor dos trabalhadores, bem como benefícios nos lucros futuros (como um menor imposto sobre rendimentos).

¹³⁴ Ver [EBAN - Fueling Europe's Growth](#)

¹³⁵ Ver mais sobre [Loss Given Default \(LGD\)](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

B. Mentalidade de "benefícios para todos"

O Volt quer incentivar e valorizar o empreendedorismo social. Para isso, propomos:

- **Criar formas jurídicas coerentes e normalizadas para os empreendedores sociais e introduzir um sistema de certificação oficial.**
- **Aliviar as pressões fiscais sobre os recursos humanos das empresas sociais.**¹³⁶
- **Desenvolver sistemas de incentivos** para que as empresas (incluindo as PME) adotem as melhores práticas de outras empresas, especialmente no que respeita à aprendizagem/formação contínua.
- **Assegurar a existência de políticas fiscais que combatam proativamente as desigualdades**, tais como a introdução de um imposto sucessório progressivo para evitar a concentração da riqueza.

C. Mentalidade de bom atendimento público¹³⁷

As administrações públicas deverão ser incentivadas a prestar um atendimento eficaz e de fácil acesso aos membros do setor privado para garantir que os processos são simples e que os regulamentos são cumpridos com facilidade. Para alcançar este objetivo, o Volt apoiará políticas que:

- **Reduzam drasticamente os tempos de espera**, recompensando e avaliando as equipas de atendimento com base em indicadores de tempo.
- **Fortaleçam os serviços online e integrem os dados de toda a administração pública.** Uma chave digital única em toda a UE aceleraria este processo, reduzindo atrasos.
- **Trabalhem no sentido de criar processos completamente livres de papel e padrões harmonizados em matéria de tecnologias de informação e comunicação (TIC)** que permitam serviços eficientes.

¹³⁶ Uma empresa social é uma empresa sem distribuição de dividendos que é criada para abordar e resolver um problema social. Ver mais em [Social Business Earth](#)

¹³⁷ Para mais informações, consultar *Desafio 1 - Smart State: um Estado inteligente, I. Eficácia administrativa para reduzir custos e melhorar a qualidade do serviço*

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Introduzam e monitorizem indicadores de desempenho (KPIs)** relacionados com os serviços.

II. Revitalizar a inovação nas nossas economias e promover as indústrias do futuro

A inovação deve estar no centro das estratégias a longo prazo, tanto para as empresas como para os governos. No entanto, apesar das declarações de intenção e de várias boas iniciativas do setor público, muitas economias europeias ainda se debatem para criar um ambiente favorável à inovação.

A. Novas ideias e desenvolvimento de infraestruturas de apoio

Incentivar as novas ideias nas nossas economias de forma a estimular o crescimento e a criação de conhecimento na Europa. Para tal, o Volt propõe tomar as seguintes medidas:

- **Facilitar e melhorar o fluxo de informação e conhecimento** obtido a partir de instituições académicas e da sua investigação aplicada ao setor privado. Além disso, aumentar a aplicação dos resultados da pesquisa (por exemplo, através de institutos de pesquisa, fundos de pesquisa empresarial e centros de pesquisa público-privados).¹³⁸
- **Criar e apoiar instalações de pesquisa partilhadas e centros de inovação** - por exemplo, concentrando esforços na introdução de redes de fibra ótica, Wi-Fi pública e gratuita, bem como um serviço público de armazenamento na *cloud* que tenha servidores em cada país. Além disso, introduzir novos institutos de cooperação para estimular a colaboração entre os setores académico e empresarial.
- **Apoiar e financiar a investigação pan-europeia em áreas de investigação fundamentais.**¹³⁹ O Volt apoia a política da UE na identificação e financiamento de áreas-chave para a investigação. Propomos sincronizar os processos de forma a atribuir fundos de investigação a nível nacional e europeu, de modo a democratizar e harmonizar a escolha das áreas de investigação que devem ser apoiadas.¹⁴⁰
- **Aumentar a facilidade e a atratividade da obtenção de vistos de especialista,** especialmente após a obtenção de um diploma universitário num Estado-Membro da UE (por exemplo, após o MINT Master), a fim de atrair talentos (tomando por exemplo o modelo

¹³⁸ Ver o [Einstein Centre for Digital Future](#)

¹³⁹ Ver [European Commission - What is Horizon 2020?](#)

¹⁴⁰ Para mais informações, ver *Desafio 1 - Smart State: um Estado inteligente, VII. Apoio à Investigação.*

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

americano, em que um visto de estudante confere automaticamente ao seu titular o direito de trabalhar durante um ano após a conclusão do curso).

- **Dar prioridade à melhoria das infraestruturas digitais e definir normas para os dados abertos** a fim de satisfazer as necessidades futuras, tanto do setor privado como do público em geral.

B. Regulamentação favorável

Encorajar o Estado a intervir para orientar, promover e proteger a inovação europeia. O Volt fará isso promovendo as seguintes medidas:

- **Reforçar a implementação internacional da legislação em matéria de direitos de patente**, tornando-a sempre aplicável à concorrência internacional e penalizando todas as empresas que não cumpram estas normas em qualquer parte do mundo. Há que apresentar um estudo preliminar sobre as diferenças em certos setores específicos.
- **Reformar a legislação em matéria de patentes**, aumentando a transparência e especificando uma data de expiração da patente para garantir que não bloqueiam novas invenções, assegurando simultaneamente a rentabilidade da inovação.
- **Estabelecer padrões, regulamentações e diretrizes para orientar o desenvolvimento de tecnologias revolucionárias**, como a Inteligência Artificial.
- **Dar mais liberdade às startups que sejam inovadoras e disruptivas no setor em que atuam**, exigindo ao mesmo tempo que respeitem certas normas (por exemplo, seguros de saúde, sistema de pensões, etc.).
- **Padronizar os contratos (se possível) em toda a UE** para diferentes tipos de empresas e partilhar as melhores práticas (por exemplo, contratos de propriedade de startups).
- **Analisar a disponibilidade, a necessidade e o custo dos serviços notariais e considerar a possibilidade de incentivar a utilização de serviços jurídicos online**, como a certificação online de documentos legais para registar empresas ou um processo mais fácil para contratos padronizados, para aliviar a carga burocrática das startups.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

C. Novos mercados e novas formas de produzir energia

Apoiar a investigação e o desenvolvimento em mercados emergentes com relevância estratégica, como, por exemplo, as energias renováveis e as iniciativas da Indústria 4.0. O Volt apoiará o crescimento nestes mercados tomando as seguintes medidas:

- **Garantir estratégias políticas a longo prazo destinadas a criar segurança para o investimento das empresas.**
- **Utilizar o "poder do Estado" (como a aplicação de normas mais razoáveis e incentivos fiscais) para apoiar a eficiência energética em ambientes domésticos e industriais.**
- **Apoiar uma estratégia integrada em todos os Estados-Membros da UE, avançando para um mercado único da energia** e para regimes à escala europeia, a fim de incentivar as indústrias do setor das energias renováveis.¹⁴¹
- **Criar "zonas especiais de investigação e inovação"¹⁴² para novas tecnologias**, permitindo que as regiões criem essas zonas para abordagens do tipo *sandbox*¹⁴³ e com regulação mais leve. Estas zonas podem ser utilizadas por startups e empresas de tecnologia no campo da condução autónoma, drones e serviços semelhantes onde a IA tem de ser treinada num ambiente físico.¹⁴⁴ Para garantir que essas zonas beneficiam a Europa no seu conjunto, deve ser garantida a aplicabilidade dessas tecnologias noutros países da UE.

¹⁴¹ Para mais informações, ver *Desafio +1 - Reforma da UE, V. Reforma da Política Externa e da Política Europeia de Vizinhança, D. Política de Vizinhança da UE*

¹⁴² As "zonas de inovação" são muito bem sucedidas em economias emergentes como Xangai ou Shenzhen.

¹⁴³ **N. do T.:** «Bruxelas definiu *sandbox* como um enquadramento estabelecido pelos reguladores que permite às start-ups e a outros inovadores conduzirem experiências num ambiente controlado, sob a supervisão do regulador.» - in [Jornal de Negócios](#)

¹⁴⁴ Há muitas "cidades fantasmas" na Espanha que poderiam perfeitamente fornecer o espaço necessário para essas zonas de inovação, sem o perigo de ferir pessoas reais.

III. Promover uma iniciativa europeia de Inteligência Artificial

A inteligência artificial (IA) está prestes a transformar a economia, a sociedade e os sistemas sociais e políticos em toda a Europa e no mundo. O impacto social da inteligência artificial pode ser muito benéfico (por exemplo, estradas mais seguras, cuidados de saúde personalizados e utilização eficiente dos recursos), mas também conduzir a resultados desfavoráveis (por exemplo, desemprego, desigualdades crescentes ou armas autónomas letais).

É urgente agir, uma vez que o desenvolvimento tecnológico e as suas aplicações práticas estão a avançar a um ritmo altamente acelerado.

O debate tem de incluir a sociedade inteira e não apenas os especialistas técnicos. A IA afeta diretamente não apenas modelos de negócios, mercados de trabalho e distribuição de rendimentos, mas também levanta questões éticas fundamentais sobre a interação homem-máquina, a natureza do trabalho, a privacidade dos cidadãos e a distribuição de benefícios.

O desenvolvimento da Inteligência Artificial exige uma abordagem europeia conjunta para ganhar **massa crítica que compita globalmente**, para garantir que a tecnologia de IA é desenvolvida com base nos **Valores Humanos da UE**, e para construir uma **'União Social' em que ninguém é deixado para trás**, uma vez que os efeitos indesejáveis da IA, como o desemprego involuntário, terão repercussões nos mercados de trabalho por toda a Europa.

O Volt defende uma Iniciativa Europeia para a IA com o objetivo de:

- A) Estabelecer um regime jurídico e ético comum a nível europeu;
- B) Desenvolver as competências europeias em matéria de desenvolvimento da Inteligência Artificial;
- C) Preparar a abordagem a adotar em relação às consequências socioeconómicas negativas.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

Os esforços dos Estados-Membros em matéria de IA devem ser alinhados com esta abordagem europeia, de acordo com os pontos fortes específicos de cada país.

A. Desenvolver os fundamentos e limites éticos e legais para o desenvolvimento da IA

A.1. Desenvolver e adotar diretrizes éticas para a IA

O Volt saúda todos os esforços da UE para desenvolver tais orientações e normas vinculativas, por exemplo, através da Aliança Europeia para a IA. Consideramos que estas orientações **devem refletir**, nomeadamente, os **seguintes valores**:

- As máquinas são instrumentos para melhorar o **bem-estar** dos seres humanos.
- A IA deve **ser explicável** e as situações de "**caixa-negra**"¹⁴⁵ devem ser evitadas.
- Os cidadãos são sempre os **proprietários** dos seus próprios dados.
- Uma **tributação justa da economia digital** contribui para uma distribuição equilibrada dos benefícios da IA.

A.2. Desenvolver um quadro jurídico e regulamentar

É necessário um enquadramento jurídico e regulamentar para o desenvolvimento da IA, a fim de garantir que estes valores fundamentais estão a ser efetivamente postos em prática, passando pelas seguintes medidas:

- **Criar um Gabinete de Coordenação de Alto Nível para a Inteligência Artificial.** O Volt recomenda a criação de um Gabinete de Coordenação de Alto Nível para a Inteligência Artificial, inserido na Comissão Europeia junto do gabinete do Presidente da Comissão, com representações em cada Estado-Membro. Estes gabinetes teriam de ter: 1) a competência para orientar o desenvolvimento da IA em diversos setores; 2) a

¹⁴⁵ Uma IA Explicável ou IA Transparente é um tipo de inteligência artificial (IA) cujas ações e lógica podem ser facilmente compreendidas pelos humanos. Em contraste, existem os processos "caixa-negra" de IA, em que as informações que esta recebe e as suas ações finais (bem como a relação entre elas) são conhecidas, mas cuja estrutura interna ou funcionamento não está bem (ou está mal) compreendido - situações em que nem mesmo os seus criadores conseguem explicar porque é que a IA tomou uma determinada decisão.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

competência para desenvolver uma estratégia coerente; e 3) a autoridade legal para monitorizar, garantindo que o sistema legal e regulamentar do país é coerente e está em conformidade com os valores europeus.

- **Desenvolver uma Carta Europeia dos Direitos Digitais** enquanto quadro jurídico geral e instrumento jurídico internacional vinculativo para reger a Internet na Europa. Este instrumento deve garantir os direitos individuais e sociais na Europa, incluindo o direito de acesso à Internet, e a proteção dos direitos fundamentais no ambiente digital, como a privacidade, a proteção de dados, a liberdade de expressão, de informação e de associação online e a gestão da Internet pelos intervenientes interessados. Os princípios da neutralidade da rede e de uma Internet aberta estão no cerne de um sistema de Internet que garanta esses direitos. O Volt defenderá que a UE inclua os direitos e liberdades digitais nos seus acordos com países terceiros.
- **Assegurar a aplicação eficaz do RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE).** As agências de proteção de dados devem estar adequadamente equipadas: 1) para assegurar uma aplicação coerente em toda a UE, de modo a que as empresas não se desloquem para países com uma proteção mais relaxada; 2) para ajudar as pequenas e médias empresas e organizações a cumprir com as regras complexas, de modo a que esta lei não privilegie inadvertidamente os grandes operadores internacionais.
- **Implementar regulamentação que exija que os algoritmos sejam explicáveis** se utilizados na tomada de decisões que afetam diretamente os cidadãos e os consumidores, tanto no setor público como no privado. O regulamento explicitará o que constitui essa "explicabilidade", criará uma Instituição Europeia de Auditoria de IA e estabelecerá uma rede de Institutos de Certificação de IA que serão credenciados para certificar que os algoritmos de IA estão em conformidade com as "normas de explicabilidade" definidas.
- **Assegurar uma tributação justa na economia digital.** O Volt apoia plenamente a proposta da Comissão Europeia de aplicar um imposto de 3 % sobre o volume de negócios das grandes empresas digitais no país da UE onde este volume de negócios é gerado, a fim de evitar a evasão fiscal através da transferência imediata dos seus lucros para paraísos fiscais.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Desenvolver uma posição comum europeia sobre a proibição das armas autónomas.** Iniciar um debate sobre os riscos da utilização de armas autónomas que, por exemplo, poderiam tomar decisões de ataque sem qualquer intervenção humana. De momento, os países da UE têm posições diferentes sobre o tema e estratégias diferentes para o abordar.¹⁴⁶ O Volt propõe que se considere a adoção de instrumentos internacionais juridicamente vinculativos que proíbam o desenvolvimento, a produção e a utilização dessas armas sob os auspícios da ONU.

B. Reforçar as competências da Europa em matéria de desenvolvimento da IA

O Volt apoia um esforço europeu coordenado para desenvolver competências em matéria de IA, com os seguintes elementos fundamentais: 1) Investigação e Inovação, 2) Educação e Formação de Recursos Humanos e 3) Infraestruturas. Para esse efeito, propomos as seguintes ações:

- **Investir na investigação e desenvolvimento de IA em toda a UE.** O Volt saúda o anúncio da Comissão de lançar uma iniciativa de investigação e desenvolvimento destinada à IA,¹⁴⁷ incluindo a fixação de um orçamento de 20 mil milhões de euros por ano até 2020 para apoiar esforços multinacionais. Os tópicos de investigação devem incluir, para além dos aspetos técnicos, os desafios e mudanças na sociedade, incluindo nos mercados de trabalho, e como abordá-los, sem prejudicar a inovação e o desenvolvimento da IA.
- **Melhorar a educação em literacia digital para todas as idades,** começando na pré-escolar. Numa sociedade orientada para a tecnologia, a educação é fundamental para promover a inclusão social, bem como a sensibilização para os benefícios e os riscos da utilização das tecnologias. Além de competências técnicas, como a programação, o Volt defende o ensino de comportamentos e habilidades que conduzam a um estilo de vida saudável e sustentável e que preservem a saúde mental e o bem-estar social numa sociedade altamente digital.
- **Desenvolver uma plataforma europeia de *AI-on-demand* (“IA a pedido”).** O desenvolvimento da IA exigirá grandes investimentos para impulsionar a capacidade tecnológica e industrial da UE, tanto do setor privado como do público. Uma das grandes prioridades é tornar a IA disponível e acessível a todos, com o objetivo de divulgar amplamente os seus benefícios. Esta plataforma será um **ponto de acesso único para todos os utilizadores aos recursos de IA relevantes** da UE,

¹⁴⁶ Ver [PAX - Keeping Control: European positions on lethal autonomous weapon systems](#)

¹⁴⁷ Ver [European Commission - Communication Artificial Intelligence for Europe](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

incluindo informação técnica, repositórios de dados, recursos de computação (computação de alto desempenho na *cloud*), ferramentas e algoritmos. Oferecerá serviços e prestará apoio a potenciais utilizadores da tecnologia, analisará os argumentos comerciais subjacentes à IA nas suas circunstâncias específicas e ajudá-los-á a integrar soluções de IA nos seus processos, produtos e serviços. Para a implementação da plataforma, a Comissão Europeia tenciona desenvolver a rede existente de mais de 400 Centros de Inovação Digital.

- **Proporcionar o acesso universal a Internet rápida.** Permitir a transmissão de dados de alta velocidade e assegurar um amplo acesso, incluindo fora dos centros urbanos, ou seja, através: 1) de requisitos mínimos de velocidade, cobertura e interconectividade a nível europeu; 2) do acesso regulamentado para minimizar a discriminação dos pequenos utilizadores ("neutralidade da rede"); 3) do coinvestimento público-privado - como, por exemplo, foi feito na Alemanha através do "Gigabit Investment Fund", com um investimento estimado de 12 mil milhões de euros, financiado em parte pelas receitas das licenças de banda larga.
- **Atrair investimentos privados para o desenvolvimento de IA.** Aumentar o apoio do **Banco Europeu de Investimento** aos investimentos em IA do seu nível experimental de 500 milhões de euros no período 2018-2020 para, pelo menos, 1.000 milhões de euros/ano após 2020, e lançar rapidamente o **programa pan-europeu de fundos de capital de risco "Venture EU"** - um fundo de 2.100 milhões de euros para estimular o investimento em startups inovadoras e empresas em crescimento por toda a Europa.

C. Preparar a sociedade para as mudanças estruturais relacionadas com a IA: uma abordagem em três vertentes

A Inteligência Artificial tem sido **motivo de preocupação para muitas pessoas**. Este receio **tem de ser levado a sério** e **tem de ser devidamente abordado**, caso contrário, uma inquietação generalizada pode abrandar o processo de transformação de que necessitamos e os populistas podem usar este medo para dividir a sociedade através de falsas promessas e soluções simples. Este receio é muito evidente em relação ao mercado de trabalho, sob a forma de um medo generalizado da perda de muitos empregos e da qualidade dos que restarem, embora as previsões sobre o impacto concreto da IA variem muito. **O Volt propõe uma abordagem em três vertentes: assegurar - adaptar - construir.**

- **Assegurar meios de subsistência em caso de perda de emprego.** Estabelecer um padrão a nível europeu para os regimes de Rendimento Mínimo Garantido (RMG), inicialmente com um objetivo modesto de superar, no mínimo, o limiar da pobreza extrema - ou seja, garantindo

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

pelo menos 40% do rendimento médio nacional. Para garantir um acesso justo e amplo ao RMG, é necessário alargar a cobertura da segurança social às pessoas que trabalham fora do setor formal de empregos tradicionais, como é o caso dos trabalhadores temporários, independentes, por conta própria ou de outras formas de trabalho flexível.

- **Adaptar a sociedade a um ambiente de trabalho em mudança.** Em vez de esperar até que os empregos sejam extintos, é necessário passar de um regime de Desemprego para um regime de **"Seguro de Emprego"** com uma nova orientação para um sistema preventivo centrado na conservação do emprego ao longo da vida. Isto inclui a criação do **Programa Volta para a Aprendizagem ao Longo da Vida**. O programa Volta tornar-se-á num aglomerado de iniciativas a nível europeu destinadas a preparar os trabalhadores para o futuro do trabalho. Incluirá programas subsidiados de formação em novas ferramentas e tecnologias, bem como sessões de aconselhamento de carreira. Seria direcionado para os trabalhadores que já são afetados, ou que estão em risco de ser afetados num futuro próximo, pela mudança tecnológica no seu local de trabalho. Seria dada prioridade às pessoas que não têm meios financeiros para patrocinarem a sua própria formação. As atividades de formação devem ser acreditadas por instituições de formação ou académicas e os formandos receberão certificações reconhecidas em toda a Europa.
- **Construir o futuro do trabalho. Lançar um programa de consultas públicas a nível europeu sobre o conceito do Trabalho 4.0**, a fim de explorar a evolução dos valores fundamentais relativos ao trabalho em toda a Europa e contribuir para a elaboração de políticas a nível da União Europeia e dos Estados-Membros. Pode basear-se na experiência prática do processo *Working 4.0* da Alemanha¹⁴⁸ e do modelo dinamarquês de "Flexisegurança", que combina benefícios públicos e sociais generosos com mercados de trabalho flexíveis. O Volt considera que há dois aspetos que merecem especial atenção:
 - **Desenvolver legislação a nível europeu em matéria de flexibilidade do horário de trabalho**,¹⁴⁹ que confira maior liberdade de escolha aos trabalhadores e preveja regras para a negociação de modalidades de trabalho que equilibrem as necessidades dos trabalhadores com as das empresas. Deve ser dada especial atenção ao número crescente de trabalhadores por conta própria, a trabalhar em startups ou em regime de colaboração coletiva (*crowd workers*),¹⁵⁰ que ainda não estão bem representados politicamente, nem devidamente

¹⁴⁸ Ver [Federal Ministry of Labour and Social Affairs - White Paper: Work 4.0.](#)

¹⁴⁹ Ver [Deutscher Juristinnenbund - Konzeption eines Wahlarbeitszeitgesetzes](#)

¹⁵⁰ **N. do T.:** *Crowdsourcing* (colaboração coletiva). É definido pelo dicionário [Mirriam-Webster](#) como «o processo de obtenção de serviços, ideias ou conteúdo mediante a solicitação de contribuições de um grande grupo de pessoas e, especialmente, de uma comunidade online, em vez de usar fornecedores tradicionais ou uma equipa de empregados.»

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

organizados, pelo que têm normalmente menos poder de negociação.

- **Implementar projetos-piloto a larga escala de Rendimento Básico Universal (RBU).** A perspectiva de que as tecnologias relacionadas com a IA venham a reduzir a procura global de trabalho humano, aumentando o desemprego estrutural, exige um novo conceito de proteção social dissociado do emprego tradicional. Os projetos-piloto devem ter um tamanho relevante (por exemplo, mais de 10.000 participantes, mais de 5 anos, em diversos cenários e países), acompanhados de um rigoroso acompanhamento dos resultados. O programa global deve ser dirigido a nível europeu e implementado pelos Estados-Membros, com financiamento da UE, permitindo uma avaliação contínua e consistente dos resultados. As principais questões sobre as quais os programas terão de se debruçar incluem: O RBU substitui efetivamente os sistemas tradicionais de segurança social? Quais são os seus custos? Como será financiado o RBU? Que efeitos tem na atitude perante o trabalho? Que efeitos tem sobre a autoestima do indivíduo?

IV. Construir o futuro do trabalho e combater o desemprego (jovem) com conceitos inovadores

A. Futuro do trabalho - novos modelos de trabalho

O Volt pretende introduzir medidas para reduzir o desemprego e promover novos modelos de trabalho. Precisamos, por isso, de aumentar a flexibilidade dos trabalhadores para melhor dar resposta à evolução da procura nas nossas economias em constante transformação. Ao mesmo tempo, precisamos de desenvolver quadros jurídicos e sociais adequados e proteções para estas novas situações. As novas possibilidades tecnológicas permitem novas formas de trabalhar e as políticas têm de aproveitar esse potencial, fornecendo enquadramentos adequados para a descentralização e a criação de mais postos de trabalho e regimes de trabalho mais flexíveis.

- **Flexibilidade e conciliação da vida profissional e familiar:** O Volt apoia a elaboração de leis que permitam ao trabalhador ter mais liberdade na escolha do seu horário de trabalho e aspira tornar-se na voz política do cada vez maior número de startups; trabalhadores independentes, em regime de colaboração coletiva e temporários; e também dos pais e cuidadores que continuam a trabalhar. Muitas pessoas deixam a rotina tradicional de trabalho "das 9h às 17h" e sentem que a autonomia que isso lhes proporciona é mais enriquecedora e satisfatória. As economias que colaboram entre si e que operam além-fronteiras necessitam de ter empresas que adotem horários de trabalho flexíveis e ofereçam oportunidades para as pessoas que querem trabalhar de forma mais autónoma e para as que têm menos hipóteses de encontrar um emprego permanente.¹⁵¹ Além disso, os horários de trabalho flexíveis melhoram significativamente o equilíbrio entre a vida profissional e familiar dos pais que trabalham.¹⁵² Qualquer nova política para incentivar e regular a flexibilidade do trabalho terá de conciliar pelo menos três princípios: (1) Têm de permitir formas de trabalho mais flexíveis, digitais e móveis, ao mesmo tempo que (2) protegem a saúde dos trabalhadores, a empregabilidade contínua e o rendimento mínimo em todas as fases da vida e (3) aumentam a competitividade internacional das empresas.
 - É necessário encontrar soluções jurídicas e fiscais flexíveis para os cidadãos que trabalham num Estado-Membro da UE e residem noutro, ou que trabalham em vários Estados-Membros ao longo do ano. O atual regime de convenções em matéria de dupla tributação é demasiado rígido para refletir a realidade de muitos

¹⁵¹ Ver [European Political Strategy Centre - The Future of Work](#)

¹⁵² Consultar [OECD - Be Flexible! Background brief on how workplace flexibility can help European employees to balance work and family September 2016](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

cidadãos da UE e, por conseguinte, pode funcionar como um dissuasor da livre circulação na UE.

- **Adotar modelos mais flexíveis do tipo "Mais Pessoas/Menos Trabalho".** O forte aumento da produtividade gerou um grande desequilíbrio nos mercados de trabalho. Uma redução dos horários laborais de cada indivíduo absorveria muito do desemprego estrutural que foi provocado.¹⁵³
- **Introduzir medidas para capacitar tanto mulheres como homens com filhos para que tenham uma carreira de sucesso.** O Volt introduzirá as seguintes medidas que beneficiarão todos os tipos de pais (homens ou mulheres solteiros, casais heterossexuais e homossexuais, etc.).
 - **Implementar um "Horário de Trabalho Familiar"** após as licenças maternidade/paternidade para permitir que ambos os pais regressem ao trabalho inicialmente a tempo parcial, com a possibilidade de receberem compensações pelos rendimentos reduzidos durante fases específicas da vida dos filhos (por exemplo, durante a primeira infância, tal como previsto na lei alemã sobre licenças parentais),¹⁵⁴ para que exista um melhor equilíbrio nas responsabilidades dos pais em matéria de família, prestação de cuidados e auferimento de rendimentos.¹⁵⁵ O "horário de trabalho familiar" seguiria a licença parental e duraria até três anos. Ambos os pais, por exemplo, trabalhariam 80% do tempo integral normal, sendo que a redução dos vencimentos seria compensada por uma taxa que reduziria de forma gradual, com base no nível de rendimento familiar e no período de duração.¹⁵⁶
 - **Permitir licenças de maternidade e paternidade remuneradas** por um período específico, seguidas de licenças parciais suplementares que podem ser partilhadas de acordo com a preferência dos pais. Incentivar fortemente ambos os pais a tirarem partido desse tempo extra. A duração das licenças pode ser decidida de acordo com os quadros existentes em cada país,¹⁵⁷ mas a igualdade entre ambos os pais deve prevalecer.
 - **Incentivar as creches nas empresas e alterações aos próprios métodos de trabalho** da empresa, permitindo uma flexibilidade adequada às necessidades de ambos os pais.

¹⁵³ Ler [Green European Foundation - Work more? Work less? What should be done so that we can all work and perform better?](#)

¹⁵⁴ Ver [BMFSFJ - Manuela Schwesig: Mütter und Väter wollen heute beides: Familie und Beruf](#)

¹⁵⁵ Consultar [OECD - Be Flexible! Background brief on how workplace flexibility can help European employees to balance work and family September 2016](#)

¹⁵⁶ Ver [Familienarbeitszeit – Wirkungen und Kosten einer Lohnersatzleistung bei reduzierter Vollzeitbeschäftigung](#)

¹⁵⁷ Consultar [RAND Corporation - Paternity and parental leave policies across the European Union](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Estimular as cooperativas**, já que se demonstraram mais resilientes durante crises financeiras e permitem uma maior democracia económica, mais participação dos cidadãos, maior responsabilidade social das empresas e uma prestação mais eficiente de bens e serviços. O Volt apoia as cooperativas (por exemplo, as Sociedades Cooperativas Europeias) como uma forma europeia intrínseca de corporação com elevados padrões de trabalho e partilha de rendimentos.
- **Introduzir esquemas de redução temporária das horas de trabalho em setores afetados pela crise**, de modo a proteger os trabalhadores, subsidiando uma parte dos seus salários. Estes esquemas são programas de partilha de trabalho, onde uma empresa pode reduzir as horas de trabalho dos trabalhadores (e os respetivos salários) ou mesmo dispensá-los temporariamente. Os subsídios cobrem uma percentagem desse salário. Existe um período máximo durante o qual estes esquemas podem ser aplicados. Se forem implementados com sucesso, tais esquemas reduzem a necessidade de despedir empregados durante uma crise e recontratá-los posteriormente. Este é um dos pilares fundamentais para proporcionar mais flexibilidade aos empregadores.
- **Adotar programas com o objetivo de promover os benefícios do trabalho digital descentralizado**, como o empréstimo de dispositivos para indivíduos com baixos rendimentos ou que estejam em situação de desemprego, o uso de plataformas de formação online ou a criação de bibliotecas com pontos de acesso à Internet e com formadores que ensinem as pessoas a encontrar emprego e a sustentar-se através do trabalho à distância pela Internet.
- **Projetar modelos de trabalho à distância especialmente concebidos para idosos**, partindo do princípio de que a literacia digital também aumentará em breve para os cidadãos idosos.
- **Incentivar os regimes de trabalho em tempo parcial**, por exemplo, com subsídios ou reduções fiscais, introduzindo também subsídios de recolocação e subsidiando a formação para desempregados em situação prolongada. Defendemos uma política de trabalho à distância como a dos Países Baixos, onde os empregadores não podem recusar o pedido de um trabalhador para trabalhar à distância, a menos que possam explicar claramente por que razão a sua presença no local de trabalho é essencial.
- **Avaliar e implementar um sistema de melhores práticas para o ensino e formação profissional** em toda a Europa.
- **Introduzir uma "bolsa cívica" de um ano, remunerada e voluntária, que permita aos jovens apoiar o Estado em diversas tarefas**, desde os empregos administrativos clássicos aos serviços militares e sociais. Combinar esta bolsa com programas de mobilidade geográfica para incentivar o intercâmbio europeu.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

B. Medidas preventivas, requalificação profissional e reintegração

De acordo com dados recentes da Eurostat, 3,722 milhões de jovens (com menos de 25 anos) estavam desempregados em 2017 na União Europeia a 28, uma diminuição de 380 mil em comparação com outubro de 2016. As taxas de desemprego jovem mais baixas foram observadas na Alemanha (6,6%) e na República Checa (7,2%), enquanto que as mais elevadas foram registadas na Grécia (40,2% em agosto de 2017), Espanha (38,2%) e Itália (34,7%). Embora estes números demonstrem progressos, o desemprego dos jovens continua a ser elevado.

Apesar de esforços como a Iniciativa para o Emprego dos Jovens, a Garantia para a Juventude e o Corpo Europeu de Solidariedade terem por objetivo atenuar o desemprego dos jovens, os jovens que iniciam as suas carreiras continuam a enfrentar problemas estruturais difíceis. Continua a persistir a prática de oferecer estágios não remunerados e seguros precários aos jovens trabalhadores, verificando-se também inconsistências significativas entre o que é pedido no mercado de trabalho e as competências adquiridas ao longo da escolaridade. É necessário um melhor intercâmbio de informações entre as instituições de ensino, os empregadores e os serviços de emprego, a fim de alargar a articulação entre o ensino e o mercado de trabalho.

O Volt pretende preparar o futuro dos trabalhadores e dos desempregados para que sejam competitivos no mercado de trabalho. Deve ser dada especial atenção ao combate ao desemprego através de medidas preventivas. Estas passam por reduzir o número de alunos que abandonam a escola sem qualquer certificação e reagir às crises de escassez de empregos antes que estas tenham lugar.

- **Criar o Programa Volta para a Aprendizagem ao Longo da Vida:** O programa Volta tornar-se-á num aglomerado de iniciativas a nível europeu, promovidas por escolas e instituições de ensino ou emprego, destinadas a preparar os trabalhadores para o futuro do trabalho. Incluirá programas subsidiados de formação em novas ferramentas e tecnologias e aconselhamento de carreira. Seria direcionado para os trabalhadores que já são afetados, ou que estão em risco de ser afetados num futuro próximo, pela mudança tecnológica no seu local de trabalho. Seria dada prioridade às pessoas que não têm meios financeiros para patrocinarem a sua própria formação. As atividades de formação devem ser acreditadas por instituições de formação ou académicas e os formandos receberão certificações reconhecidas em toda a Europa.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Aprendizagem ao longo da vida para a empregabilidade:** O Volt apoia uma estratégia para passar de um regime de Desemprego para um regime de "Seguro de Emprego" - um regime preventivo centrado na conservação do emprego ao longo da vida. O Volt defende a adoção imediata do "Erasmus Pro", um programa europeu de mobilidade para jovens destinado a financiar 200 mil estágios de aprendizagem por ano (cada um com duração de dois anos), com um orçamento inicial estimado em 5 mil milhões de euros/ano.¹⁵⁸ O Volt apoia contas pessoais a longo prazo que apoiem a aprendizagem ao longo da vida, impulsionando-as com um bónus periódico pela aprendizagem ao longo da vida e pela renovação profissional, para que os trabalhadores permaneçam sempre com as competências atualizadas num mercado de trabalho em constante mudança. Para os trabalhadores próximos da reforma, há que ter em conta se faz mais sentido a requalificação profissional ou uma reforma antecipada, com base na segurança social e no bem-estar das pessoas, tendo também em conta as restrições orçamentais do Estado (ou seja, é dada especial atenção à sustentabilidade do sistema de pensões a longo prazo).
- **Recrutar trabalhadores de setores em declínio** prolongado para trabalharem em **indústrias promissoras**, promovendo a aprendizagem ao longo da vida através da utilização das tecnologias existentes e de ofertas digitais como os MOOC (cursos abertos online). Subsidiar programas de qualificação e formação no local de trabalho para as empresas que requalifiquem pessoas e contratem uma determinada percentagem desses formandos.
- **Introduzir um "ano social" ou "ano de voluntariado" para todos os cidadãos idosos que atinjam 65 anos de idade**, altura em que normalmente se reformariam.
- **Analisar as medidas e os resultados da IEJ (Iniciativa para o Emprego dos Jovens)** de forma harmonizada, transparente e coerente, criando uma base de dados com boas práticas de reintegração que possam ser utilizadas por todos os Estados-

¹⁵⁸ Consultar [Erasmus Pro: for a million "Young European Apprentices" by 2020](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

Membros.¹⁵⁹ Além disso, assegurar que os jovens desempregados concluem as atividades que devem realizar.

- **Investir em centros de educação relacionados com o artesanato de excelência das regiões** (por exemplo, Nápoles deve criar mais centros de educação para alfaiates, visto que é a indústria local com maior reconhecimento).
- **Apoiar o desenvolvimento de redes de jovens desempregados** através da criação de um programa subsidiado de tutoria com pessoas experientes em todos os setores.
- **Utilizar algoritmos inovadores de seleção baseados na análise de dados para prever e reagir a futuras faltas de emprego** num determinado setor geográfico ou de atividade. Isto permite que as medidas preventivas sejam adequadas antes de se verificar a redução no número de postos de trabalho e pode também incluir dados de fontes externas, como as redes sociais.¹⁶⁰

C. Facilitar a procura de emprego e criar mercados de trabalho flexíveis

Eliminar os obstáculos que atrasam ou bloqueiam a boa conciliação entre os candidatos e as ofertas de emprego, recorrendo a ferramentas digitais, plataformas de análise de dados e cursos de línguas específicos, promovendo uma melhor cooperação com o setor privado.

- **Criar uma Plataforma Europeia de Emprego** para fazer corresponder os candidatos às ofertas de emprego por toda a Europa. O Volt pretende expandir a atual plataforma Euresa para que tenha em conta as diferentes necessidades dos Estados-Membros, a fim de avaliar o défice entre a oferta e a procura de qualificações e competências a nível da UE, incentivando um reequilíbrio entre ambas. Um portal de emprego digital europeu único reduziria a discrepância entre a procura e a oferta de qualificações. Ao ter em conta as informações em tempo real sobre a procura de competências, poderia também melhorar a elaboração de políticas e o intercâmbio de trabalhadores entre os

¹⁵⁹ Em Itália, o Ministério do Trabalho e da Política Social, a Câmara do Comércio, Indústria, Artesanato e Agricultura e a Google desenvolveram um programa de estágios chamado "Growing Digital", que incluiu sessões de formação online, sessões práticas e estágios remunerados (6 meses). As empresas podiam receber incentivos até 6.000 euros pela promoção de estágios. Foram completados 3.000 estágios deste tipo. Ver [Young and Digital: Google Signs the European Pact4Youth](#)

¹⁶⁰ Para mais informação, ver C. *Facilitar a procura de emprego e criar mercados de trabalho flexíveis* diretamente a seguir

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

Estados-Membros. Com a participação das universidades e das instituições de investigação envolvidas, tal poderia também ajudar a colmatar o défice de competências e promover a transparência entre as universidades, os seus diplomados e as necessidades da indústria. O Portal Europeu da Mobilidade Profissional (EURES)¹⁶¹ e o Panorama de competências para 2030 do Cedefop¹⁶² constituiriam os alicerces deste tipo de iniciativa (para empregos e estágios).¹⁶³ Esta iniciativa, se devidamente acompanhada por um programa de reinserção destinado a proporcionar (1) um curso intensivo de línguas e (2) apoio financeiro à recolocação, poderá reduzir o desemprego global, ligando a procura e a oferta já existentes.

- **Iniciar o processo de unificação a longo prazo dos mercados de trabalho**, desencadeando negociações para a celebração experimental de um acordo laboral europeu - um acordo de trabalho homogéneo que tenha em conta as especificidades nacionais (por exemplo, qualidade e custo de vida). O Volt defende uma abordagem europeia do desenvolvimento social, com normas mínimas concretas de proteção social, trabalho digno e remuneração, permitindo uma transformação digital bem-sucedida que contribua para uma maior prosperidade e melhores condições de trabalho na UE. O Volt considera que a proteção social universal e um rendimento adequado são os pilares fundamentais da elaboração de políticas da UE.
- **Trabalhar em conjunto com equipas do setor privado** para aprender e implementar métodos inovadores e eficientes de formação, requalificação e recrutamento de desempregados.¹⁶⁴
- **Recompensar os jovens que investem na aprendizagem de competências linguísticas** que, combinado com a vontade de se deslocarem para outro país, podem ajudar a equilibrar a oferta e a procura de emprego (ver Plataforma Europeia de Emprego acima).
- **Definir os salários mínimos por região (e não por país)** através da flexibilização das disposições dos acordos coletivos. Estes salários mínimos garantidos devem ser iguais ou superiores a um salário mínimo vital - o valor determinado como o mínimo para se viver com dignidade numa determinada região.¹⁶⁵
- **Incentivar leis de cogestão** para reforçar a cooperação entre a administração e os trabalhadores.

¹⁶¹ Ver [EURES - O Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#)

¹⁶² Ver [Skills Panorama - Cedefop](#)

¹⁶³ Ler [Digitalization, jobs, and convergence in Europe: strategies for closing the skills gap](#)

¹⁶⁴ Ver [Crescere in Digitale - Formazione e tirocini per i giovani, Opportunità e competenze per le imprese](#)

¹⁶⁵ Ler [What is the real living wage?](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Harmonizar as qualificações** para reduzir os custos de procura para os empregadores e permitir que os candidatos a emprego sejam competitivos em mercados que não o seu mercado de origem.
- **Reduzir os encargos administrativos para os trabalhadores quando mudam de país** (pensões, impostos sobre o rendimento, requisitos de seguro de saúde, etc.).

V. Políticas sociais

- **Garantir um rendimento mínimo que permita viver acima do nível de pobreza.** O Volt prevê que a segurança social universal e um rendimento adequado se tornarão pilares fundamentais da elaboração de políticas da UE. Isto requer uma perspetiva de longo prazo combinada com ações a curto prazo.
 - O Volt defende o reforço dos sistemas de Rendimento Mínimo Garantido (RMG) existentes na UE, inicialmente com um objetivo modesto de superar, no mínimo, o limiar da pobreza extrema - ou seja, garantindo pelo menos 40% do rendimento médio nacional.
 - Os regimes devem ser concebidos não só para o conceito tradicional de emprego, mas também para pessoas empenhadas no desenvolvimento de uma nova empresa ou mesmo para as que se voluntariam a tempo inteiro a prestar algum serviço social (não remunerado).
 - O Volt subscreve os princípios propostos pela Plataforma Social para uma diretiva europeia sobre o rendimento mínimo. Este processo implica, de forma não exaustiva: um conjunto de metodologias comuns para definir a adequação desses rendimentos; abordagens comuns em matéria de cobertura, evitando exceções e "portas dos fundos"; e esforços para assegurar a sua implementação e o cumprimento de requisitos comuns de informação. Além disso, deve seguir os princípios da concessão proativa de prestações sociais e incluir medidas de inclusão, avaliação de impacto e orçamentação dedicada em função do género. Deve também abordar de forma flexível as necessidades de grupos específicos (por exemplo, famílias monoparentais, pessoas em situação de desemprego de longa duração, idosos, jovens, etc.).¹⁶⁶
- **Assegurar que é concedido um abono de família básico em toda a Europa.** O Volt procurará harmonizar os abonos de família com os padrões mínimos da UE.¹⁶⁷ Os abonos de família universais reduzem substancialmente a pobreza infantil. Políticas familiares eficientes, tais como a concessão de abonos de família adequados, conduzem a melhores oportunidades de assegurar o equilíbrio entre a vida profissional e familiar dos pais, protegendo também as crianças da exclusão social.¹⁶⁸
- **Ponderar o Rendimento Básico Universal (RBU):** apoiar experiências em larga escala com RBU, a fim de fornecer uma base sólida de conhecimento para

¹⁶⁶ Ver [European Parliament Directorate-General for Internal Policies - Minimum Income Policies in EU Member States](#)

¹⁶⁷ Vinculado ao rendimento médio nacional

¹⁶⁸ Ler [Family Benefits In Member States Of The European Union: A Comparative Perspective](#). Ver também a secção deste documento: *Desafio 3 - Igualdade Social, II. Alívio da Pobreza, A. Aspectos gerais relacionados com a pobreza, A.1. Benefícios sociais e cuidados de saúde.*

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

decidir sobre os méritos desta nova abordagem à segurança social.

- **Capital inicial:** O Volt apoia a ideia de disponibilizar um fundo inicial para todos os jovens da UE. Este capital de arranque pode ser visto como uma herança social que permite a um jovem desenvolver os seus talentos, escolher uma carreira ou criar uma empresa, independentemente do estatuto social e da riqueza dos seus pais. Todos os jovens são elegíveis, mas, dependendo do rendimento/riqueza dos pais, pode tratar-se de um subsídio (pais com menos condições financeiras) ou de um empréstimo em condições bastante favoráveis (pais com maior rendimento), sendo possível estabelecer um nível intermédio. As despesas admissíveis incluem uma vasta gama de atividades de promoção da vida/profissão. O Volt propõe a realização de testes em larga escala com capital inicial incondicional para determinar a melhor forma de estruturar esse instrumento político.
- **Integrar o número crescente de trabalhadores independentes no sistema de segurança social**, proporcionando um quadro que preveja padrões mínimos e assegure a responsabilização dos empregadores.
 - **Alargar a cobertura da segurança social aos trabalhadores independentes (tornando-o opcional).** A inclusão dos trabalhadores por conta própria nos sistemas de contribuição para fundos de pensões estatais conferir-lhes-ia os mesmos direitos e obrigações que todos os outros trabalhadores abrangidos. A obrigação legal de estar coberto pela segurança social deve aplicar-se principalmente aos jovens que iniciam uma atividade por conta própria após a entrada em vigor desta medida. Deve também haver maior margem para reduzir as contribuições ao criar uma empresa e em períodos com baixos rendimentos (por exemplo, através de um fundo da UE destinado a programas que apoiem os empresários nas fases iniciais da sua atividade). Além disso, aqueles que já estão abrangidos por um sistema obrigatório ou por outros acordos voluntários pré-existentes relacionados com fundos de pensões devem ter direito a uma isenção da obrigação de cobertura pelo regime público de seguro de pensão. Isto aplica-se, por exemplo, a agricultores, trabalhadores independentes e advogados que, em muitos países, estão cobertos por regimes de pensão próprios em função da sua profissão.
- **Repensar as idades de reforma** e analisar se é necessário estabelecer idades de reforma diferenciadas em função do setor (permitindo que as pessoas trabalhem durante mais tempo em profissões que não sejam tão fisicamente desgastantes).
- **Introduzir modelos de emprego a tempo parcial para os idosos**, que poderão contribuir para atenuar os problemas de financiamento do regime de pensões existente em alguns Estados-Membros. Isto também pode ajudar a manter profissionais no mercado de trabalho durante mais tempo.

VI. Desenvolver áreas economicamente desfavorecidas e promover o comércio

Combater as desigualdades entre as regiões europeias, permitindo que as zonas desfavorecidas recuperem e/ou invistam no seu futuro. Continuar a defender o comércio livre, justo e sustentável em todo o mundo, melhorando simultaneamente a aplicação das normas da UE para todos os produtos importados. Em especial, assegurar que os parceiros de fora da UE cumprem integralmente as nossas normas. Em vez de se limitarem a maximizar o seu crescimento económico, as sociedades modernas devem também trabalhar para resolver as desigualdades sociais e garantir uma qualidade de vida digna para todos. Os governos não devem ser avaliados com base no seu desempenho económico, mas sim no sucesso em criar coesão entre os seus cidadãos.

A. Desenvolver áreas economicamente desfavorecidas

- **Criar emprego através da promoção de investimentos estruturais inteligentes e ecológicos em regiões com dificuldades financeiras.** Após vários anos de tentativas, os investimentos "às cegas" revelaram-se ineficientes e as regiões com dificuldades estão frequentemente isoladas das zonas mais produtivas da Europa. A Europa precisa de um plano sério e coordenado para a criação concreta de valor a longo prazo. O Volt visa não só a criação de novos postos de trabalho, mas também a redução das disparidades socioeconómicas entre as regiões, bem como a promoção de uma produção de energia autónoma e mais ecológica. Para isto ser conseguido, propomos:
 - Alargar a rede ferroviária europeia de alta velocidade.
 - Investir em locais de produção de energia renovável e em estradas que absorvem poluição.¹⁶⁹
 - Melhorar a acessibilidade e a ligação das regiões rurais às zonas suburbanas e urbanas.

¹⁶⁹ O *Smog-Eating Concrete* (lit. "betão comedor de poluição") é um material de pavimentação que efetivamente absorve a poluição, o que em breve poderá vir a ser uma ferramenta crucial para melhorar a qualidade do ar nas áreas urbanas. Este novo betão é revestido com dióxido de titânio, que é um material fotocatalítico, o que significa que absorve óxidos de azoto do ar e utiliza a luz solar para os converter em nitratos inofensivos que acabam por ser arrastados pelas chuvas. Ver [CNN - Could pollution-eating concrete clean up our urban jungles?](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

As opções para conseguir a tão necessária transformação das nossas sociedades em modelos mais sustentáveis e inclusivos são bastante variadas. O Volt propõe:

- Criar uma estratégia comum mais concertada entre as instituições da UE e os Estados-Membros nacionais.¹⁷⁰
- Aumentar a parcela do orçamento da UE atribuída a estes projetos. Alguns dos investimentos poderiam também ser financiados através da venda de obrigações ao BCE.

Com base no exemplo da Lei Americana de Recuperação e Reinvestimento, da administração Obama,¹⁷¹ acredita-se que isto levará à criação de centenas de milhares de novos empregos distribuídos nas regiões mais desafiadas. Além disso, proporcionará oportunidades imediatas a todos os europeus atualmente excluídos do mercado de trabalho.

- **Criar plataformas digitais à escala europeia para assegurar a responsabilização e a transparência na utilização dos fundos comunitários.** Grandes projetos de infraestruturas implicam inevitavelmente o risco de desperdiçar recursos significativos em consequência da corrupção, do desvio de fundos e da não-execução dos projetos.¹⁷² O Volt criará um organismo de controlo que garanta a transparência, a fim de assegurar que todos os fundos utilizados em projetos chegam diretamente ao seu destino, impedindo que sejam perdidos devido à criminalidade ou à incompetência (como conseguido pela Lei Americana de Recuperação e Reinvestimento, de Obama).¹⁷³
- **Promover a transmissão de conhecimentos e qualificações para aumentar a produtividade e reduzir as desigualdades.** O Volt propõe o financiamento de programas e iniciativas de investigação pan-europeus, de modo a incluir as regiões mais desfavorecidas em meios de produção de alto nível. O acesso ao conhecimento e a sua difusão estimulam o processo de convergência tecnológica na Europa. Os programas (de investigação, bem como outras iniciativas) devem centrar-se em temas como a transformação digital para as PME e as microempresas, o desenvolvimento de tecnologia automóvel sustentável e a produção de energia limpa a partir de fontes de energia

¹⁷⁰ Em vez de uma mera e aleatória distribuição de fundos da UE para projetos propostos, sem qualquer estratégia abrangente ou a longo prazo.

¹⁷¹ Em 2009, a Lei Americana de Recuperação e Reinvestimento (ARRA) da administração Obama desencadeou projetos de obras públicas no valor de mil milhões de dólares, criando 20.000 empregos e rejuvenescendo as infraestruturas federais. Ver [ARRA, Its Details, With Pros and Cons](#)

¹⁷² O *Grandi Opere* da Itália ("Grandes Obras Públicas") que o governo lançou em 2001 - Após 14 anos, apenas 8,3% dos projetos foram concluídos, 57% das iniciativas estavam em "estado de projeto" e os custos aumentaram 40% devido à corrupção. Ver [24 Ore - Così la corruzione «brucia» il reddito](#)

¹⁷³ ARRA: *Monitoring body* - o Comité de Responsabilização e Transparência em matéria de Recuperação - e a plataforma online associada onde qualquer cidadão pode acompanhar a forma como os fundos foram investidos. Ver [States for a Transparent and Accountable Recovery - Accountability & Transparency](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

renováveis.

- **Redirecionar os fundos estruturais e de coesão para a Educação e a formação em regiões economicamente desfavorecidas.** Assistimos com demasiada frequência à utilização de fundos europeus em projetos de infraestruturas desnecessariamente grandes e que não eram essenciais. Por exemplo, foram financiadas grandes autoestradas ou aeroportos em regiões que não têm a atividade económica necessária para rentabilizar esse investimento. Além disso, os fundos são por vezes utilizados em zonas onde não são necessárias mais infraestruturas, mas o investimento é feito na mesma porque não existem outros projetos em que se possa investir. Em vez disso, esses fundos e recursos devem ser canalizados para projetos verdadeiramente necessários, como a modernização de escolas e universidades com poucos recursos financeiros, a formação de desempregados ou de pessoas pouco qualificadas, e o apoio a empreendedores jovens e inovadores. Por vezes, as zonas mais carenciadas têm instalações modernas, mas carecem de investimento na educação e no capital humano. Para que estas regiões possam recuperar terreno em relação às restantes, é necessário obter um equilíbrio inteligente dos investimentos.

B. Promover o Comércio¹⁷⁴

- **Impulsionar a celebração de acordos de comércio livre justos e sustentáveis com os principais impulsionadores do crescimento económico mundial** (como as potências Asiáticas ou os EUA). Ao mesmo tempo, salientar os direitos civis e a Liberdade ao negociar acordos de comércio livre com, por exemplo, países asiáticos, e assegurar que as normas mínimas de qualidade da UE são respeitadas (por exemplo, o caso do aço chinês).¹⁷⁵
- **Garantir que os acordos de comércio livre beneficiam todos os cidadãos europeus.** O comércio tem potencial para enriquecer a sociedade no seu conjunto. No entanto, muitas vezes, alguns beneficiam do comércio, enquanto outros acabam prejudicados. Por esta razão, ao negociar novos acordos de comércio livre, devemos incluir alguns mecanismos para repartir as suas potenciais vantagens. Estes mecanismos de redistribuição, como a tributação progressiva,¹⁷⁶ têm de ser incluídos na negociação dos acordos comerciais, se forem acordadas condições adequadas.

¹⁷⁴ Para mais informações, consultar *Desafio 4 - Equilíbrio Global, IV. Cooperação para o Desenvolvimento e Comércio Justo Internacional, B. Comércio Internacional*

¹⁷⁵ Para mais informações, consultar *Desafio +1: Reforma da UE, V. Reforma da Política Externa e da Política Europeia de Vizinhança, C. Relações da UE com as Nações Unidas e outras instituições multilaterais, C.2. Articulação com outras instituições multilaterais*

¹⁷⁶ *Ibid.* Ver também: [Redistributing the Gains From Trade Through Progressive Taxation](#)

VII. Políticas fiscais

A. Fiscalidade: desafios e princípios gerais

O Volt tem consciência de que esta será certamente uma das batalhas mais duras em prol da integração europeia. Por isso, este processo a longo prazo deve ser implementado gradualmente, uma medida de cada vez.

O Volt considera que a fiscalidade na Europa constitui uma competência da União Europeia. Além disso, consideramos que os sistemas de tributação de todos os Estados-Membros devem ser profundamente harmonizados. Tal permitirá assegurar fontes de financiamento diretas para as instituições europeias, bem como uma melhor resposta aos desafios da globalização. Além disso, assegurará a solidariedade entre os membros da UE, exigindo simultaneamente uma maior sustentabilidade orçamental. Por último, garantirá que as empresas de fora da UE não podem facilmente optar por regulamentações nacionais conforme mais lhes interessa.

O Volt pretende atingir vários objetivos em matéria de tributação, tanto das pessoas singulares como das sociedades:

- Reduzir a complexidade das declarações fiscais para aumentar a transparência.
- Identificar lacunas nos regulamentos (por exemplo, dentro do sistema de deduções).
- Rever os sistemas fiscais para aumentar a equidade da carga fiscal em toda a sociedade.
- Reequilibrar as cargas fiscais.
- Combater a evasão no curto prazo e construir uma cultura de longo prazo contra a evasão fiscal.
- Tirar partido dos incentivos fiscais para facilitar o empreendedorismo e apoiar o nascimento e o crescimento de novas empresas.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

B. Propostas específicas em matéria de fiscalidade

B.1. Tributação das pessoas singulares

- **Introduzir um imposto mais baixo sobre os lucros e sobre os juros recebidos de obrigações emitidas por PMEs.**
- **Aumentar o limite máximo fiscal**, permitindo que os investidores particulares invistam em PMEs e que esse investimento seja deduzido fiscalmente sobre a quantia total investida (por exemplo: em França, as famílias podem investir até 10 mil euros e beneficiar de um resgate fiscal. Este valor poderia ser aumentado até 30 mil euros por agregado familiar).
- **Reduzir o número de deduções fiscais** em benefício de taxas de imposto mais baixas, reduzindo também o número total de impostos para simplificar os processos.
- **Fixar o imposto sobre o rendimento ao nível de desigualdade no país** para que a sua progressividade aumente quando o coeficiente de Gini (medida do nível de desigualdade) aumentar no país.
- **Procurar reduzir a carga fiscal total sobre os grupos com baixos e médios rendimentos.**
- **Manter o IVA baixo sobre os bens básicos** (pão, leite), ligeiramente mais elevado sobre os bens normais (vestuário básico e automóveis), ainda mais elevado sobre os bens intermédios (vestuário de moda, automóveis desportivos) e o mais elevado sobre os bens de luxo (barcos, etc.). Os vários passos devem ser cuidadosamente avaliados para não prejudicar a produção e o consumo de bens de luxo.

B.2. Tributação das sociedades

- **Tornar os encargos sociais dedutíveis** nos primeiros 3 anos de lucro.
- **Introduzir um sistema tributário progressivo em função da dimensão das empresas** e aliviar a pressão fiscal sobre as novas empresas. No entanto, assegurar que os escalões não prejudicam os incentivos ao crescimento.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Desenvolver métodos para harmonizar os impostos em toda a UE**, conduzindo, finalmente, a um imposto europeu comum sobre as sociedades.¹⁷⁷
- **Introduzir uma margem de variação para as taxas de imposto sobre as sociedades** em toda a UE, a fim de assegurar a competitividade da Europa no seu conjunto e a concorrência fiscal entre os Estados-Membros.
- **Introduzir isenções fiscais nas novas empresas em todos os setores** por um período superior ao atual (por exemplo, 5 anos).

B.3. Tributação geral

- **Desenvolver plataformas digitais fáceis de usar para todos (indivíduos e empresas)** para o cálculo e pagamento de impostos. Além disso, promover técnicas inovadoras para averiguar e combater a evasão fiscal.
- **Reduzir ao máximo os pagamentos em numerário**, a fim de minimizar tanto quanto possível as transações ilegais. Tal poderia ser conseguido, por um lado, aumentando as consequências jurídicas da evasão fiscal e a eficácia dos administradores fiscais e, por outro, assegurando que os comerciantes não pagam comissões excessivas sobre as transações com cartão.
- **Rever a eficácia das sanções relacionadas com a evasão fiscal**, tanto a nível monetário como não monetário.
- **Informar regularmente o público**, através de websites institucionais da UE, sobre **o grau de evasão fiscal registado**, discriminando-o por setor e mostrando as suas consequências para os serviços públicos.
- **Trabalhar com as administrações regionais** e as administrações centrais a fim de definir planos regionais de desenvolvimento a longo prazo, bem como intervenções a curto prazo que estimulem as economias locais.
- **Apoiar a introdução de um imposto sobre as transações financeiras** a nível europeu. Tributar todas as transações financeiras a 0,05% (transações sobre derivados e apostas nos mercados financeiros) ou 0,021% sobre transações normais (negociação de títulos: ações e obrigações).¹⁷⁸ As isenções têm

¹⁷⁷ Para mais informações, ver *Desafio 2 - Renascimento Económico; VII. Políticas Fiscais, C. Um imposto europeu sobre as sociedades*

¹⁷⁸ Ver [European Commission - Implementing enhanced cooperation in the area of Financial Transaction Tax \(FTT\)](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

de ser definidas, por exemplo, para os mercados de PME em crescimento.¹⁷⁹

C. Um imposto europeu sobre as sociedades

Um primeiro passo no sentido da introdução de um imposto europeu sobre as sociedades abrangeria principalmente as grandes empresas europeias (ver abaixo quais as características necessárias para o imposto ser aplicável), bem como as empresas extracomunitárias com atividade na UE. O Volt tem de garantir que as empresas extracomunitárias que geram receitas dentro da União Europeia são devidamente tributadas relativamente aos seus lucros oriundos do espaço europeu. Como é muito fácil para as empresas extracomunitárias transferir os seus lucros para fora da UE e, assim, pagar impostos muito baixos, o Volt pretende encontrar ferramentas alternativas que garantam um cenário de concorrência mais justo na Europa. Isto também proporcionaria incentivos aos Estados-Membros da UE para competirem em matéria de características não fiscais, de forma a atrair mais empresas.

- **Transferir das autoridades nacionais para a UE a competência de fiscalizar todas as empresas da UE que gerem receitas superiores a 50 milhões de euros por país em pelo menos 2 países da UE.**
- **Aplicar uma taxa mínima de imposto, única em toda a Europa, para as empresas acima referidas**, que deverá ser fixada em 15%,¹⁸⁰ e depois aumentada em função da dimensão, do tipo de empresa e do número de trabalhadores. Podem também ser consideradas outras características.
- **Transferir das autoridades nacionais para a UE a competência de fiscalizar empresas de fora da UE que gerem receitas em qualquer um dos seus Estados-Membros.** Os fundos obtidos com esta tributação seriam utilizados para financiar o orçamento da UE.
- **Tributar as empresas sediadas fora da UE com base nas suas receitas e não nos seus lucros, apenas se:**
 - Apresentarem um volume de negócios global anual superior a 500 milhões de euros e um rendimento tributável total de pelo menos 50 milhões de euros gerados na UE.
 - A sua taxa média ponderada de tributação na União Europeia for inferior a 15%.
 - (Outras condições podem ser consideradas).

¹⁷⁹ Ver [Financial Transaction Tax](#)

¹⁸⁰ Valor sujeito a alterações, com base em mais estudos científicos e indicações da Comissão Europeia ou de organismos de investigação independentes. Esta disposição aplica-se a todos os valores numéricos deste subcapítulo.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

Consideram-se “empresas sediadas fora da UE” aquelas cuja sede ou empresa-mãe está registada fora da União Europeia.

As empresas abrangidas por estas novas regras de tributação de receitas podem solicitar que sejam tributados apenas os seus lucros se:

- Transferirem a sua sede para um Estado-Membro da UE, ficando assim sujeitas à tributação europeia como se fossem empresas da UE.

Ou

- Provarem que a diferença entre a taxa de imposto sobre os lucros e a taxa de imposto sobre as receitas é: 1) igual ou superior a 5%, para as empresas que geram menos de 50 milhões de euros em receitas; ou 2) igual ou superior a 2,5%, para as empresas que geram mais de 50 milhões de euros em receitas.

Se uma empresa se enquadrar no conjunto de regras europeias acima descritas, mas estiver a incorrer em prejuízos em vez de lucros (ou seja, em fase de arranque, ou de lançamento de novos produtos), essa empresa será autorizada a utilizar mecanismos contabilísticos que lhe permita transferir os prejuízos para anos financeiros futuros.

Devido à natureza extensiva e à dimensão do assunto da tributação, muitos mecanismos técnicos não foram incluídos acima, mas sê-lo-ão futuramente durante o processo legislativo.

D. Apoio financeiro e financiamento sustentável

Analisar o financiamento disponível ao longo das diferentes fases de crescimento das empresas e permitir ao setor privado preencher as lacunas de investimento detetadas (por exemplo, durante o período de "Vale da Morte").

- **Encontrar meios inovadores para colmatar as lacunas de investimento, especialmente nas fases iniciais da criação de empresas**, a fim de criar incentivos para outros intervenientes (por exemplo, garantias estatais, fundos de coinvestimento, instrumentos financeiros para empresas em fase de arranque, plataformas centralizadas para financiamento, corresponder os investidores com as startups certas, etc.).
- **Reforçar o Banco Europeu de Investimento (BEI)**, com um mandato claro no que diz respeito a investimentos em empresas que enfrentam o período do "Vale da Morte" (por exemplo, com investimentos entre 50 mil e 1 milhão de euros) ou em empresas de setores estratégicos que estejam com dificuldades financeiras.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Uniformizar a definição de Investimento de Impacto** e permitir que seja realizado por investidores institucionais.
- **Criar incentivos para que investidores institucionais (co)invistam em projetos com elevado interesse social** (por exemplo, projetos de infraestrutura com investimentos a longo prazo).

VIII. Incentivar uma mobilidade inteligente e sustentável na Europa

Na Europa, a poluição atmosférica continua a ter um elevado impacto na saúde dos cidadãos, causando cerca de 400 mil mortes prematuras por ano.¹⁸¹ A sinistralidade rodoviária também tem um elevado custo de vidas humanas: em 2015, mais de 26 mil pessoas perderam a vida em acidentes rodoviários na União Europeia, sendo que, no mesmo ano, o número de mortos na estrada foi mais de 22 vezes superior ao número total de mortos no transporte ferroviário e aéreo combinados.¹⁸² Muitas cidades europeias estão poluídas, barulhentas e enfrentam enormes problemas de congestionamento. Em 2017, Bucareste, na Roménia, registou o pior tráfego automóvel na Europa, com uma pontuação de 50% - o que significa que os condutores necessitam de mais tempo, correspondendo a 50% do tempo de viagem normal, para chegar ao seu destino nesta cidade - um aumento substancial de 7 pontos percentuais em relação ao ano anterior.¹⁸³

Por outro lado, as zonas rurais enfrentam o desafio da falta de meios de transporte. Há já muitos anos que a liberdade de circulação é plenamente reconhecida e aplicada em toda a União Europeia. No entanto, pondo de lado algumas limitações de segurança, as viagens pelo nosso continente continuam a ser algo complexas. Há ainda muito a fazer no que diz respeito à poluição, sendo que os direitos dos viajantes continuam a não ser protegidos da melhor forma possível.

Seguimos a definição da ONU de transporte sustentável como "a prestação de serviços e infraestruturas para a mobilidade de pessoas e mercadorias - promovendo o desenvolvimento económico e social em benefício das gerações atuais e futuras - de uma forma que seja segura, económica, acessível, eficiente e robusta, minimizando ao mesmo tempo as emissões de carbono e de outros

¹⁸¹ Consultar [UN Environment - The right to breathe clean air](#)

¹⁸² Consultar [Eurostat - Road Safety Statistics](#)

¹⁸³ Ler [Business Insider - The 15 European cities with the worst traffic](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

gases, reduzindo também quaisquer outros impactos ambientais".¹⁸⁴ Visionamos um sistema de transportes mais eficiente e ecológico, tanto para pessoas como para mercadorias, que seja desenvolvido com base em tecnologia de ponta, aumentando a segurança e tirando partido de conceitos como a economia da partilha. O Volt quer cidades mais verdes, com menos ruído e com o menor nível de poluição possível, resultando numa melhor qualidade de vida para todos.

- **Reduzir a poluição causada pelos transportes, promovendo novas formas de mobilidade e novos meios de transporte.** Isto engloba autocarros públicos híbridos, cidades preparadas para bicicletas (como Copenhaga, com políticas que levaram a uma redução de 30% nos carros particulares através da instalação de pontes para bicicletas, as *bicycle snakes*, e outras infraestruturas adequadas), barcos/carros/aviões movidos a energia solar, aeronaves elétricas com capacidade de descolagem e aterragem vertical, e *hyperloops* entre grandes centros urbanos.
- **Permitir o desenvolvimento seguro da condução autónoma.** Esta tecnologia tem o potencial de beneficiar substancialmente o bem-estar social através da redução de acidentes e congestionamentos, redução do consumo de combustível e das emissões, aumento da mobilidade e, eventualmente, mudanças no ordenamento do território. O Volt acredita que a tecnologia de condução autónoma deve ser permitida se e quando o seu desempenho for considerado superior ao de condutores humanos. Os regulamentos de segurança e as regras de responsabilidade devem ser concebidos com este princípio orientador em mente. Apoiamos, portanto, as experiências em regime *sandbox*.¹⁸⁵
- **Tirar o máximo proveito das infraestruturas existentes,** avaliando e registando os seus níveis de produtividade por região, com o objetivo de criar uma base de dados europeia que esteja disponível para todos os cidadãos europeus. Renovar as atuais infraestruturas com novas tecnologias e aplicar

¹⁸⁴ Ver [Mobilizing Sustainable Transport for Development - Analysis and Policy Recommendations from the United Nations](#)

¹⁸⁵ **N. do T.:** «Bruxelas definiu *sandbox* como um enquadramento estabelecido pelos reguladores que permite às start-ups e a outros inovadores conduzirem experiências num ambiente controlado, sob a supervisão do regulador.» - in Jornal de Negócios

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

novos regimes de tarifação.

- **Estimular as economias locais, investindo em projetos de desenvolvimento de infraestruturas** para ligar as zonas com maiores dificuldades às zonas mais desenvolvidas. Isto inclui a aglomeração urbana, incentivando também os projetos ferroviários de alta velocidade para ligar as zonas mais remotas ao resto da Europa. Muitas regiões europeias não dispõem de infraestruturas eficientes e/ou custos de deslocação acessíveis (por exemplo, na Sicília: dois grandes aeroportos, uma autoestrada antiga e ineficiente, inexistência de um comboio de alta velocidade de que a ilha necessita, bilhetes de avião caros, etc.). É possível alcançar preços mais justos aumentando a concorrência, mas a nossa prioridade é a melhoria das infraestruturas em zonas remotas - exemplos disso são o alargamento da rede ferroviária de alta velocidade a pequenas localidades, a melhoria das infraestruturas de ligação das cidades aos aeroportos e entre aeroportos, etc.
- **Desenvolver um sistema de transportes mais integrado.** Fomentar os transportes multimodais para transferir os utilizadores do transporte rodoviário para outros modos, como o transporte fluvial e o ferroviário. Tornar o transporte ferroviário mais competitivo em relação ao transporte rodoviário, fazendo investimentos em terminais de transbordo, permitindo comboios de carga mais longos e reduzindo as taxas de acesso aos caminhos-de-ferro.
- **Aproveitar o atual mercado de juros baixos para lançar investimentos em infraestruturas e melhorar as condições de mobilidade.** O Volt recomenda que os Estados-Membros com excedentes financeiros e comerciais saudáveis tirem partido da atual conjuntura de baixas taxas de juro e lancem planos sérios de reforma das suas infraestruturas. Ao fazê-lo, assegurar-se-ão de que não terão de o fazer numa fase menos favorável do mercado financeiro.
- **Avaliar, se possível, os efeitos potenciadores e de bem-estar social dos investimentos públicos em diferentes projetos de infraestruturas,** de forma a criar infraestruturas mais produtivas, tais como redes Wi-Fi gratuitas e ligações cruciais entre os aeroportos e as cidades.
- **Exigir legalmente que todas as empresas de transportes que recebam**

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

qualquer tipo de incentivo público enviem as suas demonstrações financeiras às autoridades competentes. Se forem concedidos incentivos às empresas de transportes em casos específicos (como o financiamento de rotas não rentáveis), não podemos permitir que as empresas que os recebem distribuam os seus eventuais lucros (se estes excederem um determinado montante) aos seus acionistas. Além disso, as autoridades públicas e os cidadãos deverão ter sempre a possibilidade de verificar as demonstrações financeiras das empresas beneficiárias de fundos públicos para verificar se não se verificam abusos.

- **Renovar as atuais infraestruturas** com novas tecnologias e novos regimes de tarifação.

Desafio 3

Igualdade Social

Visão

Ninguém deve ser deixado para trás. A todos deve ser assegurada a igualdade de direitos e oportunidades, e os direitos humanos devem ser respeitados, cumpridos e defendidos.

É inaceitável que, em 2018, ainda existam pessoas sujeitas a discriminação com base no seu género, sexualidade, aparência, origem ou crenças. É igualmente intolerável que quase um em cada quatro europeus¹⁸⁶ se encontre em situação de pobreza ou de exclusão social e que não seja prestado o apoio devido aos cidadãos mais vulneráveis. Por último, mas não menos importante, alguns europeus ainda não têm capacidade fazer as suas próprias escolhas quando se trata do seu corpo.

O Volt lida com os desafios da igualdade social abordando quatro questões fundamentais e adotando uma abordagem abrangente com o objetivo de acabar com todas as formas de discriminação, estigmas e desigualdades, garantindo que ninguém fica para trás.

O Volt esforça-se para acabar com a discriminação contra mulheres e contra cidadãos LGBTIQ+, bem como com a discriminação com base na etnia, nacionalidade, ascendência, cor da pele e crença. Estas questões serão abordadas em quatro domínios: a lei, o setor público, o local de trabalho e o sistema educativo.

O Volt procura aliviar a pobreza através da capacitação dos cidadãos (para que se tornem membros ativos da sociedade), do combate ao problema dos sem-abrigo, da redução da pobreza infantil, da reforma dos sistemas de segurança

¹⁸⁶ Ver [Europe 2020 strategy](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

social e de saúde e da introdução de novas formas de habitação social e comunitária.

O Volt reconhece que a inclusão na sociedade é fundamental e, como tal, o seu foco é sobretudo em idosos, pessoas com necessidades educativas especiais ou deficiências e crianças ao cuidado do Estado.

O Volt realça o direito de uma pessoa ao seu próprio corpo e a sua liberdade de escolha. As nossas políticas abordam os direitos reprodutivos, a maternidade por substituição, a prostituição e o fim de vida com dignidade.

I. Acabar com a discriminação contra comunidades e minorias

«Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos».¹⁸⁷
Vamos tornar a Europa mais justa até 2025!

A. Acabar com a discriminação contra as mulheres

A igualdade de género é um direito humano fundamental, que deve ser rapidamente atingido. No estado atual das nossas sociedades, as mulheres continuam a ser tratadas de forma desigual, encontram mais barreiras do que os homens, estão sujeitas a tipos específicos de violência e são discriminadas na sua vida privada, pública e profissional. Um exemplo disso é o facto de as mulheres serem ainda discriminadas no local de trabalho: tendem a ter salários mais baixos, estão sub-representadas nos cargos de chefia e sofrem de intimidação e assédio no seu local de trabalho.¹⁸⁸

A.1. Na lei

- **Promover legislação e medidas concretas para combater a discriminação contra as mulheres.**
- **Trabalhar exaustivamente no sentido de pôr termo à violência contra as mulheres**, nomeadamente através da ratificação da Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a violência doméstica (a "Convenção de Istambul").¹⁸⁹

A.2. No setor público

- **Garantir que o Estado dá o exemplo e aplica políticas inclusivas e equilibradas que contribuam ativamente para uma igualdade de género eficaz e sustentável.** São necessárias estratégias abrangentes para abordar esta problemática, com

¹⁸⁷ Artigo 1º da [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#)

¹⁸⁸ Um estudo sugere que a disparidade salarial real entre homens e mulheres é muito menor, porque as mulheres tendem a optar por empregos de categoria inferior em organizações com salários mais baixos. No entanto, isto levanta a questão de saber se as mulheres têm igualdade de oportunidades para conseguir empregos mais bem remunerados. Leitura sugerida: [The Economist - Are women paid less than men for the same work?](#)

¹⁸⁹ Para a lista completa dos países que ratificaram a Convenção de Istambul, consultar [Chart of signatures and ratifications of Treaty 210](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

um vasto leque de medidas, tais como a educação e a erradicação de estereótipos. As mulheres não só continuam a estar sub-representadas nos cargos de chefia a vários níveis, como a sua taxa de progressão nestas posições é mais lenta.¹⁹⁰

- Implementar programas abrangentes para encorajar as mulheres a entrar na política e apoiá-las, através de cursos de formação, mentoria, campanhas públicas e outros meios.
 - Educar o público sobre os benefícios da paridade de género na tomada de decisões políticas.¹⁹¹
- **Exigir que os partidos políticos assegurem uma representação equitativa de homens e mulheres nas suas listas de candidatos às eleições.**¹⁹² A própria Comissão Europeia declarou que «as quotas formais são uma forma eficaz de acelerar o ritmo do progresso e incentivar os partidos políticos a procurar a participação das mulheres».¹⁹³
 - **Assegurar a paridade de género**¹⁹⁴ no setor público através de vários meios, tais como a fixação de quotas ou a preferência por candidatos do sexo feminino durante o processo de recrutamento. ¹⁹⁵ Tais medidas estarão em vigor enquanto for necessário, até que o resultado desejado tenha sido alcançado.
 - **Tornar obrigatória a apresentação de relatórios sobre a representação de género em todos os níveis governamentais a nível nacional, local e regional.** Esta medida alertará para a falta de representação feminina. A comunicação das informações ao público também pode provocar mudanças a este

¹⁹⁰ Consultar [2017 Report on Equality between women and men in the EU - European Commission](#)

¹⁹¹ Ver [Gender equality in political decision-making - EIGE \(European Institute for Gender Equality\)](#)

¹⁹² A França introduziu uma taxa obrigatória de 50% de paridade de género para os partidos políticos, que são obrigados a assegurar a igualdade de representação de homens e mulheres nas suas listas de candidatos à maioria das eleições. O primeiro grande impacto da quota foi em 2007, quando o número de mulheres no parlamento aumentou para 18,5%. Ver [International IDEA - Gender Quotas Database in France](#). É também o caso de outros países europeus, seja através de um rácio rígido de 50%, como em França, seja através de normas mais flexíveis. Ver os dados para os restantes países em [International IDEA - Gender Quotas Database per country](#). Existem normas semelhantes na Alemanha, onde a maioria dos partidos políticos introduziu medidas nos respetivos procedimentos de nomeação de candidatos para aumentar a proporção de mulheres nas listas eleitorais. Em particular, as quotas de género e os sistemas de género alternado em listas têm efeitos positivos comprovados. Ver [The Policy on Gender Equality in Germany - European Parliament Directorate-general for Internal Policies](#)

¹⁹³ Consultar [2017 Report on Equality between women and men in the EU - European Commission](#)

¹⁹⁴ O processo para se atingir este objetivo, bem como a definição exata do objetivo da paridade de género, pode variar em função das circunstâncias e requer um acompanhamento constante para medir os progressos alcançados em direção ao objetivo.

¹⁹⁵ Seguindo o exemplo da Alemanha. Ver [Women Leaders Index Gender Equality Case Study: Germany](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

nível.

A.3. No local de trabalho

- **Exigir que todas as empresas de média e grande dimensão divulguem dados sobre o equilíbrio de género e as disparidades salariais entre homens e mulheres.** Em toda a UE, a disparidade salarial entre homens e mulheres continua a rondar os 16,3%.¹⁹⁶ Uma maior transparência das disparidades salariais entre homens e mulheres contribuirá para combater as desigualdades entre homens e mulheres no local de trabalho e para garantir a representação das mulheres em todos os níveis das empresas. Os relatórios de género aumentam a responsabilização e estimulam a tomada de medidas no sentido de adotar políticas mais inclusivas e justas. O Volt propõe:
 - A partir de 2020, as empresas de média e grande dimensão (mais de 100 trabalhadores) serão obrigadas a divulgar o valor dos salários e bónus pagos aos trabalhadores¹⁹⁷ e, até 2025, serão obrigadas a obter um certificado governamental comprovativo da igualdade salarial.¹⁹⁸ O incumprimento resultará em multas.
 - As empresas terão de divulgar o equilíbrio de género em toda a empresa nas suas demonstrações financeiras anuais, incluindo o número de mulheres em cargos de chefia de topo, a partir do momento em que a legislação entre em vigor.
 - Todas as empresas públicas, independentemente da sua dimensão, devem divulgar o seu equilíbrio de género em toda a empresa até 2020. Todas as empresas públicas terão igualmente de apresentar um relatório anual que demonstre a igualdade salarial.
 - Sancionar empresas que não ofereçam a todos os indivíduos os mesmos benefícios, salários, oportunidades de formação ou promoção devido à sua identidade de género, incentivando-as também a que incluam referências à não discriminação nestes termos em todos os anúncios e processos de recrutamento.
- **Fixar uma quota de 40% de mulheres nos conselhos de**

¹⁹⁶ Consultar [Eurostat - Gender pay gap statistics](#)

¹⁹⁷ Seguindo o exemplo da Alemanha: [Financial Times - German employers forced to reveal gender pay gap](#)

¹⁹⁸ Seguindo o exemplo da Islândia: [Independent - Iceland makes it illegal to pay men more than women](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

administração de todas as empresas de capital aberto.¹⁹⁹ Em 2016, o conselho de administração das maiores empresas de capital aberto da Europa tinham, em média, apenas 23% de representação feminina.²⁰⁰ Esta medida não só terá um impacto positivo no desempenho das empresas, como também conduzirá a um aumento do número de mulheres em todos os departamentos da empresa de uma forma global.

- Todas as empresas que são cotadas numa bolsa de valores²⁰¹ terão de ter uma representação feminina de 40% nos seus conselhos de administração até 2025. O incumprimento desta norma resultará em multas pesadas, suspensão da remuneração dos membros do conselho de administração e/ou a eventual saída do mercado de ações.
 - As empresas existentes irão dispor de um prazo de cinco anos para atingirem a quota, enquanto que as empresas recém-cotadas serão obrigadas a cumprir o requisito no momento da cotação.²⁰²
- **As empresas públicas devem servir de modelo.** As instituições e empresas do Estado devem ter uma representação feminina de 50% nos seus conselhos de administração até 2025.
 - **Incentivar os programas *He For She* ("Eles por Elas"): tornar os homens uma parte importante da solução, não do problema.** O Volt acredita que todos os intervenientes têm de participar na discussão para que uma a situação evolua. Por esta razão, é necessário incentivar mais diálogo e criar iniciativas no local de trabalho, envolvendo homens que apoiem as boas práticas e sensibilizem outros para as estas questões. Eles podem e devem participar de várias formas: irem a reuniões de mulheres para participar em discussões, ouvir e fazer perguntas; enfrentarem um agressor sempre que uma mulher é tratada de forma injusta; recusarem-se a falar num painel que não tenha mulheres ou participar numa reunião com vários intervenientes

¹⁹⁹ Em 2010, a Comissão Europeia publicou a iniciativa [Estratégia para a igualdade entre homens e mulheres 2010-2015](#), desafiando a diversidade de género e a igualdade. A discussão sobre este assunto foi recentemente reaberta pela atual Comissária para a Justiça e a Igualdade de Género: [The Guardian: EU to push for 40% quota for women on company boards](#)

²⁰⁰ Consultar [European Commission - Gender Equality](#)

²⁰¹ Uma empresa de capital aberto é uma empresa cujo capital social é composto por ações que são vendidas numa oferta pública inicial e posteriormente negociadas em pelo menos uma bolsa de valores ou mercado de balcão. Fonte: [Investopedia - Public Company](#)

²⁰² A Alemanha aplica coimas de 50.000 euros a empresas por incumprimento desta norma, enquanto que a Noruega pode retirar uma empresa do mercado de ações. Pretendemos aprender com essas boas práticas e ter um sistema unificado para alcançar a igualdade, sancionando as empresas com coimas de 50.000 euros, retirando-as do mercado de ações e suspendendo as remunerações do conselho de administração enquanto se verifica que existe incumprimento.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

se nenhum for mulher.

- **Exigir que todas as empresas de média e grande dimensão tenham canais confidenciais e linhas diretas de reporte, separadas das estruturas principais de relações laborais, para denunciar comportamentos inadequados e discriminatórios, violência e/ou assédio sexual.** As mulheres ainda enfrentam assédio sexual e violência, bem como comportamentos inadequados no local de trabalho.²⁰³ O Volt exigirá que os empregadores tenham esses canais de comunicação implementados e que sejam geridos por uma empresa externa ou por uma equipa de recursos humanos independente que inclua mulheres.
- **Introduzir medidas para dar a possibilidade às mulheres com filhos de terem uma carreira de sucesso.** As seguintes medidas beneficiarão todos os tipos de pais (incluindo, entre outros, homens e mulheres solteiros, mas também casais, tanto heterossexuais como homossexuais):
 - **Incentivar as creches nas empresas e alterações aos próprios métodos de trabalho da empresa,** permitindo uma flexibilidade adequada às necessidades de ambos os pais.
 - **Permitir licenças de maternidade e paternidade remuneradas por um período específico, seguidas de licenças parciais suplementares que podem ser partilhadas de acordo com a preferência dos pais.** Incentivar fortemente ambos os pais a tirarem partido desse tempo extra. A duração das licenças pode ser decidida de acordo com os quadros existentes em cada país, mas a igualdade entre ambos os pais deve prevalecer.
 - **Adotar modelos mais flexíveis do tipo "Mais Pessoas - Menos Trabalho".** O forte aumento da produtividade gerou um grande desequilíbrio nos mercados de trabalho. Uma redução dos horários laborais de cada indivíduo absorveria muito do desemprego estrutural que foi provocado.²⁰⁴
 - **Implementar um "Horário de Trabalho Familiar" após as licenças de maternidade/paternidade** para permitir que ambos os pais regressem ao trabalho inicialmente a tempo parcial, com a possibilidade de receberem

²⁰³ Pessoas de outros géneros também enfrentam alguns destes tipos de violência e devem, também elas, ter acesso a estes mesmos canais.

²⁰⁴ Ler [Green European Foundation: Work more? Work less? What should be done so that we can all work and perform better?](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

compensações pelos rendimentos reduzidos durante fases específicas da vida dos filhos (por exemplo, durante a primeira infância, tal como previsto na lei alemã sobre licenças parentais)²⁰⁵ para que exista um melhor equilíbrio nas responsabilidades dos pais em matéria de família, prestação de cuidados e auferimento de rendimentos.²⁰⁶ O "horário de trabalho familiar" seguiria a licença parental e duraria até três anos. Ambos os pais, por exemplo, trabalhariam 80% do tempo integral normal, sendo que a redução dos vencimentos seria compensada por uma taxa que reduziria de forma gradual, com base no nível de rendimento e no período de duração.²⁰⁷

A.4. No sistema educativo

- **Educar os estudantes sobre as vantagens e a importância de ter uma sociedade e um mercado de trabalho livres de discriminação.** Por exemplo, um mercado de trabalho diversificado é rentável para as empresas, uma vez que melhora os níveis de produtividade e empregabilidade.
- **Incentivar as jovens a enveredar por carreiras onde estão frequentemente sub-representadas.** Isto poderá ser feito de muitas formas, nomeadamente através da criação de "campos de férias" patrocinados pelo governo relacionados com atividades geralmente desenvolvidas por homens, a fim de promover a igualdade de género junto das gerações mais novas. Esta seria uma excelente oportunidade para as jovens se familiarizarem com possíveis carreiras e/ou áreas de estudos.
- **Realizar formações internas anti preconceito para profissionais do sistema de educação,** incluindo professores, para garantir que as raparigas e mulheres têm as mesmas oportunidades que os rapazes/homens, e também que não são influenciadas a seguir nenhuma carreira em particular.

²⁰⁵ Ver [Manuela Schwesig: Mütter und Väter wollen heute beides: Familie und Beruf](#)

²⁰⁶ Ler [OECD - Be Flexible! Background brief on how workplace flexibility can help European employees to balance work and family](#)

²⁰⁷ Ver [Friedrich Ebert Stiftung - Familienarbeitszeit](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

B. Acabar com a discriminação contra membros da comunidade LGBTQI+

O Volt pauta-se pelos princípios de igualdade para todos, oportunidades iguais e respeito pelos direitos humanos. Pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, intersexuais e *queer* (LGBTIQ+) estão sujeitos a práticas discriminatórias, violência, assédio e muito mais em todos os domínios das suas vidas. Cada indivíduo LGBTQI+ enfrenta desafios diferentes e têm necessidades diferentes - não há uma política única para todos. O Volt pretende introduzir normas e ações concretas para alcançar a igualdade para todos, tanto na lei como na prática. Com isto, não nos referimos apenas a um conceito abstrato de igualdade, mas sim a igualdade pura e plena: não aceitamos nada menos que isso. Queremos garantir que as pessoas LGBTQI+ têm acesso aos mesmos direitos e liberdades que os restantes cidadãos. É igualmente fundamental eliminar todas as formas de discriminação, seja na esfera privada ou pública, por meio da educação, incentivos no local de trabalho, etc. Em suma, todas as formas de amor são iguais. É muito simples.

B.1. Na lei

- **Legalizar o casamento para todos.** Infelizmente, em muitos países da Europa, algumas pessoas ainda não se podem casar por causa do género da pessoa que amam.²⁰⁸ O facto de existirem e estarem disponíveis outro tipo de união de facto não significa que esta situação seja de forma alguma aceitável. É por isso que o Volt vai trabalhar para legalizar o casamento para todos por toda a Europa, nos países onde ainda não é o caso, para que casais heterossexuais e homossexuais tenham acesso aos mesmos direitos, procedimentos e união aos olhos do Estado.²⁰⁹
- **Legalizar a adoção para casais do mesmo sexo.** Há tantas crianças que precisam de família e tantas famílias - ou indivíduos - que querem um filho. O único critério de que deve importar é se quem adota pode proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para a criança. Igualdade significa que todos devem ter os mesmos direitos, incluindo o direito de adotar um filho. Não, pais do mesmo sexo não são menos capazes de criar um filho que casais heterossexuais. Não, uma criança não precisa de uma figura materna e paterna. Caso contrário, como explicaríamos que tantas crianças criadas por pais solteiros ou

²⁰⁸ O casamento para casais do mesmo sexo é legal na Alemanha, Áustria (a partir de 1 de janeiro de 2019), Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia.

²⁰⁹ É necessário sublinhar que isto não é um ataque à religião: o Volt defende a laicidade dos Estados; como resultado, fala-se de direitos civis e de união perante o Estado, e não de direitos religiosos.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

por pais homossexuais sejam como qualquer outra pessoa? Caso contrário, como poderíamos permitir que pais solteiros criem filhos sozinhos? Por estas razões, o Volt trabalhará para:

- **Dar oportunidade a todos os adultos de adotar uma criança** - independentemente da sua identidade de género, orientação sexual ou estado civil - com base nos mesmos critérios impostos a casais heterossexuais, de acordo com as leis locais.
 - **Certificar que o procedimento de adoção é o mesmo que é aplicado a casais heterossexuais.** Casais homossexuais e pais solteiros não devem ter de enfrentar obstáculos adicionais para poderem adotar. Deve ser eliminada a discriminação dos pais com base na sua identidade de género, orientação sexual e estado civil.
- **Assegurar os direitos dos transexuais:**
 - **Tornar os procedimentos de redesignação de género,** tais como tratamento hormonal, cirurgia e apoio psicológico, **acessíveis para pessoas transgénero** e reembolsados pelos sistemas públicos de saúde.²¹⁰
 - **Mudar as leis que exigem que as pessoas transgénero se submetam a procedimentos médicos ou se declarem como doentes mentais para alterarem o seu género perante a lei** (este tipo de legislações ainda está presente em 23 países da Europa, uma situação que precisa de ser rapidamente corrigida).²¹¹
 - **Assegurar que as pessoas são capazes de usar instalações próprias da sua identidade de género** (por exemplo, as casas de banho).
 - **Assegurar os direitos das pessoas intersexo:**²¹²
 - **Proibir cirurgias "normalizadoras" do sexo, esterilizações e outros tratamentos médicos desnecessários praticados em bebés e crianças**

²¹⁰ Ver o exemplo do sistema de saúde do Reino Unido: [NHS - Treatment of Gender dysphoria](#)

²¹¹ Ver o relatório da Amnistia Internacional: [Amnesty International: Sexual and Reproductive Rights](#). A Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Malta, Noruega e Portugal são os únicos países europeus que permitem uma alteração de género sem qualquer intervenção médica ou estatal. Ler [Reuters - Portugal approves law to boost transgender rights, protect intersex infants](#)

²¹² «A definição de pessoa intersexo é uma pessoa que nasce com uma combinação de características biológicas masculinas e femininas, tais como cromossomas ou genitais, que podem tornar difícil para os médicos atribuir o seu sexo como claramente masculino ou feminino.» Mais informação: [Planned Parenthood - What's intersex?](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

intersexuais sem o seu consentimento informado.²¹³

Esse tratamento deve ser suspenso «até que a criança possa participar na decisão», a menos que exista algum risco para a vida da criança.²¹⁴ Desde abril de 2018, Malta e Portugal são os únicos países do mundo a proibir cirurgias medicamente desnecessárias nos genitais de crianças intersexuais.

- **Garantir que não existem obstáculos administrativos para que os indivíduos intersexuais sejam reconhecidos**, obtenham os documentos administrativos necessários, etc. Os identificadores de género nos documentos de identidade e nos registos de nascimento devem ser revistos para melhor salvaguardar os direitos das pessoas intersexo (ver ponto abaixo).²¹⁵
- **Promover leis que permitam que pessoas não-binárias escolham o seu género em documentos de identificação, formulários e documentos oficiais** (através do uso de "X" ou "Q", por exemplo). Acrescentar o uso do singular "*they*" em vez de apenas "*he or she*" ou "*he/she*" em documentos e formulários.²¹⁶ Os países podem também considerar a possibilidade de tornar o registo do género opcional nas certidões de nascimento e outros documentos de identidade.
- **Promover e reformular legislações que abordem a discriminação contra as pessoas LGBTIQ+**. Embora exista legislação para combater a discriminação, é essencial aumentar a sua visibilidade e reformular a lei sempre que necessário.
 - Assegurar a existência e aplicação de medidas dissuasoras adequadas, como multas e sanções criminais, quando ocorrem atos de violência (crimes de ódio) ou discriminação com base na orientação, sexualidade e/ou género de uma pessoa.²¹⁷

²¹³ A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, APCE, apela à proibição da cirurgia "normalizadora" do sexo para crianças intersexuais. Ver [PACE calls for a ban on 'sex-normalising' surgery for intersex children](#)

²¹⁴ *Ibid.*

²¹⁵ Ver [European Union Agency for Fundamental Rights - The fundamental rights situation of intersex people](#)

²¹⁶ **N. do T.:** É comum, em Inglês, usar-se o pronome "*they*" ("eles"/"elas") no singular para se referir a uma pessoa sem definir o seu género. Esta medida perde-se, literalmente, na tradução, visto que em Português o plural dos pronomes "ele" e "ela" mantém o género ("eles" ou "elas", respetivamente). Algumas medidas de neutralidade de género em Português incluem o uso de "x" ou "@" (por exemplo, "Todx" ou "Tod@s" para "todos"/"todas"), embora, contrariamente ao uso de "*they*" em Inglês, apenas podem ter uso na linguagem escrita.

²¹⁷ Seguindo o exemplo de França: [The Connexion - French racial discrimination fines rise up to €15 000](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Realizar formações dirigidas às forças policiais** sobre crimes de ódio contra pessoas LGBTIQ+. ²¹⁸

B.2. No setor público

- **Garantir que o Estado dá o exemplo e aplica políticas inclusivas e justas para contribuir ativamente para a igualdade.** São necessárias estratégias abrangentes para abordar estas questões, com uma ampla gama de medidas que poderão ser usadas para alcançar este objetivo:
 - **Implementar programas abrangentes para encorajar membros de grupos minoritários a entrar na política** e apoiá-los, através de cursos de formação, mentoria, campanhas públicas e outros meios.
 - **Educar os cidadãos** sobre os benefícios da diversidade na tomada de decisões políticas.
- **Formar juízes, magistrados e outros funcionários públicos para reconhecer e lidar com os preconceitos em relação às minorias.** O sistema judicial é vital para assegurar que os litígios são resolvidos de forma ordenada e que as vítimas são protegidas. O Volt quer restabelecer a confiança dos cidadãos no sistema judicial e garantir que os preconceitos em relação às minorias são mantidos a um mínimo, ou mesmo eliminados por completo, através de ações de formação e outros métodos.

B.3. No local de trabalho

- **Sancionar empresas que não ofereçam a todos os indivíduos os mesmos benefícios, salários, oportunidades de formação ou promoção** independentemente da orientação sexual, identidade de género, expressão de género ou características sexuais, incentivando-as também a que incluam referências à não discriminação nestes termos em todos os anúncios e processos de recrutamento.
- **Exigir que todas as empresas de média e grande dimensão tenham canais confidenciais e linhas diretas de reporte, separadas das estruturas principais de relações laborais, para denunciar comportamentos inadequados e discriminatórios,**

²¹⁸ Tal como recomendado pelo Conselho da Europa: [Policing Hate Crime against LGBTI persons: Training for a Professional Police Response](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

violência e/ou assédio sexual. O Volt exigirá que os empregadores tenham esses canais de comunicação implementados e que sejam geridos por uma empresa externa ou por uma equipa de recursos humanos independente.²¹⁹

- **Incentivar as empresas a formarem os seus colaboradores** - particularmente os que estão em posições de chefia - para os sensibilizar para as questões enfrentadas pelos seus colegas LGBTIQ+.
- **Fornecer incentivos às empresas para garantir que atendem aos direitos específicos de pessoas transgénero²²⁰ e intersexo²²¹ no local de trabalho:**
 - As empresas devem adotar políticas de inclusão trans, incluindo o reconhecimento da identidade de género de trabalhadores, clientes ou outros intervenientes, independentemente de isso estar ou não definido em manuais internos (o que inclui estabelecer políticas que exijam que os demais funcionários da empresa respeitem o nome, pronomes, termos e género usados pelas pessoas em questão).
 - As empresas devem garantir um acesso seguro e não discriminatório a casas de banho neutras ou outras instalações para estes funcionários, bem como estabelecer códigos de vestuário não discriminatórios.
 - As empresas também devem adotar políticas que respeitem os direitos das pessoas intersexo no trabalho, incluindo o acesso a serviços pessoais, vestiários, códigos de vestuário, cuidados de saúde e assistência médica justos e inclusivos.

²¹⁹ Estes canais estarão disponíveis para todos os colaboradores.

²²⁰ «Algumas pessoas sentem que o sexo que lhes foi atribuído ao nascimento não corresponde à sua identidade de género, ou ao género que sentem que são por dentro. Estas pessoas são muitas vezes chamadas de transgénero.». Ver [Planned Parenthood - Trans and Gender Nonconforming Identities](#); «Um termo abrangente para pessoas cuja identidade e/ou expressão de género é diferente das expectativas culturais baseadas no sexo que lhes foi atribuído no nascimento. Ser transgénero não implica qualquer orientação sexual específica. Portanto, as pessoas transgénero podem identificar-se como heterossexuais, gays, lésbicas, bissexuais, etc.». Ver [Human Rights Campaign - Sexual Orientation and Gender Identity Definitions](#)

²²¹ «A definição de intersexualidade é: uma pessoa que nasce com uma combinação de características biológicas masculinas e femininas, como cromossomas ou órgãos genitais, que podem tornar difícil para os médicos definir o seu sexo como nitidamente masculino ou feminino. Ser intersexo é uma variação que ocorre naturalmente em humanos e não é um problema médico. Também é mais comum do que a maioria das pessoas pensa. É difícil saber exatamente quantas pessoas são intersexo, mas as estimativas sugerem que cerca de 1 em cada 100 pessoas nascidas nos EUA é intersexo.». Ver [Planned Parenthood - What's intersex?](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

B.4. No sistema educativo

- **Abordar todo o tipo de assunto em aulas de educação sexual:** a educação é fundamental para eliminar desigualdades e tratamentos injustos e para promover uma cultura de compreensão e aceitação mútua. É importante garantir que, num ambiente de aprendizagem seguro,²²² os alunos têm acesso à informação e aos conhecimentos que lhes dizem respeito a eles, aos seus colegas de turma e ao resto do mundo. É por isso que o Volt vai garantir que durante as aulas de educação sexual:
 - Não só a heterossexualidade é abordada, mas também todos os outros tipos de orientações sexuais e identidades de género (por exemplo, o que significa ser não-binário, cisgénero, transgénero ou intersexo).
 - Os métodos de contraceção e proteção são explicados e discutidos.
 - Todos os aspetos de educação são abordados sem vergonha, sem falsas explicações e sem doutrinas religiosas, de forma não discriminatória e inclusiva.
- **Educar os alunos sobre as vantagens e a importância de ter uma sociedade e um mercado de trabalho livres de discriminação.** Por exemplo, um mercado de trabalho diversificado é rentável para as empresas, uma vez que melhora tanto os níveis de produtividade como os níveis de empregabilidade.

C. Acabar com a discriminação com base na etnia, origem nacional, ascendência e cor da pele

Os atuais instrumentos jurídicos a nível nacional, europeu e internacional não protegem os cidadãos que enfrentam preconceitos, tratamento desigual e exclusão social. As minorias continuam a ser vítimas de tratamento discriminatório e de crimes de ódio, nomeadamente na educação, no emprego, nos serviços sociais e na interação com as autoridades. A discriminação com base na origem étnica e na cor da pele continua a ser uma das formas mais frequentes de desigualdade, continuando os membros destas comunidades a ser os mais desfavorecidos e perseguidos na sociedade.²²³ Além disso, a discriminação contra a comunidade cigana é particularmente problemática por

²²² Seguindo as orientações da UNESCO: [International technical guidance on sexuality education: an evidence-informed approach](#)

²²³ Ler [Fighting Discrimination on the Ground of Race and Ethnic Origin](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

toda a Europa. Os ciganos representam a maior minoria étnica da Europa: estima-se que existam entre 10 e 12 milhões de ciganos no total, dos quais cerca de 6 milhões vivem na UE, sendo que a maioria destes últimos tem cidadania oficial de um país da UE.²²⁴ Publicações recentes mostram que cerca de 80% dos ciganos continuam em risco de pobreza.²²⁵

C.1. Na lei

- **Promover e rever a legislação que aborda a discriminação persistente contra determinados grupos.** Embora exista legislação para combater a discriminação, é essencial aumentar a sua visibilidade e proceder a revisões sempre que necessário.
 - Assegurar a existência e aplicação de medidas dissuasivas adequadas, como multas e penas criminais, quando ocorrem atos de violência (crimes de ódio) ou discriminação devido à etnia, origem nacional, ascendência ou cor da pele de alguém.²²⁶
 - Revogar imediatamente quaisquer exceções que permitam a discriminação por estes motivos.
- **Fortalecer os mecanismos de aplicação da lei para acabar com a violência policial, o assédio e a caracterização étnica (*profiling*),²²⁷** garantindo que a polícia cumpre o seu dever de proteger a sociedade. A prática policial de estabelecer um perfil étnico ainda existe na maioria dos países mundiais (por exemplo, em França, os homens jovens considerados negros ou árabes têm 20 vezes mais probabilidades de serem detidos do que o resto da população).²²⁸ Estatísticas recentes mostram que, em 2017, quase metade dos que foram detidos pela polícia acreditavam que tal se devia à sua origem étnica ou por serem imigrantes.²²⁹
- **O Volt propõe-se, portanto, a trabalhar para:**
 - **Acabar com a caracterização étnica durante ações de policiamento** e tornar obrigatório que os agentes

²²⁴ Ver [European Commission - Roma integration in EU countries](#)

²²⁵ Ver [European Commission - Roma inclusion: More effort needed to improve access to schooling and employment](#)

²²⁶ Seguindo o exemplo de França: [The Connexion - French racial discrimination fines rise up to €15 000](#)

²²⁷ A caracterização étnica (*profiling*) consiste na realização de verificações de identidade com base apenas na aparência do suspeito, e em especial na sua etnia, e não em sinais que indiquem atividades ilegais. Ver [Human Rights Watch - France: the Human Rights Implications of the Presidential Campaign](#)

²²⁸ Consultar [Human Rights Watch - France: the Human Rights Implications of the Presidential Campaign](#)

²²⁹ Ver [European Union Agency for Fundamental Rights - Second European Union Minorities and Discrimination Survey - Main results](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

preencham um formulário para cada verificação de identidade, a fim de encorajar intervenções bem fundamentadas e uma maior responsabilização.

- **Limitar a autoridade dos agentes de realizar verificações à discricção**, exigindo que exista uma suspeita razoável e individual para todas as verificações e buscas, elaborando orientações claras destes procedimentos para os agentes.
- **Acabar com a violência policial através de treinos, instrumentos de responsabilização e uma maior supervisão.**
- **Eliminar os termos "raça", "racismo" e "discriminação racial" em todas as legislações.** O conceito atual de existirem raças distintas é fruto apenas de construção social,²³⁰ visto que, cientificamente, existe apenas uma raça humana (*Homo sapiens*). A utilização de tais termos deve, por esse motivo, ser eliminada na lei e o conceito deve ser redefinido. Neste contexto, as políticas contra a discriminação consistem nos seguintes termos: etnia, origem nacional, descendência ou cor da pele.²³¹

C.2. No setor público

- **Garantir que o Estado dá o exemplo e aplica políticas inclusivas e justas para contribuir ativamente para a igualdade.** São necessárias estratégias abrangentes para abordar estas questões, com uma ampla gama de medidas que poderão ser usadas para alcançar este objetivo:
 - **Implementar programas abrangentes para encorajar membros de grupos minoritários a entrar na política e apoiá-los**, através de cursos de formação, mentoria, campanhas públicas e outros meios.
 - **Educar os cidadãos** sobre os benefícios da diversidade na tomada de decisões políticas.
- **Treinar juizes, magistrados e outros funcionários públicos para reconhecer e lidar com preconceitos implícitos em relação às minorias.** O sistema de Justiça é vital para assegurar

²³⁰ Um conceito ou percepção de algo baseado nas visões coletivas desenvolvidas e mantidas dentro de uma sociedade ou grupo social; um fenómeno ou convenção social originado e cultivado pela sociedade ou por um grupo social específico, em oposição ao existente inerentemente ou naturalmente.

²³¹ O Volt não contesta o facto de que o "racismo" - no sentido tradicional da palavra - existe e tem de acabar, mas acredita que reconhecer que todos os seres humanos são da mesma raça é um fator chave para acabar com a discriminação.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

que os litígios são resolvidos de forma ordenada e que as vítimas são protegidas. Em toda a Europa, as pessoas que pertencem - ou aparentam pertencer - a grupos minoritários ligados à sua etnia ou cor da pele são ainda mais suscetíveis de serem detidas, acusadas, julgadas ou presas.²³² Por conseguinte, é essencial que os juízes, magistrados e outros funcionários públicos demonstrem imparcialidade e justiça no exercício das suas responsabilidades. O Volt quer restabelecer a confiança no sistema judicial e garantir que os preconceitos em relação às minorias são mantidos a um nível mínimo, e até mesmo eliminados, através de formações e outros métodos.

C.3. No local de trabalho

- **Aumentar a diversidade étnica e cultural nas empresas de todo o continente.** Conseguir uma maior diversidade não só é a coisa certa a fazer, como também é vantajoso para as empresas: é mais provável que traga vantagens competitivas a uma empresa e está associada a retornos financeiros mais elevados.²³³ O Volt quer garantir que os setores público e privado respeitam e promovem a diversidade, bem como incentivar indivíduos de minorias a enveredar por carreiras em que estão sub-representados.
- **Motivar e incentivar indivíduos de minorias a enveredar por carreiras em que estão sub-representados.**
- **Exigir que todas as empresas de média e grande dimensão tenham canais confidenciais e linhas diretas de reporte, separadas das estruturas principais de relações laborais, para denunciar comportamentos, violência e/ou assédio inadequados e discriminatórios.** A discriminação no local de trabalho pode assumir muitas formas: ocorre durante o recrutamento e entrevistas, refletindo-se também em salários desiguais, despedimentos sem justa causa e assédio.²³⁴ O Volt exigirá que os empregadores tenham esses canais de comunicação implementados e que sejam geridos por uma empresa externa ou por uma equipa de recursos humanos independente.
- **Realizar discriminações positivas temporárias** (por exemplo, práticas especiais que visem a promoção da igualdade: grupos

²³² Ler [The Guardian - Ethnic minorities more likely to be jailed for some crimes, report finds](#)

²³³ Ler [McKinsey & Company - Why diversity matters](#)

²³⁴ Ler [Fighting Discrimination on the Ground of Race and Ethnic Origin](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

de apoio para pessoas que enfrentam ou enfrentaram discriminação para que possam ter acesso às mesmas oportunidades do resto da comunidade)²³⁵ para acelerar a integração económica, social e cultural.

C.4. No sistema educativo

- **Incentivar e preservar a diversidade nas escolas para promover melhores oportunidades educativas.** A promoção da diversidade nas escolas tem várias vantagens, incluindo benefícios educativos e a promoção de boas relações entre pessoas de diferentes origens.²³⁶ O Volt quer que os currículos escolares incorporem melhor a diversidade. Por exemplo, através de diálogos interculturais, do estudo de livros de autores de diversas origens e com diferentes perspetivas, da realização de workshops e da utilização de ferramentas pedagógicas mais práticas. Além disso, deve-se proporcionar oportunidades de Erasmus entre diferentes regiões do país para diminuir as diferenças regionais.

C.5. Discriminação específica contra a comunidade Cigana

- **Assegurar que a comunidade cigana tem direitos iguais, tanto na lei como no dia-a-dia, e que não é tolerado qualquer tipo de discriminação.** Para isso, devemos assegurar-lhes igualdade de acesso à educação, à habitação, ao emprego e aos cuidados de saúde.
 - Assegurar que durante o inverno estas pessoas não possam ser despejadas e apelar a um compromisso de não realizar despejos durante o ano escolar, para permitir que as crianças continuem na escola.
 - Criar campanhas de sensibilização sobre a comunidade cigana para reduzir os estigmas sociais.
 - Assegurar a igualdade de acesso das crianças ciganas à escola pública, independentemente das condições de vida. Para isso, eliminar os obstáculos administrativos (por exemplo, deixar de exigir que as crianças morem no mesmo bairro da escola para que lá se possam matricular).
 - Assegurar que a comunidade cigana tem acesso às

²³⁵ Ver [Australian Human Rights Commission - Positive Discrimination](#)

²³⁶ Ver [ATL - Race equality and education: A practical resource for the school workforce](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

infraestruturas básicas e a satisfazer as suas necessidades humanas primárias, garantindo acesso a água corrente, eletricidade e aquecimento.

- Incentivar programas a nível local para ajudar a resolver os problemas com que os ciganos mais frequentemente se deparam, dando-lhes acesso a aulas de línguas, cursos e formações para os ajudar a encontrar emprego, assistência na obtenção de informações e cuidados de saúde.

D. Acabar com a discriminação com base na religião ou crenças

Todos os cidadãos têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, partindo do princípio de que estes não restringem nem violam os direitos e liberdades de outros. A discriminação religiosa é um ato injustificado contra um indivíduo com base na sua religião ou crença. Tal ato pode ser de uma forma direta, como violência ou assédio, ou indireta, quando políticas e práticas colocam certas comunidades em desvantagem. Apesar de vivermos numa sociedade europeia diversificada, a discriminação com base nestes motivos ainda hoje persiste. Por exemplo, dois em cada cinco muçulmanos europeus sofrem discriminação no seu local de trabalho, na sua residência ou no acesso a serviços sociais. Um terço alega que sofre de abusos verbais.²³⁷ O Volt acredita que a religião é uma escolha livre de cada um e deve ser respeitada pelos outros. A discriminação com base na religião ou crença inclui a discriminação contra a própria ausência de religião ou crença, como é o caso do ateísmo.

O Volt acredita num Estado laico e trabalhará para garantir que esse princípio seja adotado e respeitado por toda a Europa.

D.1. Na lei

- **Promover e rever a legislação que aborda a discriminação persistente contra determinados grupos.** Embora exista legislação para combater a discriminação, é essencial aumentar a sua visibilidade e proceder a revisões sempre que necessário.
 - Assegurar a existência e aplicação de medidas dissuasivas adequadas, como multas e penas criminais, quando ocorrem atos de violência (crimes de ódio) ou discriminação devido à religião ou práticas religiosas de

²³⁷ Ver [The Guardian - Two in five European Muslims have felt discriminated against – survey](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

alguém.

- Revogar imediatamente quaisquer exceções que permitam a discriminação por estes motivos.
- **Fortalecer os mecanismos de aplicação da lei para acabar com a violência policial, o assédio e a caracterização (*profiling*),** garantindo que a polícia cumpre o seu dever de proteger a sociedade.
- **Realizar formações para as autoridades** sobre crimes de ódio contra minorias.
- **Garantir a liberdade de expressão e de religião, desde que não impeça os outros de exercerem e usufruírem dos seus direitos, e que os direitos humanos sejam respeitados.** Estabelecer um equilíbrio entre as preocupações com a segurança nacional e as liberdades individuais de cada um, restringindo as últimas apenas quando absolutamente necessário.

D.2. No setor público

- **Garantir que o Estado dá o exemplo e aplica políticas inclusivas e justas para contribuir ativamente para a igualdade.** São necessárias estratégias abrangentes para abordar estas questões, com uma ampla gama de medidas que poderão ser usadas para alcançar este objetivo:
 - **Implementar programas abrangentes para encorajar membros de grupos minoritários a entrar na política** e apoiá-los, através de cursos de formação, mentoria, campanhas públicas e outros meios.
 - **Educar os cidadãos** sobre os benefícios da diversidade na tomada de decisões políticas.
- **Formar juízes, magistrados e outros funcionários públicos para reconhecerem e lidarem com preconceitos implícitos em relação às minorias.** O sistema judicial é vital para assegurar que os litígios são resolvidos de forma ordenada e que as vítimas são protegidas. O Volt quer restabelecer a confiança no sistema judicial e garantir que os preconceitos em relação às minorias são mantidos a um nível mínimo, e até mesmo eliminados, através de formações e outros métodos.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

D.3. No local de trabalho

- **Exigir que todas as empresas de média e grande dimensão tenham canais confidenciais e linhas diretas de reporte, separadas das estruturas principais de relações laborais, para denunciar comportamentos, violência e/ou assédio inadequados e discriminatórios.** O Volt exigirá que os empregadores tenham esses canais de comunicação implementados e que sejam geridos por uma empresa externa ou por uma equipa de recursos humanos independente.
- **Assegurar que nenhum tipo de discriminação com base na religião ou crença ocorre num local de trabalho:**
 - As políticas empresariais em empresas públicas e privadas não devem restringir os direitos religiosos. Isto inclui o direito de usar símbolos e vestuário religiosos²³⁸ - por exemplo, o direito de uma mulher cobrir o cabelo, entre outras práticas. O Volt considera que nenhum empregador deve ter o direito de dizer aos seus colaboradores para não usarem símbolos religiosos,²³⁹ a menos que tal se justifique por razões de saúde e/ou segurança (temos, portanto, uma opinião contrária ao recente acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia).²⁴⁰
- **Garantir a liberdade de expressão, incluindo o direito de praticar a sua própria religião,** desde que não impeça outros de exercerem e desfrutarem da sua religião e que os seus direitos humanos sejam respeitados.
- **Garantir que, durante os processos de recrutamento, os candidatos não são discriminados pela sua religião.** Isto inclui assegurar que as descrições de funções não utilizam linguagem discriminatória e evitam referências a características pessoais. Durante o processo de recrutamento, os candidatos não devem ser obrigados a revelar a sua religião. Devem ser criados mecanismos para garantir que os candidatos podem apresentar uma queixa se esta discriminação ocorrer durante o processo de recrutamento.

²³⁸ Exemplos de vestuário religioso são: os lenços de cabeça religiosos, os véus de cobertura facial, os turbantes e os quipás, enquanto que os crucifixos, as pulseiras de Kara, os Kirpans (punhais cerimoniais) e certas jóias religiosas podem ser vistos como exemplos de símbolos religiosos. Ver [European Commission - Religious clothing and symbols in employment](#)

²³⁹ No entanto, nenhum símbolo religioso que possa ser usado como arma deve ser trazido para o local de trabalho.

²⁴⁰ Ver [An internal rule of an undertaking which prohibits the visible wearing of any political, philosophical or religious sign does not constitute direct discrimination](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

D.4. No sistema educativo

- **Assegurar que o financiamento das escolas públicas não é usado para aulas ou atividades religiosas,** e que alunos de todas as origens religiosas (ou não religiosas) podem participar em todas as iniciativas.
- **Idealmente, as escolas devem ser um ambiente neutro do ponto de vista religioso, que permita aos alunos e professores expressarem a sua própria religião.** Deve-se promover várias experiências de aprendizagem:
 - No caso de as escolas oferecerem aulas cívicas nas quais a religião é discutida, assegurar que incluem todas as grandes religiões (ou o maior número possível), e não apenas a dominante. Esta política não se aplica a faculdades teológicas no ensino superior.
 - Fomentar intercâmbios culturais, com workshops e visitas a locais religiosos, fazendo uso de ferramentas pedagógicas mais práticas.
- **Educar os alunos sobre as vantagens e a importância de ter uma sociedade e mercado de trabalho livres de discriminação.** Os professores devem apresentar a diversidade como um elemento positivo da vida humana.
- **Permitir que as crianças usem símbolos religiosos,** desde que o façam de sua livre vontade.

II. Alívio da Pobreza

Em 2015, 23,7% da população da UE (aproximadamente 120 milhões de pessoas) vivia numa situação de pobreza ou exclusão social.²⁴¹ Sendo a segunda maior economia do mundo em 2017,²⁴² com um PIB acumulado superior a 17,1 mil milhões de dólares, a UE dispõe dos recursos necessários para reduzir significativamente a pobreza e o risco de pobreza, de modo a erradicá-los.

A. Aspetos gerais relacionados com a pobreza

Uma vez que cerca de um em cada quatro europeus enfrenta a pobreza ou a exclusão social,²⁴³ há uma necessidade premente de cumprir os objetivos definidos na Estratégia Europa 2020, que visa reduzir em pelo menos 20 milhões o número de pessoas em situação de pobreza ou em risco de exclusão social nos próximos dois anos.²⁴⁴ A estratégia visa ainda reduzir o número de europeus em situação de pobreza e em risco de pobreza ou exclusão social para menos de 100 milhões até 2020 e para menos de 50 milhões até 2030. Os benefícios sociais são essenciais e devem ser concebidos para ajudar os mais vulneráveis; contudo, não representam uma solução a longo prazo para aliviar a pobreza. Por conseguinte, o foco principal da política do Volt consiste em dotar todas as pessoas com as ferramentas de que necessitam para terem acesso à igualdade de oportunidades e participar plenamente na sociedade.

A.1. Benefícios sociais e cuidados de saúde

- **Assegurar que os benefícios sociais garantem um nível básico de vida** (tendo em conta a habitação, a alimentação, o vestuário, os cuidados de saúde, os programas profissionais, etc., para uma determinada região) e abrangem um vasto conjunto de medidas. Utilizar as ajudas sociais como uma **medida transitória destinada a ajudar as pessoas a recomporem-se e a sustentarem-se durante esse tempo.**
- **Introduzir um esquema de apoio mensal para crianças e jovens e enviar aos pais uma caixa de boas-vindas para o seu filho recém-nascido.** Na Finlândia, esta medida contribuiu para uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil da história (por exemplo, os novos pais recebem um conjunto inicial de

²⁴¹ Ver [Eurostat - People at risk of poverty or social exclusion](#)

²⁴² Consultar [International Monetary Fund - Report for Selected Country Groups and Subjects](#)

²⁴³ Ver dados em [Europe 2020 strategy](#)

²⁴⁴ *Ibid.*

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

roupas, lençóis e brinquedos, e a própria caixa do pacote pode ser utilizada como berço). O pacote de maternidade não deve estar disponível comercialmente, mas apenas como um apoio oferecido.²⁴⁵

- **Garantir a cobertura universal e o acesso a cuidados de saúde em toda a Europa.**²⁴⁶

A.2. Pobreza no mercado de trabalho

- **Garantir um rendimento mínimo acima dos níveis de pobreza absoluta.** O Volt prevê que a segurança social universal e um rendimento adequado se tornem pilares fundamentais da elaboração das políticas da UE.²⁴⁷ A pobreza no trabalho continua a ser um problema para muitos trabalhadores em toda a Europa. Em 2016, 9,6 % dos cidadãos da UE com 18 anos ou mais que estão atualmente empregados enfrentavam, mesmo assim, risco de pobreza.²⁴⁸ Por outras palavras, esses cidadãos não são suficientemente remuneradas pelo seu trabalho, o que representa uma situação profundamente injusta.
- **Ponderar o rendimento básico universal:** apoiar experiências em larga escala com rendimento básico universal (*UBI - Universal Basic Income*), a fim de fornecer uma base sólida de conhecimento para decidir sobre os méritos desta nova abordagem à segurança social.

B. Habitação Social e Comunitária

Nos últimos anos, a construção de habitação social diminuiu na maioria dos países.²⁴⁹ Além disso, a presença de portais de reservas online (como o Airbnb) nas grandes cidades afetou a disponibilidade de alojamento e provocou um

²⁴⁵ Os pacotes de maternidade finlandeses estão disponíveis desde a década de 1930 e proporcionam um início de vida igual para todos os bebés: [The 2019 version of the maternity package](#)

²⁴⁶ Para mais, consultar a secção *Disponibilizar cuidados de saúde de elevada qualidade para todos* deste documento.

²⁴⁷ Consultar a secção *Renascimento Económico - Políticas Sociais* deste documento.

²⁴⁸ Ver [Eurostat - In-work at-risk-of-poverty rate by age and sex](#)

²⁴⁹ Incluindo o Reino Unido, Países Baixos, Áustria, Itália, Dinamarca, Irlanda e Espanha. A exceção mais significativa é o caso de França, que construiu 116 mil novas unidades de habitação social em 2012. Ver: [The State of Housing in the EU 2015](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

aumento dos preços de arrendamento.²⁵⁰

Ao mesmo tempo, a desigualdade económica tem vindo a aumentar nas sociedades europeias e grande parte da população atravessa períodos de desemprego.²⁵¹ Além disso, a flexibilização do mercado de trabalho levou a uma diminuição generalizada da segurança e proteção social dos trabalhadores em formas atípicas de emprego, com importantes repercussões no acesso a hipotecas, a contratos de arrendamento e a preços de habitação acessíveis.²⁵²

Assim, garantir o acesso à habitação com preços de arrendamento acessíveis é, sem dúvida, uma prioridade urgente, e o Volt pretende trabalhar incansavelmente para a concretizar. O Volt acredita que é crucial reconhecer que o mercado imobiliário é diferente de outros mercados. Um terreno distingue-se de outras formas de capital devido às suas características únicas: é fixo em quantidade e não desvaloriza. Na verdade, à medida que a população cresce, tende a valorizar-se.²⁵³ O papel do governo deve, portanto, ser o de garantir que os cidadãos são protegidos e dotar as instituições públicas com a tarefa de assegurar que as políticas de habitação são suficientemente desenvolvidas, uma vez que o acesso a uma habitação segura, habitável e acessível está estritamente interligado com a dignidade humana.

B.1. Um lugar onde todos possam viver

O Volt quer garantir que existem espaços suficientes dedicados à habitação social por toda a Europa. Os governos devem garantir a existência de um número suficiente de alojamentos dedicados à habitação social, promovendo formas inovadoras de vida partilhada e de habitação social. As políticas de habitação devem ser abordadas de forma abrangente, uma vez que o direito a uma vida condigna está muitas vezes interligado com outras questões sensíveis, como as questões relacionadas com as periferias, a delicada convivência e integração entre migrantes e população local, a requalificação de zonas em risco de abandono e a sustentabilidade ambiental dos edifícios.

- **Assegurar que existe habitação social em quantidade suficiente e que a alocação é distribuída igualmente** por todas as áreas urbanas. Em particular, o Volt pretende:
 - Incentivar os investimentos públicos orientados para a construção de novas habitações do Estado, dedicadas aos beneficiários de assistência social.

²⁵⁰ Ver [CNBC - Airbnb is making rents in New York City spike as owners yank units off the market, study says](#)

²⁵¹ Ver [Eurostat - Income inequality in the EU](#)

²⁵² Ver [Eurostat - Temporary and part-time jobs on the rise](#)

²⁵³ Ryan-Collins J., *Rethinking the Economics of Land and Housing*, 2017

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- Incentivar a inclusão de proprietários privados (pessoas físicas e jurídicas)²⁵⁴ em esquemas que lhes ofereçam a oportunidade de confiar a gestão da sua propriedade a uma associação que a alugue a indivíduos com baixos rendimentos por um preço de renda abaixo do preço de mercado. O rendimento do proprietário privado é garantido pelo fundo de garantia instituído especificamente para o efeito. Isto assegurará um controlo estatal adequado contra a má gestão de tais propriedades.^{255 256}
 - Remodelar edifícios urbanos abandonados e remodelar as estruturas existentes através de investimentos públicos e, de forma complementar, através da ação intermediária de associações privadas.²⁵⁷ O Volt acredita que a promoção da re-densificação urbana é uma solução mais eficiente, sustentável e amiga do ambiente do que a expansão urbana.²⁵⁸
 - Promover a distribuição uniforme da habitação social dentro das áreas urbanas, assegurando que a distribuição de habitações sociais não se concentra em apenas alguns bairros, mas está distribuída homoganeamente pelo centro da cidade e pelas áreas periféricas.²⁵⁹ O Volt também pretende promover o desenvolvimento de serviços públicos básicos em áreas rurais e periféricas, para garantir um bom padrão de vida a todos os habitantes.
- **Promover a habitação de base comunitária (CLH - *Community Led Housing*).** A CLH refere-se a tipos específicos de modalidades habitacionais, tais como a coabitação (tanto *co-housing* como *co-living*), habitação intergeracional e outros modelos cooperativos, e fundos de terras comunitárias.²⁶⁰ Este objetivo será alcançado através de:
 - Valorizar os diferentes modelos de CLH para ajudar a resolver o problema da escassez de habitação, aumentar

²⁵⁴ Ver [Social housing in the Netherlands: The development of the Dutch social housing model](#)

²⁵⁵ *Ibid.*

²⁵⁶ Ver os bons exemplos dos Países Baixos: [Government of the Netherlands - Rented housing](#); e de Itália: [Ama - Agenzia Metropolitana per l'Affitto](#)

²⁵⁷ Um exemplo interessante é dado por uma fundação privada (criada por uma empresa farmacêutica) que empreendeu a tarefa de reestruturar um parque de habitação social em Florença: [Emergenza abitativa. A Firenze, 40 case popolari ristrutturate da Menarini](#)

²⁵⁸ Consultar [Redensification Vs. Sprawl; The Metropolitan Area Of The City Of Mexico](#)

²⁵⁹ Uma das melhores práticas neste domínio são os subsídios dinamarqueses à habitação, em que o montante atribuído se baseia no rendimento bem como a renda, permitindo assim que as pessoas com baixos rendimentos tenham acesso a uma renda ligeiramente mais cara do que o seu salário permitiria.

²⁶⁰ Ver [So what exactly is coliving?](#) e [The Characteristics of Housing Cooperatives](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

a acessibilidade dos preços, a sustentabilidade e a coesão social, para que as comunidades sejam mais robustas e mais seguras.^{261 262}

- Subsidiar as formas de CLH. Devem ser concedidos subsídios - tanto aos construtores como aos compradores privados - para edifícios concebidos de acordo com padrões de vida social definidos, com o objetivo de assegurar espaços de vida partilhados e acessíveis. O Volt trabalhará para garantir que são disponibilizados fundos reembolsáveis, tais como empréstimos a juros baixos para comprar novas propriedades ou renovar uma propriedade existente. Em particular, os subsídios devem aplicar-se também em caso de mudança de propriedade (quando não associada a uma mudança na natureza de CLH da habitação), para apoiar a difusão do modelo pelo mercado.
- **Vida social partilhada como forma de integrar indivíduos em risco de marginalização**, tais como idosos solitários ou indivíduos com deficiência intelectual.²⁶³ Serão oferecidos benefícios fiscais ou outros subsídios aos proprietários de casas particulares dispostos a contribuir e apoiar estas iniciativas.
- **Propomos mobilizar fundos da UE para subsidiar a política de habitação em toda a Europa.** Em especial, o Volt trabalhará para:
 - Incluir a habitação social e partilhada na política de coesão da UE, assegurando que são atribuídos fundos comunitários suficientes à habitação social e sustentável

²⁶¹ A CLH está cada vez mais a ser estabelecida como uma resposta viável e sustentável aos desafios da oferta de habitação a preços acessíveis no contexto da segregação espacial e social e das alterações climáticas. Ver [Lessons From Community-led Housing For City-makers Across Europe](#)

²⁶² Em termos de bons exemplos:

- *Co-housing* (Estabelecer uma comunidade de várias casas em que os habitantes interagem frequentemente, como um bairro fechado) é muito comum nos Países Baixos, principalmente com idosos: [Co-housing in The Netherlands](#) e [Homify - Cohousing: de nieuwe vorm van wonen](#)
- *Co-living* (Em que os habitantes residem juntos numa só casa, com um nível variável de partilha de espaços comuns) é tipicamente promovido nos Estados Unidos: [We Live](#)
- Cooperativas de habitação são bastante comuns nalguns países, como a Suíça: [Housing cooperatives in today's Switzerland](#)
- Casas multigeracionais têm recebido financiamento alargado na Alemanha desde 2006. Também são implementadas com financiamento europeu, federal e local sob a forma de um modelo de co-financiamento: [Ageing in Place in the European Union](#)

²⁶³ Já existem exemplos em casos de cidadãos com autismo - consultar ["Who Moves?" Part I: The Differences Between Shared Living and Adult Foster Care](#). No caso dos idosos, consultar [Elder Home Share - Companionship and support at home](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

em todos os Estados-Membros.²⁶⁴ Este objetivo pode ser alcançado através da integração de habitações e abrigos a preços acessíveis nas decisões de distribuição de fundos e da disponibilização de formas de apoio financeiro aos trabalhadores com baixos salários, incluindo os grupos marginalizados (ou seja, migrantes, ciganos, etc.) com baixos rendimentos.

- **Reduzir o "efeito Airbnb".** Em muitos locais turísticos, é financeiramente mais atrativo para os proprietários de casas alugar casas a turistas do que alugar a residentes de longa duração. Isto aumenta a escassez de alojamento e contribui para o aumento dos preços da habitação. O Volt pretende regulamentar o uso de plataformas digitais do tipo Airbnb.²⁶⁵
 - Estabelecer limitações em relação ao número de dias que um apartamento pode ser alugado através de tais plataformas.²⁶⁶
 - Tributar a receita que os portais de reservas online ganham com o custo do aluguer, independentemente do seu país de registo.

B.2. Acesso justo e eficiente às políticas de habitação

O Volt visa assegurar que os cidadãos com baixos rendimentos e os grupos marginalizados têm acesso ao parque de habitação para poderem viver com dignidade.

- **Estabelecer um Quadro Regulamentar para a Habitação Pública.** O Volt pretende introduzir um Quadro estratégico de Regulamentação da Habitação Pública (PHRF - *Public Housing Regulatory Framework*). O PHRF deve indicar um conjunto de princípios e condições para orientar o papel das autoridades na gestão das políticas públicas de habitação, bem como informar as entidades públicas, privadas e sem fins lucrativos que gerem o parque de habitação. O objetivo é garantir que os grupos desfavorecidos têm acesso justo e eficiente à habitação social. Esses princípios são os seguintes:
 - Observar os princípios de boa gestão, transparência, equidade e eficiência das entidades públicas, privadas ou público-privadas, em qualquer nível de governo;

²⁶⁴ Entre os fundos da UE que podem intervir para apoiar as políticas nacionais de habitação, contam-se o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD).

²⁶⁵ Ver [The Wallstreet Journal - How Airbnb Affects Home Prices and Rents](#)

²⁶⁶ Por exemplo, isto foi feito em Amesterdão em 2018: Engadget, em Amesterdão, limita os alugueres do Airbnb a 30 dias por ano.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- Atribuição do direito de acesso à habitação social a beneficiários individuais. Tal direito não pode ser herdado por familiares do beneficiário. Quando o requerente deixar de ter os requisitos para viver num alojamento de habitação social, o espaço deve ser atribuído a um novo requerente;
 - Definir uma parcela do parque habitacional para ser atribuída apenas a pessoas com necessidades especiais, tais como cidadãos com deficiência ou famílias em que um membro é deficiente (desde traumas e distúrbios psicológicos aos diversos graus de incapacidade física);
 - Melhorar o controlo administrativo a fim de evitar abusos (posse ilegal do alojamento, herança ilegal do alojamento pelos membros da família do requerente, violação das regras de atribuição e passagem ilícita dos espaços habitacionais para terceiros).
 - Estabelecer critérios que regulem a taxa de inflação anual da renda e dos serviços públicos (por exemplo, aquecimento, água, etc.), a menos que sejam introduzidas melhorias relevantes e substanciais no edifício. Do mesmo modo, estabelecer critérios que regulem a frequência e o montante do aumento da renda. Em qualquer caso, o aumento dos preços das rendas e dos serviços públicos cobrados ao locatário justifica-se quando os preços são consideravelmente inferiores aos de apartamentos semelhantes (por exemplo, dimensão, condição) na mesma área.²⁶⁷
 - No caso de as instituições locais não possuírem a capacidade de satisfazer as exigências de habitação social, níveis de governo mais elevados devem ser dotados de competências subsidiárias.
- **Digitalizar os serviços de habitação, independentemente da natureza pública ou privada da entidade ou do prestador que gere o parque habitacional.** O Volt considera que a digitalização pode ser uma oportunidade para melhorar a acessibilidade do sistema de atribuição aos beneficiários dos serviços de alojamento e fornecer-lhes informações em tempo real durante o período exato de espera, se for caso disso. Tal

²⁶⁷ Para este efeito, a legislação dinamarquesa em matéria de habitação é identificada como uma boa prática. A legislação dinamarquesa só permite aumentos de preços uma vez por ano e regula o aumento máximo até ao do preço líquido de venda ao público. Para mais informações, consultar a [Lei dinamarquesa das rendas \(Lejeloven\) n.º 227 de 9 de Março de 2016](#). Note-se que o referido limite só é aplicável a contratos com data posterior a 1 de julho de 2015. Além disso, estes regulamentos aplicam-se universalmente, não apenas à habitação social. Em particular, os preços e os aumentos anuais são determinados pela Statistic Denmark, que os calcula e os torna públicos. Ver [Statistics Denmark - Net Price Index](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

afigura-se necessário para fazer face à maior urbanização das cidades europeias e às conseqüentes dificuldades de acesso a alojamentos a preços acessíveis.²⁶⁸

- O Volt pretende promover a adoção, pelos municípios, de um sistema de plataforma digital que dê aos utilizadores (destinatários das políticas de habitação) a possibilidade de escolherem entre soluções mais baratas ou mesmo mais caras para a habitação social.²⁶⁹ O sistema é baseado em pontos acumulados de acordo com os dias de espera.
- O Volt incentiva a adoção de um sistema que não limite a escolha para um único município, a fim de melhorar a mobilidade.

C. Redução dos números de sem-abrigo

O número de sem-abrigo tem vindo a aumentar em toda a Europa nos últimos anos.²⁷⁰ A meta da UE para 2020 em matéria de pobreza²⁷¹ e o Fundo de Investimento Social deveriam combater a pobreza e a condição de sem-abrigo, mas os governos europeus, com exceção da Finlândia, estão atrasados na resolução deste problema.²⁷²

O Volt trabalhará incansavelmente para garantir que ninguém fica para trás e para ajudar aqueles que são considerados mais vulneráveis. Há que pôr em prática políticas sociais adequadas para combater o fenómeno dos sem-abrigo na Europa. Num continente economicamente desenvolvido, não há justificação para que as pessoas vivam na rua, pelo que deve ser dada a todos os membros da sociedade a oportunidade de recuperarem das adversidades. Tal estratégia não é apenas compreensiva e justa, é também um caminho para uma maior prosperidade económica e inclusão social, ao proporcionar os meios para que as pessoas sem abrigo se tornem membros ativos das suas comunidades. O problema dos sem-abrigo tem de ser abordado de forma abrangente; por conseguinte, a lista que se segue não é exaustiva, e outras políticas detalhadas ao longo do documento contribuirão todas para a sua erradicação, incluindo, mas não se limitando a: benefícios sociais, cuidados de saúde acessíveis e adequados, diminuição do desemprego e redução da pobreza no trabalho.

- **Investir em habitação pública sustentável e acessível** para reduzir o custo do arrendamento e alocar habitações de boa qualidade para os

²⁶⁸ Ver [UN - World Urbanization Prospects 2018](#) e [Morphocode - Global Trends of Urbanization](#)

²⁶⁹ Ver o sistema sueco: [OBO - Hem för dig](#). De acordo com este sistema, os pontos podem ser retirados depois de um utilizador assinar um contrato e existem diferentes soluções para estudantes com menos de 25 anos, para maiores de 65 anos e para candidatos com deficiência.

²⁷⁰ Ver [Euronews - Homelessness on the rise in all EU countries — except Finland: report](#)

²⁷¹ Ver [Eurostat - Europe 2020 indicators - poverty and social exclusion](#)

²⁷² Ver [FEANTSA - News: Housing First in Brno Meets Goal and is Set for Expansion](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

mais necessitados.²⁷³ Trabalhar com as autarquias locais para definir metas de investimento em habitação social. O Volt incentivará uma abordagem de "habitação em primeiro lugar" para acabar com o problema dos sem-abrigo, proporcionando aos sem-abrigo uma habitação social antes de outras medidas de reabilitação.²⁷⁴

- **Prestar apoio a iniciativas sociais e de reabilitação baseadas na comunidade.** Para tal, trabalhar com as organizações da sociedade civil para expandir as iniciativas centradas na prevenção do fenómeno dos sem-abrigo, bem como fornecer soluções para ajudar as pessoas que já se encontram na rua. Estas iniciativas podem centrar-se em vários projetos, tais como proporcionar aos sem-abrigo um lar e uma oportunidade de trabalhar, bem como na aprendizagem ao longo da vida através de programas profissionais e empresariais, em especial no contexto de empresas cooperativas.²⁷⁵
- **Combater o endividamento em agregados familiares vulneráveis,** que pode ser uma das causas do fenómeno dos sem-abrigo entre os grupos vulneráveis.²⁷⁶
 - Restringir os empréstimos abusivos e investir em campanhas de sensibilização sobre práticas de exploração financeira.
 - Investir no acesso das comunidades ao financiamento, particularmente em esquemas de microfinanciamento para o empreendedorismo, através de cooperativas comunitárias em áreas de risco.
- **Fornecer uma mistura de serviços para atender às necessidades relacionadas com a idade, género e necessidades especiais.** Abordar as necessidades de grupos específicos de indivíduos vulneráveis é fundamental para garantir que eles se sentem confortáveis e seguros, bem como implementar medidas para prevenir o prolongamento do tempo que passam sem abrigo.
 - Fornecer tratamento para o uso de drogas (muitas vezes uma causa e/ou resultado da falta de habitação) e tratar a dependência como uma condição médica e não como um crime.²⁷⁷
 - Prestar apoio em matéria de saúde mental e serviços sociais às pessoas que viveram em situações de sem-abrigo ou de exclusão social, a fim de combater condições que podem levar a uma maior alienação e ao agravamento da sua situação.

²⁷³ Como é o caso do [HomeLab: Integrated Housing and Labour Services in the Social Rental Enterprise Model](#)

²⁷⁴ Tal como é feito, com sucesso, na Finlândia: [Housing First - Finland](#) e [FEANTSA - News: Housing First in Brno Meets Goal and is Set for Expansion](#)

²⁷⁵ Ver os bons exemplos do [Nightstop - Preventing homelessness through community hosting](#) e [Emmaus](#)

²⁷⁶ Ver [FEANTSA - News: Housing First in Brno Meets Goal and is Set for Expansion](#)

²⁷⁷ Seguindo o bom exemplo de Portugal: [Drug Policy in Portugal - The Benefits of Decriminalizing Drug Use](#) e [The World Drug Problem 2017 Report: Countering Prejudices About People Who Use Drugs](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- Aumentar a prestação de serviços preventivos, como a mediação familiar e o alojamento temporário de curta duração, para que, nos casos em que o fenómeno dos sem-abrigo possa ser evitado, as famílias sejam apoiadas para que possam continuar a trabalhar, mesmo em situações de dificuldades.
 - Combater a violência baseada no género e causas relacionadas com género na condição de sem-abrigo das mulheres, incluindo o endividamento e a falta de acesso aos serviços públicos, e abordar os aspetos subjacentes à pobreza e à condição de sem-abrigo relacionados com o género.
- **Apoiar as estratégias europeias e nacionais existentes para acabar com o fenómeno dos sem-abrigo e aliviar a pobreza.** O Volt promoverá uma estratégia europeia para pôr termo ao fenómeno dos sem-abrigo, bem como estratégias nacionais em todos os Estados-Membros, e reforçará as estratégias de luta contra a pobreza. Quando a Comissão Europeia revê as políticas nacionais, num processo conhecido como o Semestre Europeu,²⁷⁸ deve dar uma atenção especial destinada a acabar com a pobreza, o fenómeno dos sem-abrigo e a exclusão social.
 - **Reduzir o período de tempo até ser tomada a decisão final sobre casos de asilo,** permitindo que os requerentes de asilo trabalhem desde o primeiro dia, e apoiar e proporcionar acesso à formação profissional.²⁷⁹ Trabalhar com a sociedade civil para fazer corresponder as pessoas necessitadas à habitação e aos serviços públicos, como se pode ver na Ação Urbana Inovadora de Utrecht.²⁸⁰
 - **Incentivar as empresas a contratar pessoas em situação de desemprego de longa duração e/ou pessoas sem-abrigo,** concedendo isenções fiscais e oferecendo subsídios governamentais.

D. Jovens

- **Dar acesso gratuito à Internet a todos os estudantes,** visto que pode ajudar a reduzir a pobreza através de oportunidades de desenvolvimento pessoal. O acesso e a conectividade à tecnologia e à Internet não são apenas uma questão de potencial económico ou de proteção dos consumidores, mas um direito social, cultural e económico.²⁸¹ É por esta razão que o Volt pretende garantir a existência de ligação à Internet de alta qualidade em toda a Europa,²⁸² fomentando ligações à rede móvel e à rede Wi-Fi mais rápidas disponíveis, incluindo nas zonas rurais e nas comunidades marginalizadas, o mais rapidamente

²⁷⁸ Ver [European Commission - The European Semester](#)

²⁷⁹ Ver a secção sobre *Requerentes de Asilo* neste documento

²⁸⁰ Consultar [Urban Innovative Actions, Utrecht](#)

²⁸¹ Para mais informações, consultar *Desafio 1 - Smart State: um Estado Inteligente, V. Garantir direitos e liberdades num mundo digital*

²⁸² Ver [European Commission, Digital Single Market - Connectivity for a European Gigabit Society](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

possível. Os benefícios económicos da conectividade generalizada devem ser incentivados, ao mesmo tempo que as medidas devem ser equitativas, justas e universais enquanto mérito ou bem público.

- **Proporcionar aos jovens e aos estudantes livre acesso a atividades culturais** através da apresentação do seu BI nacional ou de qualquer outro documento oficial que indique a sua idade e/ou confirme o estatuto de estudante.²⁸³ Isto inclui entrada gratuita em museus, monumentos, concertos, exposições de arte, aulas de música, teatros municipais e cinemas.
- **Reformar o Cartão Europeu da Juventude para oferecer preços reduzidos para os transportes públicos e privados** (interurbanos e urbanos) em toda a União Europeia, a fim de promover as viagens, como uma iniciativa positiva que desenvolve uma identidade pan-europeia. Este cartão deve estar disponível gratuitamente para todos os jovens (0-30 anos de idade) que possam provar que se encontram em situação de pobreza. Propomos ainda tornar os transportes públicos gratuitos para os jovens em formação profissional e educação geral e para os que procuram emprego.
- **Proporcionar aos jovens o acesso gratuito à saúde.**²⁸⁴ O acesso universal a cuidados de saúde de elevada qualidade e a preços acessíveis é um direito fundamental de todos na Europa. O Volt estabelecerá normas europeias para o acesso rápido a cuidados de saúde especializados e trabalhará para harmonizar os programas de cuidados de saúde preventivos para crianças.
- **Igualar o salário mínimo para todos os trabalhadores com mais de 18 anos**, a fim de acabar com a diferença dos salários consoante a idade. O objetivo é acabar com a prática que existe em alguns países europeus em que os jovens (18-25 anos de idade) recebem, legalmente, menos do que aqueles com mais de 25 anos de idade.²⁸⁵
- **Garantir um valor mínimo de abono de família em toda a Europa e harmonizá-lo para os padrões mínimos na UE.** Os abonos de família para crianças e jovens reduzem substancialmente a pobreza infantil. Políticas familiares eficientes, tais como a disponibilização de benefícios para famílias com crianças, dão origem a melhores oportunidades de

²⁸³ Todos têm o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade, de desfrutar as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que daí advêm. Isto inclui o direito dos cidadãos e das comunidades a conhecer, compreender, visitar, utilizar, preservar, partilhar e promover o património cultural e as expressões culturais, bem como a beneficiar do património cultural e das expressões culturais de outros. Isto também inclui o direito de participar na identificação, interpretação e desenvolvimento do património cultural, bem como na conceção e implementação de políticas e programas de proteção. Para mais informação: [UNESCO - Culture Sector Knowledge Management Tools](#)

²⁸⁴ Para mais informações, consultar *Desafio 1 - Smart State: um Estado Inteligente, III. Disponibilizar cuidados de saúde de elevada qualidade para todos*

²⁸⁵ Continua a existir uma diferença salarial em alguns países europeus, incluindo a Grécia, os Países Baixos, o Reino Unido, o Kosovo, Andorra e a Bélgica. Consultar [The Federation of International Employers - Minimum Wage Rates](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

garantir um equilíbrio sustentável entre a vida profissional e a vida privada e para proteger as crianças da exclusão social.²⁸⁶

D.1. Educação

- **Fornecer refeições escolares gratuitas diariamente a todos os alunos** para aliviar o ciclo da fome e da pobreza infantil. O acesso a refeições gratuitas tem benefícios nutricionais e de saúde²⁸⁷ e apoia a produtividade e o sucesso educativo.
- **Melhorar a qualidade e a acessibilidade dos serviços de cuidados infantis e promover programas de aprendizagem precoce para crianças**, a fim de assegurar a prestação de uma educação de qualidade e melhorar as competências de aprendizagem infantis.²⁸⁸ Estes cuidados devem estar disponíveis gratuitamente para todas as crianças com menos de 6 anos de idade.
- **Incentivar a aprendizagem de várias competências** (por exemplo, carpintaria, culinária, costura, línguas estrangeiras, falar em público, gestão empresarial, etc.) na escola, com o objetivo de desenvolver competências que valorizem o capital humano e conduzam a melhorias a longo prazo no emprego e no nível de vida.²⁸⁹
- **Assegurar que os alunos têm acesso a orientação vocacional.** Essa orientação incluirá aconselhamento sobre as oportunidades para os estudantes relativamente ao acesso ao ensino superior e/ou a outras opções de carreira. Esse aconselhamento irá também proporcionar uma oportunidade de aprendizagem sobre o mercado de trabalho.
- **Levar a cabo discriminação positiva temporária para acelerar a integração económica, social e cultural** (ou seja, práticas especiais destinadas a promover a igualdade): "apoiar grupos de pessoas que enfrentam, ou enfrentaram, a discriminação para que possam ter acesso a oportunidades semelhantes às de outros na comunidade".²⁹⁰ Promover percursos e exames

²⁸⁶ Mais informações em *Desafio 2 - Renascimento Económico*

²⁸⁷ Mais informações em [Sustan - Free School Meals for All](#)

²⁸⁸ Aprendizagem infantil precoce é um termo que é usado para descrever programas que oferecem educação para crianças fora de casa antes do ensino pré-escolar. Ver [Early Learning Coalition - What is Early Learning?](#)

²⁸⁹ Ver [What Works in Youth Employment - Skills Training Programmes](#)

²⁹⁰ Ver [Australian Human Rights Commission - Positive Discrimination](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

específicos que recompensem o mérito dos estudantes de meios desfavorecidos para aumentar o seu acesso a boas escolas e universidades.

- **Garantir que o financiamento necessário passa por todos os níveis de educação** (incluindo o ensino superior e profissional), inclusivamente por meio de empréstimos com juros baixos ou sem juros para os estudantes e as suas famílias, subsidiados pelos governos.
- **Reduzir o estigma associado à condição de sem-abrigo** por meio de políticas educacionais e através de campanhas de sensibilização especialmente dirigidas aos jovens.

III. Envolver todos os membros da sociedade

A. Idosos

A.1. Envolvimento intergeracional

- **Introduzir casas intergeracionais/multigeracionais para revitalizar a ideia de interação e apoio mútuo entre jovens e idosos.** O Programa de Subsídios para a Vida Multigeracional, gerido pelo Ministério Federal da Família, da Terceira Idade e da Juventude (BMFSFJ), na Alemanha, é um modelo que outros países devem considerar. É implementado com financiamento da UE, bem como fundos federais e locais, sob a forma de um modelo de cofinanciamento.²⁹¹
- **Introduzir programas de acompanhamento patrocinados pelo Estado que aproximem os reformados dos jovens.** Estes programas intergeracionais são benéficos para ambas as partes²⁹² - os jovens ganham a atenção e orientação que muitas vezes lhes faltam, enquanto os idosos beneficiam da aprendizagem de novas competências (por exemplo, tecnológicas) e de ter companhia e um sentido de propósito, o que contribui para combater a solidão dos mais idosos.

A.2. Infraestruturas

- **Assegurar a disponibilidade de serviços para idosos, incluindo em locais remotos e áreas rurais.** Isto pode, por exemplo, contribuir para ajudar as pessoas idosas que desejam continuar a viver nas suas casas, mas que vivem fora dos centros com elevada cobertura de serviços.
- **Apoiar programas e centros para idosos,** prestando serviços de saúde geriátrica aos idosos e apoiando-os em atividades como viagens, aprendizagem ao longo da vida e outros programas semelhantes. Assegurar que os idosos têm acesso a bens e serviços, incluindo acesso à Internet. O Volt trabalhará para aumentar o foco na educação e na alfabetização

²⁹¹ Ler [The Guardian - Germany's 'multigeneration houses' could solve two problems for Britain](#)

²⁹² Ver [Stanford News - Older people offer resources that children need, Stanford report says](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

tecnológica e digital para todas as idades.

- **Garantir que os transportes são acessíveis do ponto de vista físico e financeiro para os idosos:**
 - Garantir que os idosos conseguem viajar a um custo reduzido nos transportes públicos locais.
 - Oferecer descontos e isenções de tarifa em bilhetes de comboio. Isto também se aplicaria a empresas privadas.
 - Adaptar o transporte público para que os idosos com menos mobilidade possam usá-lo livremente. Isso inclui exigir que os transportes públicos (por exemplo, autocarros e elétricos) estejam equipados com elevadores de cadeiras de rodas e que todos os comboios tenham pelo menos uma carruagem acessível a cadeiras de rodas.

A.3. Trabalho

- **Incentivar os cidadãos a continuarem envolvidos no mercado de trabalho,** de acordo com as suas capacidades e competências.
- **Combater a discriminação baseada na idade** no dia-a-dia, no local de trabalho e na procura de emprego.²⁹³
- **Incentivar a aprendizagem ao longo da vida para permitir que as pessoas se adaptem às mudanças no mercado de trabalho e na sociedade.**²⁹⁴ O Volt apoia uma estratégia que permita passar de um regime de Desemprego para um regime de "Seguro de Emprego", com uma nova orientação para um sistema preventivo centrado na preservação do emprego,²⁹⁵ incluindo para os idosos.

B. Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE)

As pessoas com NEE devem ser tratadas com dignidade e devem ter sempre acesso a todos os serviços básicos. Devem ter acesso à igualdade de

²⁹³ Ver [Active Senior Citizens for Europe - A short guide to the European Union](#)

²⁹⁴ *Ibid.*

²⁹⁵ Mais informações em *Desafio 2 - Renascimento Económico*

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

oportunidades na sociedade. As pessoas com NEE são seres humanos em primeiro lugar, com as suas próprias vidas, ambições e esperanças.

B.1. Educação

A educação deve ter por objetivo promover a aprendizagem académica, prática, social e emocional de todos os alunos. As crianças com deficiência e as crianças com necessidades educativas especiais têm direito a uma educação que as leve a atingir todo o seu potencial.²⁹⁶

- **Assegurar que as formações académicas para educadores e professores incluem componentes sobre as necessidades educativas especiais e deficiências** e, quando possível, experiência de inserção num contexto de cuidados a crianças com necessidades especiais.²⁹⁷
 - Assegurar que os estabelecimentos de ensino abordam o ensino como uma atividade de aprendizagem, em que os professores assumem a responsabilidade pela sua própria aprendizagem ao longo da vida.²⁹⁸
 - Promover a diversidade dos alunos como um elemento positivo na educação.²⁹⁹
 - Promover campanhas contra o *bullying* para promover a inclusão e a compreensão.³⁰⁰
- **Criar e impor um critério de inclusão para as instituições de ensino**, que irá consistir em disponibilizar informação sobre as políticas de admissão e fazer ajustes razoáveis para admitir crianças com necessidades especiais. Este critério deve ser apoiado por acordos claros com as autoridades locais para que estas proporcionem o apoio necessário.
- **Assegurar que as famílias de crianças com NEE têm acesso a estruturas de acolhimento de crianças a preços acessíveis**,

²⁹⁶ Ver [Council for Disabled Children - Education & Learning](#)

²⁹⁷ Ver [European Agency for Special Needs and Inclusive Education - Five Key Messages for Inclusive Education](#)

²⁹⁸ *Ibid.*

²⁹⁹ *Ibid.*

³⁰⁰ Um exemplo disto é a iniciativa "All Together School", que provou ser capaz de reduzir o bullying entre todas as crianças. O programa All Together baseia-se no trabalho do anterior programa da Anti-Bullying Alliance, que teve resultados positivos e significativos. As escolas que participaram são apoiadas online e offline para introduzir mudanças em toda a escola em práticas antibullying. Ver mais em [All Together: whole school anti-bullying programme](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

adequadas e de elevada qualidade.³⁰¹ Para esse efeito:

- Identificar onde deve ser melhorado o apoio financeiro para fazer face aos custos adicionais das estruturas de acolhimento de crianças com deficiência e eliminar os obstáculos ao seu acesso.
- Introduzir a obrigatoriedade de as autarquias locais publicarem informações claras sobre o acesso a estruturas de acolhimento de crianças, incluindo o apoio dado aos pais e aos prestadores desse serviço.
- Garantir que a inclusão é apoiada nas escolas tradicionais para que as crianças com NEE possam fazer parte de um sistema inclusivo. Isto exclui os casos nos quais se determine que as crianças beneficiariam mais em frequentar instituições especializadas.
- **Garantir que os dados (incluindo dados estatísticos e de estudos) são recolhidos de forma abrangente**, de modo a permitir que os governos elaborem políticas adequadas, cumprindo, ao mesmo tempo os direitos legais e normas internacionais para proteger os direitos humanos na recolha e utilização de dados estatísticos.

B.2. Saúde e bem-estar

- **Desestigmatizar a saúde mental:**
 - Facilitar o acesso aos cuidados de saúde mental.
 - Discutir abertamente as doenças mentais na escola e no trabalho.
 - Incentivar escolas e empresas a fornecerem apoio à saúde mental.
- **Assegurar que as pessoas com NEE, os seus familiares e cuidadores exploram e compreendem os seus direitos** e como

³⁰¹ Em 2014, a Every Disabled Child Matters lançou uma nova campanha chamada *Levelling the Playing Field*, na sequência de um estudo parlamentar independente sobre o acolhimento de crianças com deficiência e com necessidades educativas especiais. Os resultados ao fim de um ano podem ser consultados em : [Levelling the Playing Field: One Year Update](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

navegar pelo sistema de saúde.³⁰² Isto pode incluir formação presencial, módulos de ensino online e ferramentas digitais. Fornecer critérios de qualidade (um conjunto de normas não obrigatórias para a prestação de serviços de saúde) para que os prestadores de cuidados de saúde possam avaliar como as suas intervenções satisfazem as necessidades e preferências das pessoas com NEE.³⁰³

- **Elaborar e aplicar padrões mínimos para hospitais psiquiátricos, centros de reabilitação e outros hospitais** com pacientes de longo prazo, que devem incluir, mas não se limitar a:
 - Prestar apoio às pessoas com NEE.³⁰⁴
 - Envolver sistematicamente as pessoas com NEE no planeamento e gestão dos seus próprios cuidados de saúde, quando possível.
 - Assegurar que os profissionais de saúde têm formação sobre como comunicar com pessoas com dificuldades de aprendizagem e dificuldades de comunicação.³⁰⁵

B.3. Até à idade adulta

- **Garantir que os serviços facilitam a transição bem-sucedida de jovens com necessidades de saúde complexas da infância para a idade adulta.**³⁰⁶ Os cuidados de transição devem ser prestados de forma conjunta pelos serviços de saúde para

³⁰² O projecto *Get Your Rights* ajuda as crianças e os jovens a explorar os seus direitos e a tornarem-se mais confiantes quando usam o NHS (serviço público de saúde no Reino Unido), explicando o que significam nos seus casos os direitos consagrados na Constituição do NHS através de um website, workshops e documentos de pesquisa: [Get Your Rights - Everything you need to get the most out of the NHS](#)

³⁰³ Baseado em [The Department of Health 'Quality criteria for young people friendly health services'](#)

³⁰⁴ O *Special Educational Consortium* ("Consórcio de Educação Especial") fez campanha para que os jovens detidos recebessem apoio enquanto estivessem presos: [Council for Disabled Children - Special Education Consortium](#)

³⁰⁵ Um bom exemplo nesta área é o projeto [Managing My Way](#)

³⁰⁶ Este período de transição é o "processo intencional e planeado que aborda as necessidades médicas, psicossociais, educacionais e vocacionais dos adolescentes e jovens adultos com condições médicas e físicas crónicas à medida que passam de sistemas de saúde centrados na criança para sistemas orientados para adultos". Ver mais em [Transition from child-centered to adult health-care systems for adolescents with chronic conditions: A position paper of the Society for Adolescent Medicine](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

crianças e adultos.³⁰⁷

- **Apoiar empresas de média a grande dimensão para que tornem os programas de experiência de trabalho totalmente inclusivos**, para que pessoas com necessidades educativas especiais e deficiências tenham oportunidades de se juntar ao mercado de trabalho e sejam encorajadas a aproveitar essas oportunidades.

B.4. Participação

- **Garantir a acessibilidade a transportes públicos** em todo o lado e apoiar transportes sem obstáculos (por exemplo, comboios subterrâneos/metros facilmente acessíveis, serviços regulares em zonas rurais, etc.). As pessoas com NEE devem ser envolvidas nas decisões de planeamento sobre os transportes públicos locais, de modo a que os transportes sejam acessíveis e não se tornem numa barreira à participação destas pessoas.
- **Estabelecer quotas mínimas para os setores público e privado** (em empresas de média e grande dimensão) para garantir que pessoas com NEE tenham a oportunidade de trabalhar. Se as quotas não forem cumpridas, as empresas devem fornecer e contribuir para programas vocacionais de integração das pessoas com deficiência. Conceder benefícios às empresas que empregam pessoas com deficiência e que apostam na inovação tecnológica para os mais necessitados.
- **Promover o modelo de emprego assistido** - um modelo individualizado para garantir às pessoas com NEE um emprego seguro e fixo. Utilizando uma estratégia colaborativa, o modelo permite que as pessoas com NEE mantenham o seu emprego e que as empresas continuem com trabalhadores que lhes são uma mais-valia.³⁰⁸
- **Assegurar que as pessoas com NEE são incluídas nos processos de tomada de decisão política.** Fornecer orientações claras sobre como envolver as pessoas com NEE na tomada de decisões estratégicas, o que deve envolver indicadores para medir o desenvolvimento de oportunidades de

³⁰⁷ Seguindo o exemplo da *Transition Information Network* submetida ao Departamento de Saúde do Reino Unido: [Implications for Department of Health](#)

³⁰⁸ Ver [European Union of Supported Employment Toolkit](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

participação inclusiva.³⁰⁹

B.5. Cuidados Sociais

- **Estabelecer um novo direito legal a um período de "licença de adaptação"** que permita aos pais fazer face ao aparecimento de uma deficiência numa criança e criar um mecanismo próprio de cuidados.
 - Fornecer apoio às famílias desde o momento do diagnóstico de que o seu filho tem uma deficiência de aprendizagem.³¹⁰ Isto pode incluir a contratação de um profissional de cuidados sociais para apoiar a família e é particularmente importante se o pai/mãe/cuidador tiver necessidades especiais próprias.

B.6. Abordagem integrada e abrangente

- **Fornecer orientação e financiamento** para garantir a existência de centros de lazer, clubes/ateliers depois das aulas e programas de jogos de férias que possam acolher pessoas com necessidades educativas especiais e deficiências. Isto inclui a formação de profissionais, assegurar que os edifícios são acessíveis e que as atividades são diferenciadas.
- **Assegurar a coordenação e a cooperação entre serviços** (tais como serviços de assistência social, educação, hospitais, transportes, etc.) para assegurar uma abordagem integrada e uma boa comunicação entre as principais partes interessadas.

³⁰⁹ Isto é baseado nas recomendações do VIPER. O VIPER é um projeto trienal que começou em 2010 e tem como objetivo explorar a participação de crianças com deficiência e jovens na tomada de decisões sobre a prestação de serviços. Ver mais em [Research into Young People's Participation in Local Decisions \(VIPER\)](#)

³¹⁰ O estudo "First Impressions" da Foundation for People With Learning Disabilities' (Davies, J., (2005) *First Impressions London: A The Foundation for People with Learning Disabilities* - Fundação para as Pessoas com Deficiência de Aprendizagem) sublinhou as lacunas na forma como os profissionais de saúde abordam a deficiência da criança. Quase 50% dos pais/cuidadores que participaram no estudo relataram uma má experiência. Se houver boa informação e apoio emocional e prático, isto terá um impacto positivo no futuro das pessoas com deficiência mental e das suas famílias.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

C. Crianças e jovens em instituições de acolhimento

Cada criança merece um lar e uma oportunidade de viver uma vida feliz. As casas de acolhimento, ou orfanatos, por toda a Europa estão a revelar-se insuficientes para acomodar e dar resposta às necessidades das crianças que foram colocadas aos cuidados do Estado.³¹¹ A desinstitucionalização é um processo de substituição dos cuidados institucionais às crianças por cuidados num ambiente de família ou o mais próximo possível disso. Por conseguinte, a prioridade deve ser dada ao apoio às políticas de adoção e à reforma do atual sistema institucional. A pobreza e a exclusão social entre as famílias é uma força motriz da institucionalização das crianças - muitas crianças colocadas em orfanatos têm pais -, pelo que a nossa política de cuidados infantis caminha de mãos dadas com a nossa política de redução da pobreza.

- **Dar a oportunidade de adotar uma criança a todos os adultos** - independentemente da sua identidade de género, orientação sexual ou estado civil - com base nos mesmos critérios que são aplicados a casais heterossexuais, de acordo com a legislação de cada país.
- **Permitir que as crianças tenham mais do que dois pais legalmente reconhecidos se isso for no melhor interesse da criança.**³¹² Exemplos típicos desta medida incluem casos em que a criança é criada por ambos os pais biológicos e por uma terceira pessoa que cuida igualmente da criança, que pode ser um padrasto/madrasta ou uma outra pessoa também reconhecida pela criança como pai/mãe.
- **Reformar os sistemas de cuidados institucionais existentes para melhorar a sua qualidade**, incluindo a formação de profissionais, o apoio a competências de vida autónoma e planos de transição personalizados, e o reforço dos serviços existentes.³¹³ Aumentar o investimento público nestas instituições para garantir um elevado nível de qualidade.
- **Fazer a transição dos atuais cuidados institucionais para os cuidados em contexto familiar ou comunitário** (desinstitucionalização), com especial destaque para a integração das crianças nas comunidades locais e na sociedade em geral, a fim de evitar a segregação e a exclusão social.³¹⁴

³¹¹ Consultar [Opening Doors EU - Institutional Care In Europe](#)

³¹² Um bom exemplo neste campo é o estado da Califórnia: [California Legislative Information - SB-274 Family law: parentage: child custody and support.](#) Ver também o vídeo do The Economist [Should three-parent families be legally recognised? | The Economist](#) e o artigo [Courts and 'tri-parenting': A state-by-state look](#)

³¹³ Ver [Opening Doors - Poverty remains a Europe-wide cause of children's institutionalisation, campaign's latest fact sheets reveal](#)

³¹⁴ Receber serviços de base comunitária proporciona a oportunidade de ter um apoio individualizado adequado que os cuidados institucionais muitas vezes não podem proporcionar, e como consequência, uma melhor qualidade de vida e o direito a uma vida independente. Consultar [European Commission -](#)

IV. O teu corpo, a tua decisão.

A. Trabalho sexual

- **Legalizar o trabalho sexual, regulando fortemente a profissão.**
 - Legalizar o trabalho sexual e garantir a existência de locais de trabalho seguros, tais como casas de alterne ou bordéis.
 - Garantir que os trabalhadores do sexo têm seguro da profissão e de saúde, bem como as restantes outras proteções padrão.
 - Combater a violência, o tráfico e garantir o acesso a assistência jurídica.

B. Acabar com a vida de forma digna

Terminar a vida é um processo existencial profundo que não pode ser reduzido a um mero procedimento médico.

O Volt acredita que cada pessoa tem o direito de determinar como terminar a sua vida com dignidade, desde que a vida de nenhuma outra pessoa seja prejudicada. Para além dos cuidados médicos, deve sempre haver um vasto leque de apoios disponíveis e acessíveis às pessoas que procuram ajuda, como, por exemplo, cuidados paliativos para aliviar a dor, casas de repouso para oferecer apoio psicológico ou espiritual, ou horários de trabalho flexíveis para permitir que as pessoas cuidem dos seus familiares que estão em fim de vida. Em situações particularmente graves de "sofrimento físico ou mental constante e insuportável que não pode ser aliviado",³¹⁵ o doente pode então procurar assistência para terminar a sua vida e merece ser apoiado para que o possa fazer com dignidade.

Distinguimos três formas de terminar a vida a pedido do doente:

- **Eutanásia passiva:** A eutanásia passiva ocorre quando a pessoa morre porque os profissionais médicos ou não fazem algo necessário para manter a pessoa viva, ou param de fazer algo que mantém a pessoa viva, como desligar máquinas de suporte de vida, desligar um tubo de alimentação, não realizar uma operação de prolongamento de vida ou não administrar medicação de prolongamento de vida.³¹⁶
- **Suicídio assistido:** Uma pessoa faz o pedido por sua livre vontade, não coagida ou pressionada por outros, e com plena consciência, para pôr

[Deinstitutionalisation of child care systems in Europe - Transition from institutional to community-based services](#)

³¹⁵ Tal como definido no [The Belgian Act on Euthanasia \(May, 28th 2002\)](#)

³¹⁶ Ver [BBC Ethics Guide - Active and passive euthanasia](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

fim à sua vida, e procura assistência profissional (tipicamente médica). Antes de proceder ao Suicídio Assistido, a pessoa deve primeiro ter a oportunidade de explorar outras opções de vida e morte disponíveis. Até ao fim, a pessoa permanece no controlo total do processo e é a única responsável pela sua morte. O papel do médico é apenas de fornecer, mas não administrar, o fármaco letal.

- **Eutanásia ativa:** A eutanásia ativa ocorre quando um médico, ou outra pessoa, administra intencionalmente uma dose fatal de um medicamento para causar a morte do paciente a seu pedido e com consentimento pleno e informado.³¹⁷ A principal diferença para o suicídio assistido é que a eutanásia ativa é inteiramente mediada pelo médico, incluindo a administração da dose letal, enquanto as pessoas que cometem suicídio assistido administram a dose letal a si mesmas.

O Volt defende as seguintes políticas:

- **Legalizar a eutanásia passiva.**
 - Legalizar também os testamentos vitais para orientar a decisão sobre a eutanásia passiva para as pessoas que desejam que a eutanásia passiva seja realizada se alguma vez se encontrarem numa situação particular que agora consideram insuportável e sem perspectivas de melhoria (por exemplo, demência) e na qual a pessoa está incapacitada para tomar uma decisão por si própria.³¹⁸
- **Legalizar o suicídio assistido para adultos competentes** em casos de "sofrimento físico ou mental constante e insuportável que não pode ser aliviado". Garantir que os seguintes critérios são cumpridos antes de permitir o suicídio assistido:
 - A pessoa deve ser um adulto competente em situação de "sofrimento físico ou mental constante e insuportável que não pode ser aliviado".
 - A pessoa passa por uma avaliação prévia com pelo menos dois médicos independentes e um psiquiatra, que têm de confirmar que a pessoa é um adulto capaz de tomar a decisão e que se encontra em "sofrimento físico ou mental constante e insuportável que não pode ser aliviado", e que a pessoa faz o pedido por sua livre vontade, não sendo coagida ou pressionada por outros.
 - O pedido da pessoa deve ser feito com seriedade e com plena convicção, conforme determinado durante a avaliação prévia.
 - Se a pessoa for menor de idade, só em circunstâncias excecionais - com o consentimento dos pais, se tiverem menos de 16 anos, e com o conhecimento dos pais, se tiverem menos de 18 anos - e a

³¹⁷ Ver [Euthanasia and Physician-assisted Suicide: Killing Or Caring?](#)

³¹⁸ Na verdade, um testamento vital não precisa necessariamente de impedir o tratamento - também pode especificar que os médicos devem continuar o tratamento até que o paciente faleça, independentemente da dor ou do sofrimento. Ver [BBC Ethics Guide - Active and passive euthanasia](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

confirmação de pelo menos dois médicos independentes e um psiquiatra de que o menor é competente para tomar tal decisão.

- **Garantir que durante o procedimento:**
 - A pessoa permanece em pleno controlo do processo. De facto, o papel do médico é o de fornecer, mas não o de administrar, o medicamento letal.
 - A família e os amigos podem estar presentes se o paciente assim o desejar.
- **Criar uma comissão *a posteriori* para analisar todos os casos de suicídio assistido**, composta por, pelo menos, um médico especialista, um especialista em ética e um especialista em direito. Todos os casos de suicídio assistido devem ser declarados.
- **Disponibilizar publicamente uma listagem dos médicos dispostos a colaborar nestes procedimentos.** Assegurar que nenhum médico é forçado a participar em tal procedimento.
- **O Volt opõe-se firmemente à eutanásia ativa, com uma exceção:**
 - Permitir a eutanásia ativa apenas quando uma pessoa preenche todas as condições para o suicídio assistido (ver disposições acima), mas é fisicamente incapaz, de tal forma que torna impossível para a pessoa administrar a dose letal a si mesma. É necessário garantir que a intervenção do médico é o mais limitada possível.
 - O Volt opõe-se à legalização da eutanásia ativa, uma vez que se trata de uma questão altamente controversa e que levanta questões éticas e legais, em particular pelo facto de uma pessoa realizar o ato de tirar a vida a outra.

C. Direitos Reprodutivos

O direito à saúde inclui os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, que os Estados têm a obrigação de respeitar, proteger e garantir. As mulheres têm direito a serviços, bens e instalações de saúde reprodutiva que estejam (a) disponíveis nas quantidades adequadas; (b) acessíveis física e economicamente; (c) sem discriminação; e (d) de boa qualidade.³¹⁹

O acesso aos serviços de saúde é um direito humano. No entanto, as mulheres muitas vezes têm esse direito negado ou têm o acesso limitado, especialmente quando se trata de aborto ou contraceção.

³¹⁹ De acordo com o Relator Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental (*Special Rapporteur on the right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health*). Ver [UN General Assembly - The right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

C.1. Interrupção voluntária da gravidez

- **Tornar o aborto acessível na lei e na prática**, e gratuito para todas as mulheres pelo menos até o final do primeiro trimestre.³²⁰
 - Garantir que os abortos não são apenas legais, mas também acessíveis. Isto significa que os centros de saúde e hospitais devem oferecer os procedimentos em todas as regiões, e garantir que não há listas de espera desnecessariamente prolongadas.
 - Garantir que as mulheres têm conhecimento e acesso a todos os tipos possíveis de aborto.
- **Tornar os abortos acessíveis também numa fase posterior, quando uma gravidez continuada pode pôr em perigo a saúde da mãe ou quando o feto não é viável.**
- **Remover encargos indevidos sobre as mulheres**, tais como "períodos de reflexão", consentimento dos pais, consentimento do cônjuge ou parceiro, várias consultas que exijam vários dias, etc.
 - Para mulheres menores de 16 anos, não é necessário o consentimento dos pais, mas um adulto tem de estar presente.³²¹
 - Um número suficiente de médicos, hospitais, clínicas e outros devem prestar este serviço, para que seja não só legal, mas também facilmente acessível.

C.2. Contraceção

- **Assegurar que as mulheres têm acesso à pílula do dia seguinte sem receita médica**, que as farmácias são obrigadas a vendê-la e que esta é reembolsada pelo sistema de saúde público.

³²⁰ Por exemplo, na Polónia, o aborto só é legal para salvaguardar a vida ou a saúde de uma mulher, em situações de anomalia fetal grave, ou quando a gravidez resulta de violação ou de outro ato criminoso, como o incesto; e mesmo nas situações em que o aborto é legal, há múltiplas barreiras que se conjugam para limitar o acesso das mulheres na prática. Ver [Human Rights Watch - Polish Parliament Must Protect Women's Health and Rights](#)

³²¹ Tal como é aplicado em França: [L'IVG pour mineures : comment ça se passe?](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Assegurar que as mulheres têm acesso a médicos para que lhes sejam prescritos métodos contraceptivos.** Exigir que as farmácias vendam os vários métodos contraceptivos e que estes sejam reembolsados pelos sistemas públicos de saúde.
- **Reformar os sistemas de saúde para que todos os contraceptivos sejam reembolsados** pelos prestadores de cuidados de saúde e serviços sempre que pedido, sem qualquer necessidade de reportar a idade do paciente.

C.3. Educação

- **Introduzir aulas cientificamente corretas, obrigatórias, sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos nas escolas.** Estabelecer uma norma europeia para o programa dessas aulas e assegurar que as escolas o cumprem.³²²
- **Garantir que os hospitais oferecem informações e/ou programas educacionais gratuitos sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos,** e que as mulheres são informadas sobre os seus direitos, contraceção e proteção contra doenças sexualmente transmissíveis.

D. Maternidade de substituição

A maternidade de substituição ("barrigas de aluguer") é um método de reprodução assistida. Existem dois métodos: maternidade de substituição gestacional, onde o embrião é criado através de fertilização *in vitro* (FIV) usando os óvulos e esperma dos pais ou dadores pretendidos, e a maternidade de substituição tradicional, onde a "mãe de aluguer" usa seu próprio óvulo e é artificialmente inseminada usando esperma do pai ou dador pretendido. Um acordo de maternidade de substituição pode ser de natureza altruísta ou comercial. A maternidade de substituição já é legal em alguns países europeus, incluindo o Reino Unido, Dinamarca, Irlanda, Bélgica, Grécia e Países Baixos, partindo do princípio de que a mãe de substituição não recebe qualquer benefício financeiro.

- **Legalizar os acordos de maternidade de substituição quando forem altruístas** (não considerando qualquer reembolso de despesas)

³²² O Conselho da Europa salientou que a educação sexual é uma das questões mais importantes para garantir a saúde sexual e reprodutiva das mulheres. No entanto, mesmo que alguns países tenham adotado a educação sexual nas escolas, a informação fornecida não é clinicamente "exata, científica, nem adequada à idade" em vários Estados ou, segundo o Conselho, está centrada na "preparação para a vida familiar". Além disso, na Bulgária, Lituânia, Polónia e Roménia, a educação sexual continua a ser voluntária ou as normas permitem que as crianças sejam retiradas das aulas. Ver [Council of Europe warns on backlash to abortion access](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Investigar formas potenciais de legalizar os acordos de maternidade de substituição de natureza comercial**, assegurando ao mesmo tempo que diminui o poder dos mercados negros.

E. Terapias de conversão

A terapia de conversão refere-se a qualquer forma de tratamento ou psicoterapia que vise alterar a orientação sexual de uma pessoa ou suprimir a sua identidade de género.³²³ Os pressupostos básicos por detrás dessa terapia é que ser lésbica, gay, bissexual ou transexual é uma doença, distúrbio mental, deficiência ou incapacidade, que pode ser "curada". A terapia de conversão é um ato ilusório e prejudicial, que pode levar à depressão, ansiedade, uso de drogas, condição de sem-abrigo e suicídio, sendo os menores os mais vulneráveis a essa prática.³²⁴

- **Proibir a prática da terapia de conversão em toda a Europa e a patologização das identidades transexuais.**³²⁵ Garantir que nenhuma pessoa será autorizada a anunciar, oferecer ou forçar uma pessoa a submeter-se a tal terapia. Além disso, nenhuma pessoa pode ser removida à força de um Estado-Membro com o propósito de se submeter a uma terapia de conversão.
- **Promover a aceitação social e o apoio psicológico** a qualquer pessoa submetida à transição de género ou à exploração e desenvolvimento da identidade, incluindo intervenções que neutralizem a orientação sexual.

³²³ Ver [Stonewall - Conversion Therapy](#)

³²⁴ Ver [Human Rights Campaign - The Lies and Dangers of Efforts to Change Sexual Orientation or Gender Identity](#)

³²⁵ Não inclui procedimentos de autoidentificação de género

Desafio 4

Equilíbrio Global

Visão

No mundo globalizado em que hoje vivemos, e tendo em conta os recentes desenvolvimentos na política internacional, a Europa tem de assumir de novo a sua responsabilidade de enfrentar os desafios globais com que se depara. Estes desafios são vários e bastante diversos, incluindo tópicos como as alterações climáticas, comércio justo internacional, agricultura sustentável, segurança alimentar, biodiversidade, questões de migração e cooperação internacional para o desenvolvimento. Todas as propostas que a seguir apresentamos refletem os valores políticos do Volt: Igualdade de Oportunidades, Justiça, Liberdade, Dignidade Humana, Sustentabilidade e Solidariedade. Com a contribuição de membros do Volt de toda a Europa, o *Volt Global Balance* (Desafio 4 - Equilíbrio Global) propõe políticas progressistas, ousadas, pragmáticas e centradas na pessoa, com objetivos delineados a curto, médio e longo prazo. Em última análise, os nossos objetivos são: acelerar a erradicação global da pobreza, proceder rapidamente à transição para uma economia circular, assegurar que o comércio internacional é feito de forma livre, justa e sustentável, e colocar os direitos humanos sempre em primeiro lugar, à frente de outros interesses oportunistas e nacionalistas.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

I. Sistema Energético

Desde o Acordo de Paris sobre o Clima, em 2015,³²⁶ a mudança para um mundo mais sustentável e mais responsável pelo clima já começou. No entanto, tem de ser muito mais rápida e mais ambiciosa.³²⁷ Uma vez que o problema é estrutural, tem de ser abordado de forma sistemática, tomando-se medidas abrangentes. Portanto, é necessário que os países signatários assumam compromissos sólidos e tomem ações concretas para atingir os objetivos fixados pelo Acordo de Paris. Em última análise, a visão do Volt é que possamos viver num mundo em que a energia limpa faz parte da solução. O Volt prevê um mundo em que os cidadãos, empresas e entidades públicas assumem uma maior responsabilidade pelo futuro do nosso planeta.

O lucro e o crescimento económico não devem prevalecer sobre o bem-estar das pessoas e do planeta. O Volt apoia políticas progressistas que consigam levar a revolução climática para o próximo passo a nível local, europeu e mundial.

A. Imposto sobre o carbono a nível europeu

- **Introduzir um imposto sobre o carbono na União Europeia.**³²⁸ Esta medida conduziria a incentivos evidentes para soluções amigas do ambiente e desencorajaria a produção e o consumo de produtos com elevada pegada ecológica.
 - A redução das emissões de CO₂ deve ser uma prioridade absoluta. As medidas existentes, como o regime de comércio de licenças de emissão da UE, recentemente reformado, não são suficientes.
 - Na prática, um imposto sobre o carbono iria favorecer as energias renováveis em detrimento dos combustíveis fósseis e,

³²⁶ À data de fevereiro de 2018, o Acordo Climático de Paris foi ratificado por 174 dos 197 países presentes na Convenção. Estabelece metas como "manter um aumento da temperatura global neste século bem abaixo de 2 graus Celsius - acima dos níveis pré-industriais - e prosseguir os esforços para limitar ainda mais o aumento da temperatura acima de 1,5 graus Celsius". Ver [United Nations Framework Convention on Climate Change](#)

³²⁷ A pegada ecológica no nosso continente é o dobro da sua superfície terrestre e a UE depende fortemente da importação de vários recursos. Ver [European Environment Agency - Resource efficiency](#)

³²⁸ A província da Colúmbia Britânica, no Canadá, fixou um preço para a queima de combustíveis e introduziu com sucesso um Imposto de Carbono. Ver [British Columbia's Carbon Tax - Province of British Columbia](#) e [British Columbia Carbon Tax Shift: The First Four Years](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

por conseguinte, os transportes sustentáveis em detrimento dos transportes com elevadas emissões.

- O imposto deve ser cuidadosamente concebido para garantir que ninguém é indevidamente sobrecarregado. Os governos nacionais devem assegurar que os seus programas de segurança social têm em conta o aumento do custo da energia, dos transportes, da carne, do aquecimento, etc., que o imposto sobre o carbono pressupõe.
- As receitas fiscais e as poupanças de custos resultantes da redução dos subsídios devem ser utilizadas diretamente para financiar projetos relevantes de mitigação e adaptação às alterações climáticas.
- Para evitar penalizar a indústria europeia, o imposto sobre o carbono será igualmente aplicado às importações de países terceiros.
- Defender uma maior aceitação deste instrumento político por parte dos países não europeus é crucial, na medida em que irá contribuir para alcançar um verdadeiro "equilíbrio global".

B. Acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis³²⁹

- **Parar com os subsídios a combustíveis fósseis.** O querosene, o gasóleo, o carvão e outros combustíveis fósseis, que atualmente representam um mercado de cerca de 200 mil milhões de euros por ano,³³⁰ têm de ser eliminados da forma mais eficiente e rápida possível.³³¹
- **Proibir novas licenças de perfuração para combustíveis fósseis.** Para limitar o aquecimento a +2°C, 80% de todas as reservas conhecidas de combustíveis fósseis devem ser conservadas no solo.

C. Reforçar os objetivos da Diretiva de Eficiência Energética e alargar o seu âmbito de aplicação

- **Aumentar o valor do objetivo de poupança de energia para um valor vinculativo de 40%** (do consumo final de energia em 2030, relativamente ao valor-padrão previsto num cenário sem alterações).
 - A atual meta de 30% de cumprimento obrigatório até 2030 não é considerada suficientemente ambiciosa para proporcionar

³²⁹ Estão a ser estudadas e preparadas políticas sobre energia nuclear, pelo que esta temática não é abordada na versão atual deste documento.

³³⁰ Consultar [European Parliament Policy Department - Environment, Public Health and Food Safety: Fossil Fuel Subsidies](#)

³³¹ A AIE (Agência Internacional da Energia) estima que mesmo uma eliminação parcial dos subsídios aos combustíveis fósseis até 2020 reduziria as emissões de gases com efeito de estufa em 12% do total necessário para manter um aumento de temperatura no máximo até 2 graus. *Ibid.*

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

todos os benefícios da eficiência energética.³³² Um valor mais elevado permitiria desbloquear investimentos e empregos seguros nos próximos anos. Além disso, a eficiência energética reduziria tanto as emissões como a dependência energética.

- **Alargar as obrigações em matéria de eficiência energética ao setor dos transportes:**
 - O regime de obrigações em matéria de eficiência energética visaria os transportes para desencorajar a utilização de combustíveis fósseis, que é atualmente a principal fonte de energia para este setor.³³³ A eficiência no setor dos transportes engloba a integração das fontes de energia renováveis (biocombustíveis e motores elétricos), promovendo, em última análise, o uso dos transportes públicos.

D. Redes elétricas inteligentes

- **Apoiar o aprofundamento da investigação sobre o desenvolvimento de redes elétricas inteligentes a nível europeu.** Tal é necessário para assegurar o desenvolvimento de um sistema energético estável e limpo. A transição para as energias renováveis significa que os sistemas energéticos dependerão cada vez mais da produção volátil de eletricidade. Logo, o Volt defende a necessidade de integrar sistemas de armazenamento elétrico, tais como baterias, reservatórios de ar comprimido ou sistemas de alimentação para gás (P2G) de forma mais eficiente nas nossas redes europeias.
- **Promover um financiamento reforçado e harmonizado das infraestruturas relevantes** para soluções energéticas centralizadas e descentralizadas.
- **Introduzir uma infraestrutura de alta tensão à escala europeia** - as "autoestradas de eletricidade" - e sistemas de armazenamento financiados pelo orçamento da UE.³³⁴

³³² Ver [Ecofys - Impact assessment of EU 2030 energy efficiency targets in the context of the Energy Union & Energy Efficiency First](#)

³³³ Ver [International Energy Agency - Energy Efficiency 2017 Report](#)

³³⁴ A experiência adquirida em projetos de investigação como o "Interflex" será útil para orientar o desenvolvimento e a implementação de redes inteligentes. Ver [Interflex](#). O Volt saúda igualmente outras iniciativas financiadas pela UE, como a NETfficient, para desenvolver novas tecnologias de armazenamento inteligentes e fazer a transição para sistemas energéticos sustentáveis e amigos do ambiente. Ver [investEU - Energy on Borkum gets smarter](#) e [NETfficient - Storage for life](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

E. Financiamento público e privado responsável

- **Incentivar os investidores institucionais e o setor financeiro a transferir investimentos dos combustíveis fósseis para soluções mais ecológicas.** ³³⁵Todas as entidades públicas têm de retirar gradualmente os seus próprios financiamentos dos combustíveis fósseis.
- **Incentivar estratégias de desinvestimento** a nível nacional e de forma consistente em toda a Europa.
- **Apoiar programas de investigação, formação e reforço de competências para investidores e profissionais das empresas,** a fim de incentivar a responsabilidade social das empresas, juntamente com a promoção de um financiamento eficaz e eficiente em prol da revolução climática. Apoiar a criação de tais programas de formação para que o investimento público e privado seja ambientalmente responsável.

F. Transportes sustentáveis e viagens mais ecológicas.

- **Incentivar a mobilidade partilhada e sem emissões, bem como as deslocações ambientalmente responsáveis.** Apoiar todas as medidas e iniciativas que incentivem os consumidores a escolher meios de transporte sustentáveis e a reduzir a sua pegada ecológica. Deve ser desenvolvido um conjunto coerente de políticas que tenham em conta as seguintes questões:
 - Alargar a proibição dos veículos a gasóleo até 2040 a toda a Europa, enquanto as emissões tóxicas não puderem ser drasticamente reduzidas através de novas tecnologias.
 - Os sistemas de transporte na Europa terão de ser modernizados, tanto para curtas como para longas distâncias. Isto inclui a promoção de soluções inovadoras de carregamento na estrada,³³⁶ bem como o desenvolvimento de redes consistentes de postos de carregamento em toda a Europa, que, de momento, e dependendo da região, são bastante deficitárias.
 - Os transportes públicos sustentáveis têm um grande potencial de redução das emissões de gases de efeito de estufa a nível local.
 - A transição de combustíveis fósseis e motores a pistão para baterias e motores elétricos, bem como outras soluções livres de emissões, deve ser incentivada, por exemplo, através da criação de infraestruturas relevantes nas cidades, da criação de ciclovias e/ou faixas para bicicletas, da promoção de soluções de

³³⁵ Tais como a transição para uma economia com baixo consumo de carbono, a resiliência às alterações climáticas e a consultoria ambiental nos conselhos de administração das empresas.

³³⁶ Ver o bom exemplo da Suécia: [eRoadArlanda – Swedish road charges EVs while driving](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

utilização de veículos partilhada, da introdução de lugares públicos gratuitos para estacionamento de automóveis elétricos, do desenvolvimento de soluções energéticas limpas e independentes dos combustíveis fósseis, etc.

- Iniciativas de educação e sensibilização em matéria de viagens ambientalmente responsáveis devem ser promovidas, tal como em #FreeInterrail ou Shift2Rail.

G. Tecnologias hipocarbónicas e disruptivas

- **Promover tecnologias hipocarbónicas e disruptivas**, como conceitos de químicos sustentáveis e soluções de base biológica. É crucial passar da teoria e dos protótipos para aplicações em larga escala.
- **Defender contratos públicos ecológicos** para ajudar a acelerar a adoção de tecnologias e produtos com baixo impacto ambiental e dar o exemplo.

H. Modernizar os nossos edifícios³³⁷

- **Promover medidas de eficiência energética economicamente viáveis³³⁸** e desenvolver normas para apoiar a integração da produção de energia renovável na conceção de novos edifícios (por exemplo, o edifício da ONU em Copenhaga),³³⁹ com vista à transição para a neutralidade carbónica no setor da construção. O Volt pretende apoiar a investigação sobre edifícios e formas de vida sustentáveis e eficientes em termos de recursos e aplicar a legislação europeia sobre "Energia Limpa para todos os Europeus",³⁴⁰ restaurando e modernizando edifícios mais antigos e concebendo novos edifícios de forma a poupar energia e água.

³³⁷ O aquecimento, o arrefecimento e a iluminação dos edifícios constituem uma grande parte do consumo total de energia (por exemplo, na Alemanha representa 24% do consumo total de energia) e a maior parte desta energia provém da queima de combustíveis fósseis (90% na Alemanha). Consultado em *Anwendungsbilanzen für die Endenergiesektoren in Deutschland in den Jahren 2013 bis 2016*, Arbeitsgemeinschaft Energiebilanzen e.V., Berlim, Novembro 2017.

³³⁸ Por exemplo: melhor isolamento, sistemas de regulação da temperatura, energia solar térmica para água quente e equipamentos de maior eficiência, incluindo bombas de calor ecológicas.

³³⁹ Exemplo de boas práticas do UNOPS na Dinamarca. Ver [UN opens Green Headquarters in Copenhagen | State of Green](#)

³⁴⁰ Ver [Communication from the Commission: Clean Energy For All Europeans](#)

II. Sustentabilidade

A. Economia Circular

O ser humano explora, cria valor e depois deita fora. É assim que funciona o nosso modelo económico atual e é absolutamente insustentável. É injusto para aqueles que são afetados por condições de trabalho desumanas ou zonas de habitação contaminadas. É também injusto para as gerações futuras, que não poderão utilizar os recursos que estamos a desperdiçar. Vamos trabalhar para mudar isso, mudando para uma economia circular. Mais concretamente, isto significa que o Volt pretende resolver o problema do desperdício alimentar na Europa e pôr fim à poluição à base de plásticos. O Volt promove um mundo onde as economias são baseadas na longevidade, renovabilidade e desmaterialização. É necessária uma ação coordenada em toda a Europa para assumir a responsabilidade global pelas nossas ações e estabelecer um enquadramento adequado para que os princípios de uma economia circular sejam aplicados de forma coerente por todos os intervenientes. Existem já vários instrumentos conhecidos ou em vigor que descrevem como pode ser alcançada uma transição para uma economia circular. Entre eles incluem-se o incentivo a modelos empresariais e tecnologias inovadoras de economia circular, a ponderação de novos modelos de fixação de preços e a introdução de limites máximos para esses preços, a introdução de mecanismos de controlo reforçados e, por fim, a promoção de iniciativas de transparência para facilitar a entrada de novos intervenientes no mercado.

A este respeito, o Volt baseia-se no Plano de Ação da UE para a Economia Circular, de 2015,³⁴¹ e saúda as iniciativas em curso, como a Nova Economia do Plástico.³⁴² No entanto, todos nós podemos fazer mais e melhor: políticos, cientistas, indústrias e também consumidores. A seguinte lista de medidas reflete as nossas prioridades para impulsionar a economia circular na Europa, com ações a serem tomadas pelos diferentes intervenientes.

- **Ajudar as pequenas e médias empresas a avançar na direção da economia circular.** Por exemplo, os produtores e prestadores de serviços que desenvolvam e implementem bens e serviços com maior durabilidade e utilidade devem beneficiar de incentivos fiscais e de processos regulatórios mais rápidos.
- **Facilitar a conformidade das grandes empresas com a economia circular** através de uma regulamentação mais ambiciosa, tecnologia de informação avançada, novos modelos de incentivo e sistemas de ciclo

³⁴¹ Consultar em [European Commission - Implementation of the Circular Economy Action Plan](#)

³⁴² Ver [The New Plastics Economy](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

fechado. Serão disponibilizados fundos para repensar a estrutura e a informatização de organizações e serviços.

- **Fazer avançar a economia circular, levando as entidades públicas a adotar padrões de consumo mais sustentáveis:** Promover medidas de contratos públicos ecológicos,³⁴³ por exemplo, através da implementação de veículos elétricos nas frotas automóveis do Estado e da partilha de automóveis entre os trabalhadores do setor público.
- **Promover a sensibilização dos consumidores para a economia circular e para as cadeias de abastecimento** a vários níveis, a fim de permitir o consumismo consciente para combater a corrupção, as condições de trabalho desumanas, a destruição do ambiente, o trabalho infantil, a desflorestação e a escassez de recursos. Assim sendo:
 - Introduzir um rótulo ecológico, estritamente relacionado com a economia circular, de modo a promover produtos provenientes de processos industriais de carácter circular.
 - Promover a economia de partilha.
- **Apoiar amplamente a pesquisa científica** sobre soluções de economia circular.

Além disso, o Volt defende um conjunto de propostas de políticas que abordam a questão da economia circular a partir de uma perspetiva multilateral de sistemas e intervenientes:

- **Garantir o comércio justo e promover a utilização e a reciclagem eficientes de matérias-primas essenciais**, que constitui um domínio prioritário do plano de ação da UE para a economia circular, em conformidade com a lista de matérias-primas essenciais da Comissão Europeia.³⁴⁴
- **Defender a implementação de soluções harmonizadas de economia circular em toda a Europa**, por exemplo:
 - Desenvolver um sistema europeu coerente para a reciclagem de garrafas;
 - Desenvolver regulamentos normalizados para a gestão dos resíduos domésticos e a aplicá-los rigorosamente;
 - Replicar as melhores práticas de gestão sustentável de resíduos, por exemplo, a história de sucesso do primeiro centro de gestão de resíduos integrado da Grécia;³⁴⁵ especialmente tendo em

³⁴³ Ver [European Commission - Green Public Procurement](#)

³⁴⁴ Ver [European Commission - Report on Critical Raw Materials and the Circular Economy](#)

³⁴⁵ *An integrated waste management system for West Macedonia* ("Um sistema integrado de gestão de resíduos para a Macedónia Ocidental") é um projeto financiado pela UE que criou 140 postos de trabalho permanentes e tem capacidade de gerir 120 mil toneladas de resíduos por ano. Ver mais em [investEU - West Macedonia waste management](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- conta as regiões particularmente afetadas pelas questões dos resíduos e da poluição;
- Incentivar os sistemas de retoma (um sistema em que os produtores recolhem um produto dos consumidores após o fim da sua vida útil para eliminação, reutilização ou reciclagem adequadas), com ênfase na responsabilidade alargada do produtor;³⁴⁶
 - Reformular a regulamentação relativa à utilização de matérias-primas secundárias e à reciclagem, a fim de criar um sistema coerente em que os princípios da sustentabilidade sejam aplicados de forma consistente.
- **Adotar medidas conjuntas para acabar com uma sociedade assente no plástico** e proporcionar um amplo apoio financeiro e político para aplicar com êxito a nova estratégia da UE para os plásticos na economia circular.³⁴⁷ O Volt pretende:
 - Apoiar o reforço da investigação sobre o ciclo de vida completo dos produtos - desde novos materiais até à recuperação de resíduos - e também a elaboração e promoção de instrumentos políticos que estimulem a rápida adoção de materiais e tecnologias mais sustentáveis em todas as indústrias;
 - Aumentar a consciencialização dos consumidores e fortalecer competências entre os intervenientes;
 - Promover abordagens inovadoras de gestão de resíduos (por exemplo, soluções para recolher os resíduos plásticos de lagos, rios, oceanos e praias);³⁴⁸
 - Apoiar as melhores práticas e as atuais propostas políticas da UE para criar um futuro menos dependente dos plásticos, como por exemplo:
 - Proibir a venda de talheres, tabuleiros e copos de plástico de utilização única em todos os Estados-Membros da UE e prever proibições adicionais de determinados produtos, se necessário.
 - Proibição do uso de embalagens descartáveis em edifícios públicos.
 - Tornar obrigatória a utilização de artigos reutilizáveis em grandes eventos públicos e privados.³⁴⁹

³⁴⁶ De acordo com a Direção-Geral do Ambiente da UE em 2014, que elaborou orientações sobre as responsabilidades do produtor, a Responsabilidade Alargada do Produtor (RAP) é uma abordagem de política ambiental em que a responsabilidade do produtor por um produto é alargada à fase de pós-consumo do ciclo de vida do produto. Ler mais em [Development of Guidance on Extended Producer Responsibility \(EPR\) - Final Report](#)

³⁴⁷ Ver [A European Strategy for Plastics in a Circular Economy](#); Segundo a Comissão Europeia, a Europa está a descartar mais de 2 mil milhões de toneladas de plástico por ano. Se continuarmos a este ritmo, em 2050 haverá mais plástico do que peixe nos oceanos, diz a Fundação Ellen MacArthur em [The New Plastics Economy: Rethinking the future of plastics](#)

³⁴⁸ Apenas para dar um exemplo não representativo de tais soluções: A Waste Free Oceans Initiative colabora com pescadores e proprietários de marcas para recolher e transformar o plástico proveniente do oceano em novos produtos. Ver mais em [Waste Free Oceans](#)

³⁴⁹ As boas práticas foram implementadas em Navarra, Hamburgo e Viena. Todas elas se referem à nova estratégia da UE para os plásticos na economia circular. Ver [A European Strategy for Plastics in a Circular Economy](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- Examinar políticas e medidas regulamentares adicionais, incluindo a possível introdução de um imposto sobre plásticos e embalagens.

B. Agricultura e cultivo

O atual setor agrícola na Europa distingue-se ou pela sua elevada eficiência ou, em contraste, pela sua sustentabilidade. A agricultura do futuro deve abordar questões como a segurança alimentar para uma população em crescimento, as alterações climáticas, a redução da biodiversidade, os elevados níveis de nitratos nas águas subterrâneas e uma escassez prevista de fósforo. O Volt tenciona apresentar ideias eficazes e implementar uma agricultura mais sustentável em todo o continente. É necessário garantir a segurança alimentar na Europa e no resto do mundo, bem como implementar uma estratégia abrangente em matéria de produção e distribuição de alimentos que seja eficiente e sustentável ao mesmo tempo. A produção e a distribuição de alimentos de forma sustentável são, portanto, indispensáveis.

B.1. Agricultura

- **Desenvolver um novo sistema de apoio aos agricultores que se mostrem empenhados na sustentabilidade e na qualidade dos seus produtos**, substituindo o atual sistema de subsídios injusto e desequilibrado que vigora no setor agrícola europeu. Alguns subsídios podem fazer parte da solução, mas outros tipos de reformas e incentivos são absolutamente necessários. Os subsídios à agricultura que se concentram apenas na produção e favorecem os grandes produtores devem ser descontinuados.
- **Conceder o direito de preferência aos agricultores sobre os terrenos agrícolas para minimizar a comercialização desses mesmos terrenos.**
- **Apoiar testes e avaliações permanentes dos terrenos agrícolas** para garantir que a agricultura é sustentável e não debilita a terra nem degrada os terrenos e cursos de água circundantes.³⁵⁰
- **Avançar com o fecho do ciclo de nutrientes.** A gestão eficaz de recursos passa por garantir um ciclo fechado de nutrientes e um uso limitado de fertilizantes minerais. Esta prática conduz a uma redução das emissões de gases de efeito estufa do setor agrícola (como os óxidos de azoto). Assim, o Volt propõe as seguintes medidas:

³⁵⁰ Ver [Effects of agricultural management practices on soil quality: A review of long-term experiments for Europe and China](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- Promover a recuperação de fósforo do lodo de esgotos.³⁵¹
 - Utilizar técnicas individualizadas de aplicação de fertilizantes, culturas secundárias e adubação verde para minimizar a entrada de azoto no solo e a sua lixiviação.³⁵²
 - Armazenar os excedentes de estrume líquido na forma de fertilizantes granulados.
 - Apoiar a produção hidropónica, sem pesticidas e com ciclos fechados de água e nutrientes.³⁵³
 - Introduzir alternativas à turfa para substratos hortícolas, como fibras de coco e compostagem. A extração de turfa leva à liberação de dióxido de carbono prejudicial ao ambiente. Além disso, o aumento do uso de substratos de compostagem fecha o ciclo de nutrientes.³⁵⁴
- **Criar uma política de pecuária adequada a cada espécie** para resolver os problemas atuais:
 - Promover a pecuária com rebanhos de tamanho adequado a cada espécie, espaço suficiente e integração de brinquedos.
 - Acabar com o uso preventivo de antibióticos na pecuária.
 - Em caso de utilização de antibióticos na sequência de doenças, é necessário garantir que só sejam utilizados antibióticos que não os de reserva para uso humano.
 - Estabelecer alternativas à soja importada que é usada como fonte de proteínas para os animais. As possibilidades exploráveis incluem o cultivo de soja em solo europeu e a utilização de outras alternativas, como a lentilha de água.

B.2. Investigação e recurso a novas técnicas

- **Apoiar programas de investigação para identificar e privilegiar a exploração de novas técnicas para uma agricultura mais sustentável e eficiente.** Entre outros exemplos:
 - Promover politicamente a implementação de práticas de Gestão Sustentável do Solo, incluindo o uso de agricultura de precisão e de tecnologia GPS, que permitam assegurar um cultivo eficaz através da criação de terrenos à mesma elevação ao longo das encostas.³⁵⁵ As sebes e faixas de flores podem assim ser integradas em terras agrícolas sem perturbar o cultivo. Isto origina

³⁵¹ Consultar [Phosphorus recovery from municipal wastewater: An integrated comparative technological, environmental and economic assessment of P recovery technologies](#)

³⁵² Ver [Possibilities for reducing nitrate leaching from agricultural land.](#)

³⁵³ Ver [A Review On Plant Without Soil - Hydroponics](#)

³⁵⁴ Ver [The role of peat in assuring the quality of growing media](#)

³⁵⁵ Ver [Global achievements in sustainable land management](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- biótopos coerentes que resultam num verdadeiro aumento de biodiversidade.
 - Incentivar a utilização de sensores individuais em cada planta para estimar com relativa precisão a necessidade de adubos, conduzindo às melhores condições de crescimento e minimizando a lixiviação do solo.
 - Examinar as possibilidades e os riscos de abordagens inovadoras, como as modificações genéticas ou a produção de carne em laboratório, explorando como estas técnicas podem apoiar uma reforma agrária sustentável.
- **Promover alternativas ao uso de pesticidas através da aplicação do conhecimento sobre proteção orgânica de culturas ao cultivo convencional.** Uma alternativa possível para os herbicidas é a destruição mecânica de ervas daninhas por robôs.
 - **Apoiar a implementação de sistemas de produção de alimentos que eliminem o desperdício.**
 - Estabelecer proibições para o desperdício de alimentos no setor da distribuição (supermercados e fornecedores de alimentos por atacado), como foi implementado em França.³⁵⁶
 - Aplicar legislação coerente à escala europeia e apoiar programas de boas práticas, recorrendo a iniciativas existentes, como as da Itália³⁵⁷ ou as adotadas pela cidade de Lisboa,³⁵⁸ onde foram implementados com êxito planos para combater o desperdício de alimentos envolvendo várias entidades. É necessário haver coordenação eficaz com as ONGs locais e internacionais que lutam contra o desperdício de alimentos.

C. Política Alimentar Comum da UE

Somos aquilo que comemos. Para podermos afirmar todo o nosso potencial enquanto cidadãos responsáveis perante a sociedade e o ambiente, é essencial preocuparmo-nos com os nossos alimentos: como são produzidos, comercializados, consumidos e descartados. Porque os alimentos são a nossa fonte de energia, podem gerar felicidade, garantir o bem-estar e reduzir os prejuízos ambientais. Por esse motivo, "Erradicar a Fome" é um elemento chave dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

³⁵⁶ Consultar [The Guardian - French law forbids food waste by supermarkets](#)

³⁵⁷ Consultar [The Guardian - Italy tackles food waste with law encouraging firms to donate food](#)

³⁵⁸ Consultar [Food waste combat saves 2 million meals - The Portugal News](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

No entanto, as atuais políticas alimentares na UE contribuem para o desperdício injustificado de recursos e para problemas ecológicos, uma vez que um terço dos alimentos produzidos anualmente acaba por se perder algures na cadeia de distribuição. Além disso, doenças como a obesidade, a diabetes e a dislipidemia estão relacionadas com hábitos alimentares pouco saudáveis. Numa perspetiva global, a robustez, a acessibilidade financeira e a sustentabilidade dos sistemas alimentares estão hoje em jogo, nomeadamente devido a condições meteorológicas extremas, ao esgotamento dos recursos disponíveis (como a água e os solos férteis), à alteração dos hábitos alimentares e a uma população crescente. Neste contexto difícil, o Volt idealiza uma União Europeia que assume hoje a responsabilidade pelo amanhã. Pretendemos incentivar os consumidores, produtores e comerciantes a assumirem um papel ativo e dinamizador, apelando a que façam escolhas mais sustentáveis e justas. A este respeito, o Volt pretende implementar uma Política Alimentar Comum a nível europeu que irá ajudar a sociedade a agir concretamente, aproximando os governos dos cidadãos, dos académicos/especialistas e das empresas - para que tenhamos uma sociedade próspera e um ambiente saudável.

C.1. Direção-Geral de Alimentação: para uma política alimentar sólida na UE

Em colaboração com os Estados-Membros, o Volt pretende conceber um enquadramento para a política alimentar da UE, capaz de abordar os sistemas alimentares de forma sistemática e abordando questões biofísicas e sociais. À data de hoje, cada Direção-Geral da Comissão Europeia prossegue os seus próprios objetivos numa abordagem isolada e com diferentes enquadramentos políticos. Esta situação impede uma cooperação produtiva entre os setores e impede o desenvolvimento de políticas interligadas. É por isso que o Volt irá trabalhar para:

- **Criar uma Direção-Geral para a Alimentação** inserida nas Direções-Gerais da Comissão Europeia (visto que hoje este tema está dividido entre duas direções-gerais, a Direção-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural “AGRI” e a Direção-geral de Saúde e Segurança dos alimentos “SANTE”). Tal como as outras direções existentes, a Direção-geral de Alimentação deve ter a capacidade de: 1) Estimular e coordenar as ações em matéria de política alimentar em toda a União; 2) promover os esforços dos Estados-Membros em ações relacionadas com a alimentação; 3) acompanhar os resultados das políticas alimentares; 4) promover e coordenar campanhas de sensibilização; e 5) estimular a investigação e a inovação. A Direção não vai redescobrir a pólvora, mas servirá para desenvolver uma

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

abordagem dupla: "Da horta para a mesa, mas também da mesa para a horta".³⁵⁹

- **Ajudar os agricultores a ter uma vida decente³⁶⁰ graças a um ambiente de trabalho sustentável:**³⁶¹
 - Melhorar o acesso a terrenos para agricultores em início de atividade, dando prioridade à venda e ao arrendamento a empresários de agricultura biológica com conceitos de comercialização e exploração agrícolas que envolvam a integração de uma vertente educativa ou social;
 - Reduzir os impostos sobre os terrenos para os proprietários que utilizem terrenos periurbanos para a produção de alimentos orgânicos, a fim de criar "cinturas verdes" em torno das cidades;³⁶²
 - Desenvolver uma diretiva europeia sobre o acesso equitativo e sustentável às terras agrícolas, um plano de ordenamento do território e um registo europeu de propriedade que seja transparente;³⁶³
 - Aumentar as oportunidades para os intervenientes locais e redes alimentares regionais melhorarem a transformação, o transporte, a distribuição ou a venda de produtos agrícolas nas zonas urbanas;
 - Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor, apoiando a proposta de criação de uma lista negra de práticas comerciais desleais (PCDs);³⁶⁴
 - Desenvolver o potencial das propriedades agrícolas urbanas para que atinjam a autossuficiência por meio da capacitação das comunidades;³⁶⁵
 - Travar a perda de biodiversidade resultante da destruição de biótopos, da fertilização excessiva e da utilização intensiva de pesticidas nocivos;³⁶⁶
 - Aumentar a atratividade rural para um empreendedorismo arrojado e inovador, fornecendo ligações digitais rápidas e seguras, como a banda larga e outras infraestruturas de TI.³⁶⁷

³⁵⁹ **N. do T.:** Do original "From the fork to the table, and from the table to the fork"

³⁶⁰ Em 2016, cerca de 30% dos agricultores franceses tinham um rendimento inferior a 350 €/mês, menos de um terço do salário mínimo em França. Ver: [Le Monde - « 30 % des agriculteurs gagnent moins de 350 euros par mois » : scandale ou pas ?](#); [The Guardian - Italy tackles food waste with law encouraging firms to donate food](#); [The Local DK - Government thinktank to tackle food waste in Denmark](#)

³⁶¹ Para mais informações ver *Agricultura Sustentável*

³⁶² Ler [EU Food and Farming Forum - Towards a Common Food Policy for the EU](#)

³⁶³ *Ibid.*

³⁶⁴ Ver [European Parliament - Fairer food supply chain: Agriculture MEPs clamp down on unfair trading](#)

³⁶⁵ Ver [The Guardian - Incredible Edible: Yorkshire town's food-growing scheme takes root worldwide](#)

³⁶⁶ Ver [Friends of the Earth Europe - A New Food and Agriculture Policy for the European Union](#)

³⁶⁷ Ver [Scottish Government - Superfast broadband rollout to benefit rural areas](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Garantir a todos o acesso a alimentos saudáveis.** Em 2016, 43 milhões de pessoas - 8,3% da população da UE - não tinham possibilidade de suportar os custos de uma refeição com carne, peixe ou equivalente vegetariano em dias alternados. Mais preocupante ainda, 21,3% da subpopulação da UE-28 que se encontrava em risco de pobreza declarou não poder pagar essa refeição de dois em dois dias.³⁶⁸ Para resolver este problema, o Volt procurará:
 - Estabelecer proibições para os resíduos alimentares do setor da distribuição (supermercados e distribuidores por atacado), tal como foi aplicado em França,³⁶⁹ na Dinamarca,³⁷⁰ nos Países Baixos³⁷¹ e em Itália;³⁷²
 - Aplicar legislação consistente à escala europeia contra o desperdício de alimentos.³⁷³ Promover uma coordenação eficaz com as ONGs locais e internacionais que lidam com o desperdício de alimentos;
 - Incentivar a doação de alimentos através de despensas comunitárias, promovendo a recolha de alimentos nas ruas e as iniciativas de redistribuição por quem necessita;³⁷⁴
 - Reduzir os desertos alimentares, favorecendo o acesso a produtos frescos e sazonais através de mercados móveis de produtos frescos;³⁷⁵
 - Conceder acesso a produtos frescos e sazonais a um preço acessível para os mais necessitados, introduzindo grupos de compras solidários e promovendo ainda mais o desenvolvimento local e a integração social;³⁷⁶
 - Facilitar o envolvimento dos cidadãos em iniciativas de alimentação social com dias de doação de alimentos;³⁷⁷
 - Lançar campanhas de sensibilização sobre como consumir alimentos saudáveis a um custo reduzido.
- **Reduzir o impacto ambiental do sistema alimentar:**
 - Trabalhar no sentido de desenvolver cadeias de abastecimento sustentáveis, reforçando as cláusulas existentes na UE, como o Regulamento da UE de 2008

³⁶⁸ Consultar [Eurostat - Living conditions in Europe - material deprivation and economic strain](#)

³⁶⁹ Ver [The Guardian - French law forbids food waste by supermarkets](#)

³⁷⁰ Ver [Independent - Denmark opens first food waste supermarket selling surplus produce](#)

³⁷¹ Ver [European Supermarket Magazine - The Netherlands Launches Programme To Cut Food Waste In Half](#)

³⁷² Ver [BBC - Italy adopts new law to slash food waste](#)

³⁷³ Ver [The Guardian - Italy tackles food waste with law encouraging firms to donate food](#)

³⁷⁴ Exemplo de boas práticas: [Keru Non-Profit Open Community Fridge, Helsinki, Finland](#)

³⁷⁵ Exemplo de boas práticas: [Fresh Moves Mobile Market of the Urban Growers Collective, Chicago, USA](#)

³⁷⁶ *Sustainable food, culture and integration in Solidarity Purchase Groups Movement: the case study of Barikamà in Rome*, D. Bernaschi, The Cambridge Conference on Global Food Security, 23-24 junho 2016

³⁷⁷ Exemplo de boas práticas: [Streets Kitchen, Solidarity Not Charity, UK](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- relativo à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN);³⁷⁸
- Incentivar a compra de produtos locais e as cadeias de abastecimento curtas através de contratos públicos em cantinas escolares, hospitais, lares de idosos e outros serviços públicos;
 - Prosseguir a investigação sobre sistemas de eliminação de resíduos orgânicos, a fim de tornar possível a reutilização de nutrientes para a agricultura;³⁷⁹
 - Reduzir o consumo de carne através de iniciativas como as da Comissão Europeia para o setor das frutas e produtos hortícolas;³⁸⁰
 - Aplicar uma taxa de emissão de carbono resultante da produção, embalagem e transporte, bem como da utilização de água e produtos químicos;
 - Mitigar e controlar as emissões de metano na produção industrial de carne e laticínios;³⁸¹
 - Harmonizar a legislação sobre a venda e produção de alimentos derivados de insetos, particularmente das farinhas/pós à base de insetos, enquanto fonte sustentável de proteínas;
 - Harmonizar a legislação sobre carne cultivada em laboratório, também conhecida como *clean meat* ("carne limpa"), carne *in vitro* ou carne de cultura, e realizar mais pesquisas sobre os conceitos de células-satélite, custos de produção e venda, incorporação de gordura e aceitação pelos consumidores.³⁸²
- **Aumentar a consciencialização e restabelecer o interesse dos consumidores pela comida no seu prato, através de:**
 - Harmonização dos requisitos de rotulagem dos géneros alimentícios em toda a UE, implementando os mais elevados padrões, garantindo a transparência e promovendo a confiança dos cidadãos. O Volt pretende evitar o uso dos chamados "Semáforos Nutricionais" nos rótulos, que não têm em conta as "gorduras boas" (por exemplo, os ácidos gordos Omega-3), a quantidade de alimentos vs. qualidade consumida, e as consequências de produtos e corantes artificiais. Além disso, pretendemos aprofundar a investigação sobre alguns modelos específicos de rótulos alimentares, como o

³⁷⁸ Ver [Regime comunitário para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada](#)

³⁷⁹ Ler [Harvest to harvest: Recovering nutrients with New Sanitation systems for reuse in Urban Agriculture](#)

³⁸⁰ Ver [European Commission - Millions of European schoolchildren benefit from healthy food thanks to EU programme](#)

³⁸¹ Ver [Dietary manipulation: a sustainable way to mitigate methane emissions from ruminants](#)

³⁸² Ler [AOCS American Oil Chemists' Society - Clean Meat](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

sistema Nutri-Score³⁸³ e o algoritmo SENS,³⁸⁴ que proporcionam aos consumidores uma apreciação global de um produto e ajudam a fazer escolhas informadas.³⁸⁵ No entanto, um único rótulo não tem capacidade para indicar a qualidade da nutrição, pelo que deve ser complementado com as seguintes ideias:

- Introduzir o uso de rótulos veganos, vegetarianos e ecológicos obrigatórios para produtos alimentares na UE³⁸⁶ e tornar obrigatória a divulgação de práticas insustentáveis³⁸⁷ por parte dos produtores da indústria alimentar, aumentando assim a possibilidade de uma escolha informada por parte dos consumidores e contribuindo para a sustentabilidade;
 - Estabelecer campanhas públicas de informação e comunicação europeias - em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1169/2011 - que permitam aos consumidores fazer escolhas alimentares mais informadas,³⁸⁸
 - Educar as crianças sobre a alimentação saudável e os seus benefícios, com iniciativas como um pequeno-almoço escolar semanal ou mensal patrocinado pelo município.³⁸⁹
- **Defender escolhas alimentares mais saudáveis**, através de:
 - Promoção de dietas equilibradas e diversificadas - incluindo vegetarianas - com mais fruta e legumes nas escolas, hospitais e estabelecimentos públicos.
 - As opções veganas devem ser consideradas, quando adequadas ao público interessado, com especial atenção para crianças e pessoas que apresentem riscos cardiovasculares;³⁹⁰
 - Prevenir os problemas de saúde relacionados com a alimentação através da sensibilização para os bons hábitos alimentares, em colaboração com a Organização Mundial de Saúde;³⁹¹
 - Introdução de um imposto sobre o açúcar aplicável aos refrigerantes e aos doces.³⁹²

³⁸³ Ver [Le Nutri-Score, un outil pour un caddy plus sain](#)

³⁸⁴ Ver [The SENS algorithm—a new nutrient profiling system for food labelling in Europe](#)

³⁸⁵ Ler [Do nutrition labels influence healthier food choices? Analysis of label viewing behaviour and subsequent food purchases in a labelling intervention trial](#)

³⁸⁶ Ler [Environmental impact food labels combining carbon, nitrogen, and water footprints](#)

³⁸⁷ Ver [Sustain - What is sustainable food?](#)

³⁸⁸ Ver [Regulamento UE relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os géneros alimentícios,](#)

³⁸⁹ Como acontece em Estrasburgo: [FrancInfo - Les petits-déjeuners gratuits à l'école se développent](#)

³⁹⁰ Ver [The Journal of Pediatrics - Caring for Infants and Children Following Alternative Dietary Patterns](#)

³⁹¹ Ver [WHO - Healthy diet](#)

³⁹² Como acontece em França, na Noruega e no Reino Unido: [BBC - Sugar tax on soft drinks raises £154m](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Promover a investigação e a inovação alimentar:**
 - Trabalhar em prol do projeto Food 2030 da UE, em colaboração com peritos e outros intervenientes relevantes, assegurando uma abordagem integrada para abordar a maior parte das questões prementes da UE relacionadas com a alimentação, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do ONU, incluindo o nº2 - “Erradicar a Fome” e nº12 - “Produção e Consumo Sustentáveis”.
 - Garantir que os avanços na tecnologia alimentar e na ciência alimentar são aplicados a problemas da vida real.

C.2. Uma política alimentar europeia inclusiva e eficaz

As necessidades em matéria de políticas alimentares que ainda não foram abordadas pelo mercado livre ou pelo Estado estão a ser cada vez mais frequentemente abordadas pelas comunidades locais através de uma estratégia ascendente. O Volt apoia os movimentos que estimulam o empreendedorismo e a inovação, tanto em termos de ações como de governança. Os cidadãos também podem organizar-se em conselhos focados na alimentação em cada cidade para apoiar, aconselhar e propor iniciativas de âmbito alimentar.³⁹³ No entanto, em alguns casos, o envolvimento dos governos municipais é reduzido, havendo também uma relação deficiente com os principais intervenientes nos sistemas alimentares, que operam a um nível de gestão mais elevado,³⁹⁴ o que gera possíveis atos contraditórios suscetíveis de dificultar a aplicação das políticas.

O Volt quer criar um ambiente propício para que essas iniciativas se difundam e para ampliar as iniciativas locais exemplares. Atualmente, existem obstáculos na aplicação das regras europeias que não distinguem entre iniciativas lideradas por cidadãos, empresas em fase de arranque, pequenas empresas e médias ou grandes empresas.³⁹⁵ Estas normas devem ser repensadas e adaptadas. Para facilitar isso, o Volt pretende:

- **Desenvolver o European Food Lab (“laboratório europeu para a alimentação”)**, permitindo uma colaboração dinâmica entre os representantes dos cidadãos, as universidades, a indústria e os órgãos de decisão política. Visará, nomeadamente, promover o espírito empresarial no setor alimentar e assegurar a integração das preocupações empresariais na investigação e

³⁹³ Ver [Milan Urban Food Policy Act](#)

³⁹⁴ *Ibid.*

³⁹⁵ Ver [European Commission - EU Food Donation Guidelines](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

inovação.³⁹⁶

- **Dar voz aos cidadãos europeus e envolvê-los na elaboração das políticas alimentares.** O programa do Volt visa incentivar a criação de laboratórios alimentares nacionais e regionais específicos, como o que foi desenvolvido em Copenhaga,³⁹⁷ que proponham políticas inspiradas pelos contributos locais, reforçando, assim, os interesses, necessidades e iniciativas dos cidadãos, garantindo que a inovação pode prosperar e ser ampliada de forma a não deixar ninguém para trás.
- **Criar um "Food Hub" europeu,** utilizando o exemplo do *Food Cluster* de Roterdão,³⁹⁸ onde os cidadãos e as empresas europeias podem encontrar-se e trocar impressões, apresentar as suas ideias, encontrar apoio para o desenvolvimento de negócios e conectar-se com investidores. Juntos, serão capazes de estabelecer novas formas de abordar questões no domínio alimentar, como a escassez de alimentos, a sustentabilidade, o impacto da produção alimentar, o acesso aos alimentos, a segurança alimentar, o abastecimento e distribuição de alimentos de forma ecológica, e a redução do desperdício alimentar.

D. Bem-estar animal

Os animais são seres sencientes.³⁹⁹ O Volt realça que os seres humanos partilham o planeta com outros seres vivos e que devemos todos coexistir em conjunto num ecossistema interdependente. O Volt subscreve o princípio das Cinco Liberdades do bem-estar animal, adotado por organizações de renome na área da saúde animal.⁴⁰⁰ O bem-estar animal sob o nosso controlo deve traduzir-se, portanto: na ausência de fome ou sede; na ausência de desconforto; na ausência de dor, lesões ou doenças; na liberdade de expressar padrões normais de comportamento; e, finalmente, na ausência de medo ou angústia. O Volt condena veementemente qualquer tipo de abuso animal, que não deve ser tolerado e deve ser sancionado. É por isso que propomos:

- **Garantir que qualquer aquisição de animais de estimação e domésticos possa ser rastreada até à sua origem:**
 - O Volt incentiva fortemente a criação de plataformas online que coloquem em contacto criadores responsáveis, que se

³⁹⁶ Ver [Food Lab - European food innovation incubator](#)

³⁹⁷ Exemplo de boas práticas: [The Local Food Lab, Copenhagen, Denmark](#),

³⁹⁸ Exemplo de boas práticas: [Rotterdam Food Cluster](#)

³⁹⁹ Ver [The Cambridge Declaration on Consciousness](#)

⁴⁰⁰ Consultar [World Organisation for Animal Health - Introduction To The Recommendations for Animal Welfare](#) e [RSPCA - The Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

comprometam com um código de ética profissional, com futuros donos.⁴⁰¹ O Volt também pretende colocar os abrigos para animais em primeiro plano enquanto canal regulado para a adoção de animais de estimação.

- Licenças concedidas a donos e que registam a identificação dos animais serão retiradas se forem encontrados animais de estimação maltratados (por exemplo, agredidos, abandonados ou subnutridos).⁴⁰²
- O Volt apoia que o microchip seja obrigatório para animais de estimação, sempre que apropriado.⁴⁰³
- **Tornar ilegal a administração sistemática de antibióticos, esteroides ou outros medicamentos a animais,** a menos que seja estritamente necessário por razões de saúde e conforme prescrito por médicos veterinários credenciados. O Volt apoia o procedimento 2014/0257 (COD) sobre medicamentos veterinários que conduziu a um regulamento que limita o uso de antibióticos na profilaxia e metafilaxia. Consideramos que, a longo prazo, são necessárias normas mais rigorosas para reduzir o risco de desenvolvimento de bactérias resistentes a antibióticos.⁴⁰⁴
- **Condenar qualquer forma de abate de animais que não passe pelo atordoamento e pela retirada de consciência e defender formas rigorosas de fiscalização.** Apesar do Regulamento (CE) n.º 1099/2009 do Conselho destinado a proteger os animais no momento do abate,⁴⁰⁵ os casos de maus-tratos a animais continuam a ser denunciados regularmente por toda a Europa.⁴⁰⁶ O Volt baseia-se nas melhores práticas desenvolvidas pela Organização Mundial da Saúde Animal e defende ainda a proibição de quaisquer métodos de distração, bem como de imobilização que funcionem através da eletroimobilização ou imobilização por lesão.⁴⁰⁷
- **Regular a caça enquanto prática desportiva.** A utilização de populações selvagens para a caça deverá ser monitorizada e controlada de acordo com a saúde da população e do(s) seu(s) ecossistema(s) associado(s). Além disso, devem ser tomadas medidas rigorosas contra a caça furtiva. A este respeito, o Volt apoia o Regulamento (CE) n.º 338/97 do Conselho relativo à proteção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio.⁴⁰⁸

⁴⁰¹ Como a Tipaw, na Bélgica. Ver [Tipaw](#)

⁴⁰² Segundo o código de bem-estar animal da Valónia: [Adoption définitive du code du Bien-être animal](#)

⁴⁰³ Tal como no Reino Unido: [BBC - Dog microchipping becomes compulsory across UK](#)

⁴⁰⁴ Ver [European Council - Veterinary medicines: new EU rules to enhance availability and fight against antimicrobial resistance](#)

⁴⁰⁵ Ver [Regulamento relativo à protecção dos animais no momento da occisão](#)

⁴⁰⁶ Ler [Actes de cruauté envers les animaux : l'abattoir de Mauléon suspendu](#)

⁴⁰⁷ Ver [World Organisation for Animal Health - Terrestrial Animal Health Code: Slaughter of Animals](#)

⁴⁰⁸ Ver [Regulamento \(CE\) relativo à protecção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Aplicar a Diretiva 2010/16/UE para proteger os animais utilizados para fins científicos ou educativos.** A este respeito, o Volt apoia firmemente e sempre que possível: a redução do número de animais, o aperfeiçoamento dos métodos experimentais utilizados e a substituição de animais por técnicas que não envolvam o seu uso.⁴⁰⁹
- **Apoiar a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais nos Locais de Criação e as cinco liberdades em relação a animais utilizados para fins económicos.**⁴¹⁰ O Volt acredita que é necessário assegurar que os contributos científicos, culturais e sociais são suficientemente integrados nas políticas em matéria de criação de animais, pesca comercial e outras práticas afins. Para garantir que isso aconteça, contamos com as melhores práticas identificadas por organizações especializadas, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).⁴¹¹
- **Opor-se à compra, detenção e utilização de animais selvagens⁴¹² para fins de exibição e entretenimento em cativeiro.** O Volt trabalhará para:
 - Proibir a compra de cetáceos para fins de exibição em aquários, delfinários ou parques aquáticos. No total, 249 golfinhos, orcas e belugas foram importados para 16 países da UE entre 1979 e 2008. ⁴¹³O Volt condena esta prática, uma vez que afeta negativamente as necessidades dos animais, aumentando a taxa de mortalidade e conduzindo à depressão e a práticas autodestrutivas.⁴¹⁴
 - Proibir a presença de animais selvagens em circos, a fim de assegurar a conservação da biodiversidade, a prevenção de doenças e a saúde e segurança públicas. Ao contrário do estabelecido na Diretiva 1999/22 CE⁴¹⁵ sobre Jardins Zoológicos, não são impostas exigências regulamentares claras a 437 circos na UE. Até agora, apenas 3 Estados-Membros da UE impuseram uma proibição total de animais selvagens em circos.⁴¹⁶ O Volt encoraja fortemente todos os países a assumirem esta posição.
- **Proibir qualquer apoio financeiro dado por entidades públicas (estatais, regionais ou locais) ou qualquer benefício fiscal a touradas e tradições semelhantes,** uma vez que estas mostram pura tortura de animais. O Volt também incentiva campanhas de consciencialização contra estas práticas em Espanha, Portugal e no sul de França.⁴¹⁷

⁴⁰⁹ Ver [General principles for the welfare of animals in livestock production systems](#)

⁴¹⁰ Ver [European Commission - Animal welfare](#)

⁴¹¹ Ver [Capacity building to implement good animal welfare practices](#)

⁴¹² Ler [Duhaime's Law Dictionary - Wild Animal](#)

⁴¹³ Ler [A review of the keeping of whales and dolphins in captivity in the European Union](#)

⁴¹⁴ Ler [The Impact Of Captivity On The Welfare Of Cetaceans](#)

⁴¹⁵ Ver [Diretiva do Conselho - relativa à detenção de animais da fauna selvagem em jardins zoológicos](#)

⁴¹⁶ Ler [The Legal Status of Wild Animals in European Circuses](#)

⁴¹⁷ Ler [BETC and the Federation of Leagues against Corridas send back bullfighting to the dinosaurs' age](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Apoiar a conservação de espécies selvagens à luz da investigação atual e do estado das espécies**, tal como é definido, por exemplo, no Plano de Ação Europeu sobre Espécies de Aves.⁴¹⁸ O Volt apoia a atualização da Diretiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de maio de 1992, e insistirá na criação de corredores urbanos para as espécies polinizadoras e, quando aplicável, outras espécies, a fim de preservar e/ou aumentar as populações de espécies-chave (por exemplo, as abelhas).⁴¹⁹

E. Combate à poluição e conservação da biodiversidade

Segundo um estudo publicado pela Lancet Commission,⁴²⁰ uma em cada seis mortes prematuras em todo o mundo, em 2015, foi atribuída a causas relacionadas com a poluição. De facto, o desenvolvimento urbano precisa de dedicar especial atenção a uma atmosfera mais limpa e à redução dos poluentes, que, segundo a OMS, contribuem para taxas elevadas de doenças cardíacas, acidentes vasculares cerebrais, doença pulmonar obstrutiva crónica e cancro do pulmão.⁴²¹ O impacto climático dos meios urbanos exige urgentemente novas medidas para evitar uma maior degradação do ambiente e da nossa saúde.⁴²²

A poluição é também um dos principais responsáveis pela perda de biodiversidade. Biodiversidade não se refere apenas ao número de espécies presentes num ecossistema, mas também à diversidade genética - a variação genética dentro de uma espécie - e à interação entre diferentes comunidades de espécies dentro de um ecossistema mais alargado. Cada nível é afetado pela atividade humana e, em muitos casos, essa interação resulta na redução de biodiversidade. Esta situação suscita sérias preocupações entre biólogos, cientistas ambientais e outras comunidades de investigadores. Uma abordagem abrangente do equilíbrio global deve ter em conta as medidas de prevenção da poluição e de conservação da natureza.

E.1. Prevenção da poluição

- **Promover a reutilização, renovação e reciclagem dos materiais existentes** para evitar resíduos e sobreprodução,

⁴¹⁸ Ver [Bird Species Action Plans](#)

⁴¹⁹ Ver a [Diretiva do Conselho - relativa à preservação dos habitats naturais da fauna e da flora selvagens](#)

⁴²⁰ Consultar [The Lancet Commission on pollution and health](#)

⁴²¹ Consultar [WHO - Ambient air pollution: Health impacts](#)

⁴²² Ver mais informações sobre a campanha [BreatheLife - A global campaign for clean air](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

proporcionando uma alternativa concreta para limitar a introdução de substâncias contaminantes no ambiente.

- **Promover o investimento em investigação e incentivar alterações à legislação para acelerar a adoção de novas práticas que evitem a poluição.** Isto poderá incluir a construção de estradas usando materiais mais sustentáveis (quando comparadas com os atuais materiais de construção), a tarifação rodoviária para as estradas dentro das cidades - como se vê em Oslo e Londres - e a promoção dos transportes coletivos (nomeadamente elétricos).
- **Estudar a ideia de um imposto sobre a poluição,** apoiando a investigação sobre este tema.

E.2. Biodiversidade

- **Cumprir o Plano Estratégico das Nações Unidas para a Biodiversidade 2011-2020,** incluindo as Metas de Biodiversidade de Aichi, e promover o seu conceito geral de vida em harmonia com a natureza.⁴²³
- **Promover a biodiversidade no uso de terras agrícolas:**
 - Instalar sistematicamente faixas de flores e sebes para unir os habitats.
 - Parar a eutrofização causada pelo uso excessivo de fertilizantes e a consequente perda de espécies.
- **Apoiar o desenvolvimento de sistemas de avaliação mais rigorosos para o desenvolvimento urbano,** tendo em conta o seu impacto na biodiversidade:
 - Reabilitar os jardins de rua com alta biodiversidade e propícios a insetos, replantando árvores, arbustos e flores.
 - Promover iniciativas que capacitem os cidadãos, como as hortas urbanas e uma economia de partilha que permita reduzir os resíduos. Apoiar e desenvolver programas de educação sobre biodiversidade para todas as gerações.

⁴²³ Consultar o Plano Estratégico e as Metas de Aichi em [Convention on Biological Diversity - Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020, including Aichi Biodiversity Targets](#)

III. Migração

O conceito de "migração" que o Volt usa abrange todos os indivíduos e grupos que, voluntária ou involuntariamente, se deslocam de um lugar para outro com a intenção de se estabelecer, seja de forma permanente ou temporária, no novo local. Isto inclui tanto a migração doméstica como a migração entre diferentes países. Admite-se geralmente que os desafios diferem consoante os diferentes grupos na definição lata de "migrante". No entanto, o Volt acredita que a diferença entre os diferentes grupos é ténue e que as atuais definições aplicadas aos migrantes criam fronteiras artificiais entre eles que são menos relevantes agora do que eram na altura em que foram criadas.⁴²⁴ Assim, propomos diferentes políticas consoante os diferentes tipos de migrantes. Cada categoria é classificada de acordo com as diretrizes estabelecidas por organizações internacionais especializadas, tais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

A. Refugiados e requerentes de asilo

Uma das maiores crises mundiais desde a Segunda Guerra Mundial está a desenrolar-se às portas da Europa e o nosso continente tem vindo a desempenhar um papel meramente secundário no apoio às pessoas afetadas pelos conflitos na bacia do Mediterrâneo. Um número sem precedentes de 65,6 milhões de pessoas em todo o mundo foi forçado a abandonar as suas casas. Isto significa que cerca de 20 pessoas são obrigadas a fugir a cada minuto que passa, como consequência de conflitos ou perseguições.⁴²⁵ Contrariamente à retórica dos que afirmam que os países da UE estão a suportar o fardo dos refugiados de África e do Médio Oriente, são os países em vias de desenvolvimento que acolhem 86% de todos os refugiados do mundo.⁴²⁶ Atualmente, a Europa centra-se sobretudo na redução dos fluxos migratórios - que, nos primeiros nove meses de 2017, representou 150 mil chegadas, ou seja,

⁴²⁴ «(...)De forma a abranger toda a dimensão das questões humanitárias, a política é deliberadamente ampla. Portanto, embora reconhecendo os direitos específicos de diferentes categorias ao abrigo do direito internacional, aborda as necessidades e vulnerabilidades de, entre outros, migrantes trabalhadores, migrantes apátridas, migrantes em situação irregular, bem como refugiados e requerentes de asilo.» Ver [International Federation of the Red Cross and Red Crescent Societies - Policy on Migration](#)

⁴²⁵ Ver [The UN Refugee Agency - Figures at a Glance](#)

⁴²⁶ Consultar [World Economic Forum - Europe's refugee and migrant crisis in 2016. In numbers](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

0,03% da população total da UE - em vez de proporcionar um abrigo seguro e oportunidades aos que fogem da guerra.⁴²⁷

O Volt pretende alterar drasticamente a forma como o sistema europeu lida com os requerentes de asilo e refugiados, de forma a torná-lo mais eficaz, humano e justo. Além disso, o Volt propõe a criação de um sistema internacional para a prevenção e resolução de crises de refugiados e para abordar a apatridia de forma coerente: estas são questões de carácter mundial que devem ser abordadas a nível internacional.

A.1. Reformar o sistema da UE para os refugiados

- **Adotar uma política europeia unificada em matéria de refugiados**, de modo a estabelecer uma abordagem conjunta na gestão dos fluxos de refugiados provenientes de fora da UE. Na União Europeia, alguns países específicos⁴²⁸ acolhem elevadíssimos números requerentes de asilo e refugiados.
 - O sistema de Dublin⁴²⁹ deve ser reformado e deve ser criado um sistema de distribuição de refugiados para fixação permanente (orientado, por exemplo, por fatores como a população, a densidade populacional, a riqueza, a idade média da população e o crescimento de cada país). O sistema modificado deve prever sanções para os países que não o respeitem.
- **Aumentar e melhorar as vias legais de entrada na Europa**, a fim de gerir eficazmente os fluxos de refugiados e os pedidos de asilo. Tal inclui políticas que vão além do que está estabelecido no atual Acordo de Dublin - políticas que se centrem na recolocação.⁴³⁰
- **Prosseguir com a prática de oferecer proteção os refugiados durante a duração do período de risco**. Além disso, oferecer residência permanente aos refugiados após um determinado período (definido como sendo de cinco a sete anos) se estes ainda estiverem em situação de risco, assumindo que são

⁴²⁷ Ver [IOM UN Migration - Mediterranean Migrant Arrivals Reach 150,982 in 2017; Deaths Reach 2,839](#)

⁴²⁸ Todos os planos de emergência para o realojamento de refugiados entre os Estados-Membros da UE falharam em grande medida: apenas 7.224 requerentes de asilo foram deslocados da Grécia e da Itália para outros países da UE até meados de novembro de 2017; Ver [Human Rights Watch - World Report 2017: Europe](#)

⁴²⁹ O Acordo de Dublin estabelece que o país europeu através do qual um refugiado entra pela primeira vez na UE é responsável pela análise do seu processo de asilo. Ver [European Commission - The Dublin System](#)

⁴³⁰ Ver [European Commission - Relocation: Sharing responsibility](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

cumpridos determinados critérios.⁴³¹ Há poucas hipóteses dos refugiados regressarem aos seus países de origem após um período tão longo, uma vez que, muitas vezes, nem sequer há nada para que regressar. É igualmente necessária uma integração imediata e permanente para certos tipos de refugiados, como menores não acompanhados.

- **Tornar o sistema de asilo justo, eficaz e rápido:**
 - Reduzindo o período até ser tomada a decisão final em matéria de asilo.
 - Prestando sempre apoio social, jurídico e psicológico com serviços especializados.
 - Permitindo que os requerentes de asilo entrem no mercado de trabalho desde o primeiro dia.⁴³² Muitas vezes, os requerentes de asilo não têm a oportunidade de obter emprego ou de participar noutras atividades. É dispendioso para os países de acolhimento conceder-lhes dinheiro suficiente para que possam viver com dignidade. Muitas vezes, os recursos são insuficientes, levando os requerentes de asilo a viver em situações difíceis. Além disso, a exclusão dos requerentes de asilo do mercado de trabalho durante o processo de asilo não favorece a sua integração. Por último, faz parte das obrigações - ao abrigo do direito internacional, das leis dos direitos humanos, do direito humanitário e de várias diretivas europeias - que os países apoiem o requerente de asilo no seu direito ao trabalho. Com efeito, "sem o direito ao trabalho, nenhum outro direito faz sentido".⁴³³

- **Garantir que os direitos dos requerentes de asilo e dos refugiados são respeitados e que os países cumprem as obrigações decorrentes dos tratados internacionais.**
 - Acabar com a prática de deter os requerentes de asilo em condições desumanas. As práticas que causam retenção injustificada e indevida devem ser interrompidas.⁴³⁴
 - Assegurar que as normas de acolhimento dos requerentes de proteção internacional são cumpridas por todos os países europeus.⁴³⁵

⁴³¹ Por exemplo, um registo criminal limpo, boas competências linguísticas e conhecimento de características importantes sobre o país de acolhimento.

⁴³² Muitas vezes, os requerentes de asilo não têm a oportunidade de obter emprego ou de participar noutras atividades. Isto é problemático a muitos níveis: é dispendioso para os países apoiá-los financeiramente, levando os requerentes de asilo a viver em situações difíceis.

⁴³³ Citando Louis Henkin, delegado dos EUA na redação da Convenção sobre Refugiados de 1951.

⁴³⁴ Ver [UN Refugee Agency - Beyond Detention: A Global Strategy to support governments to end the detention of asylum-seekers and refugees](#) e [Human Rights Watch - Greece: 13,000 Still Trapped on Islands](#)

⁴³⁵ Nomeadamente os artigos 8º (nº3), 8º (nº4), 9º, 10º e 11º da Diretiva 2013/33/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que estabelece normas em matéria de acolhimento dos requerentes de proteção internacional. Ver [Diretiva 2013/33/UE do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Envolver o setor privado e os estabelecimentos de ensino na promoção da integração**, concebendo sistemas alternativos de acreditação de competências e qualificações que não estejam documentadas, oferecendo cursos de formação e aulas de línguas, recolhendo informações de forma antecipada para facilitar a adequação do trabalhador ao emprego que lhe é concedido e criando plataformas e canais de comunicação para esclarecer e debater abertamente os direitos e deveres dos cidadãos que residem na Europa.
- **Garantir habitação condigna a todos os requerentes de asilo e refugiados**. Além disso, incentivar a utilização de casas em locais descentralizados para promover a integração social, aumentando as possibilidades de garantir o emprego e de criar uma nova vida no país de acolhimento.
 - Integrar a habitação social e partilhada na política de coesão da UE.⁴³⁶ O Conselho de Ministros da UE deu prioridade à luta contra a exclusão social relacionada com a habitação na sua política de coesão europeia.⁴³⁷ Em 2007, o Parlamento Europeu comprometeu-se a elaborar uma "Declaração Europeia sobre a Habitação".⁴³⁸ Como tal, recomenda-se a utilização dos fundos disponíveis para a habitação social a fim de melhorar as condições de vida das pessoas, incluindo os requerentes de asilo e os refugiados.⁴³⁹

A.2. Criar um sistema internacional para prevenir e resolver crises de refugiados

- **Avançar no sentido de criar um sistema internacional que permita abordar de forma colaborativa as crises de refugiados**. Não o fazer não só é injusto, como também representa falta de visão a longo prazo, na medida em que

⁴³⁶ Para mais informações, ver *Desafio 3 - Igualdade Social; II. Alívio da Pobreza; B. Habitação Social e Comunitária*

⁴³⁷ A Política Regional da União Europeia, também designada por Política de Coesão, é um conjunto de políticas com o objetivo de melhorar o bem-estar económico das regiões da UE e também de evitar disparidades regionais. Mais de um terço do orçamento da UE é consagrado a esta política.

⁴³⁸ Ver [Housing and integration of migrants in Europe: Good practice guide](#)

⁴³⁹ Um exemplo é o Refúgio Sharehaus em Berlim. Projetado em colaboração com a Missão da Cidade de Berlim, o Refúgio oferece abrigo, interação comunitária e desenvolvimento de habilidades para refugiados, alemães da própria zona e pessoas de diferentes culturas que perderam as suas casas ou foram forçadas a fugir. Composto por 5 andares, o Refúgio oferece quartos privados e espaços comuns compartilhados durante um período de 12 a 18 meses. As pessoas são encorajadas a aprender alemão, fazer amigos locais e começar a trabalhar ou estudar o mais rapidamente possível. Os residentes cozinham e comem juntos diariamente numa comunidade criativa em que contar histórias, e cantar, a arte e o teatro são estimulados.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

conduz ao asilo extrarregional e incentiva o contrabando e o tráfico humano.⁴⁴⁰ É por isso que é necessário avançar internacionalmente no sentido da "partilha pré-determinada de encargos (financeiros) e responsabilidades (humanas) através de um sistema de quotas".⁴⁴¹ A crise dos refugiados deve ser abordada de forma proativa e não de forma meramente reativa.⁴⁴²

- **Permitir diferentes mecanismos de proteção para diferentes países, assumindo responsabilidades nacionais partilhadas, mas diferenciadas.** Isto significa que, "além do dever comum de atender ao primeiro pedido de asilo, os Estados podem assumir uma série de funções relacionadas com a proteção de refugiados de acordo com a sua quota de partilha de responsabilidades (proteger os requerentes enquanto durar o risco; proporcionar uma integração excecional de forma imediata e permanente; realojamento de refugiados) - embora todos os Estados devam contribuir tanto para a partilha (financeira) de encargos como para a partilha (humana) de responsabilidades, devem sempre garantir uma parte de ambos".⁴⁴³
- **Garantir a circulação segura através da criação de corredores humanitários.** Embora o combate ao contrabando humano seja necessário, deve-se reconhecer que, muitas vezes, o bloqueio de uma rota de passagem força sempre a criação de outra, por vezes mais perigosa. É necessária uma melhor comunicação com as pessoas que tentam fazer a viagem, tanto nos seus países de origem como nos países em que transitam.
- **Defender perante a comunidade internacional que os migrantes que sofrem de fome⁴⁴⁴ e de fenómenos climáticos sejam classificados como refugiados,** ou que lhes sejam concedidos os mesmos direitos ao abrigo do direito internacional. Embora este seja um projeto a longo prazo, o Volt trabalhará para que se torne uma realidade. Estas são medidas essenciais e necessárias. Além disso, apenas quatro países têm os seus cidadãos atualmente em risco ou em situação de fome,⁴⁴⁵ e tais migrantes não aumentariam drasticamente o número de refugiados que procuram asilo noutros países. Aliás, muitos cidadãos nesses países já se qualificam como refugiados, uma

⁴⁴⁰ Ver [Open Democracy - A global solution to a global refugee crisis](#)

⁴⁴¹ *Ibid.*

⁴⁴² *Ibid.*

⁴⁴³ *Ibid.*

⁴⁴⁴ A ONU e as organizações de apoio alimentar definem que se está perante um estado de Fome quando mais de 30% das crianças com menos de cinco anos sofrem de desnutrição aguda e as taxas de mortalidade são duas ou mais mortes por cada 10.000 pessoas, por dia, entre outros critérios. Ver [Al Jazeera - Famine 'largest humanitarian crisis in history of UN'](#)

⁴⁴⁵ Iémen, Sudão do Sul, Somália e nordeste da Nigéria. Ver [VOA News - UN Aid Chief: 20 Million People in 4 Countries Face Starvation, Famine](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

vez que fogem de perseguição com base na sua etnia, origem nacional, ascendência, cor da pele, religião, pertença a uma determinada comunidade social, etc. ou até pelas suas convicções políticas).

- **Ajudar a transformar a situação prolongada dos campos de refugiados para que os refugiados e requerentes de asilo possam contribuir para a sociedade** e garantir que os seus direitos sejam plenamente respeitados.
- **Trabalhar na origem do problema e resolver as situações que dão origem a crises de refugiados**, a fim de os prevenir, através da cooperação e de diplomacia internacional.
 - Reforçar a cooperação internacional e a gestão das migrações.
 - Reforçar a atenção prestada à prevenção de conflitos e à atenuação de outros fatores causadores de fluxos de refugiados por vias políticas.
 - Utilizar recursos económicos, financeiros e militares conjuntamente para resolver diplomaticamente os conflitos existentes nas zonas de onde uma grande percentagem de população foi forçada a fugir.
 - Proporcionar proteção e assistência às pessoas em risco nos seus próprios países (incluindo as pessoas deslocadas internamente).⁴⁴⁶
 - Investir na criação e melhoria de centros humanitários em regiões próximas da área afetada, e apoiar processos eficazes de pedidos de realojamento.⁴⁴⁷
 - Promover os direitos dos refugiados para garantir o cumprimento das obrigações dos Estados-Membros. Tal inclui incentivos positivos para os Estados que respeitam os direitos dos refugiados e dos requerentes de asilo, sob a forma de benefícios financeiros. As sanções diplomáticas e económicas devem ser aplicadas como medida de último recurso.
 - Aumentar a ajuda financeira aos países de acolhimento de refugiados e assegurar que os compromissos de financiamento são honrados.

A.3. Apatridia

- **Acabar com a apatridia na Europa.** Mais de 10 milhões de pessoas são apátridas no mundo.⁴⁴⁸ Os apátridas são frequentemente privados do usufruto de direitos essenciais, tais

⁴⁴⁶ Ver [World Economic Forum - 5 long-term solutions to Europe's refugee crisis](#)

⁴⁴⁷ Ver [The UN Refugee Agency - Resettlement](#)

⁴⁴⁸ Entende-se por "apatrida": "Uma pessoa que não é considerada nacional por nenhum Estado nos termos da sua lei." Ver o nº 1 do artigo 1º da [Convenção relativa ao Estatuto dos Apátridas](#), de 1954.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

como documentos de identificação, emprego, educação e serviços de saúde.⁴⁴⁹

- **Pressionar todos os países europeus a ratificar e implementar a Convenção de 1954 relativa ao Estatuto dos Apátridas** - destinada a assegurar que os apátridas usufruem de um conjunto mínimo de direitos - e a Convenção para a Redução da Apatridia de 1961, que visa reduzir o número de apátridas no mundo. Em abril de 2018, a maioria dos países, mas não todos,⁴⁵⁰ assinaram estas convenções.
- **Trabalhar para implementar os objetivos estabelecidos no Plano de Ação do ACNUR para acabar com a apatridia no mundo até 2024.**⁴⁵¹ O Volt irá centrar-se numa série de desafios específicos para a UE, nomeadamente:⁴⁵²
 - Aumentar a homogeneidade entre os procedimentos dos países europeus no que respeita à determinação da apatridia, tanto nos procedimentos administrativos como judiciais.
 - Facilitar o acesso à nacionalidade para crianças nascidas apátridas em todos os países europeus. Além disso, devem ser estabelecidos procedimentos separados para as crianças nascidas em viagem.
 - Assegurar o acesso ao mercado de trabalho, à educação e aos serviços sociais, mesmo quando o estatuto de residência de um apátrida não pode ser determinado.
 - Estabelecer procedimentos adequados para os apátridas com estatuto de menor não acompanhado que tenham em conta as vulnerabilidades específicas deste grupo.
- **Cumprir e partilhar as melhores práticas entre os países**, tal como estabelecido nas conclusões do Conselho de dezembro de 2015 para acabar com a apatridia.⁴⁵³ **Estimular a partilha de informações entre os Estados-Membros**, em especial sobre as políticas de prevenção e redução da apatridia e o tratamento de pessoas apátridas.⁴⁵⁴

⁴⁴⁹ Ver [The UN Refugee Agency - Global Action Plan to End Statelessness](#)

⁴⁵⁰ A França e a Espanha, por exemplo, são apenas signatárias da Convenção de 1954. Ver [The UN Refugee Agency - Stateless in Europe: Ordinary people in extraordinary circumstances](#)

⁴⁵¹ Ver [The UN Refugee Agency - #IBelong Campaign to End Statelessness](#)

⁴⁵² Ver [European Commission - Statelessness in the EU](#)

⁴⁵³ Consultar [European Council - Council adopts conclusions on statelessness](#)

⁴⁵⁴ Ver [European Parliament Directorate-general for Internal Policies - Practices and Approaches in EU Member States to Prevent and End Statelessness](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

B. Migrantes Económicos

O Volt apoia a facilitação da mobilidade laboral através da eliminação das barreiras que existem atualmente. A nível bi, multi e plurilateral, há muito a ganhar com os acordos liberalizados que visam especificamente os grupos de migrantes económicos provenientes de países em vias de desenvolvimento. Uma consideração importante, que deve constituir a base de qualquer política relativa ao aumento da mobilidade dos migrantes económicos, são as necessidades do mercado de trabalho, tanto nos países de origem como nos países de acolhimento. Os países de acolhimento são frequentemente confrontados com o envelhecimento da população e com uma oferta excedentária de profissionais no setor dos serviços. Estes fatores demográficos criam a procura do tipo de trabalho que os migrantes económicos de países em vias de desenvolvimento podem satisfazer. Além disso, os migrantes económicos enviam grande parte do seu rendimento diretamente para os seus países de origem sob a forma de remessas.⁴⁵⁵ Os investimentos tornados possíveis devido a essas remessas beneficiam grandemente o desenvolvimento económico do país de origem.⁴⁵⁶ A promoção do crescimento económico através dessas remessas é mutuamente benéfica, uma vez que não só apoia o desenvolvimento dos países de origem, como também impede a migração motivada pela pobreza.⁴⁵⁷ O Volt defende que a migração económica permanente deve ser tornada possível através da elaboração de políticas transparentes e coerentes em todos os países europeus. No entanto, as políticas relativas à migração económica permanente devem incluir salvaguardas para atenuar os efeitos negativos da emigração permanente de trabalhadores no desenvolvimento económico do país de origem.⁴⁵⁸

B.1. Migrantes económicos enquanto mão-de-obra temporária

- **Ter como público-alvo os migrantes económicos temporários ao liberalizar a mobilidade no mercado de trabalho.** As

⁴⁵⁵ Hertel, T. W. et al, [Agriculture and Non-Agricultural Liberalization in the Millennium Round](#), CIES Working Paper No. 16 (Março 2000), p. 16-18. Ver também: Walmsley, T. L. and Winters, A. L., *Relaxing the Restrictions on the Temporary Movements of Natural Persons: A Simulation Analysis*, CEPR Discussion Paper No. 3719 (Janeiro 2002). Mattoo, A., Carzaniga, A. (eds.), *Moving People to Deliver Services*, Oxford: Oxford University Press (2003), p. 73- 85.

⁴⁵⁶ Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - *Ações Comuns para o Crescimento e o Emprego: o Programa Comunitário de Lisboa*, COM (2005) 330 final, Bruxelas, 20.7.2005, p. 2. Ver também Mattoo, A., Carzaniga, A. (eds.), *Moving People to Deliver Services*, Oxford: Oxford University Press (2003). Também Münz, R. et al, *What are migrants contributions to employment and growth*, Hamburgische WeltWirtschafts Institut, Migration Research Group (2006), p. 5.

⁴⁵⁷ Ver Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP), *How Do People in Asia and the Pacific Migrate Legally for Work? An Overview of Legal Frameworks: GATS Mode 4, PTAs and Bilateral Labour Agreements*, Trade and Investment Division, Staff Working Paper 03/11, p. 110.

⁴⁵⁸ Ver [International Migration Papers 44 - Migration of highly skilled persons from developing countries: impact and policy responses](#) e [Skilled migration: the perspective of developing countries](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

políticas concebidas para este efeito devem facilitar a mobilidade circular dos trabalhadores.⁴⁵⁹ O Volt pretende:

- Avaliar ativamente o impacto no mercado de trabalho dos países de acolhimento e de origem para assegurar um equilíbrio entre a procura e a oferta. Os compromissos assumidos devem ter em conta os resultados dessa análise e atenuar os efeitos negativos do aumento da mobilidade laboral.
 - Apoiar a participação ativa de vários intervenientes, como os empregadores e os sindicatos, na conceção de políticas de migração económica temporária, tanto nos países de origem como nos países de acolhimento.
- **Assegurar a criação de condições de concorrência equitativas**, em que os migrantes económicos temporários tenham igual acesso à justiça.
 - Utilizar os conhecimentos especializados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) na elaboração de políticas que possibilitem a migração temporária de trabalhadores de forma a equilibrar adequadamente os interesses dos trabalhadores estrangeiros e nacionais.⁴⁶⁰
 - Apoiar as agências nacionais e internacionais na luta contra o tráfico humano e na criação de um sistema global de denúncia dos crimes de tráfico humano.
 - **Desenvolver um visto de migração específico** que deve ser disponibilizado aos trabalhadores migrantes temporários.
 - Os vistos para trabalhadores migrantes temporários devem estar sujeitos a um regime separado: não devem ter o direito de solicitar a residência permanente nem a inscrição na segurança social do país de acolhimento. Por sua vez, os seus direitos laborais devem ser assegurados, garantindo o acesso a serviços médicos, seguros e serviços jurídicos, bem como o cumprimento das leis laborais locais do país de acolhimento.⁴⁶¹
 - **Trabalhar no sentido de liberalizar os compromissos em matéria de prestação de serviços no âmbito da Organização Mundial do Comércio**, a fim de permitir uma melhor circulação temporária das pessoas singulares.
 - Adaptar a definição de prestador de serviços no Acordo Geral sobre Comércio de Serviços - AGCS (General

⁴⁵⁹ Comissão Europeia, *Coerência das Políticas numa Perspetiva de Desenvolvimento - Acelerar os progressos tendo em vista a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*, COM (2005)134 final, Bruxelas, 12.4.2005, p. 15. Ver também Comissão Europeia, *Plano de acção sobre a migração legal*, SEC(2005)1680, Bruxelas, 21.12.2005, p.4.

⁴⁶⁰ Ver [IOM - World Migration Report 2015 – Migrants and Cities: New Partnerships to Manage Mobility](#) e [IOM - Labour Market Inclusion of the Less Skilled Migrants in the European Union](#)

⁴⁶¹ Council for Trade in Services, *Negotiating Proposals of WTO Members, India, S/CSS/W/12*, 21 November 2000. Ver também: Services Signalling Conference, *Report by the Chairman of the TNC*, JOB(08)/93, 30 July 2008, par. 1–4.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

Agreement on Trade in Services - GATS) para incluir os trabalhadores que se enquadram em categorias que não sejam abrangidas pelo conceito de prestação de serviços, tais como os trabalhadores agrícolas e das pescas.⁴⁶²

- Explorar a possibilidade de negociar compromissos adicionais que apoiem a migração circular. Especificamente, devem assumir-se compromissos que garantam o regresso voluntário e que previnam a exploração dos trabalhadores temporários.
- Trabalhar ativamente para uma melhor definição e aplicação das Medidas de Salvaguarda, que permitem aplicar uma proteção temporária a certos setores do mercado de trabalho em caso de um aumento inesperado de trabalhadores migrantes temporários que ameace prejudicar o mercado de trabalho nacional.⁴⁶³

B.2. Os migrantes económicos enquanto mão-de-obra permanente

- **Impulsionar a criação de um procedimento administrativo separado para os migrantes económicos permanentes**, para além de facilitar a migração económica temporária.
- **Apoiar e continuar a desenvolver os esforços já existentes para facilitar a migração permanente de trabalhadores altamente qualificados**, como é o caso da Rede do Cartão Azul da UE.⁴⁶⁴

B.3. Migração económica irregular

- **Garantir que os direitos fundamentais dos migrantes sem documentação por toda a Europa são respeitados em caso de detenção e deportação.** Assegurar o respeito do princípio da não-repulsão.
- **Prestar particular atenção aos direitos dos menores na categoria de migrantes económicos em situação irregular.** Em todas as circunstâncias, os direitos consagrados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança devem ser

⁴⁶² Ver 1) M. Panizzon, M., *International Law of Economic Migration - A Ménage À Trois? GATS Mode 4, EPAs and Bilateral Migration Agreements*, Journal of World Trade, Vol. 44(6), (July 2010); 2) Society of International Economic Law (SIEL), *Second Biennial Global Conference*, University of Barcelona, July 8-10, 2010, p.6; 3) Hertel, T. W. et al, *Agriculture and Non-Agricultural Liberalization in the Millennium Round*, CIES Working Paper No. 16 (March 2000), p. 14 16.

⁴⁶³ WTO Secretariat, *Trade Policy Review: European Union*, WT/TPR/S/284, p. 31-32, par. 2.28.

⁴⁶⁴ Ver [OECD - International Migration Outlook 2017](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

respeitados.⁴⁶⁵

- **Facilitar a criação de um sistema administrativo transnacional e integrado** nos países europeus que permita a alteração condicional do estatuto de irregular para o de migrante económico regular.⁴⁶⁶

⁴⁶⁵ Consultar [UN Human Rights - Convention on the Rights of the Child](#)

⁴⁶⁶ Ver [European Commission - A European Agenda on Migration](#)

IV. Cooperação para o Desenvolvimento e Comércio Justo Internacional

O desenvolvimento sustentável é a maior prioridade e o maior desafio que a humanidade enfrenta atualmente e o Volt garantirá que a Europa honra os seus compromissos. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definiram uma agenda internacional clara que deve ser seguida, abordando a destruição ambiental, as desigualdades e os conflitos.⁴⁶⁷ A UE e os seus Estados-Membros devem colocar as pessoas e o planeta em primeiro lugar na sua política externa, a fim de alcançar um verdadeiro equilíbrio global. O Volt está empenhado em promover um comércio livre, justo e sustentável, que beneficie o bem-estar de todas as pessoas ao longo da cadeia de valor. A política comercial deve facilitar o desenvolvimento e ser compatível com a cooperação para o desenvolvimento, bem como dar prioridade aos princípios da democracia e dos direitos humanos. Políticas de cooperação para o desenvolvimento centradas em parcerias com países terceiros devem ter uma visão geopolítica, procurando abordar de forma integrada os conflitos, a instabilidade e as causas profundas da migração, capacitando aqueles que são mais vulneráveis e promovendo a paz, a democracia e os direitos humanos.

A. Cooperação para o Desenvolvimento

Ao adotar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os Estados-Membros da UE reconheceram que é necessária uma mudança de paradigma nas políticas internacionais de cooperação para o desenvolvimento.⁴⁶⁸ Hoje em dia, é impossível falar de crescimento económico sem ter em conta os seus impactos ambientais e sociais. O Volt considera que a Europa deve dar o exemplo e promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, não só internamente, mas também nas suas políticas externas. Em particular, a Europa deve concentrar-se nos objetivos de erradicar a pobreza, erradicar a fome, melhorar a qualidade da educação e reduzir as desigualdades. Tudo isto deve

⁴⁶⁷ Ver [UN - About the Sustainable Development Goals](#)

⁴⁶⁸ Ver [European Commission - The 2030 Agenda for Sustainable Development](#) e [Sustainable Development Goals - Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

ser alcançado respeitando o ambiente, a paz, a justiça e a igualdade de género.

Fornecendo mais de 50% de toda a ajuda global para o desenvolvimento, a UE e os seus Estados-Membros são, coletivamente, o maior doador do mundo.⁴⁶⁹ Isto implica uma enorme responsabilidade para a Europa e para os europeus, que são chamados a respeitar os seus compromissos, promovendo a igualdade entre homens e mulheres, bem como os valores gerais da paz, democracia e direitos humanos. No entanto, a coerência e a consistência da ação externa da UE é frequentemente comprometida pela falta de coordenação e de visão a longo prazo. É por isso que o Volt está empenhado em coordenar melhor as políticas de desenvolvimento e de cooperação, para que sejam orientadas por interesses europeus comuns e pelos nossos valores partilhados. Apoiamos políticas de desenvolvimento e cooperação que sejam justas, transparentes e respeitadoras das prioridades de desenvolvimento de cada país. Assim, o Volt quer:

- **Propor que os Estados-Membros e os programas a nível europeu sigam os mesmos ciclos de planeamento e programação**, a fim de prestar o melhor apoio possível aos países em desenvolvimento e de falar em uníssono sobre a nossa política externa.
 - Para o efeito, o Volt propõe replicar o Exercício de Programação Conjunta, que já deu bons resultados nos casos do Camboja e da Palestina, em todas as nossas relações de cooperação para o desenvolvimento.⁴⁷⁰
 - A utilização alargada da programação conjunta nem sempre permitirá coordenar e sincronizar as ações a nível nacional e europeu, mas conduzirá à elaboração de uma estratégia conjunta plenamente alinhada com o plano de desenvolvimento nacional do país parceiro.
- **Transitar para uma forma de cooperação para o desenvolvimento que não se baseie apenas em dinheiros públicos, mas que combine também, de forma inteligente, diferentes fontes de financiamento e investimento do setor privado.** Neste contexto, o Volt saúda o Plano de Investimento Externo da União Europeia⁴⁷¹ e promove a utilização de várias formas de financiamento combinado, em coordenação com instituições financeiras internacionais.
- **Defender que o desenvolvimento económico dos países parceiros da Europa respeite as preocupações de sustentabilidade.** As iniciativas de inclusão financeira devem contribuir para a criação de sociedades mais justas, onde as diferenças geradas pelo crescimento e as desigualdades são substancialmente reduzidas.

⁴⁶⁹ Ver [European Commission - EU Aid Explorer](#)

⁴⁷⁰ Ver [European Commission International Cooperation and Development - Joint Programming](#)

⁴⁷¹ Consultar [European Commission International Cooperation and Development - EU External Investment Plan](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Apoiar a utilização de novas tecnologias e de métodos inovadores de consumo e de produção para promover o crescimento inclusivo e ecológico.**
- **Promover e apoiar o desenvolvimento de um quadro de boa governação com base em critérios sustentáveis e mensuráveis,** segundo os quais deve ser determinada a elegibilidade dos países para receberem ajuda europeia para o desenvolvimento.
- **Coordenar a cooperação para o desenvolvimento a nível europeu** como parte integrante da política externa comum e com base no princípio do desenvolvimento sustentável.
- **Introduzir o financiamento com base em resultados** como parte da política externa comum de cooperação para o desenvolvimento.
 - Em vez de estudar apenas o financiamento de que necessita, o país beneficiário cuidará também de estudar os resultados desse financiamento. Esses resultados serão recompensados de acordo com critérios e montantes acordados.
- **Defender a implementação de sistemas fiscais sólidos** como parte da cooperação para o desenvolvimento. Isto inclui:
 - A promoção de uma economia interna que permita reduzir a dependência da assistência internacional, por exemplo, incentivando o aumento da cobrança de impostos, melhorando a imagem pública da tributação e dos seus benefícios, bem como revendo e melhorando a política fiscal.
 - A prevenção e punição da evasão fiscal por parte de indivíduos e empresas (estrangeiras).
 - O desenvolvimento de instrumentos financeiros, nomeadamente de obrigações, tanto do setor público como privado, para que os cidadãos possam investir as suas poupanças no seu próprio país em vez de enviar esse dinheiro para o estrangeiro.
- **Estimular as economias locais e a criação de novos empregos** através da promoção de cadeias de produção e de comércio que utilizem tecnologias sustentáveis.

B. Comércio Internacional

O Volt apoia o comércio livre e justo a nível mundial baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável e que coloque as pessoas e o planeta à frente do lucro. Ao negociar compromissos comerciais a nível bilateral ou multilateral, devem ser incluídos e respeitados vários princípios fundamentais. O comércio internacional deve: 1) basear-se em normas regulamentares; 2) ser recíproco; 3) não ser discriminatório; e 4) trabalhar ativamente para o desenvolvimento

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

sustentável de todos os países envolvidos. Isto significa que o comércio livre deve ser promovido, mas não deve ser desregulado. O comércio internacional deve respeitar os direitos humanos e as limitações dos recursos da Terra.

B.1. Comércio livre, justo e sustentável com base em normas regulamentares.

- **Defender acordos comerciais multilaterais em vez de acordos comerciais unilaterais e de acordos entre um número limitado de parceiros comerciais.** O comércio livre e equitativo a nível mundial é mais eficaz e eficiente se for aplicável o mesmo conjunto de regras a todas as nações comerciais.
- **Apoiar a OMC e instituições relacionadas com o comércio** - como o FMI, o Banco Mundial, a CNUCED, a OCDE e a OIT - para garantir um comércio livre e justo baseado em normas regulamentares a nível mundial. O Volt trabalhará ativamente para reformar adequadamente essas instituições com o objetivo de garantir que seus mandatos priorizam o desenvolvimento sustentável e que o crescimento económico permanece dentro das possibilidades dos nossos recursos naturais a nível mundial. Devido à importância de alcançar o Equilíbrio Global no comércio internacional, o Volt, em particular, apoia a abordagem de "*due diligence*" (diligência prévia) da OCDE como requisito para empresas que operam em cadeias de valor globais. Tal inclui a preservação e a adoção de mecanismos comerciais eficazes, tais como instrumentos *antidumping* e anti subvenções.
- **Apoiar a implementação de políticas relacionadas com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs)⁴⁷² e as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais** (versão revista de 2011)⁴⁷³ que incorporam os UNGPs e estabelecem as bases para uma conduta responsável de negócio em cadeias de valor.
- **Cumprir ativamente os compromissos dos Estados europeus** e de outros Estados desenvolvidos de diminuir e, eventualmente, acabar com os subsídios à exportação relacionados com produtos agrícolas.
- **Acompanhar de perto os efeitos dos mecanismos independentes de resolução de litígios recentemente criados** e dissolvê-los se ficar claro que afetam negativamente os cidadãos europeus e o ambiente, ou que favorecem de forma desproporcionada os investidores privados que os utilizam.

⁴⁷² Ver [UN Human Rights - Guiding Principles on Business and Human Rights](#)

⁴⁷³ Ver [OECD Guidelines for Multinational Enterprises](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- Estruturar os tribunais de investimento recentemente propostos de modo a não interferir nas decisões democráticas tomadas em prol do interesse público. O novo tribunal de investimento deve trabalhar com base na transparência e na igualdade.⁴⁷⁴
- **Introduzir mecanismos vinculativos de supervisão e arbitragem para a avaliação de violações dos direitos humanos e de casos em que se provoquem danos ambientais,** com mecanismos que incentivem a sociedade civil a envolver-se e a reclamar.

B.2. Comércio livre, justo e sustentável de forma recíproca

- **Tirar partido das atuais políticas europeias em relação às importações de países em vias de desenvolvimento,** como a iniciativa "Tudo Menos Armas", e suprimir as políticas intra-UE que impedem que os países menos desenvolvidos possam eficazmente exportar para a UE.
- **Apoiar e defender o caráter de mercado aberto da UE.** A redução gradual dos direitos aduaneiros externos deve continuar a ser uma prioridade, bem como a eliminação das restantes restrições não pautais.
- **Melhorar a legitimidade democrática do sistema de governação "conduzida por membros" da OMC⁴⁷⁵**
 - Apoiar a rápida conclusão da Agenda de Doha para o Desenvolvimento, se necessário através do estabelecimento de acordos plurilaterais sob a tutela da OMC.⁴⁷⁶
 - A UE e outros membros desenvolvidos da OMC devem trabalhar no sentido de diminuir e, a longo prazo, acabar com todos os subsídios à exportação de produtos agrícolas.
 - O acesso ao mercado para produtos não agrícolas deve ser assegurado e promovido. As práticas que contrariam uma liberalização gradual, como o aumento de taxas aduaneiras e a aplicação de picos pautais, devem ser combatidas.
 - As negociações sobre os direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio devem centrar-se particularmente na garantia de um equilíbrio de

⁴⁷⁴ Ver [European Parliament Think Tank - From arbitration to the investment court system \(ICS\): The evolution of CETA rules](#)

⁴⁷⁵ **N. do T.:** Conceito de “*member-driven organisation*”: Organização em que as decisões são tomadas diretamente pelos seus membros, geralmente por consenso, não havendo delegação dessas responsabilidades de decisão a nenhum corpo central de direção ou gestão.

⁴⁷⁶ Ver [WTO Doha 4th Ministerial declaration](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

interesses entre os membros da OMC no que respeita à patenteabilidade de invenções no domínio da biotecnologia, à proteção das variedades vegetais e às medidas necessárias para a proteção da saúde pública.

- É necessária uma maior liberalização do comércio de serviços nos setores que sejam relevantes para os países em vias de desenvolvimento.
 - Os recursos do Secretariado da OMC devem ser utilizados especificamente para facilitar a cooperação com as outras organizações internacionais, a fim de garantir que a assistência técnica é mais eficiente e eficaz.
 - As potencialidades dos métodos de retaliação cruzada e de resolução de conflitos devem ser exploradas para melhor garantir a aplicação das decisões tomadas pelo Órgão de Resolução de Litígios.
 - As interpretações autorizadas devem ser utilizadas para permitir o controlo judicial a vários níveis dos regulamentos comerciais, de modo a conferir maior legitimidade democrática ao sistema de governação "conduzida pelos membros" da OMC (conceito de *member-driven organisation*).
- **Apoiar uma estratégia europeia de "Comércio e Ajuda" que favoreça o comércio em detrimento da ajuda assim que o nível de desenvolvimento do país parceiro permita reduzir a ajuda para o desenvolvimento.**
 - A prioridade deve residir no desenvolvimento de uma estrutura de governação forte com base em programas orientados para os cidadãos. A integração dos países em desenvolvimento na economia mundial deve ser o principal objetivo da ajuda ao desenvolvimento, desde que essa integração beneficie os cidadãos desse país de uma forma equitativa. A revisão atempada das estruturas de cooperação para o desenvolvimento deve ser institucionalizada, a fim de assegurar uma distribuição equitativa e justa das ajudas sociais.
 - **Rever e adaptar em conformidade as disposições especiais e de tratamento diferenciado dos acordos abrangidos pela OMC**, a fim de assegurar uma abordagem integrada e coerente da cooperação para o desenvolvimento.

Desafio 5

Dar Voz aos Cidadãos

Visão

Para o Volt, a UE é um espaço político único à espera de ser ocupado por uma verdadeira atmosfera democrática. Os cidadãos europeus precisam de ser capazes de tomar decisões políticas informadas, de influenciar a política para além das eleições e de exercer os seus direitos em democracias vibrantes, robustas e com espírito participativo.

Em primeiro lugar, incentivamos as comunidades locais a começarem a encarar a União Europeia como um potencial instrumento de resolução de problemas - em oposição aos que dizem que é um criador de problemas - e a colaborar além-fronteiras na resolução dos seus problemas locais. O Volt irá realçar as oportunidades de utilizar construtivamente os espaços europeus onde eles existem, de utilizar as ferramentas disponíveis e de desenvolver novos canais para a participação dos cidadãos na vida política. Além disso, o Volt participará em atividades de reforço de competências destinadas a reforçar a participação e a influência dos cidadãos nos processos políticos. E, claro, vamos praticar aquilo que defendemos, aplicando as normas que estabelecemos para a capacitação dos cidadãos no nosso próprio movimento.

Queremos promover esferas públicas vibrantes, pluralistas e acessíveis, razão pela qual defendemos uma série de medidas para salvaguardar a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social em toda a Europa e apoiamos a criação de um espaço europeu de comunicação social de carácter transnacional. Apoiamos igualmente setores da indústria cultural e criativa fortes e dinâmicos, pois estes são fundamentais para a conservação do pluralismo europeu. Queremos também assegurar a transparência dos dados de natureza pública. Pensamos que a divulgação de informação proporciona um portal ideal e eficaz para a participação dos cidadãos: pode proporcionar uma base objetiva para a

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

análise, o debate e a educação, bem como capacitar os cidadãos para uma utilização inovadora da informação de que dispõem e reconhecer o seu papel como geradores de mudança.

Queremos multiplicar as oportunidades dos cidadãos de influenciar os processos políticos. Em toda a Europa, os cidadãos escolhem os seus representantes europeus, nacionais e locais através do ato eleitoral, e queremos garantir que as eleições em toda a Europa são livres e justas. Reconhecemos também que a evolução da política, de um modo geral, e as tecnologias digitais, em particular, deram origem a uma variedade de instrumentos e processos que permitem que os cidadãos participem ativamente na vida cívica e democrática muito além das eleições. É por isso que defendemos uma série de ferramentas concretas para reforçar a democracia europeia participativa e transnacional.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

I. Promover uma esfera pública vibrante, pluralista e aberta para que os cidadãos possam tomar decisões políticas informadas

Uma cidadania europeia reforçada exige esferas públicas vibrantes, pluralistas e acessíveis em cada um dos Estados-Membros da UE e em toda a Europa. Só são possíveis decisões políticas informadas em condições de livre acesso à informação. Isso exige uma esfera pública funcional, saudável e independente, na qual os cidadãos não apenas têm acesso a informação de qualidade, mas também são capazes de processar essa informação; na qual diversas visões são debatidas publicamente pelos meios de comunicação, atores políticos e sociedade civil; e na qual os cidadãos podem escolher entre várias opções políticas válidas.

A. Promover espaços culturais e mediáticos livres e pluralistas

"São respeitados a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social."⁴⁷⁷ A liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pilares essenciais da democracia, pelo que estão consagrados como valores fundamentais na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.⁴⁷⁸ Infelizmente, o panorama mediático europeu atual está sob grande pressão: a independência e o pluralismo dos meios de comunicação social estão ameaçados em muitos Estados europeus e o cenário mediático transnacional está ainda a dar os seus primeiros passos na Europa. Além disso, os hábitos de informação e comunicação de muitos cidadãos mudaram para a Internet. Por um lado, a Internet facilita o acesso à informação e oferece aos cidadãos novas oportunidades de participação, debate e formação de opiniões. Por outro lado, o surgimento de um mercado digital de notícias coloca desafios fundamentais ao jornalismo de qualidade, tanto online como impresso. As agências de notícias de todo o mundo esforçam-se por encontrar modelos de negócio

⁴⁷⁷ Ver a [Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia](#)

⁴⁷⁸ O compromisso da UE de respeitar a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social, bem como o direito à informação e à liberdade de expressão, está consagrado no artigo 11º da Carta dos Direitos Fundamentais, semelhante ao disposto no artigo 10º da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais. Ver [Conclusions of the Council and of the Representatives of the Governments of the Member States, meeting within the Council, on media freedom and pluralism in the digital environment](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

sustentáveis, enquanto que as campanhas coordenadas de desinformação estão a minar a própria essência do discurso racional e da tomada de decisões em todo o mundo. Este panorama enfraquece a confiança do público nas instituições democráticas.⁴⁷⁹

O Volt esforça-se por apoiar soluções inovadoras para estes desafios, estimulando os cidadãos a usar as ferramentas disponíveis para navegar pelos complexos meios de comunicação da atualidade. O Volt defende, por isso, um conjunto de medidas para salvaguardar a liberdade dos meios de comunicação social e o seu pluralismo em toda a Europa, promovendo o surgimento de uma esfera pública transnacional. O Volt também advoga o reforço da diversidade cultural na Europa, a fim de salvaguardar o pluralismo que está na base da construção europeia como um todo.

A.1. Garantir o pluralismo dos meios de comunicação social

- **Incentivar o jornalismo de qualidade e tratar este setor como um bem público e não como outra área de negócio qualquer.**⁴⁸⁰ Embora as instituições públicas de radiodifusão em muitos países europeus simbolizem a perceção do jornalismo de qualidade como um bem público, o quadro dos meios de comunicação de qualidade é composto igualmente por uma série de intervenientes privados. A grande maioria destes intervenientes atualmente tem dificuldade em financiar os seus esforços com os instrumentos de que dispõem ao abrigo dos critérios do mercado livre (ou seja, meramente através da publicidade). Na esfera digital, os utilizadores acedem frequentemente às notícias através das redes sociais, onde algoritmos pouco transparentes muitas vezes não conseguem distinguir os meios de comunicação de qualidade dos fraudulentos, e que faz também com que os utilizadores esperem poder aceder gratuitamente a conteúdos jornalísticos. Alguns atores nesta área protegem os seus conteúdos de elevada qualidade recorrendo a programas de subscrição, restringindo os utilizadores que não pagam. Outros, como o The Guardian, até agora abstiveram-se de o fazer, confiando antes nas contribuições dos leitores e assentando num modelo que mantém os seus produtos acessíveis a todos. O Volt encoraja fortemente a exploração de mecanismos de financiamento inovadores para garantir a oferta de jornalismo de qualidade enquanto bem público, salvaguardando a sua natureza de não-exclusividade e não-rivalidade, em toda a Europa.

⁴⁷⁹ Consultar [Edelman, 2018 Executive summary](#)

⁴⁸⁰ Ver [Journalism as a public good: A Scandinavian perspective](#) e [Nieman Reports - News is a Public Good](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Trabalhar para garantir a liberdade de informação e a liberdade de expressão.** Uma cidadania participativa não é possível sem as liberdades de informação e de expressão.⁴⁸¹ Estas liberdades devem ser defendidas tanto na Internet como no dia-a-dia.⁴⁸² O Volt trabalhará para assegurar que sejam tomadas medidas relevantes para defender a liberdade de informação e de expressão na Europa, especialmente em locais onde estas liberdades estão a ser postas em causa. Por isso, o Volt apela à Comissão e aos Estados-Membros para que apoiem e reforcem plenamente os instrumentos já desenvolvidos no que respeita à promoção e defesa dos direitos e liberdades consagrados no artigo 11º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, como é o caso do Observatório do Pluralismo dos Meios de Comunicação Social e a Plataforma do Conselho da Europa para promover a proteção do jornalismo e a segurança dos jornalistas.⁴⁸³
- **Garantir a segurança dos jornalistas.** A segurança dos jornalistas é de importância fundamental para um panorama pluralista nos meios de comunicação social. O Volt apoia uma série de medidas destinadas a garantir que os jornalistas na Europa estejam seguros e disponham de ambientes de trabalho protegidos, por exemplo, instando os Estados-Membros a apoiar plenamente a iniciativa lançada pelos Repórteres Sem Fronteiras para a criação de um Representante Especial para a segurança dos jornalistas junto do Secretário-Geral das Nações Unidas.⁴⁸⁴
- **Exigir transparência no que diz respeito à propriedade e à influência dos meios de comunicação social.** Para poderem tomar decisões informadas, os consumidores dos meios de comunicação social devem ser capazes de compreender quais os interesses que um meio de comunicação serve. Os Estados são chamados a assegurar a independência das suas autoridades reguladoras do setor audiovisual e a tomar medidas adequadas para alcançar uma verdadeira transparência no que diz respeito aos proprietários dos meios de comunicação social e às suas fontes de financiamento. Apelamos também aos Estados para que garantam o direito dos jornalistas a proteger as suas fontes, que protejam esses profissionais de influências indevidas e,

⁴⁸¹ «1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber e de transmitir informações ou ideias, sem que possa haver ingerência de quaisquer poderes públicos e sem consideração de fronteiras. 2. São respeitados a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social.» - [Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia](#). Ver também [Conclusions of the Council and of the Representatives of the Governments of the Member States, meeting within the Council, on media freedom and pluralism in the digital environment](#)

⁴⁸² Para mais informações, consultar *Desafio 1 - Smart State: um Estado Inteligente, V. Garantir direitos e liberdades num mundo digital, D. Direitos digitais*.

⁴⁸³ Ver [European Parliament resolution of 3 May 2018 on media pluralism and media freedom in the European Union](#)

⁴⁸⁴ *Ibid.*

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

consoante o seu contexto nacional, que evitem eventuais efeitos negativos da excessiva concentração de propriedade de meios de comunicação social.⁴⁸⁵

- **Promover a educação para a literacia mediática.**⁴⁸⁶ A alfabetização mediática inclui todas as capacidades técnicas, cognitivas, sociais, cívicas e criativas que permitem que uma pessoa tenha acesso aos meios de comunicação social, tenha uma compreensão crítica dos mesmos e interaja com eles.⁴⁸⁷ No cenário atual das notícias e dos *media*, torna-se cada vez mais importante ser capaz de distinguir entre fontes e notícias credíveis ou falsas. O Volt procurará apoiar medidas educacionais levadas a cabo por instituições de ensino, bem como fortalecer o papel da sociedade civil, das instituições públicas e da comunidade académica nesta área.⁴⁸⁸ Como também mencionado no Desafio 1 (*Smart State*), o Volt apoia os esforços das escolas para estimular o pensamento crítico, não apenas em relação aos *media*, mas também em relação à informação disseminada por pessoas individuais (por exemplo, políticos) e instituições (por exemplo, ONGs, organizações da sociedade civil, *think tanks*, partidos políticos, etc.).
- **Pressionar a UE a salvaguardar a esfera pública democrática necessária para o funcionamento de uma democracia europeia.**⁴⁸⁹ Para que as esferas públicas sejam favoráveis a uma democracia funcional, devem ser espaços onde o debate aberto e livre pode ocorrer entre diversos intervenientes - cidadãos, organizações da sociedade civil, agentes políticos, meios de comunicação social, etc. O Volt pretende reforçar a capacidade da UE de defender os direitos fundamentais dos seus cidadãos e de intervir eficazmente nos casos em que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são ameaçados nos

⁴⁸⁵ Ver [Conclusions of the Council and of the Representatives of the Governments of the Member States, meeting within the Council, on media freedom and pluralism in the digital environment](#)

⁴⁸⁶ Para mais informação, consultar *Desafio 1 - Smart State: um Estado Inteligente, II. Criar um sistema de ensino para o futuro, B. Ensino básico e secundário, B.3. Reforma das Metas Curriculares*

⁴⁸⁷ Esta é a definição do grupo de peritos em literacia mediática da UE (MLEG). A Comissão Europeia reúne as partes interessadas na literacia mediática num grupo de peritos que reúne anualmente para identificar, documentar e alargar as boas práticas no domínio da literacia mediática, facilitar a criação de redes entre as diferentes partes interessadas, com o objetivo de promover o enriquecimento mútuo, explorar sinergias entre diferentes políticas da UE e apoiar programas e iniciativas no domínio da literacia mediática. Para mais, consultar [European Commission - Meetings of the Media Literacy Expert Group](#)

⁴⁸⁸ Um inquérito realizado pelo grupo de peritos em literacia mediática da UE em 2016 revelou que, das principais partes interessadas na literacia mediática, mais de um terço foi classificado como sociedade civil, seguindo-se as autoridades públicas e as instituições académicas. Mais de dois terços de todas as partes interessadas não tinham uma responsabilidade oficial neste domínio, mas basearam o seu envolvimento noutras motivações. Para mais informações, consultar [Mapping of media literacy practices and actions in EU-28](#)

⁴⁸⁹ Consultar [A free and pluralistic media to sustain European democracy - The Report of the High Level Group on Media Freedom and Pluralism](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

Estados-Membros.⁴⁹⁰ Por exemplo, o Volt apela à Comissão para que proponha uma diretiva anti-SLAPP (ação judicial estratégica contra a participação pública)⁴⁹¹ que proteja os meios de comunicação independentes de ações judiciais abusivas destinadas a silenciá-los ou a intimidá-los.⁴⁹² O Volt explorará a introdução de outros mecanismos que permitam uma supervisão eficaz da independência dos meios de comunicação social a nível europeu, que seria conduzida por um organismo politicamente independente

- **Criar uma verdadeira esfera pública pan-europeia.** O Volt incentivará a UE a agir sempre que possam ser necessárias regras no mercado único para evitar distorções no funcionamento dos meios de comunicação social resultantes de legislações divergentes entre os Estados-Membros, especialmente no que respeita às notícias online e aos meios de comunicação social estatais.⁴⁹³ O Volt defende a criação de meios de comunicação social pan-europeus que divulguem conteúdos mediáticos e culturais em toda a UE, a fim de permitir o surgimento de um espaço público e uma democracia transnacionais, advogando ainda a acessibilidade além-fronteiras em toda a UE dos conteúdos nacionais de radiodifusão pública e apelando a um aumento do apoio e do financiamento europeu para a formação de jornalistas, bem como para o jornalismo de qualidade e de investigação na UE.
- **Incentivar uma maior cobertura mediática dos assuntos da UE.** O Volt incentivará a cobertura em direto de encontros parlamentares nacionais e europeus pelos meios de comunicação social estatais, como contributo para a promoção de uma esfera pública pan-europeia. Serão necessárias medidas práticas a nível da UE e dos Estados-Membros para incentivar uma cobertura mais alargada dos assuntos europeus pelos meios de comunicação social. A nível institucional, tal poderá incluir a realização de entrevistas regulares com os presidentes das instituições europeias por parte de painéis especializados dos meios de comunicação social nacionais por toda a UE.⁴⁹⁴ O objetivo seria promover uma compreensão mais profunda da dimensão europeia das várias políticas nacionais.⁴⁹⁵

⁴⁹⁰ Por exemplo, ao trabalhar no sentido de aumentar a eficácia do atual procedimento após o artigo 7º do Tratado da União Europeia. Ver [European Parliament - Rule of law concerns in member states: how the EU can act \(infographic\)](#)

⁴⁹¹ **N. do T.:** Do original *Strategic Lawsuit Against Public Participation* - SLAPP.

⁴⁹² Ver [European Parliament resolution of 3 May 2018 on media pluralism and media freedom in the European Union](#)

⁴⁹³ Consultar [A free and pluralistic media to sustain European democracy - The Report of the High Level Group on Media Freedom and Pluralism](#)

⁴⁹⁴ *Ibid.*

⁴⁹⁵ *Ibid.*

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Apoiar as normas propostas pelo Conselho da Europa para assegurar o pluralismo de meios de comunicação social.**⁴⁹⁶

A.2. Lutar para garantir a existência de meios de comunicação estatais robustos e independentes nos Estados-Membros

- **Assegurar um financiamento adequado para os meios de comunicação social estatais.** Incentivar os Estados-membros a conceder financiamento público aos *media* apenas com base em critérios objetivos, transparentes e não discriminatórios. Trabalhar para assegurar a existência de uma fonte de financiamento para os meios de comunicação que, por um lado, sejam essenciais para o pluralismo (incluindo o pluralismo geográfico, linguístico, cultural e político) mas que, por outro lado, não sejam comercialmente viáveis. Garantir que a UE tem a capacidade de intervir nos casos em que os cortes no orçamento de Estado destinado aos agentes da comunicação social ameacem a liberdade e o pluralismo da comunicação social. Especificamos que qualquer financiamento da UE está sujeito à adesão aos valores fundamentais da UE, tal como especificado no Artigo 2º do Tratado da União Europeia.
- **Garantir a independência dos meios de comunicação social em relação aos governos.** Garantir que os meios de comunicação social estatais não são sujeitos a interferências governamentais. Assegurar que os meios de comunicação social estatais são supervisionados por organismos independentes, como Conselhos de Comunicação Social, compostos por membros que tenham opiniões políticas e culturais diversificadas.⁴⁹⁷
- **Trabalhar para assegurar um equilíbrio saudável entre os meios de comunicação social estatais e privados.** Os meios de comunicação social públicos sem fins lucrativos têm um papel especial a desempenhar na manutenção do pluralismo e dos valores democráticos: se os meios de comunicação social apenas seguissem os princípios do mercado livre, a diversidade cultural e linguística na Europa seria comprometida. No entanto, em alguns países, existem preocupações quanto ao risco de concorrência injusta. Reconhecendo os diferentes contextos jurídicos e culturais nos Estados-Membros, o Volt defenderá o reforço ou a implementação de mecanismos de controlo pertinentes, como a criação de conselhos de comunicação social independentes ou de provedores de justiça para os meios de

⁴⁹⁶ Ver [Council of Europe - Recommendations and declarations of the Committee of Ministers of the Council of Europe in the field of media and information society Strasbourg, 2016](#)

⁴⁹⁷ Consultar [A free and pluralistic media to sustain European democracy - The Report of the High Level Group on Media Freedom and Pluralism](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

comunicação social, a fim de assegurar um equilíbrio saudável entre os meios de comunicação social estatais sem fins lucrativos e os privados.

- **Impulsionar a exploração e o desenvolvimento de mecanismos inovadores para envolver os cidadãos na conceção de programas dos meios de comunicação social do Estado.**
- **Promover a criação de um espaço mediático europeu.** Apelar a um aumento do orçamento da UE para o apoio financeiro à formação de jornalistas e à garantia de qualidade do jornalismo de investigação na UE.

A.3. Criar uma Plataforma Europeia Pública de Radiodifusão

- **Trabalhar no sentido de criar uma plataforma europeia comum de radiodifusão,** a fim de proporcionar aos cidadãos europeus um meio eficaz de receber informações sobre a situação política nos vários Estados-Membros. Incentivar a Radiodifusão Europeia a servir de plataforma para conteúdos traduzidos provenientes dos Estados-Membros, sendo os conteúdos disponibilizados através de diversos meios (rádio, televisão e Internet). O canal franco-alemão Arte⁴⁹⁸ poderá servir de exemplo.

A.4. Fomentar a Cultura e a indústria criativa para que sejam setores fortes e dinâmicos

- **Salientar a importância do setor da cultura e da indústria criativa na construção de democracias dinâmicas.** As indústrias culturais e criativas são vitais para uma esfera pública vibrante, pluralista e acessível, na medida em que complementam os meios de comunicação social no tratamento de informação e de conteúdo cultural em qualquer sociedade. Debates sobre questões politicamente relevantes são frequentemente objeto de produções literárias, musicais ou teatrais. Além disso, a cultura e a criatividade desempenham um papel importante no reforço da identidade única de cada país e região, podendo também ser importantes impulsionadores e facilitadores da inovação e do empreendedorismo. A cultura tem igualmente um papel importante a desempenhar na promoção da inclusão social.⁴⁹⁹ O património cultural comum da Europa tem servido de força unificadora desde o início da integração

⁴⁹⁸ Disponível em www.arte.tv

⁴⁹⁹ Ver [European Commission - Culture](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

européia após a Segunda Guerra Mundial, contribuindo para um sentimento comum de pertença em toda a UE. O Volt apoia plenamente o lema "unidos na diversidade" da União Europeia e sublinha a importância da indústria cultural e criativa na promoção de diálogos construtivos nas democracias europeias.

- **Apelar a um aumento do financiamento da UE para a cooperação cultural transnacional na Europa.** O financiamento da UE para a cultura, através do programa Erasmus+, apoia programas para os europeus estudarem, receberem formação, adquirirem experiência e fazerem voluntariado no estrangeiro,⁵⁰⁰ contribuindo assim para o intercâmbio entre europeus e promovendo a construção de uma identidade europeia comum. O financiamento do setor audiovisual, cultural e criativo é assegurado através do programa Europa Criativa.⁵⁰¹ A UE apoia igualmente projetos que promovem a conservação e a investigação no domínio do património cultural europeu.⁵⁰² O Volt defende um aumento do financiamento da UE para a cooperação cultural transnacional.
- **Reduzir os encargos administrativos para receber financiamento.** O financiamento da UE está frequentemente associado a uma carga administrativa extremamente elevada para os candidatos, exigindo um investimento considerável de tempo e dedicação. Isto torna desproporcionalmente difícil para os requerentes de menor dimensão e organizações da sociedade civil candidatarem-se a fundos europeus. Ao mesmo tempo, o financiamento externo é de importância fundamental para muitos destes pequenos agentes, desempenhando o financiamento da UE um papel significativo no que diz respeito ao seu potencial de se envolverem em atividades transfronteiriças. O Volt defende a diminuição desta carga administrativa, assegurando simultaneamente que os critérios necessários em matéria de transparência e responsabilização sejam mantidos.
- **Fomentar medidas para alcançar os objetivos da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade Cultural (2005).**⁵⁰³

⁵⁰⁰ Ver mais sobre o [Programa Erasmus+](#)

⁵⁰¹ Consultar [European Commission - Creative Europe](#)

⁵⁰² Mais informação em [European Commission - Cultural Heritage](#)

⁵⁰³ Ver [UNESCO - Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions 2005](#). A convenção foi ratificada pela União Europeia - ver [Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions. Paris, 20 October 20051](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

B. Dados Abertos de entidades públicas

A digitalização, o aumento da conectividade, a abertura e a transparência têm vindo a conduzir a mudanças nas expectativas dos cidadãos no que diz respeito à comunicação e ao acesso aos dados das entidades públicas. Os dados abertos - dados recolhidos por instituições públicas que são depois partilhados com o público - constituem uma porta de entrada ideal e eficaz para a capacitação dos cidadãos. Fornecem uma base objetiva para análise, debate e educação, mas também permitem que os cidadãos façam um uso inovador dos dados disponíveis. Também pode ser usado para promover a confiança nas instituições governamentais, uma vez que as entidades públicas têm a oportunidade de se tornarem mais eficazes e eficientes, ao passo que os cidadãos têm a capacidade de verificar os factos em que se baseiam as políticas, bem como os seus resultados. No entanto, para que isso aconteça, os cidadãos precisam de ter a liberdade de acesso e as competências necessárias para interpretar estes dados. O nosso apelo à abertura de dados ao público, por um lado, implica um forte empenho na proteção de dados privados, por outro, apela à promoção de medidas educativas em matéria de interpretação de dados.

- **Defender a publicação e a liberdade de acesso dos dados relativos à administração pública.** Defender a compreensão dos dados abertos como um bem público, o que significa que não são exclusivos (todos podem ter acesso), nem incompatíveis (o uso por parte de uma pessoa não afeta a disponibilidade para outros). Encorajar a partilha de dados públicos ao abrigo de uma licença aberta e num formato aberto. Mais especificamente, insistir no carácter de abertura de dados relativos a investigações financiadas por fundos públicos.
- **Insistir na proteção de dados privados e garantir que os dados divulgados publicamente não comprometam a privacidade de quem os concedeu.** Insistir na proteção da privacidade dos cidadãos, tendo em conta a possibilidade de serem agregadas grandes quantidades de dados recolhidos por intervenientes governamentais e entidades privadas. Garantir que nenhum dado possa ser associado a informações pessoais dos cidadãos, como o nome, o número de identificação, a morada, etc. Apelar a um aumento da investigação sobre medidas destinadas a salvaguardar a privacidade dos cidadãos, uma vez que os dados a seu respeito são recolhidos pelas autoridades públicas (e privadas) durante um período prolongado.⁵⁰⁴
- **Defender um aumento geral da transparência governamental.**⁵⁰⁵ Incentivar o acesso regular dos cidadãos aos dados, prioridades e

⁵⁰⁴ Ver [Berkman Klein Center - Practical Approaches to Big Data Privacy Over Time](#)

⁵⁰⁵ Para mais informações, consultar *Desafio 1 - Smart State: um Estado Inteligente, I. Eficácia administrativa para reduzir custos e melhorar a qualidade do serviço, A. Revolução Digital, A.2.*

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

conclusões do governo de uma forma que seja facilmente compreendida - por exemplo, através da publicação regular de relatórios orçamentais "de compreensão fácil"⁵⁰⁶ e da clarificação dos processos legislativos. Incentivar a partilha de dados e serviços entre entidades administrativas, a fim de promover a redução de custos e a eficiência.⁵⁰⁷

- **Salientar os potenciais efeitos positivos dos dados abertos** no que respeita à criação de conhecimento, à participação dos cidadãos e à inovação.
- **Garantir que todos os Estados-Membros da UE e as suas autoridades locais cumprem a Carta Internacional de Dados Abertos até 2020.**⁵⁰⁸ Os dados devem ser: 1) abertos por defeito (ou seja, todos os dados recolhidos pelas instituições estatais são publicados automaticamente, a menos que os governos possam justificar a sua não divulgação); 2) publicados de forma atempada e compreensível; 3) acessíveis e utilizáveis (em formato legível por máquina e sob licença aberta - o que garante que não só as empresas com uma equipa bem remunerada podem aceder aos dados, mas também pessoas comuns como estudantes ou reformados interessados); 4) comparáveis e interoperáveis; 5) utilizados para uma melhor governação e participação dos cidadãos; 6) utilizados no desenvolvimento, na promoção da inclusão social e na inovação.

Governança Digital (e-Governance) e também Desafio 1 - Smart State: um Estado Inteligente, I. Eficácia administrativa para reduzir custos e melhorar a qualidade do serviço, D. Glass State ("Estado de vidro")

⁵⁰⁶ **N. do T.:** Do original "user-friendly"

⁵⁰⁷ A Estónia usa este modelo com sucesso no projeto X-Road: [e-Estónia: X-Road](#)

⁵⁰⁸ Consultar em [The Open Data Charter](#)

II. Fortalecer a capacidade dos cidadãos de influenciar a política

O artigo 21º da Declaração Universal dos Direitos Humanos garante a todas as pessoas "o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos". O funcionamento da própria União Europeia "baseia-se na democracia representativa", bem como na democracia participativa,⁵⁰⁹ com uma grande variedade de formas de democracia a nível local, nacional e transnacional. Em toda a Europa, os cidadãos escolhem os seus representantes através do ato eleitoral. No entanto, a democracia eleitoral deve ser complementada e reforçada através de mecanismos de democracia participativa. A evolução política em geral, e as tecnologias digitais em particular, deram origem a uma série de instrumentos e processos que permitem aos cidadãos participar mais ativamente na vida cívica para além das eleições.

Através da participação pública generalizada nos assuntos cívicos e do uso de ferramentas democráticas, os cidadãos podem ajudar a garantir que os seus interesses individuais e coletivos são ouvidos e considerados pelos órgãos de governo responsáveis. O Volt defende o reforço da democracia da UE e das democracias dos seus Estados-Membros através da criação de mecanismos adicionais de responsabilização política. Começando localmente, os cidadãos são encorajados a elevar as suas preocupações até ao nível europeu, colaborando além-fronteiras, não só fazendo uso das ferramentas existentes - como a liberdade de informação ou a realização de pedidos ou queixas à Comissão Europeia e ao Provedor de Justiça Europeu - mas também das que estão agora a ser desenvolvidas - os novos canais de participação cívica, como as Iniciativas de Cidadania Europeia. O Volt participará numa série de atividades de reforço de competências com o objetivo de permitir um envolvimento significativo dos cidadãos, permitindo que os cidadãos, as instituições

⁵⁰⁹ Consultar o [Tratado da União Europeia](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

governamentais e outros intervenientes participem numa troca de ideias útil. Ao fazê-lo, o Volt reforçará a capacidade dos cidadãos de influenciar a política para além das eleições.

A. Melhorar a acessibilidade das eleições a nível europeu, nacional e local⁵¹⁰

- **Assegurar que todos os cidadãos europeus têm a possibilidade de votar em eleições livres e justas.** O direito ao voto é um dos direitos fundamentais dos cidadãos europeus. No entanto, vários grupos de pessoas - como as pessoas com deficiência, idosas ou doentes - enfrentam atualmente dificuldades no exercício do seu direito ao voto devido à falta de acessibilidade das eleições.⁵¹¹ O Volt insistirá na eliminação das barreiras atuais à participação nas eleições, tais como restrições à capacidade jurídica, falta de acesso à informação e às mesas de voto, e uma falta generalizada de consciencialização entre os cidadãos envolvido.⁵¹² Assegurar que a organização e o agendamento das eleições incentivam uma elevada participação dos eleitores.
- **Incentivar os cidadãos da UE a exercerem o seu direito de voto no Estado-Membro em que vivem.** Eliminar os obstáculos que atualmente impedem os cidadãos da UE residentes noutra Estado-Membro de votar nas eleições em que têm direito a votar. Incentivar os Estados-Membros a facilitar o registo dos cidadãos em mobilidade na UE e a reduzir os encargos administrativos.⁵¹³
- **Promover medidas para incentivar os cidadãos em mobilidade na UE a tirarem partido dos seus direitos e oportunidades para participarem na vida cívica e política do seu país de origem.**
- **Explorar a votação por via eletrónica.** Defender um maior desenvolvimento e implementação do voto eletrónico, uma vez encontradas soluções para as preocupações que existem em matéria de segurança. Incentivar a continuação da investigação sobre o voto eletrónico, com o objetivo de proporcionar a todos os cidadãos europeus um sistema seguro, anónimo, verificável, fiável e acessível de votação eletrónica.

⁵¹⁰ Consultar o Desafio 6

⁵¹¹ Consultar o relatório [Recommendations for Accessible Elections in Europe](#)

⁵¹² Ver [Inclusion Europe - Accessible Elections](#)

⁵¹³ Ver o relatório [Obstacles to Political Rights of EU Citizens](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

B. Reforçar a capacidade dos cidadãos de influenciar a política para além das eleições

O Volt está profundamente empenhado em democratizar a Europa a todos os níveis - local, nacional e transnacional - dando particular destaque à necessidade de dar voz aos europeus, independentemente de viverem ou não no seu país de origem. É importante destacar que o Volt trabalha ativamente para democratizar a Europa, tratando a União Europeia como um espaço de atuação política único. Além disso, o Volt está profundamente convencido de que os cidadãos podem fornecer informações, opiniões e ideias úteis, bem como demonstrar boas capacidades de liderança, que podem contribuir para resolver os desafios locais, nacionais, europeus e até mundiais. No atual cenário de ritmo acelerado, a fim de contrariar o distanciamento entre os cidadãos e os seus representantes políticos, é necessária uma interação mais produtiva entre ambos.

O objetivo é capacitar os cidadãos e torná-los participantes ativos no processo político, criando um quadro mais propício para que os cidadãos expressem as suas preocupações, apresentem as suas ideias, tomem iniciativa e chamem os seus governos e representantes a assumir responsabilidade. Os governantes e os políticos, por outro lado, serão capacitados pelo facto de estarem mais próximos dos seus constituintes, sendo mais capazes de compreender as suas necessidades e desafios, bem como de explorar e desenvolver o potencial das suas comunidades e de resolver os desafios que estas enfrentam de forma mais eficaz e duradoura. A participação dos cidadãos deve ser promovida como um fator-chave para moldar o futuro da democracia na Europa.

B.1. Reforçar a democracia Europeia transnacional

- **Utilizar e promover a União Europeia enquanto um espaço democrático transnacional único.** O Volt reconhece a UE como um espaço político único que pode e deve ser aproveitado pelos cidadãos para formular e expressar as suas propostas políticas. Isto pode ser conseguido por meio de uma ação coordenada usando os instrumentos estabelecidos a nível europeu (tais como as Iniciativas de Cidadania Europeia, consultas públicas e petições), bem como novos tipos de ações informais e inovadoras. O Volt permitirá que os cidadãos e as organizações da sociedade civil partilhem os seus desafios e soluções além-fronteiras e aprendam com as melhores práticas uns dos outros. Muitas regiões e comunidades locais por toda a Europa por vezes identificam desafios semelhantes aos de outras comunidades. O Volt encoraja os cidadãos e as organizações da sociedade civil a organizarem-se em torno destes desafios para encontrarem soluções e chamarem a atenção de instituições e políticos para estes desafios.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Alterar os requisitos para apresentar uma Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE).** A Iniciativa de Cidadania Europeia possibilita que os cidadãos da UE participem diretamente no desenvolvimento das políticas da UE, permitindo-lhes solicitar à Comissão Europeia que apresente uma proposta legislativa sobre matérias em que a UE tem competência para legislar.⁵¹⁴ No entanto, uma iniciativa de cidadania tem atualmente de ser apoiada por pelo menos um milhão de cidadãos da UE de pelo menos 7 Estados-Membros, sendo necessário ainda um número mínimo de signatários⁵¹⁵ para cada um desses 7 Estados-Membros.⁵¹⁶ O Volt pretende reduzir o número de assinaturas necessário para uma Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE), reduzindo para metade o número mínimo de signatários (para 500 mil).
- **Promover a criação de uma plataforma de debate pan-europeia para os cidadãos europeus.** Os europeus em todo o mundo enfrentam desafios semelhantes, mas, atualmente, há falta de espaços para além das redes sociais (que colocam problemas de privacidade e cujos algoritmos não permitem a realização de debates aprofundados) onde as questões possam ser discutidas, não só ultrapassando as barreiras linguísticas, mas também conseguindo debater com as partes interessadas. Uma plataforma de discussão moderada pan-europeia deve ter como objetivo identificar as questões que preocupam os europeus, de modo a facilitar um intercâmbio moderado para lá das linhas partidárias entre cidadãos e políticos, instituições políticas, organizações da sociedade civil e outros grupos de interesse. As discussões e os intercâmbios devem ser moderados por uma entidade independente e multilateral que adira a um conjunto claro de princípios e valores. Esse processo deve envolver um forte compromisso com boas atitudes e comportamentos éticos, construindo pontes entre pessoas com diferentes orientações partidárias.

B.2. Reforçar os instrumentos existentes para um maior envolvimento direto dos cidadãos na política

- **Introduzir plataformas digitais de comunicação com os órgãos administrativos.** As entidades públicas devem ser incentivadas a introduzir plataformas digitais abertas através

⁵¹⁴ Para mais sobre as Iniciativas de Cidadania Europeia: [Regulation \(EU\) No 211/2011 of the European Parliament and of the Council of 16 February 2011 on the citizens' initiative](#)

⁵¹⁵ Esse número mínimo varia de país para país. Ver [Iniciativa de Cidadania Europeia - Número mínimo de subscritores por Estado-Membro](#)

⁵¹⁶ Desde que foi lançado este mecanismo, em 2012, apenas 4 Iniciativas de Cidadania Europeia conseguiram cumprir os requisitos: [Iniciativa de Cidadania Europeia - Informações gerais](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

das quais os cidadãos possam participar ativamente nos debates políticos e nos processos pertinentes de tomada de decisão.⁵¹⁷ Os temas debatidos neste tipo de plataformas poderão incluir propostas de infraestruturas locais ou planos de reestruturação dos espaços públicos. Os processos deliberativos em curso nessas plataformas devem ser transparentes, pacíficos e ter em conta as regras, quadros e procedimentos administrativos existentes. A participação deve ser gratuita para todas as pessoas interessadas que sejam afetadas por uma determinada medida. Os esforços deliberativos realizados na plataforma digital devem ser complementados por processos de consulta pública presenciais. Devem ser aplicadas na plataforma digital as mais elevadas normas de privacidade e segurança.

- **Incentivar a criação de assembleias de cidadãos.** As assembleias de cidadãos são uma ferramenta inovadora que permite aos cidadãos deliberarem sobre questões políticas complexas. Podem aumentar a qualidade e a legitimidade das decisões políticas, especialmente quando os resultados dessas assembleias influenciam diretamente as políticas ou a utilização dos fundos públicos locais.⁵¹⁸ As assembleias de cidadãos devem ser construídas de forma a que diversos grupos de cidadãos sejam representados, para que a diversidade da população seja espelhada na composição da assembleia; este grupo diverso de pessoas reúne-se então para abordar uma questão específica. Um processo transparente - envolvendo sessões de esclarecimento abrangentes e com o contributo de especialistas independentes - deverá permitir a estes cidadãos formar opiniões fundamentadas. Estas podem então ser debatidas em grupo, a fim de alcançar uma posição comum. Os políticos devem ser responsabilizados pela implementação dos resultados dessas assembleias de cidadãos. Por esta razão, é importante assegurar o empenho e o apoio dos políticos locais o mais cedo possível. O Volt defende a implementação de mecanismos claros para que se possa reunir uma assembleia de cidadãos, tais como a exigência de um certo número de assinaturas a ser alcançado dentro de um determinado prazo.
- **Promover o Orçamento Participativo.** Medidas como o Orçamento Participativo permitem aos cidadãos influenciar diretamente a política através da atribuição de investimentos públicos, na condição de existir a aprovação do governo (local) e um orçamento adequado.⁵¹⁹ O processo de alocação coletiva do

⁵¹⁷ Um excelente exemplo é a plataforma *meinberlin*, que é a plataforma de participação dos cidadãos da cidade de Berlim, na Alemanha. Ver mein.berlin.de

⁵¹⁸ Bons exemplos incluem a Irlanda (Ver [The Citizen's Assembly](#)) e a cidade de Gdansk, na Polónia (Ver [Resilience - Solutions: How the Poles Are Making Democracy Work Again in Gdansk](#))

⁵¹⁹ As melhores práticas de Orçamento Participativo são Madrid, Paris, Antuérpia e a Holanda. Por exemplo, em Madrid, 100 milhões de euros são distribuídos anualmente mediante a deliberação dos

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

orçamento implica uma fase de aprendizagem e deliberação, com o objetivo de alocar orçamentos de forma a servir o interesse público. A configuração dos participantes deve refletir a diversidade da comunidade afetada pela medida de financiamento. Aos cidadãos deve assegurar formação própria e desenvolvimento de capacidades. Por fim, é preciso assegurar que o processo esteja vinculado a assembleias ou conselhos que tenham, por sua vez, o poder de supervisionar a implementação das medidas pelos órgãos de poder responsáveis.⁵²⁰ Desta forma, o Orçamento Participativo pode contribuir para a participação e o impacto dos cidadãos na democracia. A implementação do Orçamento Participativo a nível da UE também deve ser explorada.

- **Explorar outras inovações políticas.** Em toda a Europa, surgem constantemente ideias inovadoras sobre a melhor forma de envolver os cidadãos nos processos de decisão política. O Volt explorará continuamente estas ideias e abordagens inovadoras. Por exemplo, diversos painéis de cidadãos poderiam ser envolvidos na preparação de debates em torno de temas complexos e de decisões europeias altamente discutidas. Auditorias junto dos cidadãos podem também complementar os sistemas de controlo e equilíbrio já existentes nas instituições da UE.

B.3. Dar mais poder aos cidadãos e aos governos para tomarem medidas concretas

- **Capacitar e encorajar os cidadãos e atores governamentais a utilizarem técnicas que permitam o envolvimento dos cidadãos.** O Volt defende uma nova forma de fazer política, na qual os cidadãos se sintam habilitados a participar ativamente da vida democrática e sentir que sua voz faz a diferença. Os cidadãos devem ser capazes de se organizar nas suas comunidades em torno de questões que são importantes e de agir de acordo com os seus valores; devem também ser capazes de responsabilizar os seus governos e representantes políticos. Por outro lado, os dirigentes públicos, as instituições e os políticos de todo o mundo devem ser mais recetivos à atuação dos cidadãos, devendo mesmo incentivá-la. Se os cidadãos estiverem no centro da tomada de decisões políticas e os atores governamentais souberem como responder a esse envolvimento, a democracia sairá fortalecida.
 - **Capacitar e encorajar os cidadãos a utilizarem técnicas e ferramentas de participação cívica.** O Volt defende

cidadãos por via digital. Ver [Decide Madrid](#) (Madrid); [Antwerp Citizen Budget](#) (Antuérpia - em Flamengo); [We zijn begonnen](#) (Holanda - em Holandês); [Participatory Budgeting in Paris, France](#) (Paris)

⁵²⁰ Ver [From Porto Alegre to Europe: Potentials and Limitations of Participatory Budgeting](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

fortemente um aumento do financiamento para projetos de participação dos cidadãos em todos os setores da sociedade civil europeia. O Volt defende também a introdução de técnicas, estratégias e ferramentas de envolvimento cívico nos programas educacionais no ensino secundário e universitário. Tais medidas educativas podem ser alcançadas acrescentando o envolvimento dos cidadãos aos currículos existentes ou podem assumir a forma de aulas adicionais de envolvimento cívico (de um dia ou mais). Além disso, organização comunitária e formações de liderança devem ser desenvolvidos em comunidades locais, com o objetivo de educar ativamente os cidadãos sobre como se organizarem e exercerem seus direitos. O Volt também terá como objetivo capacitar os cidadãos através de campanhas de organização comunitária, onde os cidadãos escolhem a questão central e recebem formação em liderança e ação de campanha. O Volt irá assim criar e promover o surgimento de novos líderes comunitários.

- **Capacitar e encorajar as instituições governamentais para que sejam sensíveis ao envolvimento dos cidadãos.** O Volt defende a formação de funcionários públicos e governamentais nos fundamentos da participação cívica, promovendo uma cultura institucional e organizacional de apoio, que respeite e apoie as iniciativas de cidadãos em todos os níveis de governo. Este esforço será facilitado pela criação de plataformas online que permitam a interação entre os cidadãos e as instituições a nível local, nacional e europeu. As instituições terão a possibilidade de incluir mais ou melhores elementos deliberativos nos seus processos de tomada de decisão, de forma a incentivar debates públicos bem estruturados e que utilizem fóruns de discussão, tanto presenciais como digitais.
- **Capacitar e encorajar os políticos para que sejam sensíveis ao envolvimento dos cidadãos.** O Volt também promove formação sobre organização comunitária e outras estruturas de participação cívica para diferentes atores políticos, a fim de contribuir para uma mudança geral na cultura instituída dentro do panorama político.

Desafio +1

Reforma da União Europeia

I. Uma visão para a Europa

A União Europeia é o nosso projeto comum. Após séculos de conflitos, conseguimos unir esforços e construir uma União que tem assegurado a paz e a prosperidade há mais de sessenta anos - e estamos muito orgulhosos com esta conquista.

No entanto, a Europa em que vivemos tem as suas fraquezas. Enquanto outros beneficiaram de uma recuperação mais rápida da crise económica, os países da UE permaneceram agarrados aos seus planos de austeridade e insuficiências de ordem estrutural. Para além das administrações públicas ineficientes e pouco transparentes, esta situação conduziu a elevadas taxas de desemprego, impedindo o investimento e o crescimento das pequenas empresas. As grandes empresas beneficiaram de um acesso mais fácil a um mercado mais vasto e de mão-de-obra mais barata, mas os trabalhadores não beneficiaram de uma proteção social harmonizada. Os indivíduos e as empresas mais abastados também continuam a explorar as disparidades jurídicas entre os países para evitar pagar a sua quota-parte justa, fazendo com que sejam os outros a pagar a fatura. E, de um modo geral, as pessoas não se sentem representadas na União Europeia e veem as decisões tomadas em Bruxelas a serem-lhes impostas vindas de cima.

O Volt nasceu numa época de crise da integração europeia e de desconfiança em relação a esforços comuns. Reunimo-nos para afirmar a força do projeto europeu, o nosso empenho em desenvolver esforços conjuntos e a nossa profunda convicção num futuro conjunto. A nossa mensagem é uma mensagem de esperança, de coragem e de solidariedade. Uma mensagem para que todos vejam que aqueles que de forma alarmante apelam à divisão não destruirão

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

aquilo o que conseguimos construir ao longo dos anos. O Volt surgiu para ser um pilar do projeto europeu e para relançar a sua construção. O Volt oferece aos cidadãos europeus uma nova visão para a Europa, uma visão que abraça as nossas aspirações comuns, mas que procura corrigir as nossas falhas.

Acreditamos numa Europa que equilibre simultaneamente as liberdades do seu mercado único com o reforço de medidas de proteção e inclusão social, onde as empresas e os trabalhadores possam circular por todo o lado e onde esta flexibilidade não seja prejudicial para os trabalhadores em nenhum lado. A nossa visão é, portanto, a de uma Europa social, que vários dos seus líderes mencionaram frequentemente, mas nunca implementaram. Apoiamos uma Europa onde a solidariedade significa apoiarmo-nos uns aos outros e aceitarmos a responsabilidade conjunta pelo nosso futuro comum; onde apoiamos ativamente o desenvolvimento das nossas regiões mais pobres e ajudamos a elevar o seu nível de vida; e onde os cidadãos de toda a União podem unir-se para defender os seus interesses comuns.

Acreditamos numa Europa que funcione igualmente para todos, e não apenas para os mais privilegiados. Uma Europa em que os indivíduos e as empresas contribuam com a sua quota-parte, independentemente do local onde se encontrem na União. A nossa visão é a de uma Europa que garanta a igualdade de acesso à educação, aos cuidados de saúde e à assistência social, bem como iguais oportunidades de emprego para todos. Uma Europa em que os cidadãos de todo o continente tenham os mesmos direitos e possam confiar que todos eles contribuem e beneficiam igualmente da União.

Por último, acreditamos numa Europa que garanta a plena representação de todos os cidadãos e opiniões. Uma Europa onde os cidadãos de todos os Estados, sejam grandes ou pequenos, tenham as suas vozes ouvidas e os seus interesses representados. A nossa visão é a de uma Europa onde uma democracia vibrante cria um espaço aberto ao debate e permite que todos participem e sejam reconhecidos e respeitados na sua diversidade. Uma Europa em que os cidadãos elegem diretamente todos os seus representantes europeus, responsabilizando-os pelas suas posições e incluindo as suas necessidades nas decisões que estes tomam em nosso nome. Acreditamos que esta nova Europa nos permitirá ser donos das nossas próprias vidas e escolhas,

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

permitindo-nos lutar pela realização das nossas ambições individuais e fazendo simultaneamente parte de uma comunidade mais forte - uma comunidade assente em valores.

--

Para além das suas fronteiras e apesar das suas falhas, o projeto europeu transmite uma mensagem para o mundo. É um testemunho de que séculos de guerra e de oposição podem ser ultrapassados por valores comuns; de que temos mais em comum do que aquilo que nos divide; e de que podemos construir juntos o nosso destino. Alguns apoiam um mundo de "cada país por si" - nós escolhemos um rumo diferente, um caminho de colaboração em que regras acordadas em comum unem os mais fortes e protegem os mais fracos, tornando-nos a todos melhores. Se a nossa História é sobre as escolhas que fazemos, então escolhemos criar uma União mais robusta e mais sustentável para as gerações futuras e para o mundo em geral.

Através da paz e da prosperidade partilhadas que proporcionou, a Europa tem sido uma tremenda força benéfica nas nossas vidas. Estamos convictos de que as atuais lacunas podem e devem ser colmatadas através de uma Europa melhor. Acreditamos que, com instituições mais inclusivas e mais representativas, podemos criar um novo sentido de comunidade baseado em valores comuns e, juntos, unidos, assegurar uma vida melhor para todos.

II. Governança e Reforma Institucional

A reforma da União Europeia deve começar pela reforma do seu sistema de governança e das suas instituições. Uma casa que se encontre fragmentada não se aguentará de pé: a UE não pode continuar meio integrada e meio dividida ao mesmo tempo; não pode continuar unificada economicamente, mas nacionalizada politicamente. Por esse motivo, a solução para os problemas que a União enfrenta não passa por "mais Europa" ou "menos Europa", mas sim por uma "Europa melhor", incluindo melhores instituições europeias.

Acreditamos na democracia. Acreditamos que a democracia é o melhor sistema político para proteger as nossas liberdades individuais, os direitos humanos e o Estado de direito. E se acreditamos na democracia, não podemos limitá-la apenas a determinados domínios de decisão política; devemos, pelo contrário, exercê-la a nível local, a nível nacional e a nível europeu. Esta democracia, a todos os níveis, é a solução para restaurar a confiança dos cidadãos europeus nas suas instituições e para chegar a um consenso sobre soluções comuns para problemas comuns. Como podemos ver nos nossos sistemas nacionais, a democracia nunca foi sobre todos concordarem no mesmo assunto - isso muito raramente pode ser conseguido - mas sim sobre a gestão das nossas discordâncias e a construção de um processo de tomada de decisão justo que todos possamos apoiar.

Expandir e assegurar a democracia a nível europeu exigirá mudanças fundamentais nas nossas instituições: algumas que podemos conseguir de imediato, outras que não poderão ser conseguidas sem alterações aos tratados em vigor. O Volt está plenamente consciente da dificuldade de reformar as instituições da UE, mas não deixaremos que isso nos impeça de insistir numa reforma em prol de mais transparência, mais eficiência e processos mais democráticos. Esta é a única forma de atingir resultados consideráveis e finalmente concretizar uma Europa federal.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

A. Princípios gerais

Antes de mais nada, para a criação de uma boa estrutura de governança e bons órgãos de gestão, é necessário definir os princípios orientadores que todas as instituições e os órgãos de decisão devem procurar consolidar. Nas suas propostas políticas, o Volt segue seis princípios orientadores.

- **Democracia.** O Volt apoia instituições que concedam mais poder de decisão ao povo europeu. Isto implica assegurar que os representantes dos cidadãos detêm a maior parte do poder e que esses representantes têm incentivos para representar os interesses do seu círculo eleitoral.
- **Subsidiariedade.** O Volt apoia o reforço das competências da União Europeia, apenas se a tomada de decisões a nível europeu for o mais adequado para um determinado tópico. Todos os assuntos devem ser tratados pelo nível de governo mais apropriado.
- **Eficiência.** O Volt apoia instituições que consigam efetivamente atuar, em particular aquelas que não estão sujeitas à necessidade de consenso.
- **Transparência.** O Volt apoia o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões políticas e acredita que as pessoas devem ter acesso ao que os seus representantes discutem e decidem.
- **Clareza.** Ao contrário da estrutura institucional atual, o Volt apoia instituições e procedimentos em que os cidadãos consigam compreender o que é feito e tomar as suas próprias posições.
- **Facilidade no envolvimento dos cidadãos.**⁵²¹ O Volt apoia um sistema que, desde as eleições até às consultas públicas, seja projetado para simplificar e incentivar a participação dos cidadãos. As propostas políticas que apresentamos em seguida assentam nestes princípios.

B. Poder Legislativo

Ao fazer ouvir a voz do povo através dos seus representantes, o poder legislativo é a instituição mais importante num sistema democrático. Tem de ser eleito democraticamente e estar o mais próximo possível dos cidadãos, com poderes para elaborar, discutir e adotar legislação. Apesar das diferenças entre os Estados-Membros, este é um requisito democrático que todos os países europeus adotaram há muito tempo. A consolidação da democracia a nível

⁵²¹ Ver *Desafio 5 - Dar Voz aos Cidadãos, II. Fortalecer a capacidade dos cidadãos de influenciar a política, B. Reforçar a capacidade dos cidadãos de influenciar a política para além das eleições, B.3. Dar mais poder aos cidadãos e aos governos para tomarem medidas concretas*

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

Europeu exige uma estrutura semelhante.

A atual legislatura europeia está limitada em muitos aspetos. O Parlamento Europeu é diretamente eleito, mas a forma como os seus membros são eleitos varia de país para país. Além disso, os deputados ao Parlamento Europeu são frequentemente eleitos a nível nacional e não a nível regional. Apesar de ter alargado as suas competências entre as outras instituições europeias, o Parlamento Europeu também não dispõe ainda do poder básico de elaborar legislação. E, por seu lado, o Conselho da União Europeia consiste em várias configurações compostas por diferentes ministros nacionais, dependendo do tema em discussão, e muitas vezes prevalece sobre o poder legislativo do Parlamento. Como consequência, alguma legislação só é aprovada se houver consenso entre os ministros nacionais, contornando qualquer envolvimento do Parlamento. Por fim, o Conselho Europeu, um órgão executivo cujo papel se limita, pelo Tratado de Lisboa, à tomada de decisões estratégicas, intervém regularmente no processo decisório regular, contornando o processo de decisão normal do sistema legislativo.

- **Conceder ao Parlamento Europeu a capacidade de iniciativa legislativa.** Um Parlamento composto por representantes eleitos de forma direta é o órgão mais adequado para elaborar leis que respondam às exigências e necessidades dos cidadãos. Como primeiro passo para um processo legislativo mais democrático, o Volt apoia a possibilidade de o Parlamento Europeu apresentar propostas de lei, concedendo-lhe o direito de iniciativa legislativa. Com este direito, o Parlamento Europeu poderá finalmente propor e debater projetos de lei que provenham diretamente dos representantes do povo, não sendo filtrados pelos executivos nacionais ou europeus, nem por eles propostos.
- **Harmonizar a adoção da legislação da UE.** Atualmente, a adoção da legislação europeia por parte dos países depende do tema em causa. O Volt apoia a obrigatoriedade de submeter toda a legislação europeia a ambos os órgãos legislativos da UE - o Parlamento e o Conselho - para que entre em vigor logo que seja aprovada por ambos. Em caso de desacordos persistentes entre ambas as câmaras, um sistema dedicado procurará resolver as diferenças. Caso existam divergências de opinião persistentes, o Parlamento Europeu, uma vez que é o representante direto do povo, deve ter a última palavra.
- **Reformar as eleições para o Parlamento Europeu.** A atual "proporcionalidade degressiva" nega o princípio fundamental de "uma pessoa, um voto", que garante a igualdade de direitos para todos os cidadãos num sistema político. Por isso, o Volt propõe um sistema de votação que consagra este princípio e combina a eleição de representantes ao nível mais baixo possível com a representação proporcional dos partidos políticos no Parlamento.
 - Neste sistema, os Estados-Membros estão divididos em círculos eleitorais de população aproximadamente equivalente; esta

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- divisão deve ser feita, na medida do possível, ao longo dos limites administrativos já existentes e será controlada por uma comissão eleitoral independente, a fim de evitar tentativas de manipulação de círculos eleitorais.
- Os cidadãos farão duas votações no seu boletim de voto: uma para o seu deputado regional - um representante para cada círculo eleitoral, assegurando assim a eleição de representantes próximos dos seus cidadãos - e uma para as listas nacionais dos partidos políticos europeus - preenchendo os lugares suplementares para garantir uma proporcionalidade justa entre os partidos no Parlamento. Estes aspetos constarão numa Lei Eleitoral Europeia e aplicam-se igualmente a todos os Estados-Membros.
 - O Volt apoia igualmente a eleição direta do Presidente do Parlamento Europeu pelos deputados ao Parlamento Europeu.
- **Reformar o Conselho da União Europeia.** Anteriormente conhecido como Conselho de Ministros, o Conselho é a segunda câmara legislativa da UE e atualmente reúne os ministros dos Estados-Membros responsáveis pelo assunto em causa. A curto prazo, e de modo a dar coerência aos trabalhos do Conselho, o Volt apoia a extinção do sistema atual de configurações do Conselho baseadas em temáticas e substituindo-as por um sistema com um só representante de cada Estado-membro. Tal como no caso da Parlamento, os trabalhos do Conselho serão divididos entre debates iniciais nas comissões permanentes compostas por um pequeno grupo de representantes, e sessões plenárias para debates, emendas e votações.
 - **Transformar o Conselho da União Europeia numa verdadeira câmara legislativa.** A longo prazo, o Volt apoia vivamente uma maior democratização do Conselho da União Europeia, promovendo a eleição direta dos seus membros pelo povo. Cada Estado-Membro teria, nessa situação, dois representantes no Conselho, a fim de garantir um equilíbrio entre uma boa representação política e a dimensão limitada do Conselho. Esta medida também compensaria a distribuição baseada na população que existe no Parlamento Europeu e reforçaria a representação dos Estados-Membros mais pequenos. O Volt apoia igualmente a supressão da atual prática de presidência rotativa. Ao abrigo do sistema atual, cada país lidera o Conselho durante seis meses; apesar de existir uma alternância de liderança que é bem-vinda, este sistema impede qualquer trabalho a longo prazo e impede que questões políticas importantes sejam devidamente acompanhadas, uma vez que os responsáveis estão constantemente a mudar. O Volt propõe a eleição direta de um Presidente do Conselho pelos membros do próprio Conselho.
 - **Melhorar as medidas em matéria de transparência.**
 - De acordo com os nossos princípios gerais, o Volt apela à total transparência dos órgãos legislativos. Propomos que as

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

discussões sejam transmitidas ao vivo e gravadas, e que o voto de cada representante seja registado e tornado público.

- Na sequência da anterior medida, o Volt apoia a obrigatoriedade de voto para os representantes no poder legislativo. Onde considerarem que nenhuma das escolhas é apropriada, devem poder votar em branco - mas votando sempre.
- Quando a votação é para uma eleição, e de forma a dar atenção adequada a votos em branco e ao descontentamento popular, o Volt apoia que sejam invalidadas eleições em que a maioria dos votos seja em branco, devendo-se realizar um novo processo eleitoral com novos candidatos.
- A fim de evitar acordos de bastidores e alterações à última hora, que são claramente prejudiciais ao bom funcionamento da democracia, o Volt propõe a aplicação de um período de 72 horas entre a publicação online de um projeto de lei e sua votação em qualquer uma das câmaras legislativas. Isto servirá para garantir que os cidadãos e a imprensa têm uma quantidade minimamente adequada de tempo para rever e reagir aos projetos de lei que são votados pelos representantes.

C. Poder Executivo

O poder executivo tem o papel crucial de orientar a implementação das leis e contribuir para o processo de elaboração de políticas. Para desempenhar as suas funções, deve ser reformado para que reflita adequadamente a opinião pública e se torne mais eficiente nas suas ações.

- **Aplicar os limites vigentes do Conselho Europeu e, em tempo devido, abolir esse órgão.** O Conselho Europeu é atualmente composto pelos Chefes de Estado ou de Governo europeus. A curto prazo, o Volt relembra que as suas competências devem limitar-se estritamente àquelas que estão previstas nos Tratados, que consistem em dar "à União os impulsos necessários ao seu desenvolvimento e [definir] as orientações e prioridades políticas gerais da União". Afirma-se claramente que o Conselho "não exerce função legislativa". Assim, o Conselho Europeu não deve ser associado às questões políticas quotidianas, deixando-as ao critério dos representantes eleitos para a tomada de decisões. O Conselho Europeu consagra igualmente os processos de decisão intergovernamental, que conferem um poder excessivo a países mais fortes do ponto de vista económico, podendo prejudicar países vizinhos mais pequenos ou mais pobres. De acordo com o nosso princípio democrático, o Volt apoia a tomada de decisões executivas por organismos verdadeiramente europeus e supranacionais. A médio prazo, o Volt apela à abolição total do Conselho Europeu.
- **Orientar as pastas da Comissão para temas mais específicos.** Apesar do Tratado de Lisboa prever uma disposição que limita a sua dimensão,

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

a Comissão é atualmente prejudicada no seu funcionamento pela exigência de incluir tantos comissários quantos os Estados-Membros da UE e de atribuir uma pasta a cada Estado-Membro. Estas restrições - que nenhum país jamais aplicaria a si próprio - são claramente prejudiciais ao trabalho eficiente da Comissão. O Volt apela à abolição destas regras e a que o Presidente da Comissão decida livremente sobre a dimensão, composição e atribuição de funções da sua equipa, devendo ter em conta a representação de género, mas sem consideração pela cidadania nacional.

- **Reforçar o sistema de *Spitzenkandidaten*.** Na sequência da introdução do sistema de *Spitzenkandidaten* em 2014, o Volt apoia a nomeação de líderes de partidos ou coligações para as eleições europeias e propõe a eleição do Presidente da Comissão por meio de votação pelo recém-eleito Parlamento Europeu.
- **Fazer a transição de Comissários para Ministros, começando por criar cargos para os Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.** Como medida imediata, e a fim de reforçar a governação económica, o Volt apoia a proposta de criação do cargo de Ministro das Finanças da União Europeia. Do mesmo modo, a fim de otimizar a gestão dos negócios estrangeiros, o Volt apela à plena integração do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) na Comissão e à substituição do cargo de Alto Representante/Vice-Presidente (AR/VP) pelo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.
- **Constituir um verdadeiro governo europeu.** Para reformar profundamente o executivo europeu e aumentar o poder dos cidadãos, o Volt apoia a criação de uma democracia parlamentar, em que um Primeiro-Ministro, eleito do Parlamento Europeu pelos restantes deputados, lidera um gabinete federal de ministros e orienta o trabalho político quotidiano da União. O Primeiro-Ministro será diretamente responsável perante o Parlamento e ficará dependente da sua confiança; o Parlamento poderá retirar a sua confiança quando chegar a acordo sobre um novo Primeiro-Ministro. Um Presidente europeu diretamente eleito ficará acima dos partidos, assinará projetos de lei aprovados pelo poder legislativo e assegurará a coesão da UE. Em períodos de atividade política regular, as funções do Presidente limitar-se-ão, na sua maioria, a um papel cerimonial.

D. Poder Judicial

O Estado de direito é um princípio fundamental da democracia e assegura que as leis são compatíveis com os nossos princípios e valores e, em particular, que não violam as liberdades fundamentais dos cidadãos.

- **Alargar as competências do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE).** Em conformidade com o desenvolvimento do Tribunal nos

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

últimos anos, o Volt apela ao alargamento das suas competências de forma a dispensar o recurso nacional e a incluir uma análise de compatibilidade do direito nacional e comunitário com os Tratados da UE. Deve ter competência para a resolução dos litígios pertinentes em que a União Europeia esteja envolvida, bem como de litígios entre Estados-Membros, entre um Estado e cidadãos de outros Estados, entre cidadãos de diferentes Estados-Membros e outros casos semelhantes. Devem ser implementadas sanções dissuasivas apropriadas para assegurar que os Estados-Membros respeitam a legislação da UE.

- **Criar secções regionais do TJUE.** Acompanhando este reforço do papel do TJUE, o Volt apoia a criação de secções do Tribunal, com cada uma delas abrangendo alguns países de cada vez, como forma de o tornar mais capaz de lidar com o aumento do volume de processos, aproximando também o tribunal e o direito europeu dos cidadãos e melhorando a sua eficiência de uma forma geral.

E. Disposições sobre os Representantes Eleitos europeus

Assegurar a democracia e uma representação equitativa a nível europeu é tanto uma tarefa das instituições como dos representantes eleitos.

- **Aplicar a paridade de género nas listas partidárias.** Conscientes da importância da promoção da igualdade de género na representação política, o Volt propõe que todas as listas de candidatos para eleições tenham candidatos com géneros diferentes intercalados - ou seja, não deve haver dois candidatos do mesmo género em posições consecutivas na lista.
- **Reformar as normas sobre os partidos políticos europeus.** O Volt apela a uma reforma dos regulamentos relativos aos partidos políticos, a fim de apoiar a criação de partidos verdadeiramente europeus, em vez das coligações europeias de partidos nacionais como vemos hoje - isto deve incluir o reconhecimento dos partidos nacionais como parte integrante de uma única estrutura europeia e a possibilidade de financiamento conjunto de campanhas em vários países europeus, com regulamentação e controlo adequados.
- **Assegurar a comunicação entre os representantes políticos e os seus constituintes.** No âmbito de um sistema de votação europeu reformado, com vista a reforçar a relação entre os cidadãos europeus e os seus representantes a nível europeu e de forma a evitar que os partidos enviem candidatos que não são conhecidos pelos eleitores, o Volt apoia a exigência de que os deputados eleitos regionalmente sejam

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

residentes no círculo eleitoral pelo qual procuram ser eleitos.⁵²² Da mesma forma, o Volt apoia que os candidatos ao Conselho, uma vez reformado, sejam cidadãos do Estado para o qual procuram ser eleitos, independentemente dessa cidadania ter sido adquirida por nascimento ou naturalização.

- **Regular os mandatos dos representantes eleitos.** A fim de propor a renovação constante dos representantes eleitos europeus, o Volt apoia a fixação de períodos razoáveis para todos os cargos públicos europeus. Estes limites, que serão definidos na lei eleitoral, visarão permitir o progresso de representantes políticos eleitos que sejam profissionais e qualificados, evitando ao mesmo tempo um acesso desequilibrado e por impulso a estes cargos. O Volt defende que a duração dos mandatos devem permitir uma sincronização com as eleições, a fim de limitar a ocorrência de campanhas eleitorais que alterem o normal funcionamento dos processos políticos. A fim de limitar a influência do dinheiro na política, as próprias campanhas terão uma duração limitada e o financiamento da campanha, incluindo a aquisição de recursos financeiros e as despesas realizadas, será estritamente controlado por uma comissão eleitoral independente.
- **Desenvolver a confiança do povo nos seus representantes.** Finalmente, com a devida preocupação com a confiança do público nas suas instituições e representantes, o Volt propõe requisitos rigorosos para evitar conflitos de interesses. Por um lado, isto significa um requisito de que todos os funcionários eleitos e candidatos europeus revelem as suas fontes de rendimento, tanto atuais como passadas, bem como qualquer afiliação ou contribuição junto de empresas privadas, grupos de interesse, partidos políticos e associações - seja a título remunerado ou voluntário. Por outro lado, isto significa também excluir da elegibilidade para cargos eleitos os indivíduos devidamente condenados por determinados crimes, incluindo corrupção, desvio de fundos ou mau uso intencional de dinheiros públicos. Considerando a representação popular como uma atividade a tempo integral, o Volt também acredita que é impossível combinar um mandato num cargo eleito europeu com outros mandatos ou posições.

F. Outras disposições em matéria de boa Governança

Na sequência das medidas acima referidas para melhorar a governança e a estrutura das instituições europeias, apresentamos disposições suplementares destinadas a clarificar e facilitar o funcionamento da União.

⁵²² Excetuam-se os deputados ao Parlamento Europeu que, após a sua eleição, tenham mudado a sua residência do seu círculo eleitoral para Bruxelas, podendo candidatar-se à reeleição apesar de não residirem no seu círculo eleitoral.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Permitir a criação de novas instituições especializadas.** Deve ser conferido ao Parlamento Europeu o poder de criar todas as agências necessárias para o bom funcionamento da União. Em especial, o Volt apoia a criação de um serviço europeu de informações secretas e a transformação da Europol num verdadeiro organismo europeu de aplicação da lei. Ciente da importância do desenvolvimento regional e da urbanização planeada e sustentável, o Volt apoia o Comité das Regiões Europeu (CR), bem como a criação de um novo Comité das Cidades Europeias, como órgãos consultivos e plataformas para o diálogo e o intercâmbio de boas práticas entre as autoridades locais.
- **Facilitar as comunicações de trabalho.** A fim de facilitar os trabalhos de elaboração de políticas da União, o Volt apoia a adoção do inglês como a única língua de trabalho para as instituições europeias, independentemente das línguas faladas nos Estados-Membros e seguindo o nosso princípio de eficiência.
- **Definir regras mais claras para a saída de Estados-membros.** O artigo 50.º do Tratado de Lisboa permite que os Estados-Membros abandonem a União, mas não dá indicações sobre a forma de chegar a esta decisão. A fim de reforçar os processos baseados em disposições normativas e aumentar a sua previsibilidade, o Volt apoia a adoção de regras harmonizadas em matéria de secessão a nível da UE. O Volt reconhece a complexidade desta questão e apela a um debate aberto com vista à adoção das regras propostas.
- **Estabelecer um quadro claro e harmonizado em prol da autodeterminação regional.**⁵²³
 - Procurando aproximar os europeus para benefício de todos e acreditando que somos mais fortes quando nos unimos, o Volt encara a saída de um Estado-Membro da União como o último recurso. Por isso, incentivamos vivamente os Estados-Membros a tomarem todas as medidas necessárias para assegurar a plena representação de todos os cidadãos e para ter em conta os interesses legítimos das identidades culturais regionais. Neste sentido, o Volt incentiva os cidadãos a trabalharem em conjunto, de boa vontade, e salienta a necessidade de um diálogo aberto e inclusivo entre os níveis local, nacional e europeu e de uma subsidiariedade e descentralização adequadas.⁵²⁴
 - Se um esforço genuíno de diálogo falhar, mesmo com a intervenção de um mediador, o Volt reconhece o direito de um povo à autodeterminação através da organização de um processo pacífico, legal e transparente, que respeite o Estado de direito e que se baseie numa avaliação clara de todos os efeitos

⁵²³ Nesta política, o Volt considera como " região" qualquer área delimitada dentro de um Estado-Membro, seja ela formalmente detentora ou não do título de região.

⁵²⁴ "Um discurso racional sobre identidades regionais e interesses económicos, sociais e culturais poderia ser uma fonte de força, afastando muitos dos perigos dos atuais conflitos de secessão fraccionada" em [Social Europe - Learning From Catalonia: To Secede Or Not To Secede?](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- da saída da União, incluindo as obrigações financeiras pendentes.⁵²⁵ Salvo em circunstâncias excepcionais, incluindo violações claras e a larga escala dos direitos humanos,⁵²⁶ uma região não deve declarar unilateralmente a independência do seu Estado-Membro.
- Se for expressa uma forte vontade de autodeterminação, por exemplo através de uma maioria qualificada e com um número mínimo de participantes, o Volt apoia um processo de desagregação negociado entre a região autodeterminada e o seu Estado-Membro; caso as negociações fracassem ou uma das partes bloqueie o processo deliberadamente, o Volt recomenda a intervenção de um mediador europeu - por exemplo, o Presidente da UE que propomos⁵²⁷ - para assegurar o avanço do processo.⁵²⁸
 - Caso a região autodeterminada opte por deixar também a União Europeia,⁵²⁹ terá lugar um processo negociado com a União. Para as regiões autodeterminadas que desejem permanecer na União, o Volt recomenda a criação de um estatuto de "Território da União Europeia", que seria atribuído temporariamente à região após a sua separação do seu Estado-Membro e antes da sua eventual adesão plena como membro da UE.⁵³⁰ Um território continuaria sujeito à legislação da UE e seria obrigado a cumprir todas as obrigações de um Estado-Membro. Manterá benefícios como o pleno acesso ao mercado único e a livre circulação; contudo, não beneficiará de novos financiamentos ou investimentos da UE e apenas terá uma representação sem direito de voto no Parlamento Europeu e nenhuma representação no Conselho.⁵³¹ A decisão de admitir um território como membro da União seria semelhante ao procedimento normal de adesão à UE.
- **Criar um sistema de integração que funcione em dois níveis.** Com o objetivo de promover uma maior integração europeia e evitar bloqueios de consensos, o Volt apoia um modelo de integração a dois níveis que permita aos países que estiverem interessados avançarem com a integração de competências políticas. Este sistema deve procurar

⁵²⁵ "A constitucionalização do direito à secessão surge como um meio para acalmar as tendências separatistas (como no Quebec e na Escócia) e evitar a escalada política para um potencial conflito armado (como na Nova Caledónia e no Montenegro)". Ver [Oxford Constitutional Law - Secession](#)

⁵²⁶ "Qualquer tentativa de reivindicar secessão legal (...) deve pelo menos mostrar que: (...) o Estado do qual se está a separar viola gravemente os direitos humanos; e não há outras alternativas eficazes". Ver [Kosovo's Declaration of Independence: Self-Determination, Secession and Recognition](#)

⁵²⁷ À falta de um Presidente da UE, o mediador pode ser acordado pelas partes ou proposto pelo Parlamento Europeu.

⁵²⁸ Ver [Newsweek - Europe must step in and resolve the moves toward Catalonia secession](#)

⁵²⁹ Em caso de se realizar um referendo de autodeterminação, deve ser dada aos eleitores a oportunidade de expressarem se desejam permanecer ou sair da União.

⁵³⁰ Ver [Oxford International Law - Overseas Territories, Australia, France, Netherlands, New Zealand, United Kingdom, United States of America](#)

⁵³¹ Em nenhum dos Conselhos, na atual estrutura da UE; no único Conselho remanescente, na estrutura proposta pelo Volt.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

aprofundar a integração de uma forma coerente. O Volt opõe-se vivamente aos modelos "*à la carte*" em que os Estados-Membros escolhem e optam pelas políticas a que aderem. No sistema que propomos, os países dispostos a avançar com uma maior integração constituiriam o primeiro nível e avançariam juntos de forma homogénea. Este sistema não deve procurar penalizar os membros do segundo nível, mas, pelo contrário, incentivá-los a aderir ao primeiro nível e contribuir para uma Europa mais integrada e unificada.

- **Elaborar e adotar uma Constituição Europeia.** A fim de racionalizar o funcionamento da União, o Volt apoia firmemente a adoção de uma Constituição Europeia que substitua os atuais Tratados da UE e pormenorize os direitos e responsabilidades fundamentais dos cidadãos e as disposições institucionais da UE. Enquanto documento jurídico e político, esta Constituição deve ser concisa, acessível e compreensível para os cidadãos. Ao contrário dos tratados em vigor, não deve tentar incorporar todos os aspetos e disposições da legislação comunitária, mas sim centrar-se nos principais aspetos institucionais, deixando os restantes temas a cargo do poder legislativo para que este os integre na legislação europeia habitual. O Volt apoia firmemente a elaboração e aprovação desta Constituição pelos representantes dos cidadãos europeus.

III. Reforma Económica e Financeira

A. Visão

O Volt prevê um sistema económico e financeiro europeu que funcione para todos os seus cidadãos e para a sociedade europeia no seu conjunto. Isto significa que o sistema económico deve servir todos os cidadãos europeus e permitir-lhes concretizar as suas ambições pessoais e participar ativamente na sociedade europeia. O Volt acredita que só podemos ser bem-sucedidos enquanto cidadãos se respeitarmos e contribuirmos para uma comunidade assente em valores comuns que se apliquem a todos. Estes valores e princípios - solidariedade, sustentabilidade, igualdade de oportunidades, liberdade, justiça e dignidade humana - constituem a base da nossa sociedade e devem aplicar-se também aos nossos sistemas económicos e financeiros.

O Volt considera que uma Europa forte depende de instituições fiscais e monetárias que: 1) sejam democraticamente legitimadas; 2) atuem de acordo com normas comuns; e 3) possam agir em benefício da União como um todo. Assim, defendemos a conclusão institucional da Zona Euro, criando uma Europa melhor para todos os cidadãos.

Em termos de estrutura económica, acreditamos numa União Europeia que seja uma União verdadeiramente solidária e na qual todos os países se sintam responsáveis pelo destino da União. Assim, os Estados individuais têm de ser responsáveis pela sua atividade económica e, em tempos de crise de dívida soberana, os Estados devem poder entrar em incumprimento (*default*). Ao mesmo tempo, os estabilizadores automáticos devem aliviar as dificuldades em tempos de crise e um orçamento "Zona Euro+" (*Eurozone +*) deve atuar como um plano de emergência para garantir o cumprimento de obrigações básicas, como o pagamento de subsídios de desemprego e de salários da função pública, na eventualidade de um Estado se ver incapaz de o fazer. O enquadramento económico deve atenuar a ocorrência de choques assimétricos, uma vez que a política monetária e as taxas de juro não podem ser adaptadas às condições económicas individuais numa união monetária. Em suma, embora a governação económica europeia deva visar sempre o funcionamento para todos os seus cidadãos, em tempos de dificuldades é necessária uma rede de segurança social que assegure a proteção dos grupos mais vulneráveis e a garantia de um nível de vida adequado.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

B. Cimeira do Euro e Eurogrupo

Com a criação da União Económica e Monetária (UEM), a responsabilidade pelas políticas monetárias foi transferida para uma nova instituição supranacional europeia - o Banco Central Europeu - enquanto autoridade monetária única. No entanto, as decisões em matéria de política económica continuam a ser tomadas pelos governos nacionais. Isto tornou-se particularmente evidente durante a crise da Zona Euro, quando os Chefes de Estado ou de Governo e os 18 Ministros das Finanças e dos Assuntos Económicos foram os principais decisores políticos. A definição das políticas económicas foi feita principalmente a nível intergovernamental, excluindo o escrutínio por parte do Parlamento Europeu e o envolvimento da Comissão ou dos Estados-Membros da UE fora da Zona Euro. As principais formas de expressão institucional neste âmbito são, por exemplo, o Eurogrupo e a Cimeira do Euro. O Eurogrupo envolve reuniões informais dos ministros das finanças da Zona Euro e desempenhou um papel decisivo na gestão da crise do Euro. A Cimeira do Euro é uma plataforma informal para reuniões entre os Chefes de Estado ou de Governo da Zona Euro.

- **Conferir legitimidade democrática ao processo de elaboração das políticas económicas da UE e torná-lo acessível a todos.** O Volt propõe que a política económica e financeira seja decidida pelo Parlamento e pelo Conselho enquanto legisladores. Em primeiro lugar, as reuniões entre ministros das Finanças devem ser formalizadas num quadro inteiramente transparente, preparando a transição para um sistema federal com duas câmaras. As reuniões informais e as decisões tomadas pelos Chefes de Governo, em geral, e pelos que chefiam os países da Zona Euro, em particular, devem ser imediatamente abolidas a fim de assegurar a concretização dos princípios democráticos e de responsabilização através de uma clara divisão de competências entre os poderes legislativo e executivo. Por isso, defendemos a proposta de criação do cargo de Ministro da Economia e Finanças da UE a fim de aumentar a responsabilização democrática pela política económica da UE.

C. Banco Central Europeu

O objetivo primordial do Banco Central Europeu (BCE) consiste em assegurar a estabilidade de preços do Eurosistema e da política monetária única, a fim de permitir "um enquadramento económico favorável e um nível elevado de emprego".⁵³²

- **Alargar as competências do BCE.** Dez anos volvidos, os efeitos da crise da Zona Euro - nomeadamente o desemprego elevado, o investimento

⁵³² Ver [BCE - Política monetária](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

ainda reduzido e o crescimento económico mínimo - continuam a fazer-se sentir, sobretudo no sul da Europa. Esta situação coloca grandes desafios para a sociedade. A Europa também enfrenta vários desafios ambientais, como a degradação ambiental e as alterações climáticas. É por isso que, para uma melhor governação monetária, o Volt prevê um BCE que, embora se mantenha totalmente independente, dispõe de poderes mais alargados, incluindo na tomada de decisões em matéria de desemprego, crescimento sustentável e prevenção/atenuação de crises - passando a ter uma missão semelhante à da Reserva Federal dos Estados Unidos.⁵³³

D. Orçamento Zona Euro+

Todos os países da Zona Euro partilham uma moeda comum com taxas de juro e de câmbio comuns, enquanto que a sua posição no ciclo económico,⁵³⁴ bem como a estrutura das suas economias, podem diferir substancialmente.

- **Estabelecer um Orçamento Zona Euro+ (*Eurozone+*).** Para resolver estes problemas, é necessário elaborar um orçamento através de novos recursos comunitários específicos, incluindo a implementação de um imposto comum sobre as sociedades, entre outras medidas. Estabelecer este orçamento terá três importantes vantagens: 1) Dada a natureza cíclica da economia e dos impostos, o orçamento da UE harmonizará implicitamente os ciclos económicos entre países; 2) Este orçamento permitirá que bens públicos europeus comuns (como a Defesa e as redes transnacionais de energia) sejam financiados a nível europeu; 3) Por último, este orçamento servirá de mecanismo de salvaguarda em tempos de crise: o Volt defende que o financiamento de emergência a nível europeu permita a prestação de serviços básicos, tais como o pagamento de subsídios de desemprego e de salários aos trabalhadores do setor público, no caso do Estado ser incapaz de cumprir estas obrigações. Embora este orçamento se destine principalmente aos Estados-Membros da Zona Euro, deverá estar aberto à participação voluntária de todos os outros Estados-Membros da UE - daí o nome "Zona Euro+".

E. Mecanismo Europeu de Estabilidade

O Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) é um fundo de resgate e um mecanismo fundamental para a estabilidade da Zona Euro. É atualmente gerido pelos governos nacionais e, como tal, funciona como um mecanismo intergovernamental. O Volt apoia que o MEE se torne numa instituição ao

⁵³³ Consultar [The Federal Reserve's Dual Mandate](#)

⁵³⁴ Este indicador mostra se um país se está a sair bem ou não em comparação com os resultados anteriores.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

abrigo da legislação comunitária e supervisionada pelo Parlamento Europeu. A reforma do MEE deve respeitar os seguintes três aspetos fundamentais:

- **Transformar o MEE num mecanismo de contingência credível para a resolução bancária.**⁵³⁵ O Fundo Único de Resolução não dispõe de um mecanismo de apoio orçamental e a sua capacidade financeira é limitada. Embora tal possa ser suficiente para o colapso de bancos de forma isolada, mantém-se o risco de este fundo se esgotar numa crise sistémica. Visto que, por sua vez, isto reforçaria onexo bancos-soberanos, é necessário que exista um mecanismo de apoio orçamental europeu credível. O MEE deve desempenhar esta função, disponibilizando uma facilidade de crédito permanente apoiada pelo BCE.
- **Integrar o MEE na legislação comunitária comum.** A estrutura atual do MEE é disfuncional e antidemocrática. As decisões de prestar assistência financeira a um Estado-Membro não são tomadas por maioria, mas por unanimidade, exigindo ainda a aprovação prévia de alguns parlamentos nacionais. O Parlamento Europeu, pelo contrário, não tem direito a palavra neste âmbito. A governação do MEE deve refletir os procedimentos de votação comuns da UE (a votação por maioria qualificada) e deve tornar-se um órgão de pleno direito da UE, sujeito à legislação europeia e plenamente integrado nos mecanismos de responsabilização da UE, sob o escrutínio rigoroso do Parlamento Europeu. A curto prazo, no que diz respeito à governação, o conselho de administração do MEE deve ser composto pelos ministros das Finanças nacionais e pelos funcionários da área do euro nomeados pelo Conselho Europeu e eleitos pelo Parlamento Europeu. A longo prazo, o MEE deve ser da competência do Ministro das Finanças da UE, que responderá perante o Parlamento Europeu.
- **Prever a reestruturação da dívida em determinadas condições.** O Volt opõe-se a qualquer reestruturação automática da dívida, uma vez que pode dar origem a especulações auto-cumpridas relativamente à insolvência de um Estado. No entanto, reconhecemos que pode haver margem de manobra para codificar as práticas do FMI em matéria de reestruturação da dívida no âmbito do MEE, se a sustentabilidade da dívida estiver ameaçada. No entanto, qualquer avanço nesse sentido deve estar dependente da conclusão da união bancária, bem como da criação um ativo de refúgio europeu e de uma solução para heranças de dívida.

F. Supervisão Bancária

O Mecanismo Único de Supervisão (MUS) é o primeiro pilar da união bancária. Ao abrigo do MUS, o BCE é o principal organismo de supervisão prudencial das

⁵³⁵ Ver [ESM - “Euro area banks in a deepening monetary union” - speech by Rolf Strauch](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

instituições financeiras da Zona Euro e dos países da UE não pertencentes à Zona Euro que optem por aderir ao MUS. O BCE supervisiona diretamente os maiores bancos, enquanto os supervisores nacionais continuam a acompanhar os restantes. O BCE e os supervisores nacionais trabalham em estreita colaboração para verificar se os bancos cumprem as regras bancárias da UE e para resolver problemas numa fase precoce.⁵³⁶

- **Criar um sistema de supervisão bancária inteiramente europeu.** A Europa progrediu significativamente no que diz respeito à supervisão bancária. A aprovação de um Mecanismo Único de Supervisão (MUS) permite uma abordagem harmonizada da regulamentação, em que o BCE e os bancos centrais nacionais partilham responsabilidades e recursos humanos. 118 bancos, que representam 82% do total dos ativos bancários na Zona Euro, estão agora sob controlo direto do BCE.⁵³⁷ O Volt apoia vivamente a europeização da supervisão bancária, na medida em que cria condições de concorrência equitativas para os bancos europeus e aumenta a estabilidade financeira através de regras harmonizadas e de uma maior transparência.

G. Competências de um Ministro da Economia e Finanças da União Europeia

Atualmente, as decisões executivas na Zona Euro e a elaboração das políticas económicas da UE são tomadas de forma pouco transparente, envolvendo a Comissão, o Eurogrupo e a Cimeira do Euro.

- **Criar o cargo de Ministro da Economia e Finanças da UE.** Como primeiro passo da reforma da governação económica, o Volt apoia a proposta da Comissão de criar um Ministro Europeu da Economia e das Finanças. Tal aumentará consideravelmente a responsabilização e a transparência na governação económica da UE. A curto prazo, com a atual estrutura institucional, este Ministro será simultaneamente comissário europeu e presidente das reuniões mensais dos ministros das Finanças da Zona Euro - o chamado Eurogrupo. O cargo deverá ser criado já em novembro de 2019, quando entrar em funções uma nova Comissão Europeia. O Ministro terá de informar o Parlamento Europeu e representar a Europa na cena económica internacional, por exemplo, no Fundo Monetário Internacional. Um aspeto significativo é que este cargo ministerial seria uma tarefa pan-europeia, e não apenas da Zona Euro - um gesto que reforça a coesão europeia.⁵³⁸ Os países que não pertencem à Zona Euro mas que são representados pelo Ministro das Finanças da UE terão de se sujeitar ao cumprimento das propostas de reforma de políticas orçamentais da UE. A longo prazo e com a abolição do Eurogrupo, o detentor do cargo de Ministro das Finanças da UE terá

⁵³⁶ Ver [European Commission - Purpose of the single supervisory mechanism](#)

⁵³⁷ Ver [ECB - Single Supervisory Mechanism](#)

⁵³⁸ Ler [The Guardian - Europe should have its own economy and finance minister, says EC](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

os seus próprios funcionários ministeriais, orientará a implementação das leis económicas e fiscais, e contribuirá para o processo de decisão política sob o escrutínio dos órgãos do poder legislativo.

H. Imposto sobre as sociedades na UE

A fim de travar a evasão fiscal e gerar receitas que alimentem um orçamento europeu, o Volt propõe a introdução de um imposto europeu sobre as sociedades. A execução fiscal centrar-se-á em torno de três pontos fundamentais:

- **Introduzir um modelo comum a nível da UE sobre a fórmula de cálculo de impostos sobre as sociedades a fim de reduzir as oportunidades de evasão fiscal.** Deve ser acordada uma definição a nível da UE sobre o que é ao certo um lucro ou uma receita tributável. Regras contabilísticas claras e iguais para todos os Estados-Membros determinarão o método de cálculo do rendimento tributável, que é necessário para permitir a tributação no local onde são gerados os rendimentos e os lucros. As empresas ativas num país e que não tenham muita flexibilidade devido a recursos financeiros e jurídicos limitados não devem estar sujeitas a concorrência desleal contra as grandes multinacionais. A introdução de um imposto comum sobre as sociedades a nível da UE deve ser o primeiro passo, embora um acordo global seja o objetivo final. Em especial, é necessário estabelecer definições comuns sobre o que pode ser contabilizado como despesas com investigação e desenvolvimento, financiamento da dívida e de capitais próprios, bem como investimentos e amortizações. É necessário criar regras claras para associar os pagamentos dos impostos à origem do rendimento, bem como regras geográficas que permitam às nações beneficiar dos lucros obtidos no seu território.
- **Introduzir uma taxa-padrão sobre as sociedades para combater os paraísos fiscais.** O Volt apoia uma taxa mínima de imposto sobre as sociedades em toda a União, que deverá ser cobrada pelas instituições da UE; os Estados-Membros poderão complementá-la com uma taxa nacional.
- **Aplicar práticas de controlo nas grandes empresas.** Deve ser realizada uma análise exaustiva dos sistemas de tributação sobre as sociedades nos países da UE para monitorizar as práticas das grandes empresas, em especial as multinacionais, que visam reduzir a sua carga fiscal através de estruturas jurídicas sofisticadas, sem qualquer objetivo económico real. Este esforço é complementar da iniciativa BEPS ("Erosão de base e transferência de lucros")⁵³⁹ da OCDE e visa acompanhar e combater as novas práticas de evasão fiscal.

⁵³⁹ *N. do T.:* Do original "Base Erosion and Profit Shifting"

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Registrar os beneficiários efetivos de todas as empresas, organizações e fundos de investimento.**⁵⁴⁰ A evasão fiscal tem um custo drástico para as empresas e, portanto, não pode ser tolerada, especialmente quando praticada por empresas de grande dimensão e altamente lucrativas. Um primeiro passo na luta contra a evasão fiscal consiste em tornar obrigatório que as empresas, organizações e fundos de investimento registem os seus beneficiários efetivos num registo público e obrigatório, especialmente quando estão sediadas *offshore* ou têm sedes fictícias ou de fachada (as *letterbox companies*)

I. Limites de Concentração de Dívida Soberana

Dentro da Zona Euro, o futuro de um Estado e o futuro do seu setor bancário estão intimamente ligados entre si devido a um fenómeno chamado "*home bias*" (preferência por investimento doméstico). Este "*home bias*" descreve uma situação em que os bancos detêm parcelas significativas da dívida do seu próprio Estado (por exemplo, as obrigações do Tesouro), criando uma situação em que o fracasso de qualquer uma das duas partes pode facilmente conduzir ao fracasso da outra. Esta dependência viciosa dos bancos e dos Estados é designada por "nexo bancos-soberanos".

- **Eliminar onexo bancos-soberanos.**⁵⁴¹ Para que um regime de reestruturação soberana seja credível, é necessário quebrar definitivamente o nexo entre bancos e soberanos. A fim de tirar partido dos esforços para reduzir o efeito contagiante dos bancos nos Estados, o Volt propõe a introdução de taxas de risco de concentração para as exposições soberanas, a fim de reduzir o efeito contagioso dos Estados nos bancos. Tal poderia assumir a forma de uma diversificação da carteira de obrigações nacionais por parte dos bancos e a detenção de obrigações de outros Estados que não o seu. A introdução de limites para as concentrações de dívida soberana incentivará a diversificação das carteiras de dívida soberana dos bancos em todos os Estados-Membros da Zona Euro. Esta medida permite uma partilha de riscos e a realização de um processo de incumprimento de forma ordeira, caso seja necessário.

J. Sistema Europeu de Seguro de Depósitos

- **Criar um seguro de depósitos a nível europeu.** Um seguro de depósitos europeu contribuirá para quebrar o nexo entre a dívida

⁵⁴⁰ Ver [International Standards on Combating Money Laundering and the Financing of Terrorism & Proliferation - the FATF Recommendations](#)

⁵⁴¹ Ver [European Parliament Think Tank - Sovereign Concentration Charges: A New Regime for Banks' Sovereign Exposures](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

soberana e os bancos. Isto porque o risco de corrida aos bancos já não depende da solvência do soberano, que fornece o seguro de depósito. Essa europeização do seguro de depósitos reduz, consequentemente, a probabilidade de corridas aos bancos, aumentando a estabilidade financeira. Devido a preocupações de risco moral, a sua introdução deve ser condicionada a uma diversificação prévia das exposições soberanas e a uma redução de risco nos balanços. Isto significa que um banco tem de demonstrar que investiu numa vasta gama de setores, de modo a que o seu risco de investimento seja distribuído de forma responsável. Caso contrário, os bancos poderiam utilizar o novo sistema de seguros para realizar investimentos mais arriscados, comprometendo a estabilidade financeira.

K. Pacto de Estabilidade e Crescimento

O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) é um acordo entre os 28 Estados-Membros da UE destinado a facilitar e manter a estabilidade da União Económica e Monetária, assegurando a disciplina orçamental e acordando limites comuns para os défices orçamentais (3% do PIB) e a dívida pública (60% do PIB).

- **Reformar o PEC.** O Pacto de Estabilidade e Crescimento revelou-se ineficaz na prevenção da acumulação de dívidas insustentáveis. O pacto é demasiado inflexível para permitir políticas anti cíclicas sólidas quando uma crise se instala e as suas regras impedem o investimento inteligente e sustentável, necessário em toda a Europa, e conduzem a reduções desnecessárias e prejudiciais na prestação de serviços públicos. Isto asfixia o crescimento económico, conduzindo à instabilidade social e política, à desconfiança e à exclusão. O Volt propõe regras orçamentais transparentes que incentivam políticas orçamentais prudentes e permitem flexibilidade para contrariar os casos de instabilidade macroeconómica e política, a desconfiança e a exclusão.

IV. Justiça e Assuntos Internos

A. Visão

O Volt quer uma Europa que garanta o respeito dos direitos dos cidadãos em toda a União. Os cidadãos devem poder participar plenamente no processo democrático, o que inclui o direito de votar e de ser eleito - independentemente do local onde se encontrem inscritos como residentes - seja em eleições locais, regionais, nacionais ou europeias. Os cidadãos não devem ser discriminados em razão da sua nacionalidade, sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

O Volt quer uma Europa em que os cidadãos possam circular e residir livremente em toda a União. Este é um dos quatro pilares em que assenta a integração europeia e é essencial para uma sociedade europeia próspera, livre e inclusiva. Para garantir a livre circulação interna, as fronteiras externas têm de ser geridas de forma mais eficaz, eficiente e humana. Trata-se de um desafio comum que não deve ser remetido para os Estados a nível individual, mas sim assumido pela Europa enquanto comunidade que respeita o princípio comum da solidariedade.

O Volt quer uma Europa cujos Estados-Membros adiram aos princípios da democracia e do Estado de direito, com base nos tratados europeus e na Carta dos Direitos Fundamentais. Estes princípios são a base da comunidade política: tanto os países candidatos a Estado-Membro como os que já o são atualmente têm de os respeitar plenamente e, se os violarem, a Europa deve ter o poder de tomar medidas para os repor.

O Volt quer uma Europa que proteja os seus cidadãos e os faça sentir-se seguros. A Europa precisa de mais do que apenas cooperação policial e partilha de informações entre os Estados-Membros: precisa das suas próprias capacidades e competências jurídicas para salvaguardar a segurança dos seus cidadãos. Este aspeto é muito mais importante do que as sensibilidades e o prestígio de algumas elites nacionais. No entanto, a perceção de perigo por parte dos líderes políticos não deve ser exagerada: o nível de segurança que temos atualmente, de uma forma objetiva, não tem precedentes na história europeia e é da responsabilidade dos atores políticos agir com base em factos objetivos e não exagerar o nível de ameaça como forma de levar a cabo as suas agendas políticas.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

B. Proteção das fronteiras

A proteção das fronteiras europeias deve tornar-se uma competência exclusiva da União Europeia. Os atuais mecanismos de proteção das fronteiras nacionais devem ser integrados num sistema europeu que seja coeso e eficaz. A UE necessita de uma comunidade política que apoie todos os seus Estados-Membros quando é necessário proteger as fronteiras externas comuns. O Volt considera que devemos insistir numa comunidade política que garanta o respeito dos direitos humanos em toda a sua jurisdição, incluindo nas suas fronteiras e além delas.

Uma proteção eficaz das fronteiras da UE é uma condição prévia para a livre circulação de pessoas na UE. Por isso, queremos criar e apoiar um sistema que defenda a integridade das fronteiras da UE, combata a criminalidade transfronteiriça e garanta a segurança dos residentes europeus. Queremos um sistema de proteção de fronteiras da UE que proporcione um acolhimento inicial dos requerentes de asilo de forma ordenada e humana, defenda os valores europeus e garanta que os primeiros pontos de contacto com os refugiados exemplifiquem os valores que a Europa representa.

- **Desenvolver uma agência europeia de proteção de fronteiras plenamente operacional.** O Volt apoia a evolução da Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira (Frontex) de uma agência intergovernamental que coordena amplamente os serviços nacionais para uma agência europeia integrada, com funções e capacidades próprias para agir e reagir. A agência europeia será dotada dos seus próprios guardas de fronteira e equipamento, através de novos fundos provenientes do orçamento da UE, para que possa atuar independentemente das contribuições dos Estados-Membros. Inicialmente, realizará formações conjuntas para os guardas de fronteira nacionais. Posteriormente, esta formação será desenvolvida para integrar as estruturas nacionais na agência europeia, a fim de evitar as ineficiências que advêm da duplicidade de serviços.
- **Assegurar o seu acompanhamento pelo Parlamento Europeu.** As competências e orçamentos devem ser clarificados entre as instituições da UE e os Estados-Membros, a fim de aumentar transparência, ao mesmo tempo que se assegura que as responsabilidades partilhadas entre parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu são uma questão do passado. Em última análise, tem de haver um controlo claro por parte do Parlamento Europeu da Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira e a futura Agência Europeia de Proteção das Fronteiras.
- **Garantir a defesa dos nossos valores nas fronteiras.** A proteção das nossas fronteiras é indissociável da proteção dos nossos valores comuns. É aqui que as pessoas de todo o mundo têm a sua primeira impressão da Europa. As suas ambições de construir uma vida melhor na Europa devem ser encorajadas pela maneira como acolhemos migrantes - devem ser sempre tratados com respeito e dignidade, respeitando

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

sempre também o Estado de direito. Por este motivo, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia deve ser um documento de orientação para a Agência, incorporado na sua declaração de missão, no seu sistema de conformidade e na sua responsabilização perante o Parlamento Europeu. A rotura das redes de contrabando e tráfico de seres humanos deve ser sempre acompanhada por operações de busca e salvamento, bem como por operações de acolhimento para requerentes de asilo e refugiados.

- **Os controlos fronteiriços intra Schengen que têm lugar atualmente deverão cessar assim que existir um controlo das fronteiras externas da UE em pleno funcionamento.** O pessoal envolvido no controlo das fronteiras intra Schengen deve, em vez disso, ser transferido para as fronteiras externas, incluindo as fronteiras externas de carácter interno (por exemplo, em aeroportos internacionais), numa base rotativa, com uma compensação adicional caso se encontrem longe de casa. Os países sem fronteiras externas devem atribuir uma quota de pessoal às fronteiras externas europeias em função da dimensão da sua população. Sempre que tal não se revele viável, os países devem, em vez disso, disponibilizar fundos suplementares para a proteção das fronteiras externas europeias.

C. Polícia, serviços de informação e Cibersegurança na Europa

O Volt apoia a unificação dos serviços nacionais de polícia - bem como dos serviços de informação e de Cibersegurança - em toda a Europa, começando pela partilha sistemática de informações, de modo a identificar e combater a criminalidade e as ameaças transfronteiriças. Enquanto organismo da UE responsável pela aplicação da lei, as competências da Europol nestes domínios devem ser gradualmente alargadas, as suas capacidades reforçadas e a sua supervisão pelo Parlamento Europeu deve ser mais rigorosa. A longo prazo, a agência deve evoluir no sentido de se tornar o serviço de polícia federal da UE.

- **Alargar as competências da Europol.** A cooperação entre as forças policiais europeias deve ser reforçada, nomeadamente no que respeita à partilha de informações. Deve haver mecanismos mais consolidados de partilha de informação vital para combater a criminalidade transfronteiriça, o terrorismo e as ameaças à Cibersegurança. O acesso direto da Europol às informações importantes dos serviços de polícia dos Estados-Membros é algo que deve ser considerado. A longo prazo, deverá ser atribuída à Europol competência exclusiva no que respeita à luta contra a criminalidade transfronteiriça, terrorismo e ameaças à Cibersegurança.
- **Reforçar as capacidades da Europol.** As capacidades operacionais autónomas da Europol devem ser gradualmente aumentadas. Em

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

primeiro lugar, a criação de mecanismos de Cibersegurança deve ser uma prioridade: os Estados-Membros devem canalizar os seus recursos para uma estrutura europeia comum de defesa da Cibersegurança, por oposição à criação de agências nacionais para esse efeito. Devem também ser desenvolvidas estruturas para apoiar o combate à criminalidade transfronteiriça e ao terrorismo em cada Estado-Membro. Estas seriam as bases para uma capacidade operacional independente a nível federal.

- **Aumentar o acompanhamento e escrutínio feito pelo Parlamento Europeu.** À medida que as competências e capacidades da Europol são alargadas, a sua responsabilização democrática deve ser reforçada. Deve existir um comité responsável pelas operações da Europol, bem como um comissário encarregado pela Europol. Os ministros do Interior (ou Administração Interna) dos Estados-Membros devem também ser envolvidos neste processo, especialmente no que diz respeito à cooperação entre os serviços nacionais de polícia.
- **Criar um organismo europeu para colmatar a lacuna existente nas estruturas da Segurança Interna.** As novas ameaças, como o terrorismo de tipo militar ou as catástrofes naturais de grande dimensão, não têm fronteiras e levam as nossas atuais autoridades de segurança aos seus limites de recursos humanos e competências. Para fazer face a estes desafios, precisamos de uma nova agência de segurança, de um corpo europeu, que apoie as forças nacionais e locais, desempenhando tarefas civis, policiais e, em parte, militares. Este corpo será constituído por reservistas e pode ser solicitado por qualquer Estado-Membro para prestar assistência às forças de segurança locais, incluindo a intervenção após ataques terroristas para garantir a ordem pública e proteger instalações e locais estratégicos ou representativos. Ajudará também em caso de catástrofes naturais, tais como inundações, terremotos, incêndios florestais ou epidemias, com equipamento, coordenação e recursos humanos. Além disso, este corpo europeu pode desempenhar tarefas representativas, como a de honrar as visitas de Estado a nível europeu. Os equivalentes nacionais, como a recém-formada Guarda Nacional francesa, devem ser integrados neste corpo europeu.

D. Políticas de migração e refugiados

O Volt considera que é necessária uma política comum europeia em matéria de migração e de refugiados que defina uma abordagem unificada para gerir a imigração e os fluxos de refugiados. Os Estados-Membros devem dar passos importantes no sentido de criar um sistema comum para gerir os pedidos e os recursos, acolher os migrantes entre os vários Estados-Membros e repatriar os requerentes rejeitados para os respetivos países de origem. No entanto, a UE tem maiores possibilidades de utilizar o seu efeito dinamizador para assinar acordos de repatriação com os países de origem ou para apoiar os Estados-

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

Membros na intermediação de acordos de repatriação. A UE pode igualmente recorrer a uma vasta gama de incentivos para garantir acordos de repatriação, que vão das políticas de vistos até aos apoios bilaterais.

Esta abordagem política comum deve inscrever-se num quadro mais vasto para cooperação internacional em matéria de prevenção e atenuação das crises de refugiados. É por estes motivos que é necessário reformar o sistema de Dublin e definir um novo sistema de acolhimento, por exemplo, com base na população, densidade populacional, riqueza, média de idades e crescimento de um país. O sistema reformado deve prever sanções para os países que não cumpram com as normas estabelecidas.

D.1. Respeitar a Convenção das Nações Unidas sobre Refugiados

Um acordo comum europeu sobre o asilo deve incluir mecanismos vinculativos para assegurar que todos os Estados-Membros da UE respeitam as disposições da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados.⁵⁴² Tal inclui:⁵⁴³

- **Trabalhar em conjunto com os países em vias de desenvolvimento**, que acolhem mais de 80% dos refugiados de todo o mundo,⁵⁴⁴ para reformar o sistema internacional de refugiados.
- **Antecipar os movimentos de refugiados.** É necessário que a UE não se limite a responder, mas que conceba antecipadamente um plano para os movimentos de refugiados.
 - Reservar todos os anos uma parte do orçamento para a proteção dos refugiados, mesmo quando não há fluxos de refugiados. A longo prazo, isso será certamente necessário, por exemplo, devido ao número crescente de refugiados por razões climáticas que a UE terá de processar.
 - Identificar, inventariar e registar possíveis alojamentos para futuros fluxos de refugiados. A UE deve dispor de uma base de dados acessível sobre habitações onde os refugiados possam permanecer por períodos de cinco a sete anos para garantir a continuidade da sua proteção.
 - Criar estratégias de partilha de encargos antes dos movimentos de refugiados ocorrerem. O Volt defende o estabelecimento de quotas para que os Estados-Membros acolham refugiados.
- **Fortalecer a cooperação com o ACNUR.** A UE deve aumentar o seu apoio ao ACNUR e criar mais parcerias entre a sua própria

⁵⁴² Ver [UNHCR - Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees](#)

⁵⁴³ Ler [Open Global Rights - A global solution to a global refugee crisis](#)

⁵⁴⁴ Consultar [UNHCR - Global Trends: Forced Displacement in 2016](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

estrutura de gestão de refugiados e o trabalho desenvolvido pelo ACNUR.

D.2. Princípio do primeiro país de asilo

- **Abolir imediatamente o "princípio de Dublin"**, segundo o qual os refugiados devem requerer asilo no seu primeiro país de chegada à UE. Este sistema tem de ser substituído por um sistema de repartição de encargos.

D.3. Outras disposições

- **Capacitar o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo para ser o principal centro de tomada de decisões em questões de asilo em toda a UE** e conseguir que o EASO⁵⁴⁵ se transforme numa agência de pleno direito em matéria de asilo, tal como proposto em 2016 pela Comissão Europeia. Além disso, o EASO deve oferecer mais ações de formação para os funcionários responsáveis pelo asilo, a fim de assegurar um tratamento mais humano dos refugiados.⁵⁴⁶
- **Assegurar que os direitos dos requerentes de asilo e dos refugiados são respeitados** e que os países cumprem as obrigações decorrentes dos tratados internacionais.
 - Pôr termo à prática de detenção de requerentes de asilo e refugiados (como acontece nas ilhas gregas, na Hungria, etc.) e trabalhar numa solução alternativa.⁵⁴⁷
- **Prosseguir com a prática de oferecer proteção os refugiados durante a duração do período de risco.** Além disso, oferecer residência permanente aos refugiados após um determinado período (definido como sendo de cinco a sete anos) se estes ainda estiverem em situação de risco, assumindo que são cumpridos determinados critérios. Ainda assim, os refugiados devem ser sempre encorajados e apoiados a regressar aos seus países de origem, se o puderem fazer em condições de segurança, para participarem nos esforços de reconstrução. De qualquer forma, é sempre necessária uma integração permanente imediata para certos tipos de refugiados, como os menores não acompanhados ou os refugiados com traumas graves, nomeadamente resultantes de situações de conflito.

⁵⁴⁵ **N. do T.:** Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo - do original "European Asylum Support Office"

⁵⁴⁶ Ver [The continuing failure of the Common European Asylum System](#)

⁵⁴⁷ Consultar [Boundaries of liberty: Asylum and de facto detention in Europe](#) e [Human Rights Watch - Greece: 13,000 Still Trapped on Islands](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Reforçar os canais legais de migração.** A UE deve reforçar os seus canais legais de migração através de programas de vistos, bolsas de estudo e autorizações de trabalho para evitar acordos de repatriação, que, de qualquer modo, só serão cumpridos se a UE disponibilizar financiamento adicional para o desenvolvimento nos países de origem. A ajuda da UE poderá ser paga em prestações para que os Estados não tenham de se preocupar com um súbito aumento dos retornos que teriam lugar se as pessoas que já se encontram na Europa forem repatriadas para o seu país de origem.
- **Estabelecer uma estratégia a longo prazo.** A UE necessita de uma estratégia a longo prazo para reduzir os incentivos à migração. A longo prazo, a migração só pode ser reduzida se for garantida a segurança e as oportunidades económicas nos países de origem. Mas o número de pessoas que tentam chegar à Europa continuará a aumentar enquanto existir a perspetiva de um futuro melhor na Europa, devido, por exemplo, às diferenças de rendimento entre a África subsariana e os Estados-Membros da UE.

V. Reforma da Política Externa e da Política Europeia de Vizinhança

A. Visão

O Volt acredita que a integração europeia é uma das maiores conquistas da política internacional no século XX. No entanto, a atual instabilidade na ordem mundial exige uma política externa europeia muito mais proativa e coerente. A nossa visão é a de uma Europa voltada para mundo e que desempenhe um papel construtivo e estabilizador, não fugindo das suas responsabilidades e utilizando o seu peso político e económico para defender o multilateralismo, a resolução pacífica de conflitos e a tomada de ações coordenadas para fazer face aos desafios globais, como a proliferação nuclear, as alterações climáticas e os desequilíbrios económicos. A União Europeia deve contar a sua história de integração bem-sucedida e de conquista da paz e da prosperidade, depois de séculos de conflito, de forma a promover a integração e a dissipar tensões noutras partes do mundo. A Europa deve ser um exemplo de como antigos inimigos podem tornar-se amigos e parceiros num projeto comum e de como a democracia pode ser organizada além das fronteiras nacionais em benefício dos cidadãos. A UE deve incentivar a reprodução do seu sucesso noutros locais através da promoção da integração regional em todo o mundo e do apoio às instituições multilaterais, nomeadamente as Nações Unidas. Ao mesmo tempo, a UE deve reconhecer que alguns desafios, nomeadamente na sua própria vizinhança, não podem ser resolvidos a curto prazo ou unicamente pela UE. Por conseguinte, o Volt apoia a adoção de uma abordagem dupla: aumentar a capacidade da UE de enfrentar crises que não consegue resolver num futuro previsível, trabalhando ao mesmo tempo com instituições multilaterais e com os principais parceiros para encontrar uma solução para estas crises a longo prazo.

Além de apoiar instituições multilaterais, a UE deve igualmente procurar estabelecer relações bilaterais com parceiros fundamentais em todo o mundo. Para tal, o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) deve ser reforçado e as representações da UE em todo o mundo devem ser transformadas em embaixadas da UE. A UE deve igualmente intensificar os seus esforços para estabilizar e integrar a sua vizinhança imediata.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

B. Capacidade institucional da UE - Reforma do SEAE

- **Adotar uma política externa comum através de um SEAE reforçado.** A longo prazo, o Volt apela a que a política externa - tal como aconteceu anteriormente com a política comercial - se torne uma competência exclusiva da UE. Esta nova competência da UE será gerida por um Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) reforçado. As delegações da UE devem tornar-se embaixadas da UE, ser alargadas sempre que necessário e substituir as embaixadas dos Estados-Membros. No entanto, os Estados-Membros poderão manter a sua representação no país terceiro para promoção dos seus interesses nacionais específicos. Os princípios orientadores deste novo trabalho do SEAE serão a defesa e a promoção dos valores e interesses europeus acima referidos, bem como o apoio à implementação global das agendas de desenvolvimento, incluindo a Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Por conseguinte, a representação da UE substituirá as representações dos Estados-Membros em todas as instâncias internacionais, nomeadamente através de um único embaixador na ONU.
- **Reforçar o papel do Parlamento Europeu em questões de política externa da UE.** O Volt apela ao Parlamento Europeu que decida sobre todos os casos de sanções políticas e económicas, incluindo embargos comerciais, impostos pela UE a países terceiros ou a indivíduos. Tal contribuiria para tornar a política externa da UE mais democrática, facilitando aos Estados-Membros a transferência de competências neste domínio para o nível europeu e transformando o Parlamento Europeu num fórum de debate sobre o papel da Europa no mundo, promovendo assim a sua visibilidade e imagem.

C. Relações da UE com as Nações Unidas e outras instituições multilaterais

Ao estar profundamente interligada com o mundo, a Europa está também muito exposta aos problemas que persistem no resto do mundo. Assim, a Europa beneficia diretamente de uma ação multilateral em prol de um maior desenvolvimento e de um maior respeito pelos direitos humanos, em especial nos países em vias de desenvolvimento.

A Organização das Nações Unidas, através do seu trabalho sobre a resolução pacífica de litígios, a ajuda humanitária, o desenvolvimento e a saúde, constitui a pedra angular do sistema político internacional. O Volt subscreve e apoia os seus valores de paz, justiça, direitos humanos e prosperidade partilhada. Com membros que representam praticamente todos os países e povos do mundo, é de longe o ator mais legítimo na política internacional. No entanto, não estamos indiferentes às suas lacunas nem às limitações decorrentes da sua

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

estrutura organizacional e do seu mecanismo de financiamento. O Volt, portanto, apoia esforços de reforma que melhor permitam às Nações Unidas cumprir os seus ambiciosos objetivos, dando-lhe as ferramentas para agir de forma mais determinada e eficiente. Como defensor da democracia, o Volt também acredita que nenhuma transferência de poder deve ocorrer sem assegurar o controlo democrático desses poderes. O Volt apoia um maior controlo democrático da ONU pelos seus Estados Membros.

Da mesma forma, apoiamos a cooperação e a ação multilateral noutros fóruns, abordando temas como o desenvolvimento e a governação económica - nas cimeiras dos grupos com configurações de tipo "G"⁵⁴⁸, na OCDE, em organizações regionais e em instituições financeiras internacionais - e a cooperação em matéria de segurança - junto da OSCE, da NATO e de outros fóruns *ad hoc* com países que partilhem das mesmas opiniões.

C.1. Articulação com as Nações Unidas

- **Cumprir e reforçar os compromissos assumidos perante as Nações Unidas.** Enquanto ator mundial empenhado e de confiança, a UE deve honrar os seus compromissos financeiros para com o orçamento das Nações Unidas e apoiar os esforços para aumentar este orçamento. O Volt apela a um aumento das contribuições voluntárias para a ONU e para as suas agências, fundos e programas, dando especial atenção ao aumento de contribuições não atribuídas previamente a objetivos específicos. O Volt incentiva todos os membros da ONU a agirem do mesmo modo. O Volt apoia igualmente o aumento das contribuições em espécie, bem como o reforço do apoio às missões de manutenção da paz através de financiamento, formação e contribuições de pessoal civil e militar.
- **Tomar medidas pragmáticas para melhorar o Conselho de Segurança da ONU a curto prazo.** Enquanto as reformas fundamentais do CSNU não forem executadas, devem prosseguir-se com reformas pragmáticas para tornar o Conselho de Segurança mais eficaz a curto prazo. Por exemplo, tal como outros países já propuseram, o Volt apoia a suspensão do direito ao veto em casos de violações dos direitos humanos e emergências humanitárias. Além disso, para maior transparência e responsabilidade, o Volt propõe que, sempre que os membros permanentes votarem contra uma resolução, sejam obrigados a expor publicamente as suas razões para o fazer, sublinhando de que forma a sua decisão se alinha com os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas - que o Conselho de Segurança e os

⁵⁴⁸ **N. do T.:** Como as cimeiras G7/G8, G20, etc.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

seus membros são obrigados a cumprir.⁵⁴⁹ Nos casos em que o Conselho falhar em defender a paz e a segurança internacionais, o Volt apoia a intervenção da Assembleia Geral, de acordo com a sua Resolução “Unidos pela Paz”,⁵⁵⁰ de forma a assegurar que são tomadas medidas corretivas. Por último, o Volt apela a que as reuniões do Conselho de Segurança sejam mais abertas aos que não são membros, dando-lhes a oportunidade de se pronunciarem sobre questões que lhes dizem respeito, incluindo os países que contribuem com tropas e organizações não governamentais.

- **Aumentar a representatividade democrática através de uma Assembleia Parlamentar.** A atual Assembleia Geral é composta por representantes governamentais que representam os interesses dos Estados-Membros. O Volt apoia a proposta de criação da Assembleia Parlamentar das Nações Unidas (APNU), composta por representantes diretamente eleitos por cidadãos de todo o mundo. As competências da APNU, enraizadas nos princípios da subsidiariedade e da democracia em todo o mundo, serão alargadas ao longo do tempo, à medida que a sua legitimidade democrática for aumentando. A longo prazo, o Volt deseja ver a APNU como um parlamento mundial, adotando regulamentos universalmente vinculativos. Por essa razão, apoiamos fortemente a "Campanha por uma Assembleia Parlamentar das Nações Unidas".⁵⁵¹
- **Reformar profundamente o Conselho de Segurança da ONU.** A estrutura do Conselho de Segurança está desatualizada e desadequada à missão da ONU de manter a paz e segurança internacionais. O Volt apela ao reforço da eficácia e da legitimidade democrática do Conselho de Segurança. Em particular, apoiamos a abolição do estatuto de membro permanente, juntamente com o direito de veto, que vai contra os princípios de igualdade e democracia. Em contrapartida, o Volt opõe-se à adesão de novos países como membros permanentes do Conselho, dado que tal só tornaria mais provável um impasse. O Volt apela aos Estados-Membros da UE para que se abstenham de continuar a ser membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Em vez disso, com a saída do Reino Unido da UE e enquanto o estatuto de membro permanente do Conselho de Segurança não tiver sido abolido, o Volt convida a França a ceder o seu lugar permanente no Conselho de Segurança à União Europeia, criando ao mesmo tempo um embaixador único da UE junto da ONU. Estas reformas são fundamentais para revitalizar a ONU e acabar com os impasses e a passividade. São também essenciais para

⁵⁴⁹ Ver Cap. V, Art. 24º, Par. 2 da [Carta das Nações Unidas](#)

⁵⁵⁰ Resolução 377 da Assembleia Geral das Nações Unidas (1950), disponível em [UN General Assembly - 5th Session](#)

⁵⁵¹ Ver a campanha [UNPA - Campaign for a United Nations Parliamentary Assembly](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

reforçar a legitimidade e recuperar o apoio dos cidadãos a esta organização. No entanto, as resoluções do CSNU que legitimam a ação militar devem ser levadas a cabo com um amplo consenso, pelo que o Volt apoia a introdução de uma maioria qualificada para essas resoluções - quando/se for abolido o direito de veto. Os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas devem ter direitos de voto iguais. A fim de reforçar a legitimidade democrática e a responsabilização, o Volt apoia, a curto prazo, a eleição dos membros do Conselho, para um mandato renovável, por parte da Assembleia Geral - e, a longo prazo, pela Assembleia Parlamentar das Nações Unidas. Um sistema de quotas reformado assegurará a representatividade regional no Conselho.

C.2. Articulação com outras instituições multilaterais

- **Aumentar o apoio às instituições multilaterais regionais e mundiais.** Em conformidade com o nosso compromisso para com o multilateralismo, o Volt incentiva a Comissão, através do SEAE, a reforçar o seu compromisso para com outros blocos regionais, incluindo a União Africana e a ASEAN, e a apoiar o seu desenvolvimento. Isto deverá dizer respeito a cooperação política, social, económica, de segurança e ambiental. A fim de reforçar o multilateralismo, o Volt apela também a um maior apoio às instituições internacionais - incluindo a Organização Mundial do Comércio, o Tribunal Penal Internacional e as entidades da ONU - e à sociedade civil. O Banco Europeu de Investimento deve intensificar as suas atividades no estrangeiro para apoiar os objetivos de política externa da UE, nomeadamente para apoiar a segurança internacional, promover a cooperação internacional e desenvolver e consolidar a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos a nível mundial. Estes investimentos acrescidos são uma forma de reforçar a influência da UE e, conseqüentemente, a nossa capacidade de promover os nossos valores. No seu conjunto, estas medidas visam reforçar as instituições multilaterais e promover a democracia a todos os níveis, em conformidade com os nossos valores fundamentais e com os princípios da Carta das Nações Unidas.
- **Apoiar os esforços globais de não proliferação e desarmamento.** A existência e a disponibilidade em grande escala de armas de destruição maciça, bem como de armas ligeiras e de pequeno calibre, alimenta conflitos em todo o mundo, em especial nas regiões mais pobres. O Volt apela à UE para que intensifique o seu apoio ao Tratado sobre o Comércio de Armas e a outros tratados de desarmamento e contribua ativamente para o seu aprofundamento, através de medidas que incluam, mas não se limitem a, controlos e monitorização mais

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

rigorosos da produção, comércio e posse de armas. O Volt também apoia plenamente os esforços para a não proliferação e o desarmamento ativo de armas de destruição maciça através do reforço dos tratados e convenções internacionais - incluindo, entre outros, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, a Convenção sobre as Armas Químicas, a Convenção sobre as Armas Biológicas e as Zonas Livres de Armas Nucleares - e da adoção das resoluções pertinentes da ONU. Em particular, o Volt salienta que a não proliferação não substitui o desarmamento, e que os Estados detentores de armas nucleares, ao abrigo do TNP, já se comprometeram a proceder ao desarmamento nuclear. Visando perturbar décadas de passividade e compreendendo o custo e o perigo inaceitável de armas nucleares, o Volt apela aos próprios Estados-Membros da UE para que liderem os esforços no cumprimento destes compromissos.

- **Investir em programas de intercâmbio transfronteiriços de jovens, profissionais, académicos e cientistas.** O Volt apoia aumentos significativos dos programas de intercâmbio da UE e das suas parcerias em todo o mundo, como forma de reforçar a cooperação mundial, promover a compreensão mútua e desenvolver uma abordagem à globalização que se foque nas pessoas. Os programas de juventude, como o Erasmus+, e a colaboração com organizações e indivíduos de países extra-UE no âmbito do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação "Horizonte 2020" devem ser prosseguidos, simplificados e alargados para incluir mais participantes de países terceiros.
- **Falar com uma só voz na arena política internacional.** Em linha com o nosso apelo a que a política externa passe a ser uma competência da Comissão e com a nossa proposta de ter um embaixador da UE nas Nações Unidas, o Volt incentiva a UE a agir em uníssono - e, portanto, a ter apenas um assento - em todos os fóruns internacionais. Isto inclui as instituições económicas, de desenvolvimento e de cooperação - o G7, o G20, a OCDE, as instituições financeiras internacionais, etc. - bem como organizações de segurança - incluindo a OSCE e a NATO. Além disso, o Volt apoia o alargamento da rede de delegações da UE a todos os países com os quais a UE mantém relações diplomáticas, bem como o seu reforço, como incentivo para que os Estados-Membros concentrem os seus recursos num único local. Ao longo do tempo, apoiamos a conversão das delegações da UE em embaixadas da UE, que substituiriam a maior parte das embaixadas dos Estados-Membros em todo o mundo.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

D. Política de Vizinhança da UE

O Volt apoia o princípio de "Mais por Mais". De acordo com este conceito, incentivamos o desenvolvimento laços mais estreitos com os países vizinhos da Europa, mas exigindo ao mesmo tempo que se realizem reformas concretas em conformidade com as normas e os valores da UE: mais reformas para uma maior proximidade à UE. O Volt incentiva a realização de reformas autónomas de governação e democratização nos países vizinhos da UE, nomeadamente através da redução da dependência de potências estrangeiras. Em especial, o Volt destaca cinco elementos fundamentais: 1) a **promoção dos nossos valores** (direitos humanos, democracia e Estado de direito); 2) a **segurança energética**; 3) o **comércio** e o **crescimento económico**; 4) as **migrações**; e 5) a **gestão de crises e conflitos**.

Tal como faz em termos mais gerais através da sua política externa, o Volt apela à UE que **promova os seus valores** nos Estados vizinhos e os incentive a prosseguir as reformas democráticas necessárias para a adesão à União. Para além da questão dos valores, é também do próprio interesse da UE estar rodeada de democracias estáveis e regidas pelo Estado de direito. As violações dos direitos humanos devem ser firmemente condenadas e encaradas como uma luz vermelha para a adesão à UE.

O Volt procura **reduzir a dependência da UE em fontes de energia não renováveis, nomeadamente em petróleo e gás estrangeiros**. Este aspeto é particularmente importante no que respeita à nossa dependência energética da Rússia, de forma a proteger a nossa independência e a da nossa vizinhança imediata. Um objetivo principal é a concretização dos Objetivos 20-20-20 do Parlamento Europeu (2008), que se centram na transição energética dos combustíveis fósseis para as energias renováveis e na criação de um mercado único da energia - a União da Energia para a Europa. Esta medida evitaria que os fornecedores de energia estrangeiros colocassem os Estados-Membros uns contra os outros apenas para conseguirem preços mais baixos.⁵⁵² Do mesmo modo, o Volt apoia os países vizinhos na redução da sua dependência de fornecedores de energia estrangeiros, defendendo o acompanhamento da transição energética em potenciais Estados-Membros, bem como outros países vizinhos.

O comércio e a integração económica devem continuar a ser incentivados nos países vizinhos. O Volt visa alargar as Zonas de Comércio Livre Abrangentes e Aprofundadas (ZCLAA) a outros países vizinhos como forma de aproximar esses países das normas europeias em matéria de qualidade alimentar, diversificação económica e Estado de direito.

⁵⁵² GRIGAS, Agnia, *The New Geopolitics of Natural Gas*, pág. 150-151

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

As Migrações são um elemento essencial a ter em conta. Na Vizinhança Meridional, as migrações assumem principalmente a forma de fluxos migratórios para a Europa através do Mediterrâneo recorrendo ao tráfico de seres humanos; na Parceria Oriental e nos Balcãs Ocidentais, o principal assunto de interesse neste contexto é a liberalização do regime de vistos. Tal como descrevemos detalhadamente mais adiante, a Volt apoia a liberalização dos vistos enquanto instrumento de influência na Política de Vizinhança da UE.

As muitas **crises e conflitos que têm lugar na vizinhança da União Europeia** têm de ser abordadas de forma empenhada e individualizada. A UE deve tentar agir como intermediária na resolução de conflitos, se os países vizinhos o solicitarem, e, nesse caso, procurar apoiar os esforços de conciliação entre todas as partes envolvidas e promover o diálogo entre elas.

D.1. Integração dos Balcãs Ocidentais

- **Continuar com as negociações de adesão à UE que foram já iniciadas.** O Volt apoia a continuação dos esforços existentes para a adesão dos países dos Balcãs Ocidentais: os candidatos a Estado-Membro devem ser aceites logo que reúnam as condições necessárias. A admissão deve continuar a ser condicionada pelo respeito do Estado de direito e das normas democráticas. No entanto, o Volt apela a que as negociações se iniciem com as reformas judiciais necessárias, evitando adiar-las para o final do processo de adesão, como foi o caso em negociações anteriores.⁵⁵³
- **Aplicar medidas de à combate à corrupção.** Em conformidade com a nossa postura firme em relação ao Estado de direito e à transparência, o Volt apoia a aplicação de sanções severas por corrupção ou suborno, bem como a introdução de ferramentas digitais em certos serviços de forma a limitar as hipóteses de suborno e corrupção. Estas medidas devem constituir uma condição prévia para a adesão à União, a fim de assegurar uma governação transparente e responsável. Os Estados dos Balcãs Ocidentais devem ser incentivados a enfrentar os problemas da corrupção e da criminalidade organizada, em especial no que respeita ao tráfico de droga e de armas.⁵⁵⁴ O Volt apoia igualmente a intensificação dos contactos e das parcerias entre os serviços policiais dos Balcãs Ocidentais e os dos Estados-

⁵⁵³ Ver [Reforming the Judiciary: Learning from the Experience of Central, Eastern, and Southeastern Europe](#). O FMI utiliza o exemplo da Roménia, onde se deu especial atenção à facilitação do investimento estrangeiro e se lutou contra as tentativas de reforma do sistema judicial. A abordagem da Sérvia em matéria de reforma do sistema judicial é igualmente considerada deficiente e incompleta.

⁵⁵⁴ Ver [Corruption Perceptions Index 2017](#). Ver também: [CIA's World Factbook - Albania](#) e [CIA's World Factbook - Serbia](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

Membros da UE, a fim de intercetar os fluxos de tráfico ilegal e reforçar o Estado de direito.

- **Apoiar a resolução dos litígios fronteiriços em curso.** Os litígios fronteiriços ocorrem principalmente entre os próprios Estados dos Balcãs Ocidentais, embora apenas alguns deles envolvam Estados-Membros da UE, como os litígios entre a Croácia e o Montenegro sobre a península de Prevlaka e entre a Croácia e a Sérvia sobre terras no Danúbio.⁵⁵⁵ O Volt incentiva o recurso a mecanismos de mediação ou arbitragem, quer através das instituições da UE, quer através do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- **Incentivar a reconciliação entre grupos étnicos.** As tensões étnicas continuam a ser um problema grave nos Balcãs e devem ser resolvidas. Sempre que possível, o Volt apela à UE para que atue como intermediário na dissipação definitiva das tensões. Alguns países, em especial a Bósnia-Herzegovina e a Macedónia do Norte, continuam a registar tensões preocupantes. Estas tensões devem ser acompanhadas pela UE durante as negociações de adesão e a sua solução pacífica tem de ser um requisito imprescindível para a adesão.

D.2. Parceria Oriental

- **Aplicar ativamente mais condições.** O Volt encoraja o aumento da cooperação com países que pretendam implementar reformas em conformidade com os valores da UE, como é o caso da Moldávia e da Geórgia. Assim, cada reforma que traga um resultado positivo deve ser acompanhada por uma maior abertura e apoio da UE.
- **Recorrer também ao princípio "Menos por Menos".** Por outro lado, o Volt apoia que se limite a cooperação com países que resvalem para um regime mais autoritário, como acontece no Azerbaijão ou na Bielorrússia. As reformas que se distanciam da democracia e do Estado de direito devem ser encaradas com menos abertura e menos apoio por parte da UE. Entretanto, apelamos a um apoio continuado aos grupos da sociedade civil desses países que defendem a democratização.
- **Incentivar os países da Parceria Oriental a investir em fontes de energia renováveis.** O programa do Volt promove a expansão das fontes de energia renováveis e a diversificação dos fornecedores de petróleo e gás, em conformidade com a política

⁵⁵⁵ Ver [Serbia-BiH border demarcation: A contentious matter?](#) e [Border Disputes Still Bedevil Ex-Yugoslav States](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

ambiental da UE e o objetivo de independência energética. Partindo do sucesso da própria UE na promoção das energias renováveis no seu território, o Volt apoia projetos de infraestruturas para energias renováveis como parte do princípio "Mais por Mais" e de uma transição global para as energias renováveis.

- **Prosseguir com a criação de Zonas de Comércio Livre Abrangentes e Aprofundadas (ZCLAA).** O Volt apoia as ZCLAA com a Moldávia,⁵⁵⁶ a Geórgia⁵⁵⁷ e a Ucrânia,⁵⁵⁸ aprofundando-as sempre que possível. O Volt apela igualmente à celebração de acordos de associação e integração comercial com a Bielorrússia, o Azerbaijão e a Arménia, caso estes países estejam interessados e satisfaçam os requisitos em vigor.
- **Liberalizar o regime de vistos em casos limitados.** Em conformidade com a abordagem "Mais por Mais", o Volt apoia a utilização de um acordo de liberalização do regime de vistos como recompensa pelas reformas no sentido da democratização.⁵⁵⁹

D.3. Parceiros Meridionais

- **Apoiar os trabalhos preparatórios das ZCLAA com os parceiros da vizinhança meridional.** O Volt apoia as ZCLAA com os países a sul da UE, caso estes países cumpram primeiro os requisitos para a celebração de um Acordo de Associação. Em particular, a Tunísia é o país mais próximo de cumprir os requisitos; como tal, após a conclusão das reformas fundamentais e se a Tunísia assim o desejar, o Volt apoia a criação de uma ZCLAA com este país, que poderá servir como modelo para futuros acordos.
- **Prosseguir e aprofundar as parcerias de mobilidade.** Do mesmo modo, o Volt apoia a criação de parcerias de mobilidade com a Tunísia, com base no princípio "Mais por Mais". As parcerias de mobilidade com Marrocos e a Jordânia devem ser pensadas com base no mesmo princípio.⁵⁶⁰
- **Encorajar o multilateralismo local.** O Volt incentiva a continuação da cooperação através de abordagens multilaterais

⁵⁵⁶ Ver [Association Agreement between the European Union and the Republic of Moldova](#)

⁵⁵⁷ Ver [Association Agreement between the European Union and Georgia](#)

⁵⁵⁸ Ver [Association Agreement between the European Union and Ukraine](#)

⁵⁵⁹ Ver [Visa liberalization processes in the EU's Eastern neighbourhood: understanding policy outcomes](#)

⁵⁶⁰ Ver [The Economist - Democracy Index 2017 Free speech under attack](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

e apela ao reforço do papel da União para o Mediterrâneo e do Fórum da Sociedade Civil do Sul do Mediterrâneo.

D.4. Relações bilaterais com a Turquia

- **Continuar com uma parceria sólida.** O Volt apoia a parceria entre a UE e a Turquia, com base numa integração económica já elevada e no reforço dos laços políticos e da sociedade civil.
- **Manifestar claramente as nossas preocupações.** Em conformidade com os nossos princípios, o Volt manifesta a sua preocupação quanto aos direitos humanos e à situação política na Turquia e apoia ativamente os defensores do Estado de direito, da democracia e dos direitos humanos.

VI. Reforma da Política de Segurança e Defesa

A segurança é um pressuposto fundamental para uma sociedade funcional. A segurança proporciona uma base para todas as outras questões de governação e sociedade, estabelecendo as condições para um maior desenvolvimento em todos os domínios. É um recurso de que a UE necessita para garantir o bem-estar, a paz, a democracia e a prosperidade a todos os europeus. Durante os últimos setenta anos, os cidadãos da Europa têm vivido em paz. Os Estados-Membros da UE foram capazes de garantir a segurança e a proteção, conseguindo desenvolver-se em paz.

Infelizmente, desde o fim da Guerra Fria, a vizinhança da Europa tem vivido conflitos. A guerra da Jugoslávia assolou os Balcãs durante os anos noventa. Assistimos à instabilidade social no Magrebe, ao terrorismo no Levante e no Sahel, a uma guerra entre a Rússia e a Geórgia e, mais recentemente, ao conflito entre a Rússia e a Ucrânia e à ocupação ainda em curso da Crimeia. Além disso, as ciberameaças estão a aumentar, com ataques promovidos pelos governos da Rússia, China e Coreia do Norte. A instabilidade e as ameaças à segurança europeia, já dadas há muito tempo como ultrapassadas, ressurgiram novamente e a UE não tem sido capaz de lhes dar resposta.

Ainda mais distantes, outras fontes de tensões ou conflitos também influenciam o nosso modo de vida. Cerca de 18% de todo o nosso gás natural e 21% do nosso petróleo bruto passam por um Médio Oriente instável, enquanto que outros recursos atravessam os estreitos vulneráveis de Ormuz e Malaca e o tráfego comercial enfrenta ameaças de pirataria no Golfo da Guiné e em torno do Corno de África.

A NATO e as Nações Unidas tentaram enfrentar estes desafios, mas tiveram um êxito muito reduzido. No futuro, as ameaças serão ainda mais complexas e ambas as organizações são incapazes de se desenvolverem e adaptarem suficientemente depressa a novos tipos de guerra ou conflito. Também não podemos continuar a contar com os nossos aliados americanos - os

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

desenvolvimentos recentes mostraram que a parceria de longa data, outrora tomada por garantida, se tornou, no mínimo, incerta.

Neste contexto geopolítico difícil, resta apenas uma conclusão: a UE deve ser capaz de desenvolver e manter as suas próprias políticas e capacidades em matéria de segurança e defesa. É possível estabelecer parcerias com outros intervenientes e organizações, mas não podemos esperar que continuem a garantir a segurança europeia no nosso lugar. A nossa segurança é europeia e exige financiamento europeu.

A. Visão

Uma Europa forte deve defender os seus cidadãos. A proteção dos nossos cidadãos, do nosso território e dos nossos valores é uma das tarefas fundamentais da UE, que só pode ser concretizada se nos juntarmos. Os valores universalmente aclamados e reconhecidos pela ONU e pela comunidade internacional devem também ser defendidos.

Neste contexto geopolítico complexo, cabe aos nossos líderes políticos enfrentar os desafios que temos pela frente e garantir a paz e a segurança. Estes desafios não terminam nas fronteiras nacionais e, por conseguinte, não podem ser tratados de forma adequada e abrangente a nível nacional ou por instituições nacionais. A nossa segurança individual significa também a segurança de todos os europeus, e a defesa do continente é a defesa de todos os europeus. Como tal, o único nível em que estes desafios podem ser adequadamente enfrentados é ao nível continental. A curto prazo, a política e a cooperação da UE em matéria de segurança e defesa devem ser reforçadas; a médio prazo, a UE deve conseguir a integração de todas as suas vertentes de segurança e defesa.

A futura política de defesa da UE deve visar a proteção da UE e dos seus cidadãos, através da criação de um sistema de defesa comum que lide eficazmente com as ameaças, sejam elas próximas ou distantes. A integração pelos Estados-Membros dos seus recursos financeiros, humanos, logísticos e de informação torná-los-á muito mais eficientes e melhorará consideravelmente a segurança em toda a UE.

De uma forma geral, não podemos perder de vista o principal objetivo da segurança e da defesa, seja ela local, nacional ou continental: garantir que a nossa sociedade e os nossos cidadãos sejam livres de prosperar e dar o seu melhor. Atualmente, as políticas de segurança nacional, incluindo os destacamentos de militares e a realização de concursos de aquisição, concentram-se demasiadas vezes nos interesses nacionais individuais e nos objetivos políticos nacionais. Entretanto, 75% dos europeus apoiam uma

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

cooperação estreita entre os exércitos europeus e 41% deles nem sequer compreendem a necessidade de destacamentos independentes dos exércitos nacionais.⁵⁶¹ Acreditamos que a segurança de cidadãos europeus tem prioridade sobre as agendas políticas ou económicas internas de cada país ou governo.

Em última análise, só uma política europeia unida em matéria de Segurança e Defesa pode garantir um nível de segurança permanente, agindo da forma mais eficiente, inovadora e eficaz possível.

A nossa visão da Segurança e Defesa para a Europa assenta em três pilares:

- 1) A tomada de decisões democrática. As capacidades europeias são indissociáveis de um processo de decisão europeu. As questões relacionadas com a segurança e a defesa da Europa devem ser decididas a nível europeu, como parte do processo democrático e parlamentar: não serão permitidos acordos de bastidores entre governos nacionais quando se trata da segurança dos cidadãos europeus. As capacidades militares europeias devem ser dirigidas por um Comando Central Europeu - posteriormente sob a responsabilidade de um Ministério da Defesa Europeu e sob escrutínio parlamentar - seguindo um plano comum e uma doutrina militar comum.
- 2) Uma força de defesa plenamente integrada. Sob este comando civil único deve existir uma força militar europeia, para garantir que a Europa pode responder de forma autónoma às ameaças convencionais e não convencionais ao seu território e população. Isto deve incluir forças expedicionárias que, sempre que necessário, atuarão autonomamente, como parte de uma abordagem de segurança abrangente e em todo o espectro da guerra. Esta abordagem também inclui instrumentos pacíficos de resolução de conflitos (por exemplo, operações humanitárias, assistência militar, manutenção da paz, construção da paz, desarmamento e reconstrução do Estado). Enquanto que as estruturas de comando serão unificadas, as forças militares europeias integradas estarão dispersas por todo o continente e os cidadãos europeus poderão alistar-se para prestar serviço militar, qualquer que seja o seu país de origem.
- 3) Criar uma cultura de segurança comum. Os eventos dos últimos anos revelaram fissuras nas teorias clássicas da Segurança. Por um lado, o 11 de Setembro recordou-nos de que não enfrentamos apenas atores governamentais. Por outro lado, as ações russas na Geórgia e na Ucrânia ou a emergência da China como grande potência militar mostram que

⁵⁶¹ Baseado numa sondagem do YouGov conduzida para a Conferência de Segurança de Munique: [More European, More Connected and More Capable: Building the European Armed Forces of the Future](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

os conflitos geopolíticos entre Estados não terminaram e que o mundo está cada vez mais polarizado e fragmentado. Os cenários de defesa coletiva voltaram a emergir. Não podemos preparar-nos para um único tipo de envolvimento militar - temos de estar preparados para todo o tipo de ações militares, seja para assegurar a nossa própria defesa, para agir a pedido da ONU ou para implementar o princípio da Responsabilidade de Proteger.⁵⁶² As forças armadas têm de se preparar simultaneamente para intervenções expedicionárias de combate a grupos rebeldes (como no Afeganistão e no Mali) e para prestar assistência militar (como no Níger e na República Democrática do Congo), preparando-se também para guerras convencionais ou ciberataques a larga escala contra alvos civis e militares. Mudanças repentinas - incluindo a desistência dos EUA da luta pela segurança coletiva e o surgimento de novas potências - devem ser acompanhadas de perto. Estes desafios exigem uma doutrina europeia de Segurança e Defesa flexível e virada para o futuro, que substitua a atual miscelânea de políticas nacionais. Precisamos de segurança real e não de uma falsa sensação de segurança. Na prática, as medidas de segurança fazem-nos muitas vezes sentir mais seguros, mas limitam os nossos direitos e liberdades sem aumentar a nossa segurança propriamente dita. O Volt apela ao desenvolvimento de uma política europeia de segurança comum: um sistema que proporcione um quadro viável para a defesa europeia. Isto inclui um sistema de controlos e equilíbrios para limitar o raio de ação da política de segurança na sociedade europeia, permitindo simultaneamente criar capacidades europeias para participar rapidamente e de forma eficaz nas missões globais, com o objetivo explícito de agir no âmbito das convenções e princípios mundiais existentes, respeitando o Estado de direito e o direito humanitário, e, sempre que possível, no âmbito das missões mandatadas pela ONU.

B. Tomada de Decisão Democrática

Os intervenientes militares só podem agir em nome das instituições políticas e civis às quais juraram lealdade. Em contrapartida, estas instituições políticas devem dotar as instituições militares com os meios necessários para desempenhar as suas tarefas e proporcionar-lhes um espaço na sociedade. As instituições militares e civis devem estar sempre interligadas.

⁵⁶² A Responsabilidade de Proteger é um compromisso político global que foi subscrito por todos os Estados Membros das Nações Unidas na Cimeira Mundial de 2005, de forma a dar resposta às suas quatro preocupações: genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. A Responsabilidade de Proteger baseia-se na premissa de que a soberania implica a responsabilidade de proteger todos os cidadãos de atrocidades e violações dos direitos humanos. O princípio baseia-se no respeito pelas normas e princípios do direito internacional, especialmente os princípios subjacentes do direito relacionados com soberania, paz e segurança, direitos humanos e conflitos armados.

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

- **Adaptar a fiscalização parlamentar.** O Volt pretende assegurar a supervisão do Parlamento Europeu através da exigência de uma maioria qualificada no Parlamento Europeu e no Conselho de Ministros para os destacamentos habituais de forças militares europeias. Em caso de emergência, a intervenção militar promovida pelo executivo europeu deve ser considerada - desde que limitada no seu âmbito e duração - com fiscalização parlamentar *a posteriori*, no lugar de uma aprovação prévia. As condições para estas situações de emergência devem ser claramente definidas. A fim de assegurar esta supervisão, deve ser criada uma verdadeira Comissão da Segurança e de Defesa no Parlamento - com base na subcomissão atual - para garantir que o Parlamento Europeu responsabiliza o(s) Ministro(s) da Defesa Europeu(s). O Parlamento Europeu deve também decidir sobre as despesas militares: a curto prazo, a componente de Defesa deve ser incluída no Quadro Financeiro Plurianual, que evoluiria para um orçamento de defesa a longo prazo.
- **Criar um Ministério da Defesa Europeu com um comando civil integrado.** Uma genuína e eficiente Força de Defesa Europeia requer uma estrutura de comando adequada. A visão do Volt para uma estrutura de comando civil integrada é a de uma hierarquia clara desde a mais pequena unidade militar até ao Ministério da Defesa Europeu, substituindo os atuais ministros da defesa nacionais.

C. Forças de Defesa Europeias Integradas

- **Criar uma Força de Defesa Europeia.** O objetivo a longo prazo é ter uma Força de Defesa Europeia unificada. Atualmente, a UE apenas tem à sua disposição um quartel-general incompleto, uma *gendarmérie* de pequena dimensão e grupos de trabalho temporários. Se a UE quer ser capaz de agir num mundo multipolar, precisa de forças de defesa europeias adequadas que possam agir de forma rápida e independente de outros atores da segurança mundial. O Volt apoia a transição da atual cooperação multilateral entre os Estados-Membros da UE para uma integração plena numa Força de Defesa Europeia que torne a segurança e a defesa europeias: 1) mais eficazes, acrescentando uma componente militar credível à abordagem global de segurança da UE; 2) mais eficientes, eliminando a duplicação das estruturas de comando e de equipamento; e 3) menos dispendiosas, beneficiando de economias de escala nos contratos militares e na logística. O Volt apela aos Estados-Membros interessados para que avancem com uma cooperação estruturada permanente, tal como estabelecido no Tratado de Lisboa, com os restantes Estados-Membros a aderirem posteriormente,

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

se/quando o entenderem.⁵⁶³ Parceiros regionais de longa data, como acontece no Benelux e nos Estados Bálticos, podem já dar início à unificação das suas capacidades militares. Estas unificações regionais poderão demonstrar os benefícios de uma infraestrutura e de uma política de defesa comuns, o que incentivará outros Estados-Membros da UE a juntarem-se a elas. Em última análise, tem de haver forças permanentes sob um comando militar unificado da UE com quartéis-generais militares permanentes.

- **Estabelecer quartéis-generais operacionais permanentes.** A UE tem atualmente 16 missões militares e civis em curso e já cumpriu outras 18. Nenhuma delas é gerida por quartéis-generais permanentes, aos quais os destacamentos em curso possam prestar informações ou aos quais os Estados-Membros que contribuem com militares possam recorrer para a preparação das suas tropas antes do destacamento. Para cada destacamento, é criado um quartel-general específico. Não só a constante extinção e criação de quartéis-generais resulta em despesas desnecessárias, como também significa uma perda de experiência prejudicial. Devido à importância de uma rápida tomada de decisões e de intercâmbios diretos com a cadeia de comando civil, estes quartéis-generais ficariam mais bem colocados perto das instituições políticas da UE, em Bruxelas. O Quartel-General de Operações (QGO) permanente poderia ser inicialmente dotado de pessoal nacional em destacamentos de 3 a 5 anos. Fornecerá orientações para as missões militares europeias em curso e para novas missões militares. Permitirá a criação de padrões operacionais próprios, em vez de depender apenas da doutrina da NATO. Permitirá a recolha contínua de conhecimentos adquiridos e o planeamento a longo prazo. Por último, o Quartel-General de Operações permanente pode servir de ligação a vários outros intervenientes, tanto dentro como fora da UE. Uma vez estabelecido o conceito de Defesa Europeia e criado o Ministério da Defesa Europeu, este QGO continuará a gerir as operações em curso na UE. Além disso, nessa altura, já terá adquirido uma importante competência autónoma para gerir e dotar de pessoal os vários quartéis-generais na Europa e em teatros operacionais externos. Criar também uma Agência Europeia de Informações. O Volt apoia a passagem de um sistema de partilha voluntária de informações para um sistema vinculativo em que a coordenação e a direção das atividades de informação têm lugar a nível europeu.
- **Transformar a Agência Europeia de Defesa (AED) num departamento responsável por compras e contratos.** A atual missão da AED deve ser transformada num departamento de contratos públicos no âmbito do Ministério da Defesa Europeu. Tal significa passar

⁵⁶³ Consultar [Implementation of the Lisbon Treaty provisions on the Common Security and Defence Policy \(CSDP\)](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

da coordenação de contratos públicos nacionais para os contratos públicos centrais europeus e dos atuais grupos de trabalho vagos na UE para pessoal permanente composto pelos peritos que trabalham atualmente nos Estados-Membros.

- **Promover os contratos públicos comuns em todos os Estados-Membros, com exceções muito reduzidas.** As forças armadas são movidas, em grande parte, pela logística. As aquisições comuns internacionais de material permitem a cooperação, a sinergia a nível europeu e internacional, e a racionalização do apoio ao serviço de combate durante as operações e os exercícios. Além disso, quando diferentes Estados-Membros adquirem em conjunto material novo, seja uma espingarda de assalto ou um avião de transporte, deve ser comprada uma única versão em vez de versões diferentes para cada Estado-Membro. As exceções a esta regra devem ser o mais limitadas possível, caso contrário, os diferentes Estados-Membros comprarão o mesmo material na teoria, mas continuarão a não poder apoiar-se mutuamente de forma eficiente quando estiverem destacados. Os exércitos nacionais europeus têm atualmente 37 tipos diferentes de veículos blindados de transporte de pessoal, 19 tipos diferentes de aviões de combate e 12 tipos diferentes de aviões-tanque. Através da partilha de veículos blindados de infantaria, por exemplo, os países da UE poderão poupar cerca de 600 milhões de euros por ano. Do mesmo modo, um sistema partilhado de certificação de munições permitiria poupar anualmente cerca de 500 milhões de euros. Uma maior integração das indústrias de defesa europeias - tendo devidamente em conta a sua potencial influência no processo político, bem como a necessidade de evitar uma corrida ao armamento - pode também contribuir para uma racionalização dos custos e das despesas militares. É já possível começar a racionalizar a aquisição de novos sistemas. Uma vez estabelecido um exército europeu, a AED funcionaria como a agência de compras da UE. As exceções devem ser determinadas apenas a nível europeu e as diferentes versões de um sistema de armamento só devem ser decididas em função do seu ambiente de utilização (mar, ártico, deserto, montanha, etc.) e não de preferências regionais ou nacionais.
- **Estabelecer um Departamento de Cibersegurança.** O ciberespaço tem vindo a tornar-se rapidamente no próximo local de operação. O ciberespaço está em constante expansão e a tornar-se cada vez mais ligado a todos os aspetos da sociedade, incluindo as infraestruturas civis e industriais. Embora essas evoluções tragam muitos aspetos positivos, também criam vulnerabilidades. Essas vulnerabilidades já foram exploradas no passado. Em 2007, a Estónia foi vítima de um ataque informático russo em larga escala contra o seu parlamento, bem como contra bancos, ministérios, jornais e emissoras de rádio e televisão; alguns consideram-no o segundo maior ataque informático patrocinado

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

por um governo. Em 2018, quatro operadores russos foram apanhados a tentar invadir a Organização para a Proibição de Armas Químicas. Entretanto, foi noticiada espionagem chinesa em nove Estados-Membros da UE. Tal como a maioria dos intervenientes, a UE continua a procurar o melhor método para defender o seu ciberespaço. Um departamento de Cibersegurança no âmbito do Ministério da Defesa Europeu concentrará os esforços de Cibersegurança externa da Europa. Funcionará como o pilar da Cibersegurança na Europa, trabalhando em estreita colaboração com as instituições internas de Cibersegurança das forças policiais. Antes da criação de um Ministério da Defesa Europeu, este departamento poderá ser constituído enquanto agência no âmbito do Serviço Europeu para a Ação Externa.

D. Cultura de segurança comum

- **Desenvolver uma cultura e identidade militar europeias.** As mais bem-sucedidas forças militares sempre estiveram intrinsecamente associadas à sociedade que defendiam. Os soldados fazem todos os sacrifícios para defender os valores e a moral do seu país. Num mundo de crescente ação unilateral e nacionalismo, a UE representa os valores universais do multilateralismo, justiça, liberdade, democracia e igualdade. À medida que a integração europeia avança, uma Cultura e Identidade Militar Europeia devem defender estes ideais no mundo. O soldado europeu tem de estar inserido num espírito de equipa europeu, que promova os valores a que todos os soldados aderem, independentemente da sua posição. Sabedoria, coragem, disciplina, domínio de si próprio e sentido de justiça são os valores que o soldado europeu deve promover.
- **Criar Academias Europeias de Segurança e Defesa adequadas.** A fim de inculcar uma Cultura e Identidade Militar Europeia nos quadros, as instituições de ensino desempenham um papel vital. Atualmente, a Academia Europeia de Segurança e Defesa (AESD) apenas proporciona formação e educação a nível europeu no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Embora os objetivos da AESD sejam excelentes e recebam plenamente o apoio do Volt, não vão suficientemente longe. Cada ramo da Defesa Europeia deve ter a sua própria academia a formar os seus quadros. A doutrina militar da UE e os valores europeus devem ser ensinados aos quadros a partir do momento em que entram no sistema de ensino militar. Deve existir formação inicial e contínua de todos os quadros, desde os cadetes até aos mais altos quadros de militares e de funcionários públicos da UE, sobre um vasto leque de questões de segurança. Os cursos devem basear-se na investigação mais recente e ser ministrados pelos peritos mais conceituados do mundo. Em particular, o Volt encoraja a abertura

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

do currículo de segurança tradicional, centrado nas forças armadas, aos conhecimentos dos estudos de segurança mais abrangentes, incluindo, mas não se limitando a, Estudos Críticos de Segurança, a fim de formar agentes de segurança responsáveis e pragmáticos. Para além do nível rigoroso das instituições de ensino militar europeias, as academias nacionais devem aumentar imediatamente as capacidades linguísticas de todos os seus cadetes. Em particular, é essencial que todos os agentes militares europeus possam falar e compreender-se com precisão uns aos outros. De acordo com a prática existente, o Volt recomenda que todos os agentes europeus se tornem fluentes em inglês, de modo a assegurar uma boa comunicação entre as forças nacionais e evitar consequentes mal-entendidos.

- **Elaborar um Livro Branco em matéria de Segurança e Defesa Europeia.** Com base na Estratégia Global da União Europeia (EUGS),⁵⁶⁴ o Volt apela à redação de um Livro Branco, com o aval do SEAE, que defina as perspetivas comuns da UE sobre o ambiente de segurança, defina as ambições e objetivos, e estabeleça um plano de ação para uma maior integração. Este Livro Branco seria também a oportunidade de delinear a nossa vontade de limitar a corrida ao armamento a nível mundial, desenvolver uma posição sobre armas autónomas letais (LAWs) e recordar o nosso empenho na defesa dos princípios e tratados acordados internacionalmente, incluindo o Tratado do Espaço Sideral de 1967 e o Tratado de Preservação do Espaço de 2014. Relembramos também os nossos compromissos de não proliferação e desarmamento nos termos do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares de 1968.

E. Articulação com outros agentes de segurança

- **Rever a relação entre a UE e a NATO.** O Volt acredita que a NATO continua a ser uma aliança relevante, não só para a defesa coletiva, mas também como uma expressão de valores comuns que ligam os membros através do Atlântico. Ao mesmo tempo, a UE não pode confiar cegamente na sua defesa territorial através da NATO, devendo antes desenvolver uma capacidade independente de se defender a si própria. Ao coordenar a sua ação com a NATO, a UE evitaria a duplicação de esforços e tornaria a aliança mais forte. A longo prazo, à medida que uma Defesa Europeia se vai desenvolvendo, a relação entre a NATO e uma UE reformada precisará de ser revista. Em particular, a UE deve tornar-se um parceiro igual aos EUA no seio da NATO, tanto em termos de meios como de influência. A UE tem de se tornar um dos principais

⁵⁶⁴ Consultar [hared Vision, Common Action: A Stronger Europe](#)

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

protagonistas geopolíticos, mostrando-se um parceiro da NATO confiável e fiel que é capaz de assegurar a sua própria segurança.

- **Reforçar a relação entre a UE e as Nações Unidas.** A ONU é um dos principais intervenientes mundiais em matéria de segurança e, apesar da sua necessidade de reformas e de mais democracia, é também o agente mais legítimo. Muitas missões da UE funcionam lado a lado com uma missão da ONU. Além disso, a ONU pode fornecer quadros e legitimidade através da sua Assembleia Geral e do seu Conselho de Segurança. Os nobres objetivos da ONU estão em conformidade com os objetivos da UE e é necessária uma forte ligação entre ambos. O Volt apoia o aumento do envolvimento da UE nas questões de segurança geridas pela ONU, bem como o reforço da capacidade da ONU para agir sempre que necessário no sentido de limitar os conflitos armados e a violência em todo o mundo. Sempre que possível, a UE deve esforçar-se por assegurar uma aprovação da ONU para as suas ações militares. O diálogo com o Conselho de Segurança e com a Assembleia Geral deverá ser sempre mantido e alcançado um consenso geral. Em conformidade com as propostas de reforma das Nações Unidas apresentadas pelo Volt, os lugares permanentes de qualquer Estado-Membro da UE no Conselho de Segurança devem ser convertidos num único lugar para a UE. Além disso, o Volt definiu as reformas que defende para a ONU como parte da sua política externa. Estas permitiriam uma voz europeia permanente e coerente, mais capaz de defender os interesses e valores da comunidade global.
- **Reforçar a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa enquanto um fórum para a Segurança à escala europeia.** O reacender de conflitos com a Rússia, tais como as tensões relacionadas com a anexação do território ucraniano, significa que a UE necessita de um fórum eficaz para tratar das questões de segurança na sua vizinhança. O Volt apela ao reforço do papel e das capacidades da OSCE, tanto para lidar com as crises em curso, como acontece atualmente na Ucrânia, mas também para estabelecer um diálogo permanente sobre questões relacionadas com a segurança entre a UE e os seus parceiros da OSCE, nomeadamente a Rússia.
- **Estabelecer relações de cooperação militar com parceiros de todo o mundo.** O novo Ministério Europeu da Defesa terá de estabelecer múltiplas relações com novos intervenientes no domínio da Segurança. Estes intervenientes podem ser nações individuais ou organizações multinacionais. Serão estabelecidas parcerias, planos e diálogos com os principais atores em matéria de Segurança, entre os quais a Rússia, a China, os Estados Unidos da América e a Turquia. Organizações como a Liga Árabe e a União Africana serão também parceiros valiosos no reforço da segurança europeia. Estas parcerias devem ser compatíveis

Volt Europa – Mapa Europeu de Políticas

com os valores da UE e com o desenvolvimento de uma cultura militar europeia. Todas as novas cooperações e parcerias devem estar em sintonia com os nossos valores e código de conduta ético, bem como com os princípios do direito internacional.

Título Original: *Mapping of Policies*

6ª versão publicada a 21 de janeiro de 2019

Tradução do inglês a cargo do Volt Portugal

1ª versão: outubro de 2019

2ª versão: fevereiro de 2020

©Volt Europa A.I.S.B.L.
Todos os direitos reservados

Título Original: *Mapping of Policies*

6ª versão publicada a 21 de janeiro de 2019

Tradução do inglês a cargo do Volt Portugal

1ª versão: outubro de 2019

2ª versão: fevereiro de 2020

©Volt Europa A.I.S.B.L.
Todos os direitos reservados